

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Simone de Oliveira Mestre

PEDAGOGIA DA SORORIDADE:
Uma etnografia com mulheres lideranças de Ribeirão das Neves - MG

Belo Horizonte
2023

Simone de Oliveira Mestre

**PEDAGOGIA DA SORORIDADE:
Uma etnografia com mulheres lideranças de Ribeirão das Neves - MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Sociologia, área de concentração: Sociologia das desigualdades e da estratificação

Orientadora: Dra. Yumi Garcia dos Santos

Belo Horizonte
2023

301 M586p 2023	<p>Mestre, Simone de Oliveira.</p> <p>Pedagogia da sororidade [manuscrito] : uma etnografia com mulheres lideranças de Ribeirão das Neves - MG / Simone de Oliveira Mestre. - 2023.</p> <p>300 f. : il.</p> <p>Orientadora: Yumi Garcia dos Santos.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1.Sociologia – Teses. 2.Liderança comunitária - Tses. 3.Mulheres - Biografia - Teses. I.Santos, Yumi Garcia dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.</p>
----------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Março de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado da discente **Simone de Oliveira Mestre**, intitulada: "**PEDAGOGIA DA SORORIDADE: Uma etnografia com mulheres lideranças de Ribeirão das Neves - MG**". A banca foi composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **Yumi Garcia dos Santos** - Orientadora (DSO/UFMG), **Érica Renata de Souza** - (UFMG), **Sabrina Deise Finamori** (UFMG), **Isabel Pauline Hildegard Georges** (Institut de Recherche pour le Développement) e **Edson Miagusko** (UFRRJ) . Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (X)

Reprovação da Defesa ()

Belo Horizonte, 22 de março de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Erica Renata de Souza, Professora do Magistério Superior**, em 22/03/2023, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Deise Finamori, Professora do Magistério Superior**, em 22/03/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Pauline Hildegard Georges, Usuária Externa**, em 23/03/2023, às 06:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yumi Garcia dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 23/03/2023, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Miagusko, Usuário Externo**, em 24/03/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2159086** e o código CRC **651E71ED**.

Referência: Processo nº 23072.215498/2023-60

SEI nº 2159086

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a todas às mulheres lideranças de Ribeirão das Neves, em especial à militante Patrícia Castro (*in memoriam*), uma mulher negra, lésbica, esquerdista e que atuou em diversos movimentos sociais e partidos políticos da cidade.

AGRADECIMENTOS

Uma tese não é resultante somente da realização de uma pesquisa e do processo de conclusão de um Doutorado; ela é o desdobramento de uma trajetória acadêmica que começa ainda na Graduação e é atravessada por desafios, acontecimentos e a contribuição de diversas pessoas. Aqui, quero expressar meus agradecimentos às diversas pessoas e instituições que forneceram suporte, acolhimento e oportunidade de crescimento durante minha jornada acadêmica.

Primeiramente, apresento meus solenes agradecimentos à rede de pessoas e instituições que tornaram possível a realização do Doutorado:

A todas as interlocutoras e informantes da pesquisa, que, mesmo sobrecarregadas e extremamente ocupadas, me acolheram com afeto, generosidade, sabedoria e entusiasmo – sou uma pessoa melhor depois de conviver com vocês.

A Patrícia Castro (*in memoriam*), por sua bondade em compartilhar tantas informações importantes sobre o território e me colocar em contato com tantas participantes da pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pois, sem o apoio financeiro por meio da bolsa de Doutorado (2018-2022), esta pesquisa não seria realizável.

À professora Yumi Garcia, pelo incentivo, sensibilidade, compreensão e acompanhamento durante todo o período de Doutorado. Gratidão pelas preciosas reflexões durante nossas reuniões de orientação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, expressado na solicitude das secretárias Renata e Daiane, na diligência de todo o corpo docente e no acolhimento das/dos colegas discentes.

À amiga e profa. Dra. Rosely Carlos Augusto, responsável pelo Centro de Estudo, Pesquisa e Intervenção de Ribeirão das Neves (CEPI-Nevis), por todo o suporte e atenção durante o trabalho de campo o levantamento bibliográfica sobre a cidade. Obrigada por ensinar sobre “Afeto e Política”.

Às professoras doutoras Érica Renata de Souza, Isabel Pauline Hildegard Georges, Sabrina Deise Finamori – para além do ritual de defesa da tese e de formas distintas, as digitais teóricas e políticas de vocês estão impressas em minha formação acadêmica.

Ao professor Dr. Edson Miagusko, pelas sugestões durante minha qualificação e por aceitar participar da banca de defesa da tese.

À professora Dra. Nina Rosas, pelos comentários na minha banca de qualificação.

As/aos pesquisadores da Rede SAGEMM (Social activities, gender, markets and mobilities from below (Latin America)), pelas preciosas reflexões durante nossos encontros e debates.

Aos integrantes do Grupo Territórios, Educação Integral e Cidadania (TEIA), da Faculdade de Educação (FaE/UFMG), pela cumplicidade e alegria em nossas tantas parcerias.

A Rafael Cerqueira, que, além de ser um parceiro acadêmico, se tornou um grande amigo – foram cinco anos compartilhando teorias, angústias, fofocas, oportunidades e projetos.

A Alexandre Sobreiro, por acompanhar minha trajetória de escrita acadêmica desde o final 2016, realizando um trabalho impecável como revisor.

Ao Coletivo Semifusa e ao Coletivo de Mulheres Nevenses pelo apoio na apresentação dos resultados da pesquisa na cidade de Ribeirão das Neves durante a Programação do Mês de Março de 2023.

Especialmente, manifesto meus sentimentos de profunda gratidão às minhas famílias:

A Antônio, meu filho, por ser essa fonte inesgotável de afeto, alegria e aprendizado.

À minha avó, Maria Félix, que, aos seus 97 anos, me ensina em cada sorriso sobre a beleza da vida.

Aos meus pais, Maria Lúcia e Severino, que ensinaram sobre os valores da lealdade, honestidade e respeito.

Às minhas irmãs, Sônia e Silvana, e aos meus irmãos, Anderson, Alexandre e Alaelson, por serem uma rede de apoio emocional e estrutural.

Ao meu sobrinho Vinícius e à minha sobrinha Maria Vitória, por preencherem a nossa família com suas risadas, histórias e personalidades.

A Renato Diniz, um dos grandes amores da minha vida, pai do meu filho, um grande incentivador da minha carreira profissional e com quem tive o prazer de conviver por mais de doze anos – desejo toda a felicidade do mundo para você.

Às minhas queridas amigas, Aninha Mercês, Mayara Mattos e Fernanda Araújo, obrigada pela relação de irmandade e amor que construímos ao longos dos anos.

À minha família sete-lagoana: Terezinha Dumont, Tia Celinha, Terezinha Fernandes, Sônia Adriana, Ana Carla Dumont, Marina Dumont, Amanda Marcatti, Taís Garone, Érica Dumont, Henrique Dumont, Mateus Dumont– vocês se constituíram uma rede de apoio fundamental para a minha permanência na cidade e no Doutorado.

À minha família belo-horizontina, constituída pelas amizades generosas Marcos Bernardes, Edson Leonardo, Isabela Furtado, Ana Beatriz Nogueira Pereira, Suelen Alves, Marcos Bernardes, Ariane Gontijo, Mari Posa, Marlon Marcedo, Tiago Heliodoro, Ulisses Gonçalves, Tiago Farias, Daniel Baptista, Gustavo Martins, Cyrana Veloso, Bárbara da Gama, Felipe Aiala de Mello, Alexandre Pichilinga, Will Pena e Marco Gatti.

Ao meu namorado, Bruno, por todo o carinho e incentivo na reta final de escrita da tese.

Deixei de brilhar por causa de muito burguês
sofri em silêncio o desespero de ser eu
agora digo que a corda se rompeu
o mundo conspira: é a sua vez

(Bárbara Vee, Poeta nevensense e idealizadora Poesia.destatus, 2022)

RESUMO

Empiricamente é possível constatar um abismo existente entre a participação política das mulheres na esfera governamental e da sociedade civil. Se de um lado a presença delas é predominante na liderança de movimentos, articulações e ações comunitárias, no outro, constata-se uma baixa representatividade no poder legislativo, executivo e judiciário. Neste contexto, como podemos investigar a participação das mulheres nas mobilizações sociais? Como os estigmas, o machismo e a exclusão afetam a vida das lideranças comunitárias? Diante destas indagações é importante salientar que não é uma proposta da pesquisa de doutorado fornecer um quadro explicativo sobre todas as disparidades de gênero existentes no contexto político brasileiro, em especial na esfera governamental, e sim compreender quais as motivações que levam as mulheres a se engajarem em uma luta coletiva, principalmente em contextos marcados pelas desigualdades sociais. Dessa forma, partimos da experiência de mulheres residentes em Ribeirão das Neves, este que por sua vez é uma cidade vista de forma marginalizada por moradores da capital mineira, da região metropolitana de Belo Horizonte e outras cidades adjacentes em função dos estigmas de “cidade-dormitório”, “cidade violenta” e “cidade das prisões” que são constantemente atribuídos ao município, objetivando compreender como essas mulheres se percebem e se constroem enquanto lideranças comunitárias de um território localizado em um locus estigmatizado, buscando identificar quais os impactos do processo de estigmatização do território sobre as mulheres, verificar como os marcados sociais da diferença são articulados em suas práticas e experiências e compreender como as relações de cuidado e as agências integram e configuram práticas de sociabilidade. Para tanto, foi utilizado uma abordagem metodológica qualitativa, mediante a realização de uma pesquisa de cunho etnográfico, priorizando a abordagem biográficas de mulheres lideranças que moram e atuam na cidade, produzidas por intermédio de entrevistas em profundidade, observação participante em rodas de conversas in loco, em grupos de WhatsApp e redes sociais como Instagram e Facebook, circulação pelo território, participação em eventos e reuniões. As análises e reflexões dos dados obtidos durante a trabalho de campo sinalizam que as lideranças comunitárias incorporam, instituem, implementam impulsionam o que nomeio como Pedagogia da Sororidade. Os resultados demonstram que essas mulheres enquanto empreendedoras mobilizam tanto o estigma do território quanto o os debates sobre as desigualdades de gênero como elementos discursivos no processo de mobilização de redes e de práticas formativas na cidade, reforçando as perspectivas teóricas que consideram os movimentos sociais como espaços educativos não formais. Além disso, foi possível perceber que ser uma liderança é um marcador social que se articula com outros marcadores sociais da diferença que simultaneamente evidenciam aspectos de vulnerabilidade dessas mulheres e simboliza um a aquisição de capitais simbólicos, culturais e políticos. Portanto a Pedagogia da Sororidade é apontada nesta tese como um conjunto de táticas, formações, dispositivos e processos que são absorvidos e compartilhados por mulheres durante toda sua trajetória de engajamento na luta por políticas públicas reparatórias, emancipatórias e regulatórias.

Palavras-chaves: Pedagogia da Sororidade. Liderança comunitária. Biografias. Território estigmatizado.

ABSTRACT

Empirically, an abyss can be seen between the political participation of women in the governmental sphere and in civil society. If, on one hand, their presence is predominant in the leadership of movements, articulations and community actions; on the other hand, there is a low representation in the Legislative, Executive and Judiciary branches of government. In this context, how can one investigate the participation of women in social mobilizations? How do stigmas, male chauvinism, and exclusion affect the lives of community leaders? Facing these questions, it is important to emphasize that it is not the purpose of this PhD research to provide an explanatory framework about all the gender disparities existing in the Brazilian political context, especially in the governmental sphere, but rather to understand which motivations lead women to engage in a collective fight, especially in contexts marked by social inequalities. In this way, we start from the experience of women living in Ribeirão das Neves, a city seen as marginalized by residents of the state capital, the metropolitan region of Belo Horizonte and other adjacent cities, due to the stigmas of "dorm city", "violent city" and "city of prisons". The goal is to understand how these women perceive and construct themselves as community leaders in a territory located in a stigmatized locus. The aim is to identify the impacts of the territory's stigmatization process on these women, to verify how the social markers of difference are articulated in their practices and experiences, and to understand how caring relationships and agencies integrate and shape sociability practices. To this end, we used a qualitative methodological approach, by conducting ethnographic research, prioritizing the biographical approach of women leaders who live and work in the city, produced through in-depth interviews, participant observation in rounds of conversations in loco, WhatsApp groups and social networks such as Instagram and Facebook, circulation through the territory and participation in events and meetings. The analyses and reflections of the data obtained during the fieldwork indicate that the community leaders incorporate, institute, implement and promote what I call "pedagogy of sorority". The results show that these women, as entrepreneurs, mobilize both the stigma of the territory and the debates about gender inequalities as discursive elements in the process of mobilizing networks and formative practices in the city, reinforcing the theoretical perspectives that consider social movements as non-formal educational spaces. Moreover, it could be noticed that being a leader is a social marker that articulates with other social markers of difference that, simultaneously, highlight aspects of vulnerability of these women and symbolize an acquisition of symbolic, cultural, and political capitals. Therefore, the pedagogy of sorority is pointed out, in this thesis, as a set of tactics, formations, access devices and processes that are absorbed and shared by women throughout their trajectory of engagement in the struggle for reparatory, emancipatory and regulatory public policies.

Keywords: Pedagogy of sorority. Women's leadership. Biographies. Generation. Stigmatized territory.

RÉSUMÉ

Empiriquement, on constate qu'il existe un écart profond entre la participation politique des femmes dans la sphère gouvernementale et dans la société civile. Si, d'une part, leur présence est prédominante dans la direction des mouvements, des articulations et des actions communautaires; d'autre part, il y a une faible représentation dans les pouvoirs Législatif, Exécutif et Judiciaire. Dans ce contexte, comment enquêter sur la participation des femmes aux mobilisations sociales? Comment la stigmatisation, le machisme et l'exclusion affectent-ils la vie des leaders communautaires? Face à ces questions, il est important de souligner que ce n'est pas une proposition de cette recherche doctorale de fournir un cadre explicatif sur toutes les disparités de genre existantes dans le contexte politique brésilien, en particulier dans la sphère gouvernementale, mais plutôt de comprendre quelles sont les motivations qui poussent les femmes à s'engager dans une lutte collective, en particulier dans des contextes marqués par les inégalités sociales. De cette manière, on part de l'expérience des femmes résident à Ribeirão das Neves, une ville considérée comme marginalisée par les habitants de la capitale du Minas Gerais, de la région métropolitaine de Belo Horizonte et d'autres villes adjacentes, en raison de la stigmatisation de la « ville-dortoir », « ville violente » et « ville des prisons ». Visant à comprendre comment ces femmes se perçoivent et se construisent en tant que leaders communautaires d'un territoire situé dans un lieu stigmatisé. Ainsi, il s'agit d'identifier les impacts du processus de stigmatisation du territoire sur les femmes, de vérifier comment les marqueurs sociaux de la différence s'articulent dans leurs pratiques et expériences et de comprendre comment les relations de soins et les capacités d'agir intègrent et configurent les pratiques de sociabilité. Pour cela, une approche méthodologique qualitative a été utilisée, en réalisant une recherche ethnographique, privilégiant l'approche biographique des femmes leaders qui vivent et travaillent dans la ville, produite à travers des entretiens approfondis, l'observation participante dans des cercles de conversations sur place, groupes WhatsApp et réseaux sociaux tels qu'Instagram et Facebook, circulation sur le territoire et participation à des événements et réunions. Les analyses et réflexions sur les données obtenues lors du travail de terrain indiquent que les leaders communautaires incorporent, instituent, mettent en œuvre et promeuvent ce que j'appelle la « pédagogie de la sororité ». Les résultats démontrent que ces femmes, en tant qu'entrepreneures, mobilisent à la fois la stigmatisation du territoire et les débats sur les inégalités de genre comme éléments discursifs dans le processus de mobilisation des réseaux et des pratiques de formation dans la ville, renforçant les perspectives théoriques qui considèrent les mouvements sociaux comme espaces éducatifs non-formels. De plus, on a pu voir qu'être leader est un marqueur social qui s'articule avec d'autres marqueurs sociaux de différence qui, simultanément, mettent en évidence des aspects de vulnérabilité de ces femmes et symbolisent une acquisition de capital symbolique, culturel et politique. Ainsi, la pédagogie de la sororité est pointée, dans cette thèse, comme un ensemble de tactiques, de formations, de dispositifs d'accès et de processus qui sont absorbés et partagés par les femmes tout au long de leur trajectoire d'engagement dans la lutte pour des politiques publiques réparatrices, émancipatrices et régulatrices.

Mots clés: Pédagogie de la sororité. Direction féminine. Biographies. Génération. Territoire stigmatisé.

RESUMÉN

Empíricamente, se puede verificar que existe un abismo entre la participación política de las mujeres en el plano gubernamental y en la sociedad civil. Se, por un lado, la presencia de ellas es predominantemente en el liderazgo de los movimientos sociales, articulaciones y acciones comunitarias; de otro lado, se constata una baja representación en los poderes Legislativo, Ejecutivo y Judicial. En este contexto, ¿cómo investigar la participación de las mujeres en las movilizaciones sociales? ¿Cómo afectan los estigmas, el machismo y la exclusión la vida de los líderes comunitarios? Frente a estas preguntas, es importante destacar que no es una propuesta de esta investigación de doctorado proporcionar un marco explicativo sobre todas las disparidades de género existentes en el contexto político brasileño, especialmente en el ámbito gubernamental, sino comprender cuáles son las motivaciones que llevan a las mujeres a involucrarse en una lucha colectiva, especialmente en contextos marcados por las desigualdades sociales. De esta manera, parte de la experiencia de mujeres que viven en Ribeirão das Neves, una ciudad vista como marginada por los habitantes de la capital de Minas Gerais, de la Región Metropolitana de Belo Horizonte y otras ciudades adyacentes, debido al estigma de “ciudad dormitorio”, “ciudad violenta” y “ciudad de prisiones”. Con el objetivo de comprender cómo estas mujeres se perciben y se construyen como líderes comunitarias de un territorio ubicado en un locus estigmatizado. Así, el objetivo es identificar los impactos del proceso de estigmatización del territorio sobre las mujeres, verificar cómo los marcadores sociales de diferencia se articulan en sus prácticas y experiencias y comprender cómo las relaciones y agencias de cuidado integran y configuran las prácticas de sociabilidad. Para tanto, se utilizó un enfoque metodológico cualitativo, mediante la realización de una investigación etnográfica, priorizando el abordaje biográfico de mujeres líderes que viven y trabajan en la ciudad, producido a través de entrevistas en profundidad, observación participante en conversaciones grupales en loco, Grupos de WhatsApp y redes sociales como Instagram y Facebook, circulación por el territorio y participación en eventos y reuniones. Los análisis y reflexiones sobre los datos obtenidos durante el trabajo de campo indican que los líderes comunitarios incorporan, instituyen, implementan y promueven lo que denomino “pedagogía de la sororidad”. Los resultados demuestran que estas mujeres, como emprendedoras, movilizan tanto el estigma del territorio como los debates sobre las desigualdades de género como elementos discursivos en el proceso de movilización de redes y prácticas de formación en la ciudad, reforzando las perspectivas teóricas que consideran a los movimientos sociales como no espacios educativos formales. Además, se pudo apreciar que ser líder es un marcador social que se articula con otros marcadores sociales de diferencia que, simultáneamente, resalta aspectos de vulnerabilidad de estas mujeres y simbolizan una adquisición de capitales simbólicos, culturales y políticos. Por lo tanto, la pedagogía de la sororidad es señalada, en esta tesis, como un conjunto de tácticas, formaciones, dispositivos y procesos de aprendizaje que son absorbidos y compartidos por las mujeres a lo largo de su trayectoria de compromiso en la lucha por políticas públicas reparadoras, emancipatorias y normativas.

Palabras-clave: Pedagogía de la sororidad. Liderazgo femenino. Biografías. Generación. Territorio estigmatizado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Montagem de fotos.....	32
Figura 2. Registro fotográfico	37
Figura 3. Registro fotográfico.	38
Figura 4. Postagem	41
Figura 5. Manchete da reportagem	49
Figura 6. Montagem de fotos.....	51
Figura 7. Capa do livro.	53
Figura 8. Parque Ecológico de Ribeirão das Neves.....	58
Figura 9. Paisagem de Ribeirão das Neves.....	59
Figura 10. Ruas de Justinópolis – Ribeirão das Neves.....	60
Figura 11. Muro de uma casa da Ocupação Tomás Balduino	62
Figura 12. Fotografia da BR-040, com o distrito Veneza ao fundo.	63
Figura 13. Infográfico 1 – Histórico de composição da CMRN.	73
Figura 14. Infográfico 2 – Composição CM-RN. Fonte: Casa dos Conselhos.	74
Figura 15. Fluxograma de entrada em campo	102
Figura 16. Fluxograma – Interações no grupo Coletivo de Mulheres Nevenses.....	106
Figura 17. Distribuição das entrevista por região.....	112
Figura 18. Processo e critérios de combinação das biografias.	121
Figura 19. Processo de combinação da biografia de Ana Elis.....	121
Figura 20. Processo de combinação da biografia de Luiza Helena.	122
Figura 21. Processo de combinação da biografia de Maria Aparecid	122
Figura 22. Montagem de fotos.....	134
Figura 23. Processo de definição das gerações de lideranças.....	137
Figura 24. Relação de participante x geração x biografias combinadas.....	138
Figura 25. Cronologia geracional das lideranças de Ribeirão das Neves.....	139
Figura 26. Montagem com fotografias do CCCE.....	194
Figura 27. Montagem com fotografias da Casa Semifusa.....	194
Figura 28. Montagem com fotografias da Casa dos Livros.....	195
Figura 29. Montagem com fotografias da Casa Semifusa.	195
Figura 30. Materiais de divulgação de atividades organizadas pelas mulheres.	199
Figura 31. Materiais de divulgação de atividades organizadas pelas mulheres.	200
Figura 32. Montagem de fotos.....	208
Figura 33. Infográfico: Participantes Raça x Geração.....	211
Figura 34. Infográfico: Participantes Raça x Escolaridade	212
Mapa 1. Distritos de Ribeirão das Neves	56
Mapa 2. Distritos de Ribeirão das Neves.	57
Mapa 3. Localização de equipamentos públicos.	77
Mapa 4. Mapa Origem (nascimento) das lideranças por geração.....	152
Quadro 1. Histórico de prefeito(as) de Ribeirão das Neves.	72

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1. Situação de domicílio. Fonte: IBGE (2010).....	66
Gráfico 2. Deslocamento para o trabalho	67
Gráfico 3. Vive com o companheiro..	67
Gráfico 4. Estado Civil.	68
Gráfico 5. Religião.	68
Gráfico 6. Escolaridade..	69
Gráfico 7. Raça e Cor..	69
Gráfico 8. Programas sociais.....	70
Tabela 1. Raça/cor e renda das mulheres nevenses).....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDM	Conselho Municipal Direitos da Mulher
CMPH-RN	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico
CMRN	Municipal de Ribeirão das Neves
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COEP	Comitê de Ética de Pesquisa
CPC	Centros de Prevenção à Criminalidade
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CsF	Ciências Sem fronte
DM	Delegacia da Mulher
Ecosol	Economia Solidária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FaE/UFMG	Faculdade de Educação UFMG
FCP	Fundação Cultural Palmares
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFMG-RN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, <i>campus</i> Ribeirão das Neves
IFs	Institutos Federais
IJUCI	Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania
ISER	Instituto de Estudos da Religião
JOC	Juventude Operária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
MCV	Movimento do Custo de Vida
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEI	Microempreendedor individual
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Sociedade Civil de Interesse Público
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAD-MG	Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais

PAN	Penitenciária Agrícola de Neves
PcD	Pessoa com deficiência
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFS	Programa Saúde da Família
PFV	Programa Fica Vivo
PJMA	Penitenciária José Maria Alkimin
PMC	Programa Mediação de Conflitos
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PODEMOS	Partido Trabalhista Nacional
PPGAn	Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFMG
PPGS	Programa de Pós-Graduação de Sociologia UFMG
PPP	Parceria Público-Privada
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni	Programa Universidade Para Todos
PSD	Partido Social Democrático
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
REUNI	Universidades Federais
REVIM	Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SSVP	Sociedade de São Vicente de Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEIA	Grupo Territórios, Educação Integral e Cidadania
TSE-MG	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
VCME	Violência Política Contra Mulheres em Contextos Eleitorais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Os encontros com o território.....	21
Aproximação com o tema	24
O problema de pesquisa	26
A organização da tese.....	28
Resumo dos Capítulos.....	30
PARTE I: O território e a pesquisa	32
CAPÍTULO I - RIBEIRÃO DAS NEVES: A CIDADE E AS MULHERES	33
1.1. A origem da cidade	34
1.1.1. O quilombo.....	37
1.1.2. As famílias antigas	42
1.2. Território e estigma	43
1.2.1. O conceito de território	43
1.2.2. A estigmatização da cidade	45
1.2.3. Território estigmatizado	50
1.2.4. Os efeitos do estigma	54
1.3. A divisão espacial da cidade	55
1.3.1. Sede	58
1.3.2. Justinópolis.....	60
1.3.3. Areias	61
1.3.4. Veneza.....	63
1.4. A presença das mulheres no território.....	64
1.4.1. Perfil das mulheres nevenses	64
1.4.2. As mulheres nevenses na política	71
1.5. Cartografias de espaços públicos de Neves	74
1.5.1. Políticas públicas acessadas dentro do Veneza	75
1.5.2. Relação dos movimentos sociais.....	78
CAPÍTULO II - O PERCURSO METODOLÓGICO	88
2.1. Considerações sobre a pesquisa etnográfica	89
2.1.1. As razões para fazer uma etnografia	91
2.1.2. A etnografia seus aspectos sociológicos	92
2.2. Desvendando fronteiras entre online e offline	94
2.2.1. Etapas da pesquisa.....	95
Etapa 1: Pré-pandemia	97
Etapa 2: Isolamento social	100
Etapa 3: O novo normal	107
2.3. Desdobramentos da realização das entrevistas	108
2.3.1. A execução das entrevistas.....	111
2.3.2. Lições da experiência online	112
2.4. Apreciação e tratamento dos dados coletados.....	115
2.5. O processo de construção de biografias de engajamento	116
2.5.1. O desafio: Como garantir o anonimato	118
2.5.2. A possibilidade: Biografias combinadas	119
2.6. Parâmetros de construção do perfil social.....	123
2.6.1. Perfil social resumido das mulheres lideranças	125

2.7. Critérios de construção do perfil de atuação política	127
2.7.1. Perfil de atuação política das participantes da pesquisa.....	130
PARTE II: Mulheres lideranças e a Pedagogia da sororidade	134
CAPÍTULO III – AS GERAÇÕES DE LIDERANÇAS NEVENSES.....	135
3.1. Características das gerações	138
3.1.1. Geração lideranças pioneiras.....	139
3.1.2. Biografia de Maria Aparecida	140
3.1.3. Geração lideranças intermediárias	143
3.1.4. Biografia de Rita de Cássia	144
3.1.5. Geração lideranças identitárias.....	147
3.1.6. Biografia de Laura Vitória	148
3.2. Geração e origem	152
3.3. Geração e dimensões políticas	153
3.3.2. Efeitos das políticas educacionais na trajetória das lideranças	156
3.3.3. Reflexos da privatização das políticas sociais no território	157
3.3.4. Articulação partidária e estratégias eleitorais.....	165
CAPÍTULO IV – ALGUMAS MATRIZES DE ENGAJAMENTO	169
4.1. Matrizes de engajamento das lideranças pioneiras	172
4.1.1. Ana Elis e a matriz comunitária	172
4.1.2. Dora Antônia e a matriz religiosa	174
4.1.3. Geração pioneira e a segunda onda do Feminismo	177
4.2. Matrizes de engajamento das lideranças intermediárias	181
4.2.1. Luiza Helena e as matrizes de defesa e participação	181
4.2.2. Ângela Carmen e a matriz de autonomia	183
4.2.3. Geração intermediária e terceira onda do Feminismo.....	186
4.3. Inaê Mariana e Matriz afro-brasileira da geração identitária	189
4.4. Geração identitária e a quarta onda do Feminismo (Negro)	191
4.6. As matrizes de engajamento e articulação entre as gerações	197
CAPÍTULO V- A SORORIDADE E O EMPODERAMENTO.....	201
5.1. Significados de ser uma liderança.....	203
5.2. A Pedagogia da Sororidade	205
5.2.2. As lideranças negras do território	210
5.3. Heloísa Inês - Expressões da sororidade.....	213
5.4. Núbia Alice - Os sentidos do empoderamento.....	216
5.5. Sororidade e dor das mulheres negras	218
5.6. Para pensar empoderamento e reconhecimento	220
5.7. Sara Alana - Porque a minha luta pressupõe ser feliz.	225
5.8. As mulheres lideranças como empreendedoras morais.....	228
5.9. Engajamento e o território: A luta das mulheres nevenses	230
5.9.1. O engajamento nos movimentos como um marcador social.....	232
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS	248
GLOSSÁRIO DE EXPRESSÕES ÊMICAS	260

APÊNDICE A - Roteiro de Comandos	262
APÊNDICE B - Sucessão de comandos	263
APÊNDICE C - Tabelas.....	271
APÊNDICE D - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	275
APÊNDICE E - Declaração de Consentimento Participação em Pesquisa.....	277
APÊNDICE F - Roteiro de entrevista	278
APÊNDICE G - Ilustrações das combinações biográficas.....	280
ANEXO I - Materiais informativos coletados em campo	284
ANEXO II - Modelo Ficha biográfica	291
ANEXO III - Parecer Substanciado nº 3.529.558 - COEP/UFMG.....	292
ANEXO IV – Fotos.....	297

INTRODUÇÃO

Quando a gente olhar para o Ribeirão das Neves
 A gente encontra um cheiro estranho
 de esgoto e lixo
 Mas mesmo em meio essa poluição
 animais e plantas magnificas coexistem
 Próximas a essas águas e ao que pese a depredação
 A vida brota em meio a poluição
 Mesmo em condições mais inóspitas
 A gente ver a vida resistir e se reinventar

Documentário Olhares Marginais (2021).

Os encontros com o território

O ano era 2014, mais precisamente, final do mês de fevereiro. Havia poucos dias que eu estava em Minas Gerais quando precisei pegar um táxi-lotação para me deslocar de Sete Lagoas para Belo Horizonte. No caminho, avistei um aglomerado de casas sem reboco situado à margem da BR-040 que me chamou a atenção. Ao perguntar ao motorista qual era o nome do lugar, ele respondeu com as seguintes palavras “é o Veneza, aqui é Ribeirão das *Trevas*”. Na sequência, os outros passageiros começaram a rir e a soltar comentários jocosos sobre o lugar. Fiquei em silêncio, tentando entender qual era a graça, segui viagem em silêncio.

Meu primeiro encontro com o território foi visual. A paisagem do Veneza havia chamado minha atenção não por sua aparente falta de estrutura, e sim por ser diferente de tudo que eu já tinha visto; não era como as periferias retratadas nas imagens dos livros didáticos ou nas cenas do noticiário, novelas e filmes. Eu estava acostumada com as periferias urbanas amazônicas, cujos traços estéticos, dinâmicas e características são completamente diferentes das “periferias” e dos “aglomerados” do Sudeste. Ao observar o Veneza e ver montanhas de casas verticalizadas em construção, refleti sobre o contraste que aquele lugar tinha com os locais em que eu já havia circulado, uma vez que a comunidade na qual eu havia passado grande parte da minha vida até então era um cenário horizontal, constituído da mesclagem entre casas de tábuas e alvenaria.

É importante salientar duas coisas aqui. Primeiro, naquela época, tudo que conhecia de Minas eram as cidades históricas, a região central de Belo Horizonte e a região central de Sete Lagoas. Segundo, eu havia mudado de Porto Velho (RO) para Sete Lagoas (MG) para iniciar meus estudos de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAn) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e as aulas eram realizadas no *campus* Pampulha, na época, meu filho Antônio tinha 5 anos e eu era casada com um mineiro cuja

família era residente em Sete Lagoas. Pensando nessa rede de apoio, optamos por morar na referida cidade e me deslocar para Belo Horizonte para cursar as disciplinas e participar das atividades do Mestrado. A cada ida para a universidade, eu gastava, em média, 3 horas de deslocamento, contando ida e volta, e, nesse trajeto, passava duas vezes pela região do Veneza, que passou a ser passagem do meu *caminho da roça*.

Dois meses depois, em maio de 2014, por não haver bolsa de Mestrado, participei de uma seleção na área de educação integral, tendo sido selecionada e contratada para trabalhar como tutora em um curso de Formação Continuada de Professores, sob a Coordenação do Grupo Territórios, Educação Integral e Cidadania (TEIA) da Faculdade de Educação (FaE/UFMG). As turmas eram formadas por professores que atuavam na rede pública da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e, na hora da divisão das turmas, entre as duplas formadas por um tutor e um professor formador, percebi um certo desinteresse das pessoas diante da possibilidade de escolher as turmas de Ribeirão das Neves. Foi, então, que ouvi do meu colega de dupla a seguinte frase “vamos ficar com Neves, eu gosto de desafios”. Desde então, passei a trabalhar auxiliando professores do município pela plataforma Moodle e me encontrando com eles nas aulas presenciais realizadas uma vez por mês. Dessa forma, meu segundo contato com a cidade foi por meio de uma relação profissional e semipresencial.

Nesse trabalho, um dos eixos formativos era debater a relação entre a escola e a cidade, visando compreender os desafios e as potencialidades presentes no território e sua relação com o processo educativo. As atividades eram organizadas e realizadas por meio da plataforma Moodle e em encontros que eram realizados uma vez por mês no auditório da FaE/UFMG. No decorrer do curso, percebi que a turma era composta majoritariamente por professoras, que, além de serem a maioria das cursistas matriculadas, eram as mais ativas na plataforma e nos encontros presenciais. Os poucos professores existentes não participavam e acabaram desistindo do curso. Em nossa interação na plataforma e nos encontros, elas sempre relatavam o quanto os estereótipos em torno de Ribeirão das Neves afetavam a autoestima dos estudantes. Foi durante os 8 meses em que trabalhei nessa formação, ouvindo e refletindo sobre as partilhas dessas educadoras, que passei a entender um pouco sobre a realidade da cidade e sobre os efeitos do estigma na vida dos moradores.

Além disso, durante meus dois primeiros anos morando em Minas Gerais e até os dias atuais, mesmo fora do contexto de pesquisa, nesse trânsito entre Sete Lagoas e Belo Horizonte e em outros contextos da RMBH, presenciei diversos tipos de comentários pejorativos sobre a cidade de Ribeirão das Neves, sempre associando-a com algo negativo. Eu ficava particularmente incomodada e buscava saber cada vez mais sobre ela. Algumas pessoas que

estudavam na UFMG, ao saberem do meu tema de pesquisa, que, na época, eram mães de jovens encarcerados, ligavam meu interesse com o fato de haver vários presídios em Ribeirão das Neves. Assim, eu sempre ouvia coisas como “você sabia que lá é a cidade das prisões?”.

Todavia, tudo que eu sabia sobre a cidade era limitado ao que eu ouvia das pessoas e observava quando passava na região do Veneza, na BR-040. Até que, em abril de 2016, participei de um processo seletivo para trabalhar no Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI) como analista social, para atuar no Programa de Controle de Homicídios, conhecido como Fica Vivo, um programa criado em 2003 pelo governo de Minas Gerais para prevenir e reduzir os homicídios entre jovens de 12 a 24 anos em territórios com maior recorrência de violência.

Nesse processo seletivo, havia muitas vagas, pois tanto o Programa Fica Vivo (PFV) quanto o Programa Mediação de Conflitos (PMC) – ambos integrantes da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais – deixaram de ser executados pelo Instituto Elo para serem executados pelo IJUCI. Todos os profissionais que atuavam no programa foram demitidos e o IJUCI passou a contratar novas equipes. Havia vagas para vários lugares da RMBH e para Belo Horizonte, porém eu selecionei a cidade de Ribeirão das Neves por essa ser mais perto de Sete Lagoas. Fui aprovada no processo seletivo, que se constituía por três fases (uma prova escrita, uma entrevista em grupo e análise do currículo). Entre os dois Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC) na cidade, fui designada para exercer minhas funções como analista social naquele localizado na região do Veneza.

O CPC funcionava em uma casa composta de seis cômodos: uma pequena cozinha, um banheiro, uma sala em que funcionava a recepção, uma sala de jantar que era utilizada como sala de reuniões, um quarto no qual eram realizados os atendimentos do PMC e outro quarto em que funcionava o PFV. Eu integrava a equipe junto ao lado de duas psicólogas e tínhamos como função, além de elaborar mensalmente o relatório da dinâmica criminal do território, implementar e monitorar as oficinas destinadas aos jovens atendidos pelo Programa, bem como recrutar e orientar os oficinairos responsáveis pela condução das oficinas. Esses eram, em sua grande maioria, pessoas que moravam na região e que tinham algum tipo de trabalho social voluntário. Essas pessoas recebiam um valor simbólico para organizar e ministrar oficinas voltadas ao atendimento de jovens moradores da região do Veneza.

Antes mesmo de iniciar minhas funções no CPC, ao comentar com as pessoas de Sete Lagoas e Belo Horizonte que iria trabalhar em Ribeirão das Neves, ouvia novamente comentários pejorativos sobre a cidade. Causava-me um grande desconforto o fato de que as pessoas, ao invés de me parabenizar pela conquista de um novo emprego, alertarem-me para o

suposto perigo do lugar, parecendo simplesmente lamentar que eu tivesse que trabalhar em um lugar julgado por elas como perigoso. Ouvia frases como “em breve você consegue coisa melhor” ou “é um lugar feio e perigoso”. Foram inúmeros os alertas para que eu tivesse cuidado com a violência do lugar.

Foi diante desses contextos e condições que coloquei meus pés em uma região que, até então, apenas observava pela janela do carro, da van ou do ônibus. Foi, portanto, nesse momento que se deu o meu primeiro encontro presencial com o território.

Aproximação com o tema

No meu primeiro mês de trabalho no CPC, passei a ter a hipótese – posteriormente confirmada – de que as narrativas sobre Neves ser um lugar perigoso eram mais um efeito do preconceito que se criou em torno da cidade do que um dado condizente com a realidade, que pude, então, vivenciar nos meus mais de 6 anos de contato com a cidade. Durante os 8 meses em que trabalhei na região do Veneza, o maior perigo que enfrentei foi atravessar correndo a BR-040 para pegar o ônibus de volta para casa, pois não havia, até então, uma passarela que oferecesse uma travessia com segurança para quem precisasse pegar o ônibus no outro lado da BR. Como meus horários eram dinâmicos e tinha que acompanhar as oficinas que eram espalhadas por diversos bairros da região, havia dias em que eu chegava a sair do trabalho às 22 horas. Foi andando pelas vias públicas e pelos atalhos para chegar às oficinas do Programa, conhecendo os aparelhos públicos, encontrando com osicineiros e os jovens atendidos e conversando com as lideranças e moradores, que passei, aos poucos, a conhecer o território do Veneza, tanto em sua dimensão geográfica, quanto sociocultural.

Embora minha atuação na graduação e no mestrado tenha sido essencial para problematizar e buscar entender os territórios que atravessam minha vida, foram duas experiências de trabalho que colocaram o território como uma categoria a ser considerada na minha atuação profissional. Coincidentemente, essas experiências estão relacionadas com Ribeirão das Neves, pois, tanto meu trabalho no TEIA quanto no PFV, de formas distintas, demandavam o uso do termo “território”. Enquanto no TEIA, como educadora, precisava mediar e expandir o diálogo com as cursistas sobre a noção e os aspectos educativos do território – no qual a escola era o ponto de partida para pensar a cidade como um território educativo, ou seja, um lugar de vivências, compartilhamentos e potencialidades –; no PFV, como analista social, a noção de território era mobilizada para compreender a dinâmica de violência presente

na região e sua utilização estava muito associada à compreensão das disputas pelas territorialidades do lugar, em especial no que se refere à atuação dos jovens, seja enquanto sujeitos afetados, seja como agentes catalisadores desses processos.

O uso do termo “território”, tanto pela equipe técnica quanto por oficinairos, lideranças e alguns jovens atendidos pelo PFV, era tão corriqueiro e constante que cheguei a pensar nele como uma categoria êmica. No decorrer da pesquisa, constatei que território não era uma categoria êmica e sim uma categoria construída no âmbito de uma atuação governamental para orientar a construção de uma política de prevenção à criminalidade.

Posso afirmar que, assim como muitas categorias essenciais para a pesquisa social, território é uma categoria polissêmica e é esse seu sentido múltívoco que se apresenta na presente pesquisa. Desta forma, Ribeirão das Neves é entendida não apenas como uma cidade, mas sim como um território que se modela constantemente pelo olhar de seus moradores, das autoridades e de pessoas que o observavam de outras partes da RMBH.

Para além de expandir minha percepção sobre os impactos do estigma sobre a cidade, minhas experiências de trabalho no TEIA e no PFV permitiram observar que as mulheres, especialmente as que ocupam um lugar de liderança, constituíam-se como uma força participativa que questionava e combatia o estigma do território e reivindicava melhorias para a comunidade. Entretanto, essa atuação se limitava, muitas vezes, à esfera da informalidade e do movimento comunitário. Quando eu olhava para a esfera da formalidade, em especial para a representação no Legislativo municipal, não havia representação de gênero na Câmara.

Contudo, não foi a ausência de mulheres na esfera representativa municipal (Câmara e Prefeitura) que despertou meu interesse pelo tema da pesquisa, uma vez que esse fato é reflexo de um problema estrutural da sociedade brasileira, evidenciado por profundas desigualdades de gênero e raça na representação política institucional e que consiste em um fenômeno bastante estudado na Ciência Política. O que realmente motivou meu interesse por desenvolver a temática estudada foi o fato de perceber empiricamente que as mulheres e homens aparentemente tinham formas distintas de lidar com o estigma do território. Eu notava, em minhas conversas informais, que, enquanto os moradores sempre demonstravam um certo desejo de sair da cidade para buscar o que eles nomeavam como um lugar melhor para viver, com seus relatos, em certas ocasiões, até reforçando o discurso estigmatizante sobre a cidade. As moradoras, por sua vez, eram diferentes, apresentando um discurso de pertencimento e orgulho do seu lugar de moradia e manifestando indignação com o preconceito existente contra a cidade.

Evidentemente, o fato de ser feminista – inclusive com uma trajetória de militância somada à minha experiência de pesquisas na Graduação e no Mestrado que abordavam a temática de gênero e do estigma – foi um fator que influenciou meu olhar sobre o contexto no qual pude identificar a partir das minhas relações profissionais em Ribeirão das Neves que, além de haver formas distintas de lidar com o estigma, o engajamento das mulheres lideranças na comunidade, mesmo se tratando de um trabalho de caráter público e não particular, é visto como pertencente à esfera doméstica e, portanto, atravessado por questões de gênero (cf. TRONTO, 1997; KERGOART, 2009). Assim, a atuação dessas lideranças comunitárias em um território estigmatizado constituiu-se como meu tema de pesquisa.

O problema de pesquisa

Foi mediante às experiências etnográficas (cf. MAGNANI, 2009) vivenciadas no território, conforme exposto anteriormente, que surgiram as inquietações que moveram a presente pesquisa. Dada a aproximação com a temática, a principal asserção desta tese é apresentar uma etnografia sobre lideranças comunitárias que moram e atuam nos movimentos sociais (sociedade civil) em Ribeirão das Neves, buscando refletir, de um ponto de vista socioantropológico, sobre a relação dessas mulheres com a cidade e os efeitos desse estigma sobre elas, além de buscar compreender seu protagonismo e envolvimento com práticas, estratégias e manifestações de resistência em um contexto urbano. Portanto, o objetivo deste estudo é compreender como mulheres se percebem e se constroem enquanto moradoras de um território localizado em *locus* estigmatizado, por meio de um olhar relacional que considera a noção *bourdieusiana* de espaço social

Por que me parece necessário e legítimo introduzir no léxico da sociologia as noções de espaço social e de campo de poder? Em primeiro lugar, para romper com a tendência de pensar o mundo social de maneira substancialista. A noção de *espaço* contém, em si, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a "realidade" que designa reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem. [...] ciência social não deve construir classes, mas sim espaços sociais no interior dos quais as classes possam ser recortadas – mas que existem apenas no papel. Ela deve, em cada caso, *construir e descobrir* (para além da oposição entre construcionismo e o realismo) o princípio de diferenciação que permite reengendrar teoricamente o espaço social empiricamente observado (BOURDIEU, 2008, p. 48-49; grifos do autor).

Para compreender a realidade dessas mulheres e sua relação com o território, torna-se necessário lançar um olhar para suas vivências e trajetórias. Por isso, optei pela escolha

metodológica de adotar uma abordagem etnográfica na condução do presente trabalho, por considerar que a etnografia possibilita maior interação com sujeitos participantes da pesquisa e com o contexto estudado, além de abrir espaço para que sejam problematizadas questões subjetivas, uma vez que a etnografia pode ser compreendida como “ resultado de um processo que articula cognição e emoção” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2017), tendo como parte do seu caráter constitutivo os exercícios de olhar, ouvir e escrever como etapas de apreensão dos fenômenos sociais, que o autor considera como fundamentais na elaboração do conhecimento das Ciências Sociais. Cabe aqui uma diferenciação entre Antropologia e Etnografia.

O objetivo da Antropologia é, creio eu, o de buscar um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos. O objetivo da etnografia é o de descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão. Minha tese é a de que a antropologia e a etnografia são empreitadas de ordens bem diferentes. Isso não é reivindicar que uma é mais importante que a outra, ou mais honrosa. Nem é negar que elas dependem uma da outra de maneiras significativas, simplesmente afirmar que elas não são a mesma coisa. [...]. Etnografia é, então, um modo específico de investigação idiográfica, diferindo da história e da arqueologia no que diz respeito à observação direta de povos atuais ao invés de registros escritos ou de restos materiais atestando as atividades de povos no passado (INGOLD, 2015, p. 1-2).

A abordagem metodológica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi voltada para a investigação relacional e orientada pela seguinte questão-problema: como o estigma do território afeta a vida das mulheres lideranças comunitárias de Ribeirão das Neves? Tal questão pressupõe o fato de morar em um território estigmatizado como um fator de exclusão que provoca impactos específicos na vida das mulheres, que, enquanto “empreendedoras morais” (BECKER, 2008), atuam no enfrentamento do estigma por intermédio de ações e estratégias que são operacionalizadas nos planos discursivo e formativo.

Enfatizo que a utilização do termo “liderança” para designar as mulheres participantes dessa pesquisa será explicada mais adiante, mas antecipo que o termo possui uma conotação extremamente diferente daquela utilizada nos discursos neoliberais presentes no mercado de trabalho.

A organização da tese

a escrita diz a fala
mas a fala não diz a escrita
na escrita eu te falo
na fala eu me perco [...]

quando escrevo, falo
mas quando falo não escrevo
se escrevo é influência
da fala do descarrego

Bárbara Vee (2020)

O poema que inicia esta seção, aquele que constitui a epígrafe desta tese e os versos que se farão presentes no início dos próximos Capítulos são de autoria da poeta **nevensense** Bárbara Vee, uma jovem liderança, estudante de Letras da UFMG e idealizadora do Centro Cultural Poesia de Status, que promove atividades como clube de leituras para mulheres, reforço escolar, empréstimos de livros, além da organização de concursos e publicações de poesia. Embora ela não tenha participado diretamente da pesquisa, sua poética engajada ilustra com sensibilidade as sensações que me atravessaram em diferentes momentos do Doutorado.

O trabalho de escrita foi desenvolvido em períodos que se intercalavam com a realização da pesquisa de campo e teórica ao longo dos anos de 2020 a 2023. Para uma melhor compreensão do estudo, o presente trabalho foi dividido em duas partes, compostas de cinco Capítulos. Na primeira parte – *O território e a pesquisa* –, busco apresentar algumas questões em torno do estigma da cidade, da presença das mulheres e dos aspectos metodológicos do trabalho de campo e do tratamento dos dados da pesquisa.

No tocante à formatação do trabalho, saliento que os termos nativos e as expressões populares que se fazem presentes no contexto estudado e no contexto no qual fui criada estão destacadas em negrito quando mencionadas pela primeira vez e seus significados estão apresentados no glossário de expressões êmicas que consta após as referências bibliográficas.

Na segunda parte – *Pedagogia da Sororidade* –, proponho examinar biografias, descrições e narrativas apresentadas para explicar como o engajamento das lideranças nevensenses emerge e é retroalimentado por meio de um conjunto de práticas, articulações e ações que desencadeiam processos de sororidade e empoderamento, além de como esses processos são fundamentais para que elas consigam enfrentar o estigma do território.

Na conclusão, utilizo a biografia da deputada estadual Andreia de Jesus como uma alegoria ilustrativa dos obstáculos que se fazem presentes na vida de uma liderança engajada nos movimentos sociais, inclusive ao acessar espaços de participação em que sempre foi vetado

o protagonismo das mulheres. Na sequência, retomo a questão de pesquisa, buscando sinalizar como ela foi respondida ao longo dos Capítulos e demonstrar como a pesquisa permite avançar a compreensão das desigualdades de gênero situadas em nossa sociedade

Adicionalmente, sinto a necessidade de dizer que a escrita desta tese foge dos aspectos usuais encontrados em grande parte da produção científica, que é marcada pela uniformidade da estrutura e estilo textual, caracterizado por uma linguagem impessoal, marcada pela presença onisciente das pessoas que colaboraram ou realizaram a pesquisa.

Sabe-se que, na etnografia, o uso da primeira pessoa é uma espécie de tradição, inaugurada na publicação de "Os argonautas do Pacífico Ocidental", de Bronislaw Malinowski (1978). Para Tim Ingold, um escrito etnográfico é realizado quando "os etnógrafos descrevem, principalmente por meio da escrita, como as pessoas em algum lugar e tempo percebem o mundo e como eles atuam nele" (2015, p. 347).

Considerado a especificidade e a liberdade permitida ao elaborar uma etnografia, informo que a presente tese foi escrita de forma posicionada, na qual eu e as participantes da pesquisa nos tornamos "sujeitas" falantes de nossa própria realidade, eu enquanto pesquisadora e elas como lideranças, resultado da interação entre ambas as partes. Por isso, lanço mão da combinação de diferentes arranjos narrativos, descritivos e expositivos.

É possível observar o uso da primeira pessoa do singular nos momentos em que estou descrevendo ou narrando aspectos subjetivos e preposições individuais presentes na pesquisa, como é o caso desta introdução, do Segundo Capítulo (no qual falo sobre a metodologia) e, também, da conclusão.

Nos demais Capítulos (I, III, IV e V), utilizo a primeira pessoa do plural por compreender a existência de diversas vozes que combinam perspectivas individuais e coletivas das participantes da pesquisa. O enredo não é centralizado somente nas trajetórias das interlocutoras, trata-se de trazer suas vozes para a pesquisa por meio de suas narrativas biográficas, que ajudam a conhecer seus mundos sociais e a responder à questão de pesquisa.

No tocante ao anonimato da pesquisa, são utilizados nomes fictícios para todas as participantes e interlocutoras, excerto para a Deputada nevensense Andreia de Jesus. Durante sua entrevista, avaliamos que sua identificação não forneceria prejuízos à sua vida pessoal e política, considerando que as informações fornecidas por ela são públicas e sem conteúdo sensível.

Resumo dos Capítulos

O Capítulo 1 – *A cidade e as mulheres* –, visa aproximar a leitora/o leitor para Ribeirão das Neves. Para tanto, recorro a uma contextualização dos aspectos geográficos, sociais e históricos do município e do processo de estigmatização da cidade, apontando como ele se constitui e quais os efeitos na vida das pessoas observados no campo e narrados pelas participantes da pesquisa. Na sequência, apresento dados numéricos e descritivos sobre o perfil das mulheres residentes na cidade e de sua participação nos conselhos participativos municipais e nas organizações sociais presentes no território. A opção de colocar esse Capítulo como o primeiro foi feita pensando de antemão em fornecer informações e dados que facilitam a leitura e compreensão dos Capítulos seguintes.

No Capítulo 2 – *O percurso metodológico* –, além de apontar algumas reflexões em torno dos usos da etnografia e das afetações (cf. FAVRET-SAADA, 1991) produzidas em campo, em especial aquelas desencadeadas pela pandemia de COVID-19, descrevo os percursos metodológicos e seus desdobramentos, explicando as estratégias adotadas para remanejar a pesquisa, que, até então, havia sido planejada para ser realizada *in loco* e que precisou ser expandida para campo digital. Exponho, ainda nesse Capítulo, o processo de coleta e tratamento dos dados e como as biografias das participantes da pesquisa foram construídas.

No Capítulo 3 – *As gerações de lideranças nevenses* –, apresento uma reflexão em torno do conceito de geração, seguido dos aspectos geracionais presentes nas trajetórias das lideranças que são divididas em três gerações, a saber: pioneiras, intermediárias e identitárias. Utilizo três biografias que refletem o protagonismo das mulheres no território e questões geracionais à luz de aspectos das presenças e das ausências de políticas sociais que marcam as trajetórias de vida e de luta dessas mulheres.

No Capítulo 4 – *Algumas matrizes de engajamento* –, apresento as diferentes matrizes de atuação das participantes da pesquisa, constatando que existem diferentes formas de engajamento político e social das lideranças. Essas matrizes estão fortemente baseadas na política e no feminismo e são expressas de maneira dinâmica e variada. A partir das análises dos dados coletados e da elaboração de biografias, identificamos seis matrizes de atuação em que são posicionadas as mulheres lideranças no território.

Por fim, no Capítulo 5 – *A sororidade e o empoderamento* –, procuro justificar o uso da categoria “liderança” para identificar as mulheres participantes da pesquisa. Baseio-me em seus relatos e acontecimentos vivenciados em campo para demonstrar que essas mulheres, em especial as mulheres negras, que atuam em comunidades marcadas pela vulnerabilidade social,

constituem-se enquanto empreendedoras morais pela aquisição e compartilhamento de saberes da experiência que são refletidos nas dimensões política, afetiva e cultural de suas vidas e que são atravessados pelo território e por questões de gênero.

PARTE I

O território e a pesquisa



Figura 1. Montagem de fotos da região do Veneza, em Ribeirão das Neves. Acervo pessoal.

Ribeirão das Neves, na verdade, ela é três cidades em uma.

Ana Elis (2020)

CAPÍTULO I - RIBEIRÃO DAS NEVES: A CIDADE E AS MULHERES

Presídio
Preside
Presidiário
Procede?
Passa
Processo

Bárbara Vee (2021)

A escolha por apresentar a cidade como ponto de partida para abrir a primeira parte da tese tem a intenção de oferecer informações que irão facilitar a compreensão dos Capítulos seguintes e, paralelamente, levar a leitora/o leitor para um passeio reflexivo sobre a cidade de Ribeirão, os usos do conceito de território e o processo de estigmatização.

Objetivamos demonstrar aspectos históricos, sociais e geográficos da cidade, apresentando as dinâmicas e as implicações em torno do processo identitário de suas/seus residentes por meio de uma combinação de diferentes fontes de informações que são provenientes de registros documentais oficiais, fragmentos narrativos das participantes sobre sua constituição e pesquisas acadêmicas sobre o território, inclusive aquelas produzidas por pesquisadoras/pesquisadores nevenses.

Durante nosso contato com o território e a realização da pesquisa, observamos que a cidade representa um lugar de centralidade na vida dessas mulheres, uma vez que elas ocupam uma posição indispensável no trabalho de reprodução social que permeia o território. Assim, consideramos oportuno apresentar um perfil quantitativo dos aspectos socioeconômicos das moradoras e um desenho da atuação de mulheres em espaços consultivos, deliberativos e de representação do governo e da sociedade civil existentes na cidade.

Realizamos a exposição do material descrito e analisado neste Capítulo pelo emprego das seguintes técnicas: (i) triagem da literatura existente sobre a cidade e o conceito de território e estigma; (ii) levantamento estatístico dos dados do Censo de 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do programa *Stata Software*; (iii) exame das listagens de composição dos Conselhos da cidade e produção de infográficos; (iv) elaboração de um infográfico representativo da presença das mulheres nos Conselhos Municipais da cidade com base em informações coletadas *in loco* na casa dos Conselhos; e (v) seleção de trechos narrativos que demonstraram as percepções das participantes da pesquisa sobre as temáticas abordadas e que ajudam a exemplificar e fundamentar dimensões importantes do território estudado.

1.1. A origem da cidade

A presente contextualização histórica de Ribeirão das Neves é resultado de uma compilação de informações, fontes e oralidades com base em uma perspectiva que considera o conceito de *memória coletiva* de Halbwachs (2013) e que reconhece os relatos dos sujeitos como parte integrante da constituição de uma história, uma vez que “a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2003, p. 69). Isso torna a memória coletiva um espaço que reúne e abriga eventos e narrativas que são constituídas por meio de registros e recordações de um grupo:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2013, p. 31).

Partindo dessa concepção, ao optar pela utilização do artigo “uma” no lugar do “a” para nomear este tópico, buscamos enfatizar que, aqui, não pretendemos trabalhar com determinações históricas sobre as origens da cidade. Primeiro, por não ser o foco do presente trabalho; e, segundo, por entender que os relatos históricos, assim como a memória, são construções contínuas e dinâmicas que possibilitam diversos arranjos narrativos para retratar um lugar.

Muitas vezes, as histórias sobre o surgimento da cidade se baseiam em uma abordagem desenvolvimentista que destaca o fato dessa crescer em torno da construção e funcionamento da Penitenciária José Maria Alkimin (PJMA), inclinando-se a reforçar a imagem da cidade como um “lugar de prisões” e omitindo outros aspectos de sua memória, como argumentam Michel Le Ven e Rosely Augusto:

Ribeirão das Neves tem um papel muito particular na dinâmica regional do entorno de Belo Horizonte. A expansão metropolitana, na segunda metade do século XX, foi projetada dotando a capital de centralidade e impondo aos outros municípios da região uma função econômico-social específica para atender as demandas da capital. A Ribeirão das Neves, ao contrário de outros municípios nos quais se investiu na construção do desenvolvimento industrial, se impôs a “vocação penitenciária”, destinando no planejamento regional do estado investimentos para ampliar outras unidades penitenciárias (...) dos resultados desse modelo de desenvolvimento regional foram a imposição de um silenciamento acerca da história secular do povoado de Campanhã e projeção de uma imagem histórica da cidade como nascida no entorno da Penitenciária Agrícola, no centro de um povoado rural. Essa história e essa imagem pouco se alteraram ao longo das décadas (LEN VEM & AUGUSTO, 2021, 155).

Sabe-se que a cidade de Ribeirão das Neves foi criada oficialmente há 67 anos. O decreto estadual de criação que o emancipou de Pedro Leopoldo, formando o município, foi resultante da articulação encabeçada pelo político do partido Republicano, Antônio Justino da Rocha. O seu povoamento se iniciou no século XVIII, quando suas terras, assim, como terras em diversos municípios mineiros, foram ocupadas por meio da prática administrativa de doação das cartas das Sesmarias do Governo Português, uma estratégia de ocupação territorial que visava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola no Brasil.

Os primeiros registros históricos sobre a cidade encontrados em fontes oficiais foram datados no ano de 1747¹ quando o país ainda era administrado pela Coroa Portuguesa por meio do sistema de capitanias. À época, a cidade era denominada de “Matas de Bento Pires”, O Conde Bobadela. Foi o então governador Gomes Freire de Andrade quem entregou, por meio das cartas de sesmarias, o domínio das terras ao mestre de campo, o senhor Jacitho Vieira da Costa, que ocupava o lugar de oficial superior do comando dos terços de infantaria do Exército de Portugal. Vale ressaltar que a primeira carta foi recebida em 29 abril de 1745² e, a segunda, recebida em 16 de junho de 1752³. As cartas das sesmarias tratavam de uma legislação que:

regulou a distribuição das terras devolutivas no Brasil Colônia (...) as extensões de terra doadas nas cartas de sesmaria variaram desde o princípio da colonização. O princípio legislativo previa que as sesmarias fossem dadas àqueles que fossem capazes de cultivá-las. Todavia, há notícias da doação de grandes glebas de terra a uma só família (PINTO, 2011, p. 29).

As cartas de sesmaria que distribuíram as terras nas quais hoje repousa Ribeirão das Neves são documentos importantes para entender a história da cidade. Luiza, uma das participantes que trabalhou no Arquivo Municipal, relatou, durante a entrevista, que havia uma pesquisa em andamento sobre essa documentação e que foi interrompida pela omissão da Prefeitura. Apresentaremos a seguir o seu relato, embora sejam ocultadas as informações sobre o ano. Igualmente, daremos nomes fictícios para a gestão e para o pesquisador, para que seja mantido o anonimato da participante:

Vou te contar um segredo de estado. Nós tivemos um historiador aqui na cidade, no governo do *Prefeito*, quando o *Prefeito* entrou, em XX, é Marcelo o nome dele... o sobrenome dele é *Marcelo*, e ele conseguiu levantar umas histórias de **Neves** que estavam no arquivo no Rio de Janeiro: as cartas de sesmarias. Porque tudo se registrava pelas cartas de sesmarias, né? (...) E aí

¹ As informações apresentadas resultam de uma compilação de dados coletada nos sites do IBGE e da Prefeitura e na Câmara Municipal e no Arquivo Público de Minas Gerais.

² Arquivo Público Mineiro, Volume 10, ano de publicação: 1945.

³ Arquivo Público Mineiro, as cartas de sesmarias do Livro nº 94 (1744-1753).

tem fatos relatados lá super interessantes, que dão uma base legal da história de Neves; a gente começar a entender, compreender de onde nós viemos, como que foi feito essa cidade que, geograficamente, ela é abençoada, o solo de Neves é abençoado e é uma das cidades mais pobres do Brasil. Mas essa história, essa pesquisa é particular dele, sabe? Como a Prefeitura não arcou com essa pesquisa, ele não publicou. Eu nem sei se ainda ele tem esses arquivos com ele e tudo. Mas eu cheguei a conhecer um pouco, porque eu trabalhei com ele na Casa do Arquivo Público (LUIZA, 2021; grifos nossos).

Tanto as informações que constam nas fontes oficiais quanto os relatos de Luiza confirmam que as terras distribuídas pelas cartas das sesmarias foram utilizadas na construção de três fazendas, um engenho e uma capela na região. Com a morte do senhor Jacitho Vieira Costa, em 1760, os direitos de uso passaram ao seu filho, Antônio Vieira da Costa, que faleceu em 1796. Por ser solteiro e sem herdeiros, as terras e seus bens foram adquiridos em leilão pelo capitão José Luís de Andrade, arcebispo de Praga (Portugal) e residente na Vila de Sabará. Esse, por sua vez, designou o filho, o padre José Maria de Andrade, para administrar a propriedade. Segundo Luiza, há relatos que esse padre teve relacionamentos e filhos com mulheres que eram escravizadas:

Você vai encontrar relato de seis filhos, sendo com escravas (...) que ele construiu a capela, aí ele construiu uma fazenda e depois um engenho. Então, eu fiquei pensando, se ele construiu um engenho foi porque ele cultivou cana-de-açúcar. (...) É, aí é o padre José Maria de Andrade, é que ele que tem relatos que teve filhos com os escravos. Por quê? Aqui, a fazenda já tinha os escravos e já tinha italianos que vieram trabalhar na fazenda, na época das colheitas e tudo mais (LUIZA, 2020).

Não encontrei informações em registros acadêmicos sobre os relacionamentos do padre com mulheres escravizadas, mas outras pessoas que são antigas na cidade me confirmaram os relatos de Luiza. Acredito que essa informação, assim como tantas que temos na história do nosso país sobre o abuso de mulheres negras escravizadas, deve ter sido ocultada em função da influência que o padre José Maria exercia na região. Um dos seus feitos na região foi, em 1818, ter conseguido elevar o *status* paroquial da capela da vila, transformando-a na Igreja Nossa Senhora das Neves.

Em função da sua contribuição para o desenvolvimento da localidade, o padre José Maria foi considerado o fundador do “Vilarejo de Neves” – como era chamado o povoado que se constituiu em torno da Igreja e que, hoje, é conhecido como a Região Central da cidade. Após a sua morte, o local passou por um período de declínio. A sobrevivência do lugar foi possível em função de ex-escravizados e imigrantes italianos, que permaneceram na região e deram origem à cidade e à formação de famílias consideradas tradicionais.

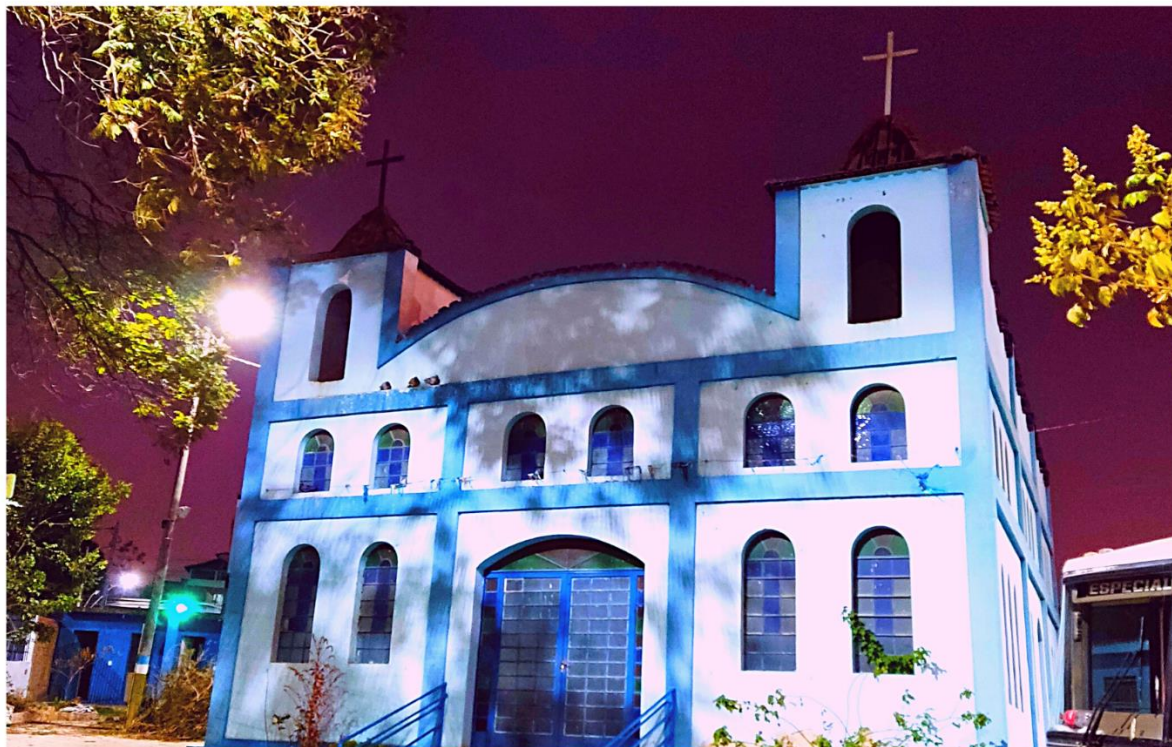


Figura 2. Registro fotográfico realizado durante o trabalho de campo. Acervo pessoal.

1.1.1. O quilombo

O quilombo da Nossa Senhora do Rosário ocupa um lugar relevante na história de Ribeirão das Neves. Desde muito antes da fundação do município, esse quilombo já existia, e, por isso, sua origem ancestral e sua presença constante no território o posiciona como uma das maiores expressões da resistência da cultura afro-brasileira na cidade. Trata-se de um quilombo urbano que se organiza em torno da Guarda de Congo da Irmandade do Rosário de Justinópolis.

O congado é definido como uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira proveniente do sincretismo religioso e que combina rituais, cantos, danças, teatralização e espiritualidades africanas e católicas. Por isso, dentro do quilombo, existem o candombe (dança com atabaques), o congo (conjunto de danças e músicas de origem africana), o moçambique (crença em Nossa Senhora do Rosário), a Folia de Reis, o coral vozes de Campanhã e rituais religiosos. Além disso, seus membros organizam ações de fortalecimento da autoestima e identidade quilombola e outras atividades voltadas para comunidade em geral. A seguir, apresentamos uma foto da igreja N. S do Rosário, construída dentro da sede do quilombo pelos próprios quilombolas.



Quilombo Irmandade do Rosário de Justinópolis | Março de 2021 | Ribeirão das Neves

Figura 3. Registro fotográfico realizado durante o trabalho de campo. Acervo pessoal.

Esse quilombo se localiza dentro da área urbana na região de Justinópolis e se faz presente no território há mais de cem anos, com sua origem datando em torno de 1889, em terras presenteadas pelos Labanca, uma das famílias tradicionais da cidade. Por isso, hoje, a rua em que está localizada a sede do quilombo e a Igreja Nossa Senhora do Rosário leva o nome de Francisco Labanca. A pesquisadora Gleice Tamires Gomes de Brito (2021) apresenta uma síntese da origem do quilombo:

No ano de 1889, constituído por um pequeno grupo familiar que se juntava para celebrar o Candombe (uma dança com atabaques originária da África praticada na América do Sul), um núcleo se formou. As pessoas que se encontravam ali, formaram uma organização social quilombola que buscou se unir em prol dos mesmos objetivos de vida. O grupo migrou do lugar conhecido atualmente por bairro de Areias, pertencente a Ribeirão das Neves, para outro local dentro do mesmo município, conhecido atualmente como Justinópolis. Motivados pelo recebimento de um pedaço de terra doado pela família Labanca de fazendeiros da região, que admiravam a festa organizada pelo quilombo em comemoração à Nossa Senhora do Rosário. Por honra a Santa, em 1919 o grupo decide que seu nome seria Irmandade Nossa Senhora do Rosário (BRITO, 2021, p. 61).

Em 2006, o quilombo recebeu seu certificado de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP), por meio do Processo n. 01420.001750/2015-1 e da Portaria n° 28/2016. Esse fato é importante, uma vez que, reconhecida enquanto território quilombola, a comunidade pode garantir a posse das terras e o acesso a diversas políticas de valorização cultural e de patrimônio que estão grafadas em nossa Constituição Federal:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...) § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988).

Além do reconhecimento nacional e institucional de sua história, o quilombo ocupa um lugar de centralidade entre as Guardas de Congado situadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) em função de sua memória, atuação e articulação. Todavia, esse reconhecimento não é realizado na esfera municipal. Uma das lideranças do quilombo que participou da pesquisa demonstra sua indignação com a invisibilidade da comunidade nos registros históricos oficiais da cidade:

E é uma luta grande, até hoje, para que... O meu pai fala isso sempre para falar... o meu pai sempre fala: “Antes de existir Ribeirão das Neves, nós já estávamos aqui”, e saber que a gente não está incluído nessa história. E isso que a gente conta não são só fatos que foram passando informação dos antigos para nós. O nosso povo era muito bem-organizado, a gente tem muito registro, muita ata, tudo muito bem descrito, sabe? A gente tem muita foto, a gente tem muita... a gente tem um memorial, assim, muito bacana. E não é história só de falar, não, está tudo bem registrado. E quando a gente tem isso tudo muito bem registrado, e que a cidade não tem interesse, não tem intenção de colocar isso na história, eu acho que a cidade tem muito mais a perder do que nós. Porque nós, graças a Deus, conhecemos muito bem essa história. É triste para quem não tem oportunidade de conhecer, de saber que isso aconteceu aqui em Ribeirão das Neves. Mas a gente luta para que isso seja, sim, incluso na história da cidade. A gente tem um contato, uma conversa, agora, bem melhor com a Secretaria de Cultura de Ribeirão das Neves, e a gente vem lutando para que isso seja incluso, sim, na história. Inclusive, a nossa capela é inventariada como Patrimônio Histórico Material da cidade, apesar de muitas pessoas nem saberem disso, depois de muita luta por parte nossa. Não foi a Prefeitura que veio até nós solicitando, não. Foi por parte de a gente procurar e solicitar mesmo que fosse incluído e... E quando foi inventariada a nossa capela, aí foi contada toda uma história. No Arquivo Público de Neves, tem uma pasta com as informações todas sobre a capela, como foi construída, como que foi ganhado o terreno... Tem tudo isso lá no Arquivo Público de Neves. Então, a gente vem lutando, aos poucos, para que essa história nossa seja incluída dentro da história de Ribeirão das Neves. Porque, como eu falei, antes de a cidade estar aí, a gente já estava. Antes de a cidade ser nomeada como

Ribeirão das Neves, já estávamos aqui. Então, talvez, a história da cidade faça parte da nossa história, e não nós que fazemos parte da história da cidade (INAÊ, 2021).

Mesmo diante da importância histórica e sociocultural do quilombo para cidade, o processo de invisibilização da comunidade por parte da Prefeitura é recorrente. Recentemente, o Mestre Dirceu (líder do grupo) publicou um vídeo seguido de uma postagem em nome dos membros do quilombo em que manifesta sua indignação com o poder público e com a polícia militar pela omissão e ausência durante a realização de uma das celebrações mais importantes da Irmandade:

No último fim de semana, aconteceu a grande festa do Quilombo de Justinópolis, o Festejo de Nossa Senhora do Rosário, festa esta que, após dois anos de pandemia, voltou com um público que superou a casa das 3.000 pessoas. E com este contingente enorme entre congadeiros e demais pessoas que vêm todos os anos deixar suas orações, alcançar graças aos pés da Virgem do Rosário, apesar da magnitude da festa e do Quilombo ser um dos espaços que mais atraem pessoas em Ribeirão das Neves, não fomos tratados com o devido respeito que uma instituição centenária merece por todos os seus gestores tanto do Executivo quanto o Legislativo. Nós protocolamos ofícios um mês antes para que pudéssemos fazer o nosso tradicional cortejo com segurança zelando pela vida dos congadeiros e suas Guardas, mas, apesar do número gigantesco de fiéis, não tivemos as presenças dos senhores prefeito Juninho Martins, de seu vice, o agora deputado eleito Vitório Júnior, do secretário de Cultura, Esporte e Lazer, da Polícia Militar, da Guarda de Trânsito, que deveria estar dando o devido suporte. Enfim, foi um descaso total o que o poder público de Neves fez com o Quilombo de Justinópolis! Foi tanto descaso que tivemos nós mesmos ir até o centro de Ribeirão das Neves para buscar os materiais para fechar a rua e, depois, fazer a viagem de volta para entregá-los, sem o devido policiamento e apoio da Guarda de Trânsito. O que se viu foi carros, motos ônibus e caminhões entrando no meio da procissão! A indignação do nosso Mestre é a indignação de cada membro do Quilombo, assim como também estavam indignadas muitas outras pessoas que vieram para a festa mais antiga de Ribeirão das Neves-MG! O Quilombo de Justinópolis é centenário, é terra do povo congadeiro, que só quer ter o direito de festejar e celebrar com o mínimo de dignidade possível, com respeito que merecemos, e não tivemos (POSTAGEM DE INDIGNAÇÃO DO QUILOMBO N. S. DO ROSÁRIO, 27 out. 2022).

A publicação revela, ao descrever a omissão do poder público municipal e dos órgãos de segurança pública, um dos aspectos do racismo institucional diante das comunidades negras: “pode-se inferir que o racismo, sob a perspectiva estrutural, pode ser desdobrado em processo político e processo histórico” (ALMEIDA, 2019, p. 35). Esses processos racistas contra a comunidade são manifestados em outros momentos, que foram percebidos durante a realização da pesquisa.

Em um dia de trabalho de campo presencial (abril de 2021), durante uma conversa com uma quilombola, ela relatou que a página da comunidade no Facebook foi alvo, em 2016, de ataques racistas desencadeados após uma postagem de cunho racista realizada por uma ex-prefeita da cidade. Ainda nesse mesmo ano, na madrugada de 17 de outubro, a comunidade sofreu mais um ataque de intolerância religiosa: invadiram a sede do quilombo, vandalizaram o local e roubaram instrumentos musicais, alguns equipamentos e duas espadas das capitãs da Guarda de Congo. O roubo das espadas foi o que causou mais tristeza e indignação nos membros do quilombo, por se tratar de objetos religiosos essenciais aos rituais e de valor espiritual.

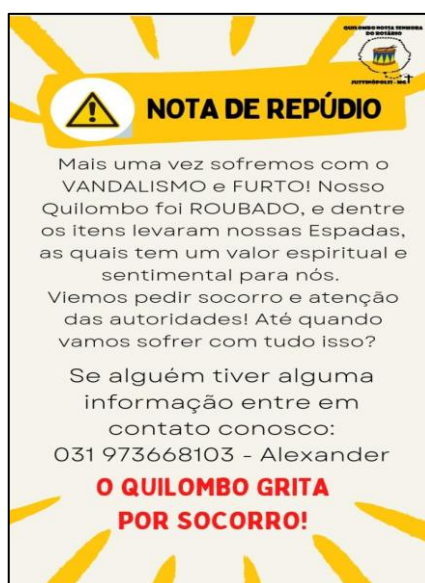


Figura 4. Postagem compartilhada no grupo de WhatsApp Coletivo de Mulheres Nevenses em 17 out. 2021.

Até o momento da escrita desta tese, as espadas não haviam sido localizadas, mesmo com uma grande mobilização das lideranças quilombolas por meio das redes sociais e dos veículos de imprensa para sensibilizar a população no intuito de que os objetos fossem devolvidos. Os acontecimentos e relatos apresentados refletem uma das diversas situações ocasionadas pelo racismo estrutural enfrentado cotidianamente pela comunidade para se manter viva. O quilombo, enquanto uma organização de resistência do povo negro nevensense, é reconhecido pelos moradores como um símbolo histórico da cidade e de sua relevante atuação na realização de atividades educativas, religiosas e culturais e, ao mesmo tempo, é alvo constante da intolerância religiosa e do racismo, manifestado, principalmente, por meio do racismo religioso.

1.1.2. As famílias antigas

Diferentemente do Quilombo de N. S. do Rosário, que luta contra a invisibilização da sua história, os imigrantes italianos que permaneceram na região após 1818 acabaram ganhando o *status* de **famílias tradicionais** da cidade. É recorrente, nas falas das participantes da pesquisa, o uso da frase “fulano é dessas famílias tradicionais do centro” para se referir a pessoas com maior poder aquisitivo na cidade.

No Centro de Neves, principalmente, que é onde está o povo mais rico assim, vamos falar, tem umas escolas ali que todo mundo fala que é da elite. Escola pública. Talvez elas sejam um pouco mais estruturadas. Mas, no geral, no geral, a cidade, ela passa por esse processo de desestruturação, de vulnerabilidade... sabe, estrutural mesmo. Então, assim, eu acho Neves uma grande periferia. E aí, nesse sentido. Periferia, hoje, para mim, é um termo político, sabe? Assim, as pessoas não gostam de falar que Neves é periferia. Sabe? (SARA, 2021).

Essas famílias ocuparam as terras da região que foram, por um longo período, utilizadas para atividades agrícolas. Isso explica o fato da “estrutura fundiária de Ribeirão das Neves se caracterizar pela alta concentração das terras” (SOUZA, 2008 *apud* COSTA, 1983, p. 144).

No tocante a essas famílias, durante uma conversa com o senhor Leonardo Oliveira, pesquisador de questões relacionadas aos aspectos sócio-históricos da cidade e colunista em um site de notícias local, ele menciona que, entre as linhagens que são consideradas pioneiras e tradicionais na cidade, é possível nomear as famílias: Nogueira, Andrade, Cerqueira, Avelar, Guimarães e Alves na região Central; Carvalho, Costa, Rocha, Menezes, Gomes, Lages e Matos nos distritos de Justinópolis e Areias; e os imigrantes italianos Saporì, Guadanini, Loà, Labanca e Catizani na região central e em parte da região do Veneza.

Durante a entrevista com Luiza, ela mencionou que essas famílias, além de ocuparem um lugar de prestígio no imaginário social da cidade, também possuem uma forte influência política local em função da sua “tradição” e do poder econômico. Ela, inclusive, cita que, em decorrência dessas famílias possuem muitas terras que foram apropriadas após a morte do padre José Maria, elas acabaram nomeando alguns bairros da cidade em referência ao país de origem da família. Além disso, muitos nomes de rua são homenagens a integrantes dessas famílias, como implica Luiza: “Por isso que nós temos bairros com nomes europeus (...) Italianos. Veneza, Florença, San Genaro... San Genaro” (2020).

1.2. Território e estigma

Então, assim, me autoafirmar é autoafirmar a potencialidade que tem dentro desse município. Sabe? Que aqui não é um lugar só de presídio, que aqui não é uma cidade só dormitório, que aqui não tem só crimes, que aqui não tem só bandidos, sabe? (...) E eu gosto de estar aqui, eu gosto de (estar em todos) esses cantos, no coletivo *Diverso*⁴ (...) não sei até quando eu vou ter energia para isso, não, sabe? Mas, enquanto eu tiver energia, eu vou. Porque eu acho que são as formas que a gente encontra de criar formas diferentes e possíveis de viver a cidade por outros caminhos, não só: “– Ah, você mora em Neves?”; “– Não, eu moro ali na divisa, moro em Venda Nova”. Só isso que a galera fala. Eu já falei muitas vezes. Antes de viver nevensense, eu já falei demais. “– Você mora onde?”; “– Eu moro em Venda Nova”. Para que eu ia falar “– Em Neves”? Não tinha nada de bom aqui. Falar que eu moro numa cidade que mata três a cada dois dias, uma cidade que só recebe presidiário, uma cidade que o poder público está se ferrando para a comunidade... Ninguém tem orgulho disso, não. Mas, se a gente sabe que tem a potência que tem a cidade, não ficar aqui e não mostrar isso, enquanto esses lugares são estigmatizados com olhares preconceituosos, quem é que vai fazer isso? Ninguém. Porque o poder público só está expulsando a gente. Neves é muito acolhedora, Neves recebe todo mundo que quer chegar. Mas o poder público recebe para poder expulsar depois. Recebe para ter recurso e, depois, expulsa. Porque ninguém vive a cidade. E uma cidade é feita para ser vivida, não só habitada. Eu fico muito emocionada quando eu falo em Neves (MARIANA, 2021).

As palavras de Mariana sintetizam o que pretendemos abordar nas próximas páginas a respeito da relação entre território e estigma, buscando contextualizar o processo de estigmatização, os efeitos desse processo na vida de suas/seus moradores e como tal processo está relacionado com a história da cidade.

1.2.1. O conceito de território

O território é uma categoria fundamental para esta pesquisa, uma vez que se articula em torno da compreensão relacional da centralidade de Ribeirão das Neves nas vidas das mulheres lideranças nevensenses. Conforme mencionado no tópico “Aproximação com tema”, ainda na Introdução, o território é uma categoria polissêmica e seus usos variam entre “conceito analítico, quando não teórico, e o de palavra corriqueira, de uso cotidiano, utilizado para fazer menção aos modos de vida de territórios e populações de bairros de moradia autoconstruída (...), mas também morros, favelas e subúrbios” (CUNHA & FELTRAN, 2013, p. 11).

Segundo Vallejo (2002), o conceito é utilizado, inicialmente, nos estudos das Ciências Naturais e, posteriormente, ganha espaço relevante nas Ciências Sociais e na produção de

⁴ Nome fictício.

políticas públicas, além de se expandir para diversas áreas. Assim, os variados manuseios da categoria permitiram o aprimoramento de seus significados e de seus usos tanto nas concepções teóricas, quanto em aplicações concretas:

A evolução conceitual da expressão territorial possibilitou uma concepção contemporânea de maximização do seu aproveitamento também pela perspectiva material (prática e objetiva), favorecendo que os grupos sociais passassem a exaltar a importância de sua ocupação, seu uso e a necessidade de controle pelas comunidades envolvidas. Isso implicou uma consideração do conceito ganhando significados de múltiplos poderes, heterogêneas identidades e infinitas funções, no intuito de traduzir as inúmeras interpretações dadas ao território (MELO & VIEIRA, 2018, p. 74).

Portanto, trata-se de categoria fluida e situada com ampla utilização tanto na condução de pesquisa quanto no planejamento de políticas públicas no âmbito governamental, passando a abranger diferentes abordagens (biológica, cultural, econômica e social) e tendo diversas aplicações concretas no desenho de políticas públicas que orientam diversos projetos e programas de governo. Temos, como exemplo, o caso do Programa Fica Vivo, citado na Introdução, que utiliza o termo para definir a sua área de abrangência com base não somente em aspectos geográficos, mas considerando também a configuração da dinâmica criminal do lugar. Movimento parecido é observado, também, nas redes formadas por setores da sociedade civil organizada e instituições públicas, que se articulam em torno de demandas e de capilaridades que são localizadas em espaços social e geograficamente próximos.

Pensar território é pensar em coletividades, considerando que ele pode ser definido como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu território ou *homeland*” (LITTLE, 2002, p. 3, grifo do autor). Desta forma, compreendemos que o território é, para além da delimitação do espaço físico definido por uma ordem jurídica, administrativa e/ou econômica, um conjunto complexo de usos e possibilidades político-educativas marcados por relações de poder, no qual se conformam conflitos, processos e dinâmicas relacionais. Essa compreensão de território é alicerçada nos pressupostos de Claude Raffestin, que define:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Partindo dessa compreensão, ressaltamos algo que é peculiar a Ribeirão das Neves e que, ao mesmo tempo, é tão recorrente em territórios periféricos: o estigma. Mas, no caso dessa cidade, há uma busca por parte das lideranças de conduzir um processo de empoderamento identitário e enfrentamento ao estigma como uma ferramenta discursiva de mobilização social.

1.2.2. A estigmatização da cidade

Então, quando a gente sai de Ribeirão e fala que a gente mora em Ribeirão das Neves, ou que você é de Ribeirão das Neves: “Nossa, lá só tem cadeia, né?”, “Nossa, lá é perigoso”. “Nossa, o índice de homicídio lá é muito grande”. As minhas próprias amigas, que moram em BH, elas não sabem, mas elas me ofendem ao falar isso. Elas não sabem que me ofendem. Porque, hoje, eu amo Neves. Hoje, eu aprendi a amar Neves. Mas, até hoje, algumas amigas, elas falam isso: “Poxa, lá é muito perigoso, Alana, lá só tem cadeia, lá não tem nada”. E não é isso. Sabe? Então, sim, até hoje, a gente é muito discriminado por morar em Ribeirão das Neves. E o estigma aqui, social, as pessoas, elas são anuladas. Eu acho que essa é a palavra. Somos anuladas em muitos setores. Tanto no setor... de empresas mesmo, a hora que você fala que você mora em Ribeirão. “Ah, é longe, a passagem.” Então, são **ene coisas**, que você sente quando você mora em **Ribeirão** (ALANA, 2021).

As palavras de Alana expõem os cenários de como o processo de estigmatização é operacionalizado no cotidiano. Ao usar a palavra “anuladas”, ela sintetiza com exatidão como as dimensões subjetiva e social das pessoas que residem na cidade são atravessadas pelos efeitos do estigma do território. Na dimensão subjetiva, a sensação de se sentirem “anuladas” diante da discriminação explícita ou velada provoca silenciamentos e gera sentimentos de tristeza, inferioridade, constrangimento, indignação e revolta. Já na dimensão social, o estigma é evidenciado por processos de exclusão: ao mencionar “somos anuladas”, ela ilustra como o fato de pertencer a Ribeirão das Neves limita seu campo de oportunidades no mercado de trabalho e de possibilidades de mobilidade social.

Incorporamos, neste trabalho, a noção de estigma tomando como base duas perspectivas. Uma se baseia nos aspectos empíricos que demonstram uma mobilização do termo por parte das lideranças nevenses e dos moradores da cidade quando falam sobre a relação de exclusão simbólica da cidade do restante da RMBH. E a outra é fundamentada no uso teórico do conceito goffmaniano que define o estigma como aquilo que é “usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 2008, p. 13). Essa definição é amplamente estudada nas Ciências Sociais, e, por isso, acreditamos não ser necessário, no escopo deste trabalho, fazer

uma digressão justificando o conceito, uma vez que existe um consenso sobre seus entendimentos e usos em pesquisas sobre desigualdades e processos de exclusão.

Assim, buscaremos, neste tópico, demonstrar como o processo de estigmatização do território é desencadeado e quais são seus efeitos na cidade e na vida de suas/seus habitantes, recorrendo ao ponto de vista de quem é impactada/impactado por esse processo, somando-o a reflexões e dados presentes em pesquisas acadêmicas sobre Ribeirão das Neves. Há um consenso nesses estudos e nas narrativas das minhas interlocutoras de que o estigma do território é provocado pela presença das prisões e pela relação histórica dessas instituições com o surgimento e o desenvolvimento da cidade. Isso porque uma das unidades prisionais mais antigas da cidade e a primeira de Minas Gerais chega ao território antes desse ser reconhecido como uma cidade.

O fato de abrigar cinco unidades prisionais, somado aos índices de violência que se tornaram espetáculos frequentes da mídia sensacionalista belo-horizontina, contribuiu para a cristalização, no imaginário social, de uma visão sobre a cidade atrelada à imagem de “lugar de prisões”. Por isso, é importante entender como se desencadeou o processo histórico da chegada das prisões à cidade.

Como mencionado anteriormente, a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) foi a primeira instituição prisional a ser construída no território, tendo como proposta ser um modelo de unidade prisional autossustentável para a América Latina. Por isso, sua missão era ser uma instituição capaz de se sustentar de forma independente do Estado. Pretendia, por meio do trabalho dos internos, ter a capacidade de produzir todos os insumos necessários para sua manutenção, inclusive captando recursos por meio da comercialização da produção dos internos.

A PAN foi construída por decisão do presidente Washington Luís, com suas obras começando em 1927. Foi inaugurada em 1938, durante o governo de Getúlio Vargas, tendo sido a primeira unidade prisional de Minas Gerais. Nesse período, Ribeirão das Neves ainda não tinha *status* de cidade, sendo um distrito rural do município de Contagem.

A Penitenciária provocou o crescimento da região que, hoje, é nomeada como Sede/Central. Durante muito tempo, a comunidade tinha uma relação de proximidade com a instituição. Conforme relatos de lideranças antigas da cidade, a Penitenciária realizava várias atividades e, aos domingos, era aberta para visita da comunidade. É nesse contexto que nascem e vivem suas infâncias duas personalidades nevenses que causam muito orgulho à comunidade, Wilson Piazza (jogador de futebol, tricampeão mundial da Seleção Brasileira) e Henfil

(cartunista, jornalista e sociólogo). Além disso, a primeira fábrica de couro da RMBH foi construída na cidade.

Na percepção das participantes da pesquisa, esses elementos sobre a memória da cidade que ganham pouca visibilidade ou são ocultados, como questiona Luiza ao dizer: “Defendo, mas eu defendo contando essa história”. Ademais, ela menciona a importância da construção da PAN para compreender a história e o processo de desenvolvimento da cidade.

Até a própria cadeia, que hoje é a José Maria de Alkimin, mas que era a Penitenciária Agrícola de Neves, até o próprio modelo de ela ser feito, foi base de experiência para a América Latina. [...]. Realmente, a gente não pode deixar de ressaltar mesmo, quem construiu o centro de Neves foi realmente a José Maria de Alkimin hoje. Porque ali se foi feito com a própria família dos presos, com a própria família dos funcionários dos presos... Que foram aquelas casinhas em torno ali da Penitenciária era do Estado e ali morava todos os funcionários. Inclusive, a família do Henfil. O pai dele eu acho que trabalhava na administração do prédio lá. E aí foi. Já tínhamos aqui os negros e os italianos que trabalhavam nas fazendas, e veio mais ainda pessoas de diversas culturas (LUIZA, 2021).

Em 19 de fevereiro de 2009, a PAN foi considerada Patrimônio Cultural de Ribeirão das Neves em virtude de suas características arquitetônicas e de sua relevância histórica para a cidade. O processo de tombamento foi uma iniciativa da sociedade civil organizada nevensense por meio do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico (CMPH-RN), conforme Decreto nº16/2009 que dispõem em seus primeiros artigos:

Art. 1º O Tombamento do Complexo Arquitetônico da Penitenciária José Maria Alkimim situado na Praça da Esplanada, s.nº, Bairro Centro, por seu valor Urbanístico, Arquitetônico e Histórico.

Art. 2º Este bem cultural fica sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei Municipal nº 3.000/2007, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ribeirão das Neves e aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (RIBEIRÃO DAS NEVES, 2009).

Após algumas mudanças administrativas na gestão prisional de Minas Gerais, a PAN, passou a ser chamada de Penitenciária José Maria Alkimim (PJMA). Além do valor histórico, a instituição representa o marco da chegada de mais cinco instituições prisionais na cidade, pois, em 1960, a Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira é transferida de Belo Horizonte para Ribeirão das Neves. Vinte dois anos depois é inaugurada a Penitenciária Feminina José Abranches Gonçalves. E, em 2007, é instaurada a quarta instituição prisional, a Penitenciária Inspetor Jorge Martinho Drumond cuja chegada provocou imensas mobilizações por parte de lideranças e moradores que não querem mais instituições prisionais na cidade e denunciam os

problemas causado pelo estigma provocado pela presença das prisões, conforme demonstra Campos (2009), Le Ven e Augusto (2021):

Sabe-se que mobilizações populares rejeitaram com veemência a instalação de mais esta unidade prisional. Entretanto, as manifestações nas ruas e participações da sociedade civil municipal em audiências públicas e reuniões com autoridades municipais e estaduais, além de um abaixo-assinado com 40 mil assinaturas da população nevensense, encaminhado ao governo do Estado, não impediram a construção do presídio (CAMPOS, 2009, p. 84)

O que gerou múltiplas demandas e propostas, como a de resistência a novas prisões na cidade ou a de desativação da mais antiga delas, construída bem no centro da cidade e considerada sua matriz de fundação. Hoje, ainda, não se conquistou a efetivação dessa demanda, mas ela vem tomando corações e mentes da população, de lideranças políticas e de parcelas dos gestores públicos, que propõem que ali se dê lugar a uma nova instituição: de educação e cultura, como o centro e fonte memorial e de identidade da cidade (LE VEN & AUGUSTO, 2021, p.158).

Mesmo diante da indignação das pessoas residentes na cidade a respeito da construção de novas prisões, em 2006 é implementada uma nova instituição prisional: trata-se do primeiro Complexo Penitenciário de parceria público-privada (PPP) do Brasil, uma instituição que se tornou objeto de estudos de diversas pesquisas (ROCHA & VITOI, 2021; PEREIRA, 2019; entre outras).

A indignação da sociedade nevensense diante da presença das unidades prisionais da cidade provocou o surgimento da Rede Nós Amamos Neves, que, desde 2008, denuncia os diversos grandes prejuízos simbólicos, financeiros e sociais causados pela presença das prisões, o que engloba desde o processo de estigmatização do território e de suas/seus moradores até o aumento da sensação de insegurança na cidade. Hoje, a Rede se organiza em torno da bandeira de luta chamada “#desativaPJMA”, que emerge no seguinte contexto”:

Em 2005, quando a cidade já abrigava outros complexos penitenciários, diante do projeto de instalação do presídio Inspetor José Martinho Drumond, a população se mobilizou pela primeira vez contra mais prisões na cidade. Porém, foi em vão, e o mesmo foi inaugurado em 2006, gerando indignação na população, que continuou se organizando. Segundo registros internos do grupo, a origem do movimento #DesativaPJMA! está relacionada ao surgimento da “Rede Nós Amamos Neves”, organizada em 2008 por diversas entidades como o Centro de Estudos, Pesquisa e Intervenção de Ribeirão das Neves (CEPI-Neves), associações comunitárias, as paróquias Santa Vitória e Santo Antônio, a Pastoral Carcerária, as Brigadas Populares, militantes políticos e professores universitários. O objetivo da Rede era lutar pela qualidade de vida na cidade, contra mais presídios e pela desativação da PJMA (VIEIRA, 2022, p. 16).

Uma das maiores reivindicações do movimento é a transformação da PJMA em um centro cultural ou instituição educacional, conforme foi possível observar durante a Audiência Pública Popular realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).



Figura 5. Manchete da reportagem da ALMG sobre a Audiência Pública Popular. Foto: Daniel Protzner.

A audiência foi fruto da articulação da deputada Andreia de Jesus com a finalidade de discutir a desativação da PJMA em uma perspectiva da participação popular e da promoção dos direitos humanos.

Durante o evento, além da representação do CEPI-Nevis e de integrantes de diferentes setores da sociedade nevensense, estavam presentes representantes dos movimentos Desencarcera (MG) e Desinterna (MG), que integram uma agenda nacional que visa à construção de políticas anticárce e ao tratamento digno das pessoas privadas de liberdade e seus familiares. Pudemos observar que as mulheres constituem a maioria dos representantes desses movimentos. Em

conversas com essas lideranças após a audiência, elas me forneceram materiais informativos sobre esses movimentos que estão no Anexo I.

1.2.3. Território estigmatizado

A literatura brasileira que utiliza na centralidade de seus trabalhos o termo “território estigmatizado” (BEZERRA, 2011; 2015) discorre, principalmente, sobre os aspectos negativos de morar e viver em um lugar estigmatizado, explorando, sobretudo, os efeitos do medo, da criminalidade e da violência no cotidiano de seus moradores, reafirmando a ideia de “territórios estigmatizados” como “territórios de inseguranças”, que “conota-os como áreas periféricas, em decorrência da sua organização física” (MENEZES & RAMOS, 2013, p. 190).

Entre os estereótipos que podem ser associados a pessoas que residem em territórios estigmatizados, estudos sobre circulação de jovens moradores de favelas mostram como a “condição do favelado é aquela à qual é atribuída o maior estigma. O pertencimento a esse território é reconhecido como marcador que delimita o acesso de jovens de favelas à cidade” (p. LEITE & SILVA, 2013, p, 154).

Contudo, há dois aspectos pouco explorados nesses estudos: primeiro, há uma ausência de significado do que é um território estigmatizado, como ele se constitui e como ele se define; e, segundo, falta responder uma pergunta que parece óbvia: esses territórios são estigmatizados apenas por serem violentos ou distantes? Parece-nos que a resposta a essa pergunta pode ser afirmativa para grande parte dos lugares urbanos marginalizados. Entretanto, acreditamos que uma resposta positiva não se encaixa no caso de Ribeirão das Neves, pois, consideramos que a cidade não é estigmatizada por ser uma cidade violenta e sim por um imaginário social que a coloca como tal. Tal aspecto é recorrente em diversas áreas estigmatizadas, um exemplo pode ser encontrado no estudo de Norbert Elias (2000), no qual o autor explora a dinâmica das normas e relações de poder entre grupos como "estabelecidas" e "outsiders" em uma pequena comunidade da Inglaterra (cf. ELIAS & SCOTSON, 2000).



Paisagens urbanas da cidade | Setembro de 2019 | Ribeirão das Neves

Figura 6. Montagem de fotos de paisagens urbanas de Ribeirão das Neves. Acervo pessoal.

A presença da penitenciária contribuiu para o desencadeamento de dois processos, o início da rotulação da região como o “lugar da prisão” e a especulação imobiliária voltada para as camadas mais populares, pois, “apesar do alto grau de monopólio no mercado imobiliário de Ribeirão das Neves, os preços da terra eram relativamente baixos” (SOUZA, 2008, p. 147). Em função disso, o crescimento populacional da cidade passou por diferentes processos, podendo ser dividido, segundo Salgado, por três diferentes períodos, sendo o primeiro momento na:

década de 1950, que data a fundação da cidade; o segundo momento, a partir da década de 1970, onde observa-se que o crescimento populacional acompanhou o intenso processo de parcelamento de seu solo urbano, afirmando a estruturação de uma periferia metropolitana altamente adensada, com níveis recordes de crescimento urbano na América Latina e no terceiro momento, identifica-se uma nova tendência de crescimento, que data dos anos 2000 e se baseia na tendência de verticalização dos imóveis (SALGADO, 2016, s/p).

A cidade vem se destacando como uma das principais frentes de expansão da RMBH, conforme podemos observar nas imagens que compõem a Figura 6. Segundo dados de 2021 do IBGE, a sua população é estimada em 341.415 habitantes. Entretanto, o crescimento populacional não representou melhoria na qualidade de vida dos moradores da região, que vem

se afirmando, segundo Josiane Souza (2008), como “o lugar de residência” dos mais pobres e como uma “Cidade Dormitório” (p. 06), dada a sua proximidade com Belo Horizonte e o fato de fazer divisa com os municípios de Esmeraldas, Pedro Leopoldo, Vespasiano, Contagem e São José da Lapa, o que contribui para um fluxo intenso de deslocamento dos moradores que saem da cidade para trabalhar.

Durante nosso trabalho de campo, pudemos observar que realmente existe esse fluxo de pessoas que se deslocam para Belo Horizonte para trabalhar, estudar e acessar equipamentos públicos que são inexistentes em Neves, mas o fato de o território ter algumas características de cidade dormitório não implica em uma cidade sem identidade de pertencimento, como apontado por Souza (2008) em sua tese⁵, na qual a seguinte afirmação é feita:

Analisando a mobilidade da população em direção a Neves torna-se clara a dissociação entre o local de residência e o local de trabalho. Neves é apenas o local de residência, é apenas uma “cidade dormitório” para grande parcela de sua população. Esse termo refere-se aos espaços habitados por indivíduos que saem bem cedo de casa, principalmente pelo motivo trabalho, e regressam apenas à noite, seja pela distância entre o local de residência e o local do trabalho, seja pelo custo que esse deslocamento representa para o indivíduo. As cidades dormitórios não são usadas nem mesmo para a realização do consumo e do lazer. Normalmente estes se efetivam no núcleo, que também oferece mais opções para os indivíduos. Ao que tudo indica, Ribeirão das Neves deve permanecer assim classificado ainda por um longo período de tempo (*Ibidem*, p.173).

Essa afirmação é equivocada, uma vez que o que foi demonstrado até aqui e o que será exposto ao longo desta tese evidenciam o contrário. Existe uma grande mobilização na cidade em torno da reafirmação do território enquanto lugar de pertencimento. Ainda que limitados, existem esforços por parte da Prefeitura por meio de campanhas de valorização da cidade, e há, também, ações dos movimentos sociais neveses a fim de criar e manter espaços de fortalecimento identitário, conforme é ilustrado no artigo “Afeto e política: por uma Neves da gente”, em que Michel Le Ven e Rosely Augusto destacam a importância de uma instituição local para a produção e o incentivo de novos olhares sobre o território:

A pesquisa denominada “Uma Neves da gente” gerou reflexões que nos levaram – pesquisadores e lideranças – à criação de uma organização não governamental, o Centro de Estudo, Pesquisa e Intervenção Ribeirão das Neves (CEPI-Neves), que inaugurou na cidade uma nova forma de pesquisar e intervir durante os últimos 15 anos (*Ibidem*, 2021, p. 156).

⁵ Título da tese: “A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves”.

Inspirados pela proposta do CEPI-Neves, temos a obra “Ribeirão das Neves: Pesquisa, Cultura e Novos Tempos”, que reúne uma coletânea de artigos de 9 pesquisadores neveses e/ou residentes na cidade sobre “as dimensões socioculturais e a atuação dos atores sociais e suas relações, com foco específico de pesquisas realizadas dentro do território de identidades do Município de Ribeirão das Neves” (COLETIVO SEMIFUSA, 2021, s/p).

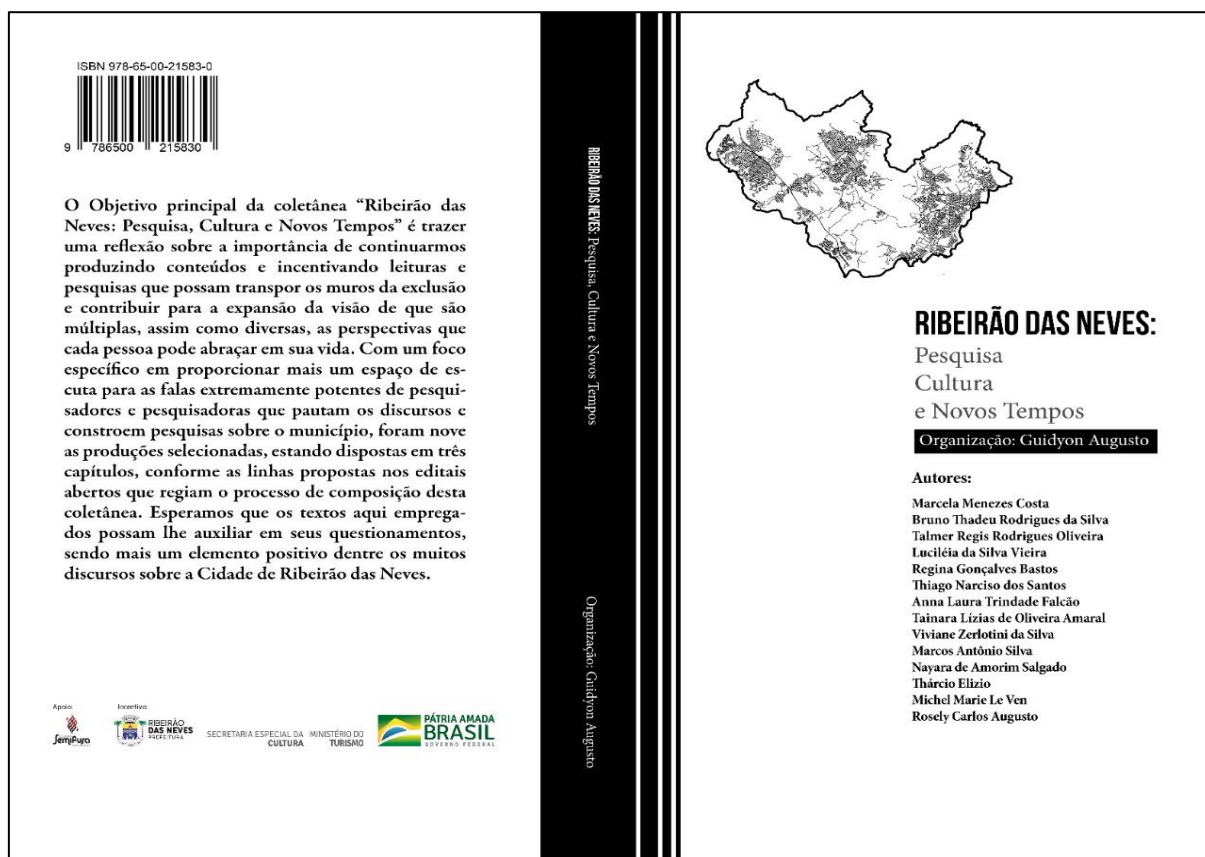


Figura 7. Capa do livro. (Fonte: Coletivo Semifusa).

Essa obra menciona diversos exemplos que também contradizem as afirmações de Souza, uma vez que, ao pontar Neves como “o lugar de residência dos mais pobres e como ‘Cidade Dormitório’” (2008. p. 06), a autora acaba reproduzindo uma lógica de pesquisa frequente em estudos de cunho quantitativo que acabam reforçando uma percepção que cidades populares com índice de desenvolvimento humano (IDH) baixo não possuem relações de pertencimento com o lugar. Consequentemente, essa lógica reforça os discursos preconceituosos e desencadeia um processo violento de estigmatização nesses territórios. Alguns efeitos de como os estigmas afetam as cidades serão apresentados a seguir.

1.2.4. Os efeitos do estigma

Você é da cidade das cadeias?
Cássia (2019)

Ribeirão das Neves é composta por 50% de presos soltos
e 50% de presos trancados
Ana (2020)

Já vai voltar para a cela?
Luiza (2021)⁶

Essas são algumas das frases que refletem o que a comunidade nevensense costuma ouvir em virtude dos rótulos da cidade. Elas foram extraídas de trechos em que as participantes da pesquisa narram episódios em que são estigmatizadas em função de seu lugar de moradia. Em seus relatos, elas apontam que a **fama da cidade** recai sobre elas de alguma forma, o que reforça que a maneira como um lugar é percebido fora de seus limites geográficos atinge seus habitantes, ou seja, o estigma da cidade interfere significativamente na vida de seus moradores. Portanto, é possível compreender Ribeirão das Neves à luz do conceito de território estigmatizado de Wacquant, que é utilizado para identificar lugares que são caracterizados por símbolos e elementos preestabelecidos de diferenciação socioespacial que provocam impactos nocivos sobre a comunidade:

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o dismantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva (WACQUANT, 2005, p. 33).

É importante frisar, ainda, que utilizamos aqui a expressão ‘território estigmatizado’ para falar sobre a problemática em torno da cidade. Portanto, podemos dizer, nos termos de Pierre Bourdieu (2008), que os moradores de Ribeirão das Neves vivem sob os “efeitos

⁶ Trata-se da expressão que a participante da pesquisa ouvia frequentemente dos colegas de trabalho quando estava terminando seu expediente em Belo Horizonte.

negativos do lugar”, relacionados a um processo no qual a estigmatização do território automatiza a naturalização dos aspectos negativos e, instantaneamente, atrela o estigma aos indivíduos pertencentes à cidade. Em outras palavras, o efeito do lugar desencadeia uma visão preconceituosa sobre seus habitantes.

Esse processo de estigmatização é alicerçado pela associação imediata da quadríade prisões-criminalidade-violências-pobrezas. Há, nesses casos, uma acoplagem entre o espaço físico e o espaço social que interfere na identidade individual (cf. GOFFMAN, 2008) e coletiva – estigmatização do grupo (cf. ELIAS, 2000). Na esfera da identidade coletiva, todos os moradores serão impactados pelo estigma. Trata-se, aqui, não de um aspecto em comum do corpo dos sujeitos que os identificam como um grupo estigmatizado e sim sua localização em um local físico. O simples fato de morar em Ribeirão das Neves já é o desencadeador do estigma, pois esse não é provocado por uma característica individual que o sujeito carrega em seu corpo, mas sim pelo local físico em que esse sujeito habita.

Na esfera da identidade individual, já não é mais o fato de morar em um lugar estigmatizado o maior complicador na vida do sujeito e sim como ele será atingido por esse estigma, qual será a associação feita pelos outros, entre ele e o estigma do lugar, a qual(is) dos componentes da quadríade (parente de preso, criminoso, violento e/ou pobre) ele será associado.

Assim, existe um estigma grande, que eu passei de forma pontual porque eu escondia... é isso, escondia de onde eu morava, até mesmo. Quando começa a paquerar assim na internet, nunca falaria onde eu morava, de onde é a minha família, onde eu estava no fim de semana... E isso é uma narrativa comum entre todos os meus amigos aqui da cidade. E aí, hoje, essa mesma galera é a galera que fala: “Eu sou de Ribeirão das Neves mesmo e daí? Você conhece? Você já foi lá? O que você conhece de Ribeirão das Neves?”. *Essa é uma narrativa nossa, sabe?* “– O que você sabe sobre Neves?”. Então, todos os projetos culturais, as lutas que a gente faz, é nesse sentido de mostrar o que é Ribeirão das Neves, de fato, sabe? É mostrar a favela, é mostrar [...] “O que que as pessoas estão fazendo ali na favela?”. Quais acessos têm? (SARA, 2021; grifos nossos).

É nesse momento que outros marcadores sociais de diferença como gênero, raça, sexualidade, escolarização, dentre outros, fazem toda a diferença na vida desse sujeito, podendo agravar ou atenuar esse processo de estigmatização e, conseqüentemente, podendo abrir ou fechar portas, oferecer ou tirar oportunidades, expandir ou estreitar o estabelecimento de laços. Mesmo diante da falta de estrutura e apoio de setores governamentais, as pessoas que residem na cidade, por meio dos movimentos sociais, buscam – em especial, as mulheres lideranças – construir espaços de fortalecimento identitário, como o relato da Sara que acabamos de citar.

1.3. A divisão espacial da cidade

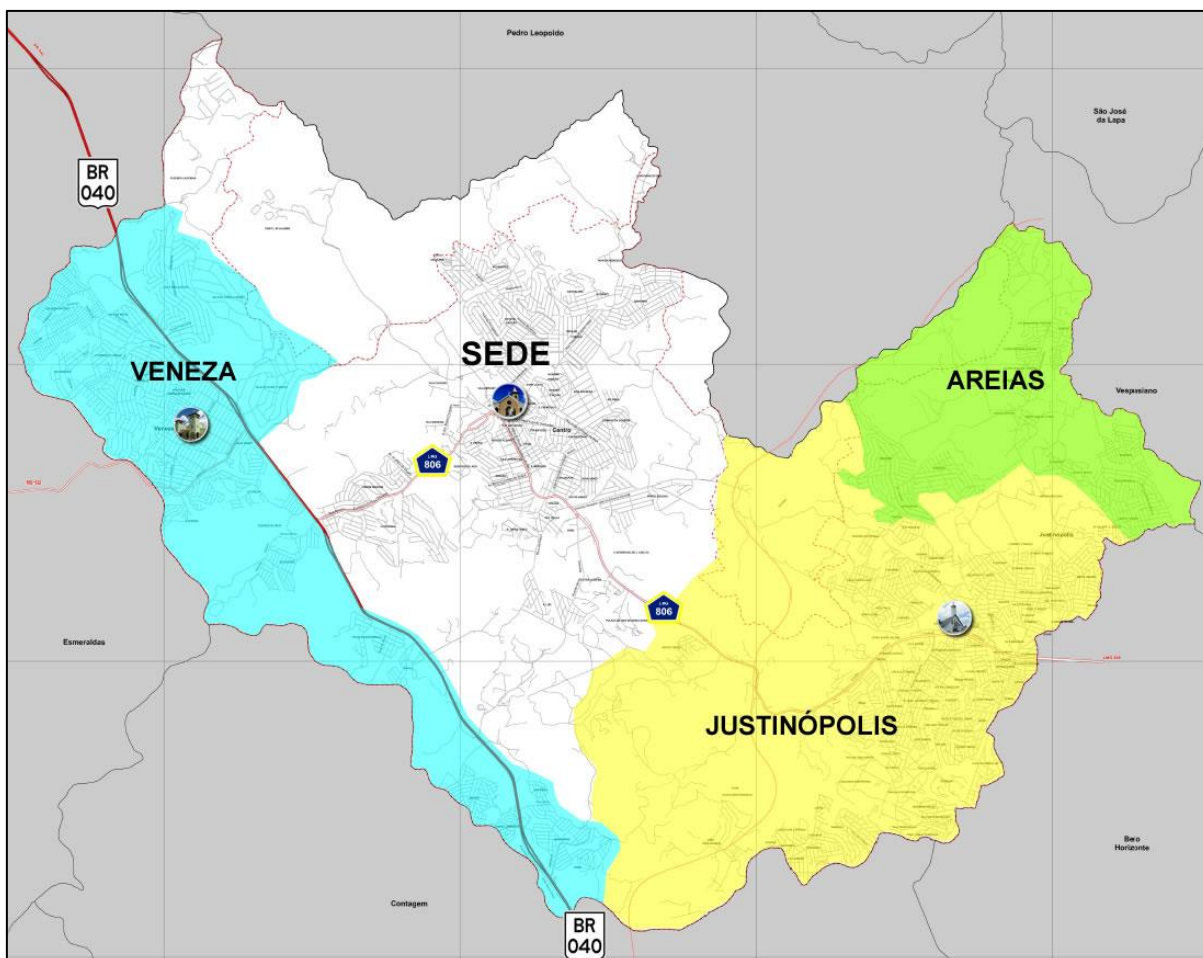
Ribeirão das Neves é a sétima cidade mais populosa do estado de Minas Gerais que, por sua vez, é formado por 853 municípios. Com uma área total de 155,454 km², ela é situada geograficamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, composta de 34 municípios, que, juntos, possuem uma população de 5.916.189 habitantes.

O município era dividido em três distritos administrativos: o Centro (Sede), Justinópolis e Veneza (conforme Mapa 1). Em 2019, passou a ter quatro distritos, pois a região de Areias foi reconhecida como distrito por meio da Lei nº 049-C/2019 (conforme Mapa 2). Todavia o prefeito Junynho Martins (PSC) anunciou em noticiários locais que iria vetar o projeto. Não foi possível localizar informações no Diário Oficial do Município e no site Câmara Municipal de Ribeirão das Neves (CMRN) sobre a situação real do veto ou da implementação da lei.



Mapa 1. Distritos de Ribeirão das Neves (Fonte: Google Earth.) Edição da autora (2020)

Essa divisão é muito significativa na vida de seus moradores, uma vez que demonstra uma cidade segregada que isola cada distrito, afetando os movimentos sociais, pois a distância geográfica entre as regiões representa um desafio para a articulação de ações.



Mapa 2. Distritos de Ribeirão das Neves. Elaboração: RibeiraoDasNeves.net (2021). Disponível em: <https://cutt.ly/T2ul1Ei>.

Ribeirão das Neves, na verdade, ela é três cidades em uma. Porque Justinópolis... eu não lembro quantos bairros que é Justinópolis, mas... que faz divisa com Belo Horizonte, Pampulha, essas coisas, né? Então, ela é independente. O Centro de Neves, Justinópolis não depende dele. E, também, Veneza não depende de Neves (ANA, 2020).

Algumas participantes, como Ana, consideram que a cidade é dividida em três, e outras lideranças, principalmente as que atuam na região de Justinópolis, já começaram a reconhecer a condição de distrito de Areia, como pudemos perceber em uma conversa com Helena (2021), na qual questiono sobre a divisão da cidade e ela responde “Três ou quatro, com Areias”. Essas quatro microrregiões possuem suas próprias características e particularidades devido aos aspectos históricos e sociais de formação da cidade. Inclusive, é possível observar, nos Mapas 1 e 2, uma distância acentuada entre a localização dos distritos e extensas áreas que ainda não foram urbanizadas.

A seguir, apresentamos alguns aspectos e considerações em torno dos quatro distritos existentes hoje no município: Sede, Justinópolis, Areias e Veneza.

1.3.1. Sede

Mas tem uma história, também, que eu te falei, que quando veio esse nome de Ribeirão das Neves. Há relato que ali as pessoas, o trabalhador de roça, veio uma senhora... Porque realmente tinha neve. Eu peguei a época de neve em Neves. A minha infância, a gente se levantava cedo para molhar as plantas para não queimar, o orvalho não queimar. E era aqueles floquinhos assim, sabe, branquinho igual uma neve. Por isso que o nome de Ribeirão das Neves. À beira dos córregos. A região central é muito córrego. O centro de Neves é em cima de um córrego. (LUIZA, 2021).

A população nevese costuma utilizar o termo **Centro** para se referir ao distrito Sede, um dos lugares de surgimento da cidade. A região começou a desenvolver seu primeiro núcleo urbano em 1938 com a construção da PAN. Em seu entorno, passaram a viver as famílias dos funcionários e presos da Penitenciária, desencadeando uma nova forma de ocupação (cf. SILVA & STEPHAN, 2015; SOUZA, 2008).



Figura 8. Parque Ecológico de Ribeirão das Neves. Acervo pessoal.

É importante ressaltar que a Sede se configura, hoje, como uma espécie de distrito administrativo que centraliza grande parte das instituições públicas, conforme é possível observar no mapa de equipamentos (p. 77). Esse fato é alvo de críticas das lideranças dos

distritos do Veneza, Justinópolis e Areais, que denunciam as barreiras de acesso aos serviços públicos. Um bom exemplo é o fato de ser localizada na região a única Delegacia da Mulher (DA) existente na cidade, dificultando a chegada das mulheres ao equipamento, o que se configura como uma barreira para que as vítimas de violência doméstica procurem apoio institucional. Além da distância do distrito Sede em relação aos demais, há, também, as barreiras de deslocamento. As moradoras e os moradores de Neves denunciam que a precariedade do transporte público municipal torna o acesso a Belo Horizonte mais fácil do que para o distrito Sede e, até mesmo, a circulação entre os distritos. Inclusive, a reivindicação por melhorias no serviço de transporte urbano é uma bandeira de luta importante das lideranças.



Figura 9. Paisagem de Ribeirão das Neves. Acervo pessoal.

No contexto da divisão dos distritos, há uma grande área verde que não passou por um processo de urbanização, conforme se pode observar na Figura 9, fotografia tirada de uma das margens da Avenida Eduardo Brandão, uma via que facilita o acesso e a circulação entre os distritos Sede, Veneza e Justinópolis.

1.3.2. Justinópolis

“Justinópolis” apresenta realmente o que esperávamos: os elementos e características que se somam na construção de pontes para novos sentidos sobre nossa cidade (LE VEM & AUGUSTO, 2021, p. 54, grifos do autor).

Justinópolis é o antigo distrito de Campanhã. Trata-se da região mais próxima de Belo Horizonte, uma vez que faz fronteira com a região de Venda Nova (BH). No passado, chegou a ser incorporada a várias cidades, como Contagem, Betim e Pedro Leopoldo, até ser agrupada a Ribeirão das Neves durante a criação dessa, em 1953, passando a ser chamada de Justinópolis. A sua história é atrelada à presença do quilombo N. S. do Rosário.



Figura 10. Ruas de Justinópolis – Ribeirão das Neves. Acervo pessoal.

Conforme abordamos anteriormente, Justinópolis, hoje, caracteriza-se como um bairro de referência da cultura negra nevensense por representar um espaço de ancestralidade negra, conforme pontua Luciléia Vieira em seu artigo “Arte e identidade e outras potencialidades da população negra de Ribeirão das Neves”, em que ela destaca:

Na medida em que começava a refletir sobre a realidade da população nevensense, observando seus costumes, principalmente na região de Justinópolis,

distrito em que habito há mais de 30 anos, tenho percebido a relação dos moradores e das moradoras da região com as plantas, em especial com aquelas de cura e de benzimento (VIEIRA, 2021, p. 58).

Além dos movimentos culturais que possuem uma grande efervescência no território, a proximidade com a capital, em comparação com os outros distritos, facilita o acesso dos moradores às oportunidades e serviços em Belo Horizonte, com explica Sara ao falar sobre as diferenças entre a formação dos seus pais que cresceram em regiões diferentes da cidade, sendo que a mãe conseguiu acessar o ensino superior e o pai, não. “Então, a minha mãe, ela, tipo... naquela época, quando ela foi estudar, ela teve mais acessos do que o meu pai e tal. O meu pai estava lá em Areias e a minha mãe aqui no Centro de Justinópolis. Só de estar no centro de Justinópolis, já é mais... tem mais acessos, né” (SARA, 2020).

1.3.3. Areias

O nome do distrito faz referência ao “Povoado de Areias” que leva esse nome por ser próximo ao Rio Areias. Embora tenha ganhado status de distrito recentemente, a região de areias existe antes mesmo do surgimento da cidade. Da mesma forma que aconteceu com Justinópolis, a região pertencia a outro município (Vespasiano) e, com a criação de Ribeirão das Neves, foi incorporado à cidade. Alguns moradores relataram que a ocupação da região passou a se intensificar no final da década de 1970, com a chegada dos primeiros loteamentos de sítios.

Por ser uma das áreas mais verdes da cidade, pela presença dos córregos e da mata, existe uma movimentação de pesquisadores e lideranças locais que buscam pautar e reivindicar políticas de preservação ambiental diante da ocupação desordenada que vem sendo realizada, gerando prejuízos ao local, como aponta o estudo de Salgado e Elizio:

A preservação das áreas verdes da cidade também merece uma análise, pois são poucas as áreas de proteção regulamentadas e efetivamente protegidas no município. Muitos animais silvestres desterrados são vistos em meio urbano, como tucanos, macacos, esquilos e papagaios. A pressão do desmatamento no distrito de Areias, por exemplo, tem feito com que essa seja uma cena recorrente, principalmente a partir dos anos 2000, quando se fortalece a tendência de construção de loteamentos, chácaras e sítios na região (SALGADO & ELIZIO, 2021, p. 143).

Fica situada na região a principal ocupação urbana da cidade, a Ocupação Tomás Balduino, uma referência ao território como uma comunidade de resistência ao seu protagonismo na busca de desenvolvimento de projetos educativos e agroecológicos e na

participação política mesmo com o descaso do poder público. Estima-se que a comunidade “abriga cerca de 307 famílias, às quais são negados os serviços públicos urbanos de coleta de resíduos, de fornecimento de água, luz e rede de esgoto (FALCÃO; AMARAL; SILVA, 2021, p. 26.).



Figura 11. Muro de uma casa da Ocupação Tomás Balduino. Acervo pessoal.

Os problemas vivenciados pela comunidade Tomás Balduino refletem a realidade das pessoas que vivem no distrito que vem crescendo sem planejamento urbano e causando o crescimento da especulação imobiliária. Ao mesmo tempo, existe um tensionamento causado pelo crescimento da violência e uma disputa simbólica em torno das demandas das ocupações populares, das invasões de terra por parte de grupos ligados ao tráfico e dos interesses dos proprietários de grandes áreas de terra na região.

1.3.4. Veneza

A princípio, quando eu cheguei aqui no Veneza, tipo assim, eu odiei o lugar. Porque era um lugar muito diferente de onde eu vivia, porque cidade do interior, a cidade do interior em que eu vivia era uma cidade “arrumadinha”, tipo tudo calçado, sabe, tinha tudo bonitinho, arrumadinho e eu cheguei aqui no Veneza, o que é hoje aqui mudou muito, né, não tinha asfalto (CÁSSIA, 2019).

Localizado ao norte da cidade, o Veneza é um distrito situado literalmente à margem: localiza-se nas margens da BR-040. E, mesmo sem ter proximidade geográfica com as unidades prisionais, recai também sobre seus moradores o processo de estigmatização explicado anteriormente. O distrito faz divisa com os diversos bairros pertencentes ao município de Esmeraldas.



Figura 12. Fotografia da BR-040, com o distrito Veneza ao fundo. Acervo pessoal.

A BR-040, que atravessa a região, marca também aspectos da sua divisão social: de um lado da margem da BR, observa-se uma área composta majoritariamente de conjuntos residenciais e condomínios, que, por sua vez, são formados exclusivamente por chácaras e sítios, e, do outro lado, onde fica localizada entrada do trevo de acesso para a cidade de

Esmeraldas, temos os bairros populares, como Veneza, Verona, Conjunto Henrique Sapori, Florença, San Genaro, Vale da Prata, Fazenda Castro, Metropolitano e Alterosa.

É expressivo a segregação espacial no território em torno desses lados da margem da BR: enquanto um lado é destinado às classes médias e tem planejamento estrutural organizado para isolar o acesso a moradores de outros bairros, o outro, ocupado pelos grupos mais populares, é marcado por um processo de autoconstrução que reflete uma ocupação desordenada.

Os bairros Verona, Veneza, San Genaro, Florença e Conjunto Henrique Sapori, assim como o nome de diversas ruas, homenageiam a família Sapori – uma das famílias tradicionais da cidade. Tratava-se dos donos das terras que, hoje, constituem o distrito. Parte da família é proprietária da Empresa de Transporte Saritur, que é a concessionária responsável pelo transporte público do município há muitos anos.

1.4. A presença das mulheres no território

Possuir uma base das características socioeconômicas das mulheres nevenses e de sua participação nos espaços políticos é um elemento importante para a compreensão dos efeitos do estigma do território. Ainda que a delimitação deste estudo se refira às lideranças comunitárias, essas informações são importantes para compreender o universo da pesquisa, dada a dimensão representativa ocupada por essas mulheres.

1.4.1. Perfil das mulheres nevenses

Visando identificar as principais características das residentes do território, esboçaremos um breve perfil dessas mulheres, construído com base em dados oriundos da Amostra do Censo Demográfico Brasileiro (CENSO, 2010). Como aspecto complementar dessa pesquisa, pretendíamos fazer, por um prisma quantitativo, a comparação dos dados do Censo de 2010 com o Censo de 2020 para identificar as mudanças nas condições sociais dessas mulheres nesse período de dez anos e, assim, analisar os impactos das políticas sociais do governo Lula em suas vidas. Todavia, isso não foi possível, pois a coleta de dados do Censo de 2020 foi iniciada pelo IBGE somente em agosto de 2022, em decorrência do atraso causado pelo contexto de enfrentamento da pandemia de COVID-19 e do descanso do governo Bolsonaro frente às instituições de pesquisa durante sua gestão.

A produção dos dados foi realizada no âmbito da disciplina de Metodologia Quantitativa do PPGS (2018) sob a supervisão da professora Elaine Vilela. Como nosso objetivo era obter informações específicas das mulheres de Ribeirão das Neves, foi necessário utilizar o *software* Stata para construir um banco de dados exclusivo que somente poderia ser produzido por meio dos dados do Censo, uma vez que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e a Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG) (cf. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010) são realizadas a partir de amostragem representativa por região, não conseguindo produzir dados específicos dos municípios. Isso porque tais dados, por terem caráter amostral, “se contrapõem a levantamentos censitários porque são esforços de levantamento de informações sobre uma parcela da população de interesse, ao passo que os levantamentos censitários são esforços de obtenção de informações a respeito de todos os indivíduos (elementos) que compõem uma população de interesse” (BRITO, 2016, p. 33).

Com o *software* Stata, foi possível selecionar e isolar, dentro dos dados do Censo, as informações referentes a Ribeirão das Neves. O apêndice A contém o roteiro dos comandos utilizados para criar o banco de dados. Na sequência, foi necessário operacionalizar os comandos das variáveis e fazer os *labels* (rótulos) para, então, extrair somente os dados referentes às mulheres e tabular as informações utilizadas na construção dos gráficos. No Apêndice B, é possível verificar como foi efetuada a sucessão de comandos.

Na programação dos comandos no *software* Stata, o primeiro passo foi selecionar quais seriam as variantes de análise. Em um primeiro momento, optamos por fazer uma comparação entre as mulheres de BH e as da RMBH por meio de uma análise bivariada, na qual são consideradas “duas variáveis simultaneamente, para efeitos de determinação da relação empírica entre eles. A construção de uma tabela percentual simples ou o cálculo de um coeficiente de correlação simples são exemplos de análises bivariadas” (BABBIE, 2012, p. 430).

Para o levantamento dos dados, consideramos como variáveis dependentes a variável analógica município e região e a variável categórica sexo (feminino) e como variáveis independentes: a cor e raça; o estado civil; se vive com o cônjuge ou companheiro; a religião; a situação do domicílio; e a educação e renda. Os resultados do cruzamento dessas variáveis são apresentados em formato de tabelas percentuais a partir do cálculo de coeficiente de correlação simples, que pode ser conferida no Apêndice C e que, à época, elaboramos no intuito de confrontar os resultados das mulheres RN e os das mulheres da RMBH, visando identificar quais as diferenças sociais existentes entre elas. Contudo, por entendermos que essa comparação habitual nas abordagens estatísticas foge da proposta da pesquisa, priorizamos

apresentar, aqui, uma breve análise univariada para descrever a população de interesse por meio de gráficos.

Segundo dados do Censo do IBGE, a população de Ribeirão das Neves, em 2010, era de 294.158 habitantes, com as pessoas representadas pelo sexo feminino constituindo 50,4% (148.256), enquanto as pessoas representadas pelo sexo masculino constituíam 49,6% (145.902). Enfatizo que o uso da expressão “pessoas representadas pelo sexo” busca destacar a forma como os dados são coletados, uma vez que o questionário é restrito a duas opções (masculino ou feminino) na identificação do sexo da moradora/do morador respondente. Portanto, na prática, o item não considera as dimensões de gênero e sexualidade com as quais as pessoas possam se autoidentificar (que gerariam a necessidade de haver mais opções de resposta), ficando a critério do recenseador fazer essa identificação. Embora seja um dado representativo importante para a construção de políticas públicas, tendo sido utilizado, inclusive, no levantamento do perfil apresentado a seguir, devem ser consideradas as suas limitações no tocante às questões de gênero.

a) Situação domiciliar e deslocamento para o trabalho: uma das características de Ribeirão das Neves é um trânsito intenso e diário para outras cidades. A realidade de muitas moradoras (inclusive recorrentes nos depoimentos das participantes da pesquisa) é morar em Ribeirão das Neves e trabalhar e/ou estudar em Belo Horizonte ou cidades adjacentes. Nesse sentido, percebe-se que elas residem majoritariamente em uma área classificada como urbana (Gráfico 1) e 69% gastam em torno de 1 a 2 horas no deslocamento para o trabalho (Gráfico 2).

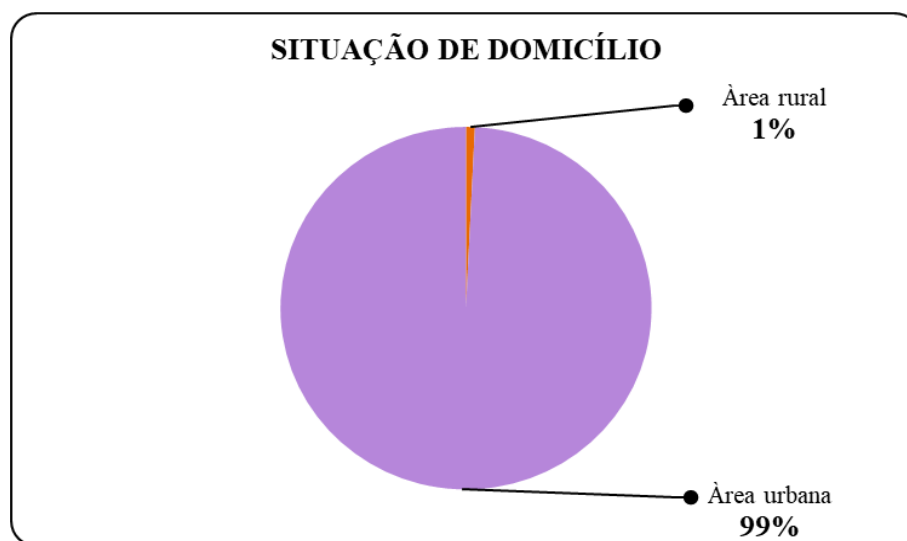


Gráfico 1. Situação de domicílio. Fonte: IBGE (2010). Elaboração pela autora (2018).

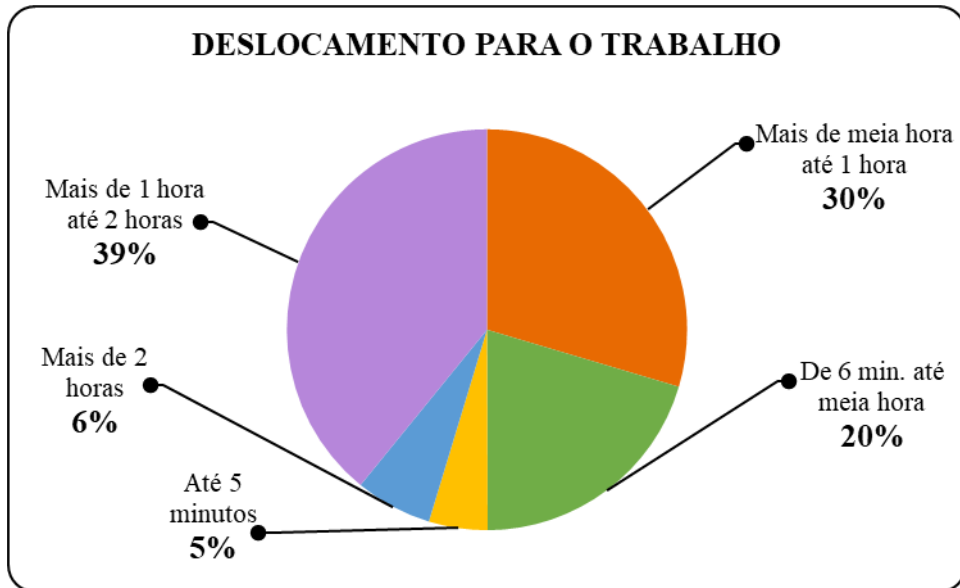


Gráfico 2. Deslocamento para o trabalho. Fonte: IBGE (2010). Elaboração pela autora (2018).

b) Dinâmica conjugal: quanto aos aspectos conjugais, a maioria declarou conviver com o cônjuge ou o companheiro (Gráfico 3). Entretanto, ao informar sobre seu estado civil, grande parte se declara solteira. Em comparação com as solteiras e casadas, a porcentagem das viúvas e divorciadas é pequena, representando 12% das mulheres nevenses (Gráfico 4).

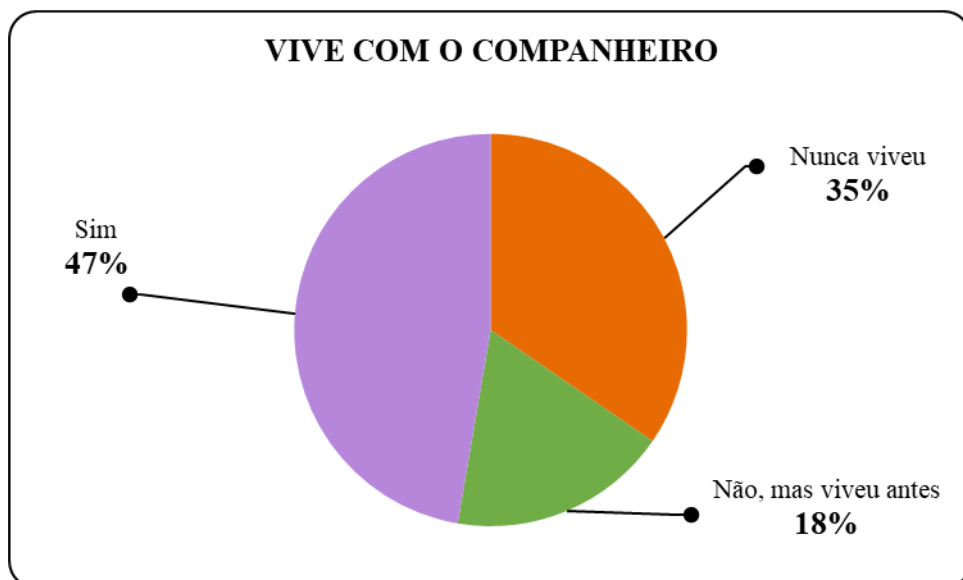


Gráfico 3. Vive com o companheiro. Fonte: IBGE (2010). Elaboração pela autora (2018).

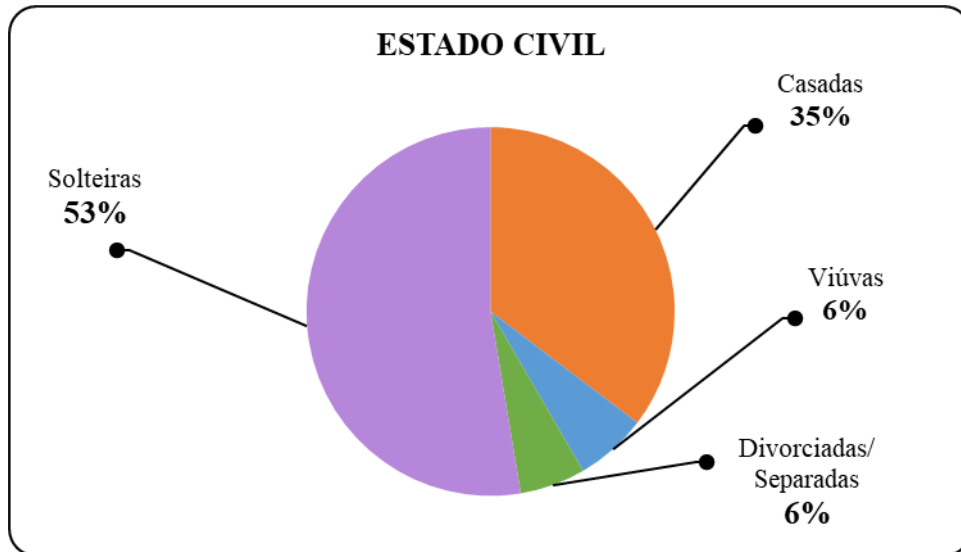


Gráfico 4. Estado Civil. Fonte: IBGE (2010). Elaboração pela autora (2018).

c) Religião e educação: diante da diversidade de religiões existentes e em função das limitações de opções nos itens do questionário do Censo, a apresentação dos dados referentes aos aspectos religiosos (Gráfico 5) deu-se por meio de 4 grupos. Os grupos 1 (Sem religião) e 2 (Cristã CONIC) são compostos das religiões que integram o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, sendo elas as Igrejas Católica, Metodista, Presbiteriana e Anglicana. O grupo 3 (Cristã NEO) representa as denominadas igrejas cristãs neopentecostais, e o grupo 4 (Espírita/Afro-Bras) abrange as religiões afro-brasileiras e as religiões ocidentais que acreditam em reencarnação. No tocante aos aspectos educacionais, mais da metade das mulheres de Neves não possuem o Ensino Médio completo e apenas 2% possuem Ensino Superior completo (Gráfico 6).

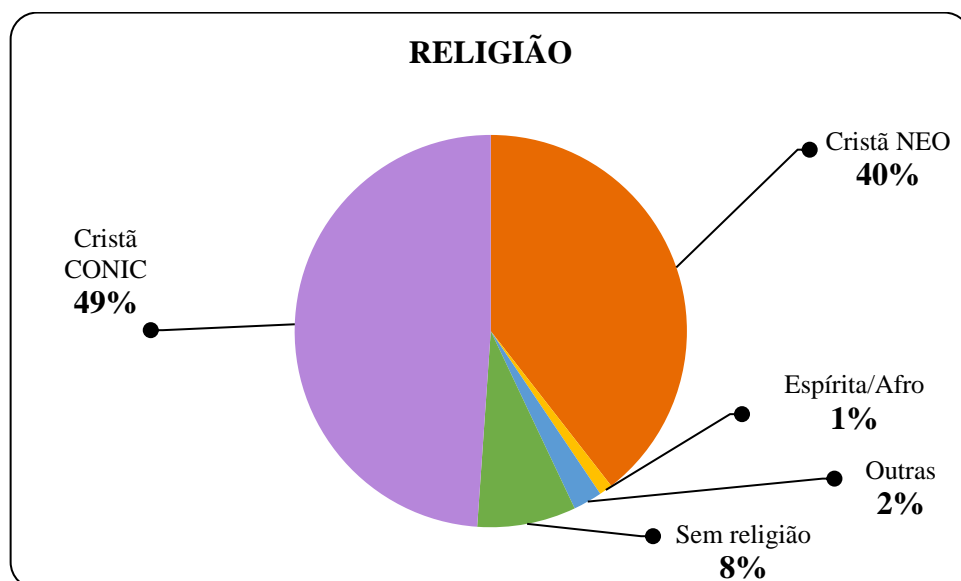


Gráfico 5. Religião. Fonte: IBGE (2010). Elaboração pela autora (2018).

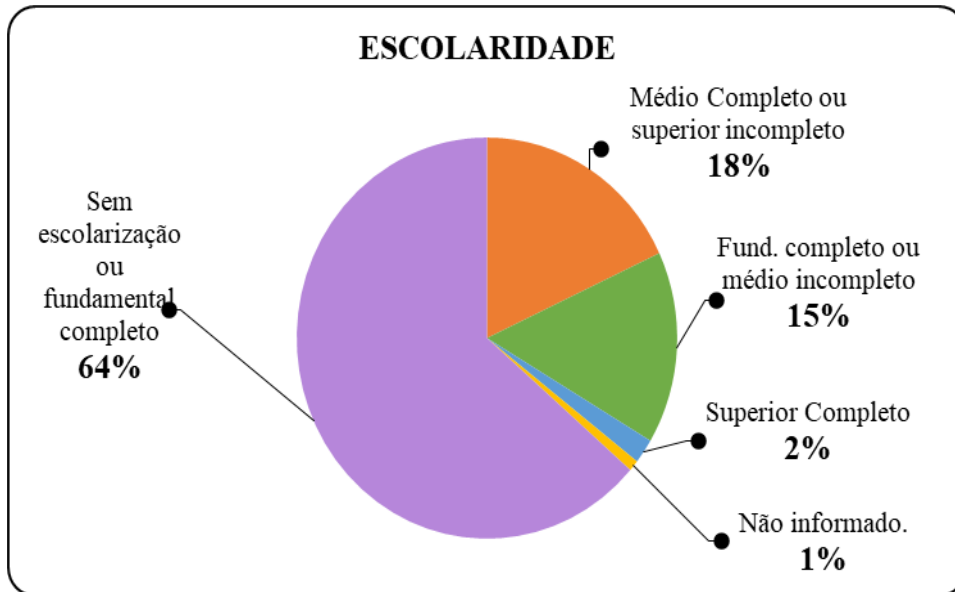


Gráfico 6. Escolaridade. Fonte: IBGE (2010). Elaboração pela autora (2018).

d) Raça, renda: no tocante aos aspectos raciais das mulheres, verifica-se que as brancas estão em minoria quantitativa, uma vez que as negras representam 71% das moradoras de Neves, considerando que foi utilizada a somatória das categorias definidas pelo IBGE como pardas e pretas para classificar o grupo de pessoas negras (Gráfico 7). Ao fazer o cruzamento dos dados de cor com os dados de raça, pode-se verificar uma grande disparidade entre mulheres brancas e negras.

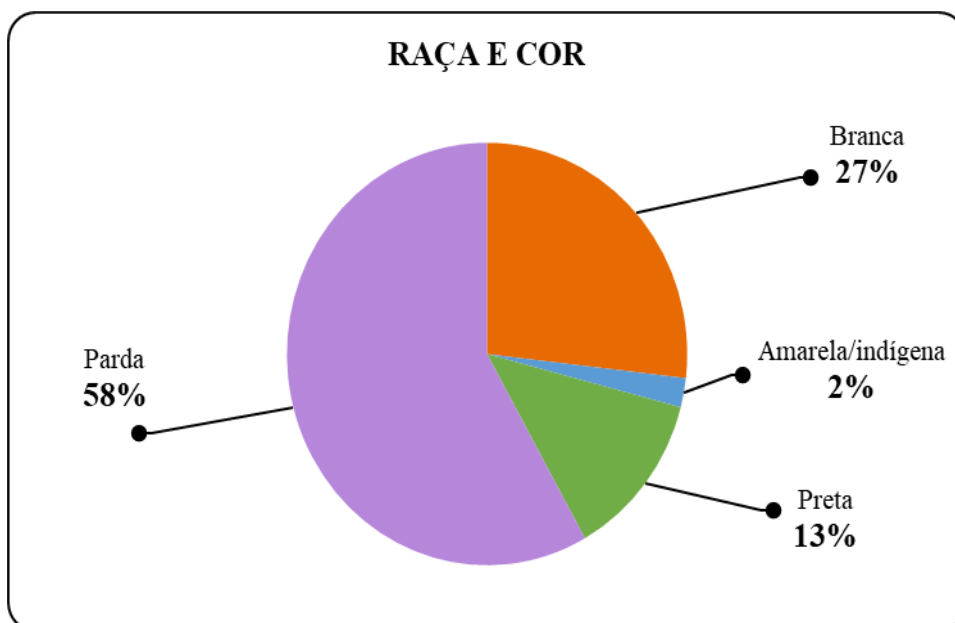


Gráfico 7. Raça e Cor. Fonte: IBGE (2010). Elaboração pela autora (2018).

Tabela 1 – raça/cor e renda mulheres nevenses						
Raça e Cor	Renda total em salários-mínimos					Total
	Sem renda	Até 1 salário	Até 3 salários	Entre 3 a 10 salários	Mais que 10 salários	
Branca	26.02	24.46	27.37	32.65	63.64	26.04
Preta	12.67	15.02	14.07	11.56	0.00	13.73
Amarela	1.95	1.62	2.57	2.72	0.00	2.01
Parda	59.00	58.60	55.67	53.06	36.36	57.89
Indígena	0.36	0.30	0.33	0.00	0.00	0.33
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Tabela 1. Raça/cor e renda das mulheres nevenses. Fonte: IBGE (2010). Elaboração pela autora (2018).

Observamos uma maior concentração de mulheres negras que não possuem rendimentos mensais ou renda fixa, enquanto as mulheres brancas estão em maioria no grupo de pessoas que ganham mais de dez salários-mínimos, conforme é possível observar na tabela apresentada. Esses dados mostram um contraste: enquanto as negras compõem a maior parcela da população feminina, as brancas representam o grupo com a maior concentração de renda. Essas informações vão ao encontro da realidade brasileira, na qual as mulheres negras permanecem na base da pirâmide social, e refletem o peso simultâneo da exclusão racial e de gênero.

e) **Programas sociais:** em relação ao acesso a programas sociais – como o Programa Bolsa Família (PBF) –, somente 9% são beneficiárias de políticas de distribuição de renda (Gráfico 8).

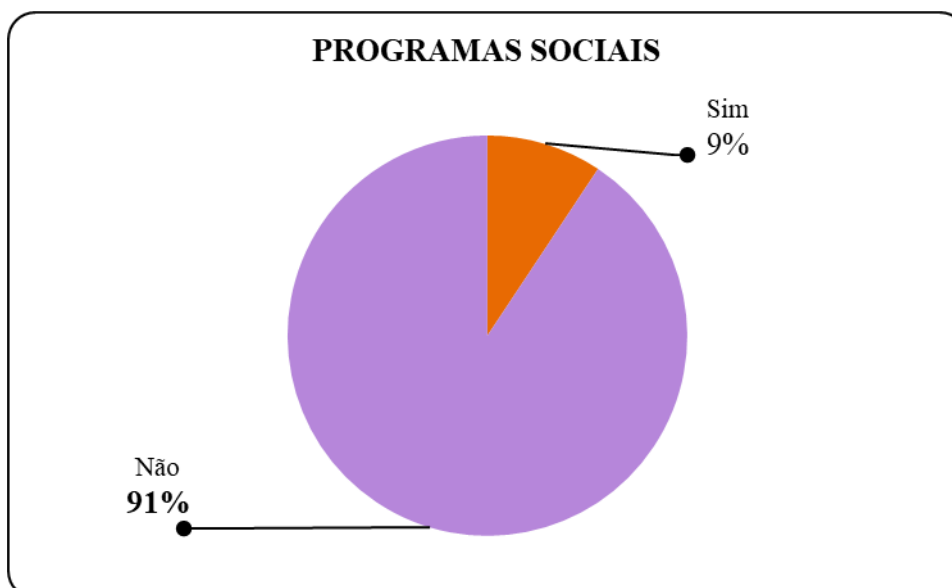


Gráfico 8. Programas sociais. Fonte: IBGE (2010). Elaboração pela autora (2018).

Adotando como base uma quantidade significativa de mulheres que não possuem renda (conforme a Tabela 1), juntamente às características sociais do território, pode-se supor que existe um percentual significativo de mulheres nevenses em situação de vulnerabilidade social. Ademais, de acordo com os dados apresentados, podemos presumir que as mulheres negras, casadas, evangélicas, com baixa escolaridade e em condições de vulnerabilidade se caracterizam como um grupo expressivo.

Em virtude da proposta deste tópico, e por se tratar de um estudo que não é quantitativo, alguns aspectos não foram aprofundados, uma vez que a intenção era fazer uma introdução às condições sociais das moradoras de Ribeirão das Neves. Nesse sentido, a exposição dos dados objetivou somente fazer um breve esboço do perfil das mulheres nevenses, considerando que essas informações ajudam a entender o universo estudado. Além disso, tais informações auxiliaram na qualificação da leitura do território, uma vez que as observações realizadas em campo, em determinados momentos, evidenciam e, em outros, contradizem as referências quantitativas.

1.4.2. As mulheres nevenses na política

Para demonstrar a presença das mulheres nos espaços políticos de Ribeirão das Neves, apresentaremos, em formato de tabela e infográficos, informações quantitativas sobre a ocupação dos espaços políticos institucionalizados no município por gênero.

O material foi elaborado por meio de informações disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG) e a partir de um levantamento que realizamos na Casa dos Conselhos de Neves – um equipamento da Prefeitura destinado a fornecer suporte e estrutura mínima para funcionamento dos conselhos participativos da cidade.

No que se refere à presença das mulheres em espaços políticos institucionalizados no município, os números de ocupação de cargos públicos e legislativos refletem as desigualdades de gênero na política brasileira. Desde a criação da cidade, em 1953, com exceção do período ditatorial brasileiro, a população elegeu somente duas mulheres para ocupar a gestão da Prefeitura, como é possível observar no histórico de prefeitos e prefeitas de Ribeirão das Neves apresentado no quadro a seguir.

Histórico de prefeitos e prefeitas de Ribeirão das Neves		
Período e mandato	Sigla partidária	Partido
1955-1959: Antônio Miguel Cerqueira Neto	–	Sigla não identificada
1959-1963: João Bosco de Azevedo Caldas	PR	Partido Republicano
1963-1967: Antônio Rigueira Fonseca	PSD-PR	Partido Social Democrático
1967-1971: João Gonçalves Neto	Arena	Aliança Renovadora Nacional
1971-1973: David Cerqueira	Arena	Aliança Renovadora Nacional
1973-1977: José Ramos Gomes	Arena	Aliança Renovadora Nacional
1977-1982: Ailton De Oliveira	Arena	Aliança Renovadora Nacional
1982-1988: Washington Modesto de Faria	PMDB	Partido do Mov. Democrático Brasileiro
1989-1992: Maria das Graças de O.	PDC	Partido Democrata Cristão
1993-1995: Washington Modesto de Faria	PTR	Partido Trabalhista Renovador
1995-1996: Eduardo G. Farnese Brandão*	PML	Partido da Mobilização Nacional
1997-2000: Ailton De Oliveira	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
2001-2004: Dirceu Pereira	PFL	Partido da Frente Liberal
2005-2008: Wallace Ventura Andrade	PSB	Partido Socialista Brasileiro
2009-2012: Wallace Ventura Andrade	PSB	Partido Socialista Brasileiro
2013-2016: Daniela Corrêa Nogueira	PT	Partido dos Trabalhadores
2017-2020: Moacir M. C. Jr. "Junynho"	PSC	Partido Social Cristão
2021-2024: Moacir M. C. Jr. "Junynho"	PSC	Partido Social Cristão
*Em virtude da cassação do prefeito Washington, em 1995, o vice-prefeito, Eduardo Brandão, assumiu o cargo.		
Legenda de cores	Período da República Populista (1945-1963)	
	Golpe Militar	
	Ditadura Militar (1964-1983)	
	Período da Redemocratização (1985)	
	Nova República (1985 até hoje)	

Quadro 1. Histórico de prefeito(as) de Ribeirão das Neves. Fonte: TRE-MG. Elaboração pela autora (2021).

No que se refere à representação no Legislativo municipal, conforme infográfico que será apresentado a seguir, a proporção entre homens e mulheres é marcada, nos últimos 26 anos, por uma discrepância na ocupação das cadeiras na Câmara Municipal de Ribeirão das Neves (CMRN) em 2005.

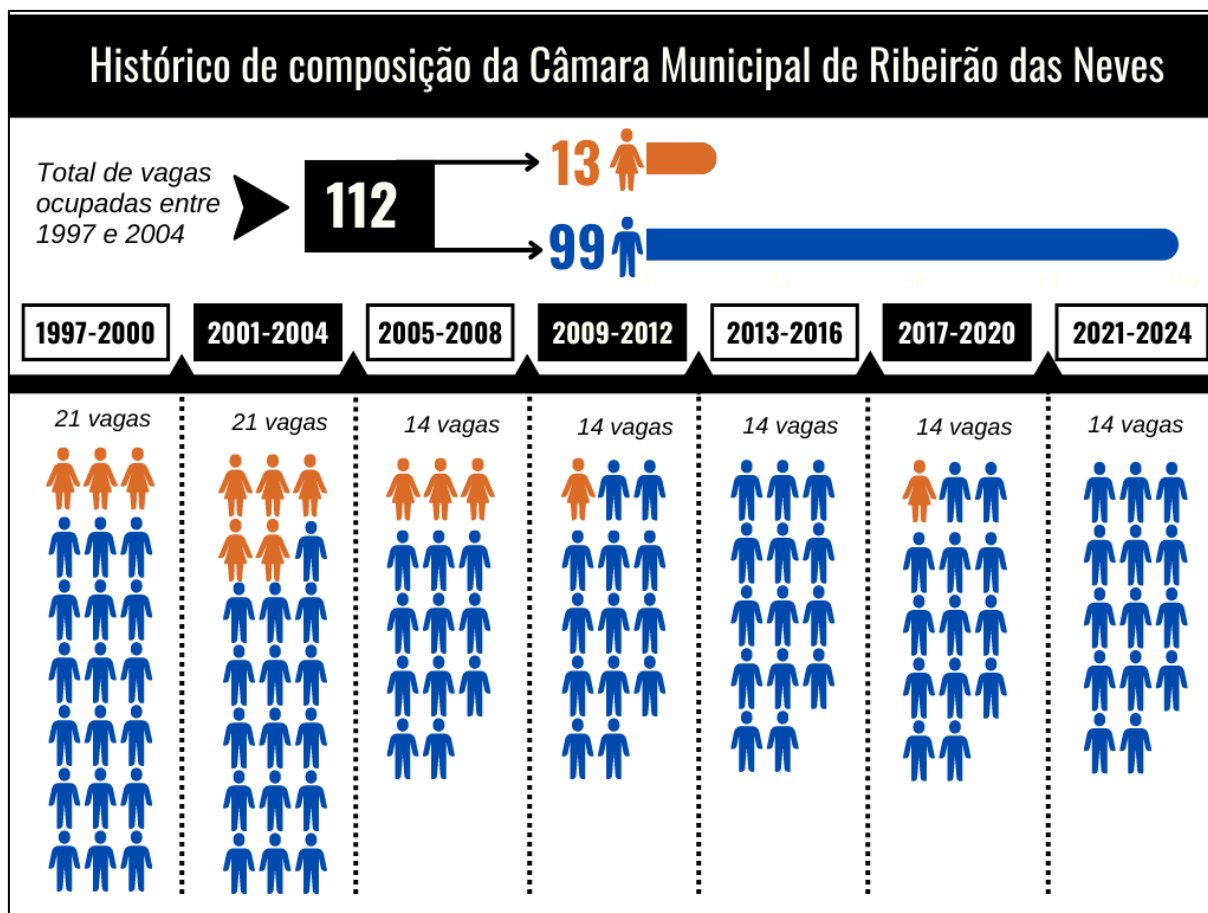


Figura 13. Infográfico 1 – Histórico de composição da CMRN. Fonte: TRE-MG. Elaboração pela autora (2021).

Como se pode observar no infográfico 1, entre os períodos de 2005 a 2024 – após a redução no número de vagas na CMRN em 2014 –, as diferenças de gênero são agravadas, não havendo praticamente nenhuma representação de gênero no Legislativo municipal. Nas eleições de 2012 e de 2020, nenhuma mulher candidata a vereadora conseguiu se eleger.

Diferentemente da representação nas esferas executiva e legislativa, na qual as mulheres não possuem presença significativa, elas são maioria nos órgãos de controle social do município e estão em maioria nos Conselhos participativos, tanto na representação da sociedade civil, quanto na governamental, como demonstra infográfico de composição dos Conselhos municipais de Ribeirão das Neves apresentado a seguir.

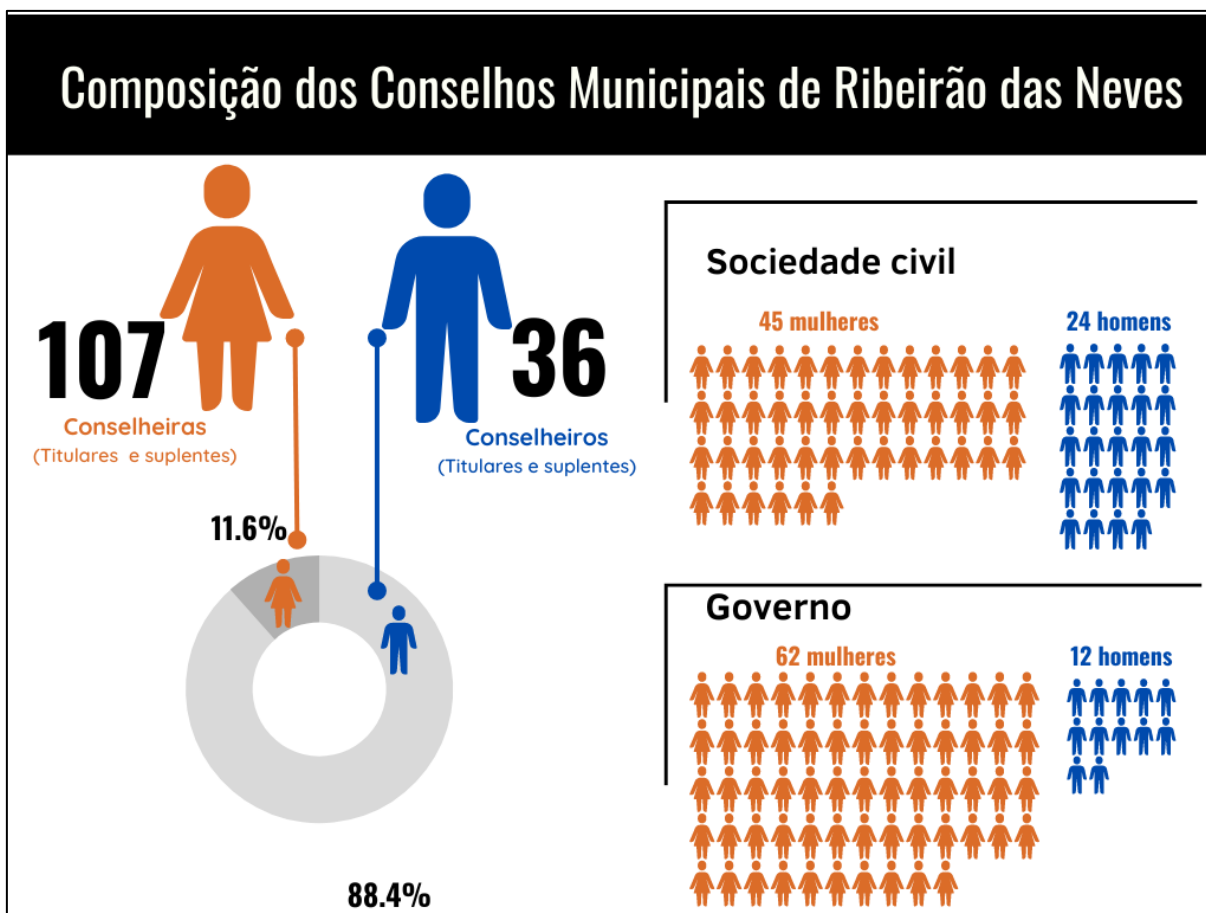


Figura 14. Infográfico 2 – Composição CM-RN. Fonte: Casa dos Conselhos. Elaboração pela autora (2021).

As sistematizações gráficas aqui ilustradas, além de ajudar a compreender as desigualdades de gênero no contexto nevensense, validam as pesquisas que apontam desigualdades abissais de gênero na política brasileira e vão ao encontro da nossa suposição de que, diferentemente da representação nos cargos políticos do município, a presença das mulheres nos espaços da sociedade civil e nas organizações populares que refletem uma realidade na qual os homens possuem um poder político institucionalizado e as mulheres possuem um poder político comunitário. Essa discussão será retomada na segunda parte da tese.

1.5. Cartografias de espaços públicos de Neves

As sistematizações cartográficas que serão apresentadas visam demonstrar os principais equipamentos públicos do território que são acessados pelas mulheres e os principais espaços de mobilização da sociedade civil nevensense, o que será demonstrado por meio do mapeamento que elaboramos das iniciativas comunitárias da cidade, na qual as mulheres lideranças transitam, seja como idealizadoras, organizadoras, apoiadoras ou na condição de público-alvo.

1.5.1. Políticas públicas acessadas dentro do Veneza

A cidade possui, em diversas áreas, uma rede de equipamentos públicos restrita e precária. Os equipamentos com maior presença dentro do território são os de acesso básico à saúde (representados pelas 58 Unidades Básicas de Saúde da Família, do Programa Saúde da Família – PFS –, existentes na cidade) e à educação, por meio da presença de 128 escolas, sendo 66 voltadas para educação infantil, 92 para o Ensino Fundamental e 36 para o Ensino Médio. Dessas, 54 são municipais, 54 estaduais, 19 instituições particulares e o IFMG-*Campus* Ribeirão das Neves.

A seguir, fazemos uma breve descrição dos poucos serviços públicos existentes no território direcionados e/ou acessados pelas mulheres. Na sequência, apresentamos um mapa no qual será possível observar a presença dessas instituições no território e sua concentração espacial.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): existem 7 unidades para atender toda a população; dessas, 3 estão localizadas na região do Veneza, 1 na região Central/Sede, 2 na região de Justinópolis e 1 na região de Areias. Esse equipamento permite às moradoras a realização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para que possam acessar diversas políticas sociais, principalmente as de distribuição de renda.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): é localizado em Justinópolis. O acesso ao atendimento é bastante difícil, pois, além de ser a única unidade existente na cidade, sua localização torna difícil o acesso de moradores de outras regiões. Soma-se à falta constante de profissionais nas equipes, ainda, uma grande concentração de demanda na instituição.

Defensoria Pública de Minas Gerais: atua na cidade por meio de duas sedes localizadas no mesmo endereço. A Sede 1 é destinada aos seguintes atendimentos: criminal, de família e sucessões, da infância e juventude e de urgência de saúde. Já a Sede 2 é voltada exclusivamente para a execução penal.

Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CMDM-RN): é uma esfera que concentra uma grande participação e representação das mulheres nevenses da sociedade civil organizada. Durante a pandemia de COVID-19, o CMDM-RN continuou se organizando por meio de reuniões realizadas pelo *Google Meet*, além de promover diversas *lives* temáticas no território. Hoje, o órgão é o responsável pela construção da agenda do 8 de março. E, assim como todos os Conselhos da cidade, utiliza a Casa dos Conselhos para realizar suas reuniões presenciais.

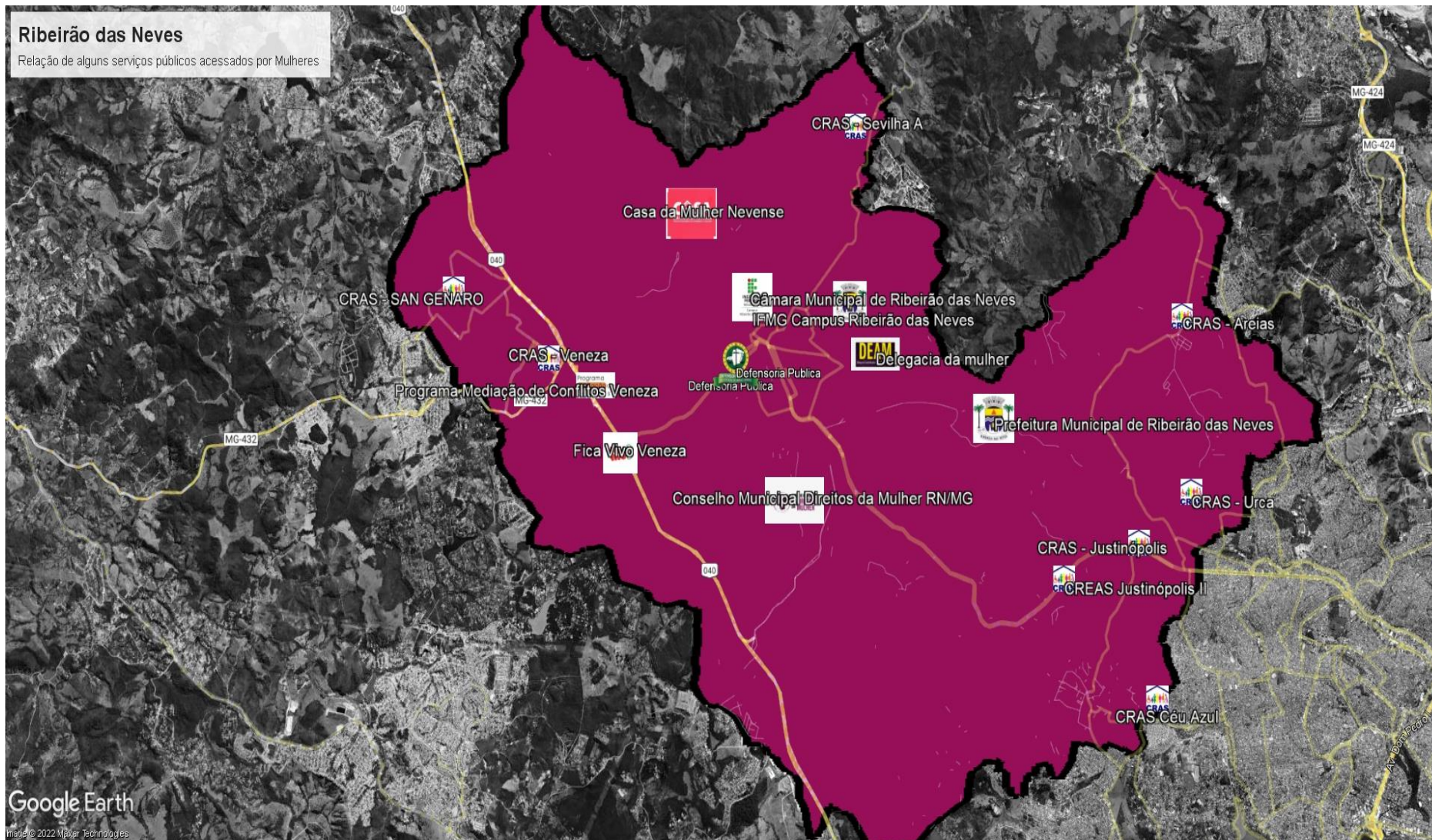
Centro de Referência de Atendimento à Mulher – Casa da Mulher Nevense: inaugurado em março de 2022, é fruto da mobilização política do movimento de mulheres nevenses, que reivindicava um espaço específico de acolhimento e orientação para as mulheres. A casa organiza eventos, oficinas e rodas de conversa e oferece atendimentos psicossocial e jurídico.

Delegacia da Mulher (DM): representa um problema no território que mobiliza os movimentos sociais de mulheres, pois existe somente uma unidade para atender todas as mulheres da cidade. Seu funcionamento e sua ampliação constituem, hoje, uma das principais reivindicações do movimento de mulheres da cidade de Ribeirão das Neves.

Programa de Controle de Homicídio Fica Vivo!: fundado no ano de 2003, por meio do Decreto nº 43.334/2003, trabalha na promoção de oficinas de esporte, de cultura e de arte em lugares marcados pela violência, visando “atuar na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, em áreas que registram maior concentração desse fenômeno” (MINAS GERAIS, 2013, s/p).

Programa Mediação de Conflito (PMC): propõe realizar mediações de conflitos dentro da comunidade, fornecendo orientações jurídicas e sociais para a população. Atua nos seguintes eixos: Projetos Institucionais, Projetos Temáticos, Atendimento Coletivo e Atendimento Individual.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), campus Ribeirão das Neves: localizado na macrorregião Central, foi criado em 2010, tendo a sede própria sido inaugurada no início de 2016. Situado no eixo de educação profissional “Gestão e Negócios”, atende por volta de 1.200 alunos por ano, entre eles muitas moradoras e moradores do território. É uma instituição que ajuda no desenvolvimento de diversas ações do movimento de mulheres, principalmente para as mulheres que estão envolvidas com a economia solidária.



Mapa 3. Localização de equipamentos públicos. Elaboração pela autora por meio do Google Earth Pro (2022).

1.5.2. Relação dos movimentos sociais

Conforme os dados coletados durante a pesquisa de campo, as organizações da sociedade civil nevensense se organizam por meio de redes, centros, projetos coletivos, institutos, ONGs, movimentos e associações comunitárias, que estão relacionados a seguir:

a) Redes



REVIM-RN/MG

Rede de Enfrentamento à Violência Contra Meninas e Mulheres de Ribeirão das Neves/MG.



Rede Nós Amamos Neves

É uma rede de entidades, grupos, igrejas e pessoas dispostas a assumir juntas os destinos de Ribeirão das Neves e participar na construção coletiva do que é melhor para seu povo.



Rede de Trabalhadores da Cultura

Articulação de trabalhadores da cultura da cidade de Ribeirão das Neves.

b) Centros



Centro Cultural Di Quebrada

Espaço de arte, educação, festa e revolução, que oferece oficinas socioculturais e uma biblioteca comunitária.



Cine Teatro Popular

Espaço multicultural, com realização de eventos. Fica localizado na Rua do Comércio, no bairro Tony, em Ribeirão das Neves.



Ocupa Curumim

Centro educacional em Ribeirão das Neves.



CEPI-Neves

Centro de Estudos, Pesquisa e Intervenção de Ribeirão das Neves.



Centro Cultural Conceição Evaristo

Espaço comunitário organizado por mulheres da Ocupação Tomás Balduino, reconhecida pela sua luta por moradia e exemplos de cidadania.



Casa dos Livros

Espaço comunitário que oferece atividades culturais, artísticas, educativas e de lazer.



Poesia de Status

Biblioteca comunitária e centro cultural.



Quilombo Nossa Senhora do Rosário

Comunidade quilombola e Irmandade do Rosário de Justinópolis.

c) Projetos



Cineclube das Quebradas

Projeto itinerante dedicado à cinefilia e ao debate crítico sobre a sociedade a partir de olhares femininos.



Projeto Dellas

Projeto direcionado ao amparo de mulheres vítimas de violência doméstica.



Batalha do Coreto

Projeto cultural voltado para a cena de rap local, realizado na Praça de Justinópolis.



Projeto Mina da Cultura

Projeto voltado para atender crianças e adolescentes da Favela Mina de Justinópolis.



Cursinho Popular Michel Le Ven

Cursinho popular de Ribeirão Neves voltado para a formação crítica na periferia e que oferece biblioteca comunitária, brigada de psicólogos populares e assistência jurídica.



Bloco Trem Di Doido

Bloco que visa levar a alegria do carnaval das marchinhas às pessoas menos favorecidas.



Buffet Amigos da Xica

Projeto de empreendimento comunitário gastronômico. Referência de economia solidária em Minas Gerais e no Brasil.



Ribeirão em Defesa da Vida

Projeto que aposta na união e na força das mulheres para enfrentar a pandemia, protegendo as famílias mais vulneráveis e apoiando a rede local de produção.



Rap Do Parque

Evento cultural realizado no Parque Ecológico de Ribeirão das Neves a cada 15 dias.

d) Coletivos



Coletivo Balaio

Coletivo que visa promover a cidadania via cultura e promoção de direitos em Justinópolis.



Coletivo Saboeir@s de Neves

Coletivo que une as mulheres, transformando o óleo usado que seria descartado no meio ambiente em sabão.



Mulheres Artesãs

Coletivo de mulheres artesãs voltado para gerar bem-estar e renda por meio do trabalho artesanal e de rodas de conversa.



Coletivo La Noche é Cênica

Coletivo de produção cultural nascido em 2016, em Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, voltado para a promoção da diversidade cultural.



Coletivo de Mulheres RN

Coletivo voltado para compartilhar informações e incentivar a participação política das mulheres nevenses.



Coletivo EcoSol

Coletivo de artesãs de Justinópolis voltado para trocar conhecimentos e afeto, gerando consciência sociopolítica ambiental.



Casa Semifusa

Coletivo de fomento cultural, artístico e formativo.



Coletivo Dizeres

Coletivo que visa promover, por meio da educação, a defesa dos direitos humanos.

e) Institutos/ONGs

**Sevilha - Banco Comunitário**

Instituto de Desenvolvimento Banco Sevilha é uma associação civil sem fins lucrativos que faz a gestão das operações do Banco Comunitário Sevilha.

**Associação Amigos de Minas**

Instituição não governamental sem fins lucrativos voltada para a erradicação da fome e da miséria no município de Ribeirão das Neves.

**Associação Amigos de Minas**

Instituição não governamental sem fins lucrativos voltada para a erradicação da fome e da miséria no município de Ribeirão das Neves.

**IAPC Neves**

Instituto de Apoio a Pessoas Carentes e Portadoras de Câncer de Ribeirão das Neves.

**Cidade dos Meninos**

Associação de promoção humana de divina providência.

**Associação Odete Gomes**

Associação dedicada a oferecer serviços de saúde e atividades complementares.



ASSOCRIN

Associação Comunitária de Ribeirão das Neves Cidadania Ativa.



SSVP

Sociedade São Vicente de Paula – Conselho Central Nossa Senhora das Neves.



APAS

Associação Promotora de Assistência Social.

f) Movimentos



Movimento Farol-Neves

Movimento que visa combater as estruturas racista, misógina, homofóbica, machista, religiosa, preconceituosa e ofensiva quanto às comunidades negra, LGBTQIA+ e de mulheres.



UBM RN

União Brasileira de Mulheres de Ribeirão das Neves.



#DesativPJMA

Movimento pela desativação da Penitenciária José Maria Alkimin e substituição da instituição por uma universidade.



Acorda Neves

Movimento social voltado para a fiscalização do trabalho do Executivo (prefeito) e do Legislativo (vereadores).



Movimento Neves Eu Apoio a Diversidade

Associação da diversidade de Ribeirão das Neves e de defesa da comunidade LGBTQIA+.



Ocupação Tomás Balduino

Com quatro anos de existência, vem se tornando um exemplo de trabalho comunitário e agroecológico.

Conselho e Coletivo Cultural do Alterosa

Conselho e Coletivo Cultural do Alterosa

Movimento comunitário organizado pelas mulheres residentes do residencial Alterosa (Programa Minha Casa, Minha Vida).

g) Associações comunitárias



ASMOBAM

Associação de Moradores do Bairro Metropolitano e Fazenda Castro.

ASCOMBAKA

ASCOMBAKA

Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Kátia.

**Associação
Vale da
Prata**

Associação Vale da Prata

Associação comunitária dos moradores do bairro Vale da Prata.



ASCOBARONE

Associação de Moradores do Bairro Rosaneves.



CMBB

Comissão de Moradores do Bairro Belvedere.

**Associação
dos moradores
do bairro
Soares**

AMBS

Associação dos moradores do bairro Soares.



FLAMBOALP

Associação de Moradores dos bairros Flamengo, Botafogo, Atalaia e Jardim Primavera.



ASCOPEBA

Associação Comunitária do bairro Pedra Branca e Adjacências.

**Comitê
Pró-Melhoramento
dos Bairros
S Marta e
S Martinha**

CPMBSM

Comitê Pró-Melhoramento dos Bairros Santa Marta e Santa Martinha.

ASMOVE

ASMOVE

Associação de Moradores do Veneza.

As informações que foram apresentadas ajudam a compreender os percursos da pesquisa e o caminho que foi desenvolvido durante o trabalho de campo que será apresentado no próximo Capítulo. Além disso, alguns desses centros, projetos, instituições, e coletivos são importantes para compreender a relação entre o território e as trajetórias das lideranças participantes da pesquisa, tópico que será abordado na segunda parte da tese.

CAPÍTULO II - O PERCURSO METODOLÓGICO

Minha escrita reflete o
Medo de uma sociedade
Machista

Barbara Vee (2022)

A realização de um estudo sociológico por meio de uma abordagem etnográfica possibilita acessar e combinar diferentes recursos metodológicos, sendo exatamente isso o que aconteceu durante a pesquisa de campo e o tratamento dos dados. Dessa forma, trato, neste Capítulo, de apresentar um itinerário detalhado dos aspectos metodológicos da tese a partir de quatro pontos essenciais para entender como o trabalho foi desenvolvido.

No primeiro ponto, faço uma reflexão sobre a escolha da etnografia como perspectiva teórico-metodológica adotada na condução da pesquisa, na qual enfatizo suas potencialidades. Antecipo que não se trata de uma defesa do método, mas de reafirmar meu compromisso com sua abordagem. No segundo ponto, faço uma contextualização em torno dos aspectos práticos da realização da pesquisa, apresentando as etapas do seu desenvolvimento e as formas encontradas para entrar no campo e estabelecer contato com as participantes durante o período que foi marcado pelo isolamento causado pela pandemia de COVID-19 (2020 e 2021). Aproveito para relatar como esse momento afetou o meu trabalho enquanto pesquisadora, demonstrando os desafios e potencialidades de conduzir um estudo em uma circunstância tão adversa.

Já no terceiro ponto, apresento informações sobre a realização das entrevistas e realizo uma síntese reflexiva das minhas observações em torno das experiências de conhecer e observar lideranças nas redes sociais e do exercício de conversar com essas mulheres de forma *online* e seus desdobramentos após nossos encontros *in loco*. No quarto ponto, apresento considerações sobre a apreciação e tratamentos dos dados coletados, nas quais exponho como foi conduzido o processo de construção das biografias levando em consideração os desafios de garantir o anonimato das participantes e de tratar o material de análise proveniente das 23 entrevistas realizadas, além das observações registradas no caderno de campo. Ademais, apresento uma sistematização do perfil social e político das participantes, situando a(o) leitora/leitor sobre os critérios adotados para defini-los.

2.1. Considerações sobre a pesquisa etnográfica

Embora tenha apresentado, na introdução, informações sobre a metodologia e sobre a questão de pesquisa, julgo necessário reservar este espaço para apresentar os procedimentos adotados na condução do estudo, não para reificar um método específico, mas para ampliar a discussão sobre metodologia, pois houve ocorrências e adaptações durante a execução das atividades de campo e do tratamento dos dados que demandam um detalhamento cauteloso para situar a leitura do trabalho.

Trata-se de mostrar como o estudo foi esculpido, o que vai ao encontro da concepção da produção de uma pesquisa enquanto um artesanato intelectual (MILLS, 1969) que rompe com a ideia de desmembrar método e teoria. Recentemente, essa percepção de Wright Mills é resgatada a partir dos aportes de Tim Ingold (2015) para pensar aspectos da etnografia.

À vista disso, Peirano (2014) afirma que essa divisão teoria/método não cabe na perspectiva etnográfica, estabelecendo que ela não se resume a um procedimento de pesquisa. Portanto, para autora, apenas os “não iniciados” — aqueles que não conhecem com profundidade as suas complexidades e dimensões — referem-se a ela como um método. Segundo autora, não se trata de abandonar as possibilidades metodológicas da etnografia, mas sim de compreender que o “fazer etnográfico” extrapola a ideia de ser um procedimento limitado ao trabalho de campo, sendo que:

Boas etnografias cumprem, pelo menos, três condições: i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica (*Ibidem*, 2014, p. 386).

Diante dessas considerações, é preciso desmistificar a etnografia apenas como um método de campo, compreendendo sua presença em cada etapa da pesquisa e a multiplicidade de aspectos que integram sua produção. Os aspectos do trabalho etnográfico como olhar, perceber, pensar, repensar, questionar, teorizar, fazer, refazer e escrever no diário de campo, dentre outros, não cessam após o campo e tampouco acontecem em etapas metódicas e inflexíveis, com início, meio e fim.

Existem várias formas de interligar, arranjar e acomodar esses estágios - antes, durante e após a realização da pesquisa. Esses aspectos funcionam como “um mecanismo importante para deslocar nossa própria subjetividade” (DAMATTA, 1987, p. 173), ao passo que moldam nossa relação com o campo, com as teorias e com as pessoas que participam da pesquisa. Desse

modo, o ato de etnografar é “resultado de um processo que articula cognição e emoção [...], trata-se de uma experiência cujos resultados não podem ser propriamente medidos [...] cujo poder elucidativo pode ser fundamentado” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007, p. 10), portanto, sentimentos não estão separados da racionalidade.

Para elaborar nossas “formulações teórico-etnográficas” (PEIRANO, 2014) não é possível adotar um roteiro de pesquisa padronizado, por isso não existem manuais de como etnografar. Aprendemos o ofício essencialmente lendo e fazendo etnografia, ou seja, indo a campo, refletindo e escrevendo sobre ele e vice-versa. A inexistência de um manual ou de um itinerário do trabalho etnográfico permite dispormos de um leque de possibilidades, destacando que existem algumas ferramentas essenciais para a condução do trabalho, como é o caso do caderno de campo.

O caderno de campo, entretanto - para além de uma função catártica - pode ser pensado também como um dos instrumentos de pesquisa. Ao registrar, na linha dos relatos de viagem, o particular contexto em que os dados foram obtidos, permite captar uma informação que os documentos, as entrevistas, os dados censitários, a descrição de rituais [...] Tomando como referência a expressão com que Geertz (1983) caracteriza os dois momentos constitutivos da prática etnográfica, *experience-near* e *experience-distant*, pode-se dizer que o caderno de campo situa-se justamente na intersecção de ambos: ao transcrever a experiência da imersão (MAGNANI, 1997, p.03; grifos do autor).

Na etnografia, há maior liberdade e autonomia para definir quais serão as técnicas empregadas para analisar o material coletado, sendo necessário, muitas vezes, aperfeiçoá-las ou criá-las, razão pela qual ser criativa e sensível me parecem qualidades importantes para uma pesquisadora. Avalio que essas características são desafiadoras para quem busca fazer uma etnografia por dois motivos. Primeiro, por serem necessárias em campo e na escrita e por se fazerem presentes de alguma forma em todos os trabalhos etnográficos que classifico como admiráveis. Segundo, em um mundo no qual somos continuamente incentivados a seguir modelos, questiono-me, como saber se estamos tendo sensibilidade analítica e criatividade para lidar com nossa realidade de campo? É algo difícil de identificar. As adversidades e as imprevisibilidades de campo se tornam dados preciosos para a pesquisa, permitindo-nos testar nossa capacidade criativa e sensível.

Confesso que a ausência dessas capacidades são uma preocupação constante, além de serem temas recorrentes das minhas reflexões internas. Penso que sem sensibilidade para compreender o campo e sem criatividade para lidar com possíveis desventuras, é grande o risco de se perder na descrição dos acontecimentos. A falta de atenção devida aos aspectos presentes

na execução das atividades de pesquisa, além de ignorar minúcias do campo, pode contribuir para entrarmos em um modo automático de fazer e registrar, levando-nos a acreditar, de maneira ingênua, que estamos elaborando, nos termos geertziano, uma “descrição densa”, quando, na verdade, estamos perdendo de vista o principal - uma descrição etnográfica “é interpretativa, o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis” (GEERTZ, 2008, p.15).

São as complexidades juntamente com as possibilidades de combinar técnicas de observação e análise que tornam o trabalho etnográfico cativante. Acredito que até aqui consegui situar em quais perspectivas teórico-metodológicas a pesquisa é situada e, na sequência, busco apresentar as razões que me levaram a propor e elaborar uma etnografia.

2.1.1. As razões para fazer uma etnografia

Compreender o que é a etnografia, ou mais externamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de método. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele apresenta: Um risco elaborado para uma “descrição densa (GEERTZ, 2008, p.4).

Eu estava consciente das perspectivas que posicionam a etnografia para além de um procedimento, reafirmando a diferença entre método e metodologia, uma vez que o método se refere ao estabelecimento de caminhos a serem trilhados em uma pesquisa, enquanto a metodologia é definida pela capacidade de reflexão em torno desses caminhos. Dessa forma, defendendo as premissas da pesquisa etnográfica como pertinentes na condução de um campo dentro de um território estigmatizado e justifico minha escolha metodológica a partir dos seguintes argumentos:

(i) A familiaridade com a etnografia resultado do meu percurso acadêmico, no qual pude adquirir experiência na realização das pesquisas etnográficas na graduação e no mestrado relacionadas aos estudos de gênero, tendo como foco grupos de mulheres que passavam por processos de estigmatização, tornando a utilização da etnografia, no doutorado, um processo continuado, o que favorece meu amadurecimento enquanto pesquisadora.

(ii) A experiência etnográfica proporcionada pelos meus diferentes encontros com o território, relatados na introdução, em um primeiro momento se revelou como “um contato com um tema e campo completamente desconhecidos e, em seguida, como experiência reveladora com a pesquisa já em andamento” (MAGNANI, 2009, p.149). Ênfase a diferença entre a experiência e a prática etnográfica, considerando que a “prática é programada, contínua, a experiência é descontínua, imprevista” (MAGNANI, 2009, p.132).

(iii) A etnografia permite maior versatilidade na definição e no usos dos recursos metodológicos que temos à nossa disposição, sobretudo na elaboração da escrita que, portanto, se constitui como prática discursiva política que admite o desenvolvimento de uma escrita “energizada pela experiência do campo” (THOMAS, p. 307, 1991 *apud* PEIRANO, p. 34, 1995) possibilitando expandir, conectar e questionar com profundidade os conhecimentos subjetivos e empíricos, convertendo-os em perspectivas teóricas.

2.1.2. A etnografia seus aspectos sociológicos

Essa etnografia é situada em perspectivas sociológicas que combinam teorias relacionais e interacionistas sobre abordagens biográficas à luz de epistemologias feministas negras, compreendendo a pesquisa como um processo artesanal (INGOLD, 2015; MILLS, 1969) compatível com a concepção que enxerga a Ciência, em especial, a Sociologia, como uma forma de arte (NISBET, 2000), deslocando o olhar imediato sobre as possíveis similaridades que podemos estabelecer entre elas e focalizando em um fato crucial: “ambas, arte e ciência operam o mesmo tipo de imaginação criativa” (NISBET, 2000, p. 126). Contudo, é errôneo pensar que a criatividade surge como uma “mágica” - um fruto do acaso, ou que ela é uma qualidade inata à/ao pesquisadora/pesquisador – o conceito de “ideologia do Dom” (BOURDIEU & PASSERON, 2009) é perfeito para ajudar a desconstruir essa ideia.

O que me interessa ressaltar aqui é algo bastante óbvio: a criatividade é um elemento importante na condução de uma pesquisa, mas, sozinha, essa qualidade não garante resultado, pois saber se situar teoricamente é essencial. O fazer etnográfico pressupõe ir ao campo sem previsão do que irá acontecer ou do que será encontrado. Entretanto, isso não exige a necessidade de adotar um farol teórico que auxilie em todos os momentos da pesquisa. Afinal, não adianta abrir os olhos no escuro, pois não nada será visto, o que também se aplica à pesquisa.

Acredito que a combinação da abordagem relacional (BOURDIEU, 1989, 2008, 2011; ELIAS, 1994, 1994b) e interacionistas (BECKER, 2008, 1993; GOFFMAN, 2008, 2009) ajuda a lançar um olhar sociológico crítico, denso e reflexivo sobre os significados de morar em um território estigmatizado, baseado nas narrativas das mulheres e se esforçando na tarefa de compreender como elas se percebem e se constroem enquanto moradoras e lideranças comunitárias. Para tanto, o referencial teórico foi pautado nas contribuições que aproximam práticas etnográficas da produção sociológica brasileira recente, visando estabelecer diálogos com os trabalhos produzidos por pesquisadoras/pesquisadores que procuram “falar da vida e da cidade a partir da perspectiva das camadas mais pobres”, (CABANES & RIZEK, et al, 2011, p. 11) apoiados em etnografias urbanas (VELHO, 1980) em territórios periféricos (ZALUAR, 1985; FELTRAN, 2010, 2008; HIRATA, 2010; CUNHA & FELTRAN, 2013. et al) e que fomentam os debates contemporâneos acerca das dimensões políticas sociais, relações de gênero e cuidado (GEORGES & SANTOS, 2013; 2016).

Além disso, a presente pesquisa se pauta nas epistemologias feministas negras, visando produzir um olhar descolonizado sobre o meu lugar enquanto pesquisadora e o das mulheres participantes, principalmente por serem, em sua maioria, assim como eu, negras e de origem popular. Por isso, enfatizo que elas não são parte do “objeto de pesquisa”. Elas são interlocutoras nas quais seu poder de autodefinição é respeitado.

Uma afirmação da importância da autodefinição e da autoavaliação das mulheres negras é o primeiro tema chave que permeia declarações históricas e contemporâneas do pensamento feminista negro. Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afroamericana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 102).

Minha pretensão não é debater exaustivamente as contribuições dos referenciais citados, embora seus aportes, em conjunto com outras referências, fazem-se presentes ao longo dos Capítulos que seguem. A intenção é apenas situar algumas das bases teóricas em que esse estudo está alicerçado e seu ponto de partida. Ao elaborar o projeto de pesquisa que apresentei para ingressar no Programa de Pós-Graduação de Sociologia — PPGS/ UFMG, eu estava motivada pela intenção de compreender os sentidos de ser, fazer e viver das mulheres que residem no território, uma vez que as tramas etnográficas que me levaram ao campo se iniciaram nas minhas experiências anteriores com a cidade.

Foi durante minhas vivências como analista social que pude observar a participação ativa das mulheres em associações, times de futebol, igrejas, projetos sociais, cooperativas e outros espaços. A presença intensiva delas nesses espaços me despertou o interesse em lançar um olhar sociológico sobre as relações de gênero existentes no território. E, como uma adepta declarada da etnografia, apoiei-me na perspectiva do ‘olhar de dentro’, proposta por Magnani (2002) para compreender a equação gênero — cuidado — território — identidade.

Conforme destaquei na introdução, na qual saliento que, ao desenvolver as atividades como analista, tive a oportunidade de ter contato com algumas lideranças da Região do Veneza. Durante nossas conversas, eram recorrentes narrativas de exclusão, nas quais elas relatavam que muitas moradoras haviam perdido oportunidade de emprego após o empregador ver seu comprovante de endereço, razão pela qual algumas mulheres grávidas faziam questão de ter o parto em Belo Horizonte para não constar na certidão de nascimento da criança que sua naturalidade era de Ribeirão das Neves. Foi por meio dessas observações e outras questões elucidadas no Capítulo anterior que pude perceber um processo de estigmatização do território, além de uma degradação simbólica (BOURDIEU, 2008) de seus habitantes, desencadeando configurações diferentes em como mulheres e homens lidam com os impactos desse estigma. Partimos agora para as elucidações sobre o trabalho de campo.

2.2. Desvendando fronteiras entre online e offline

Inicialmente, a pesquisa tinha como previsão a realização de observação participante e de registro fotográficos somente na região do Veneza, focando nos espaços comunitários, residenciais, igrejas, quadras, praças e em aparelhos públicos presentes na comunidade, como as escolas, creches, postos de saúde, Centro de Assistência Social, dentre outros. Além disso, previa ainda entrevistas em profundidade com as mulheres residentes e atuantes em organizações comunitárias locais.

A entrada em campo estava prevista para ser realizada a partir do programa Fica Vivo, visando, por meio dele, deslocar minhas observações para outros espaços. Ao mesmo tempo, entraria em contato com mulheres que já havia conhecido e com quem eu mantinha contato nas redes sociais. A intenção era abordá-las para apresentar o convite para serem entrevistadas e, por meio delas, obter indicação de outras lideranças do território. Readaptando a técnica de *Snowball* (Bola de Neve) — procedimento utilizado com frequência em estudos exploratórios,

quando a/o pesquisadora/pesquisador não dispõe, de antemão, de informações detalhadas sobre o universo de análise, ou não tem acesso direto à população pesquisada. (BRITO, 2016, p. 49).

Nesse contexto, o número de participantes e de entrevistas seria definido conforme os desdobramentos do campo. Fiz a elaboração do roteiro buscando colocar em prática as orientações metodológicas do sociólogo francês Bertaux (2010) e ter cautela com outros aspectos da preparação da entrevista que antecedem sua realização. Como tomar cuidado para não ser confundido com outro tipo de profissional, como uma jornalista, por exemplo. No meu caso, tinha o receio de ter a imagem atrelada a de analista social. Além disso, o autor destaca a importância de pensar a melhor maneira de abordar uma pessoa e de apresentar o convite.

A partir dessas primeiras experiências de campo, cheguei à conclusão, posteriormente confirmada, de que se vocês puderem apresentar a operação de pesquisa de forma que pareça útil para certas categorias de pessoas, ela lhes abrirá suas portas. Esta regra aplica-se em particular às categorias sociais — e elas são muito numerosas — das quais nunca se fala na mídia, ou apenas para caricaturá-las (BERTAUX, 2010, p. 56; tradução nossa)⁷.

Aproveito para ressaltar uma distinção entre informantes e participantes: classifico as informantes como aquelas pessoas de dentro ou fora do território que contribuem para a pesquisa, inclusive com indicações, relatos e informações. Já as participantes são mulheres lideranças com quem realizei entrevista em profundidade e estabeleci contato próximo durante a realização do trabalho de campo. Todos os nomes utilizados para identificar participantes e informantes da pesquisa são fictícios, exceto o da Deputada Andréia de Jesus, conforme explicarei mais à frente

2.2.1. Etapas da pesquisa

Aquelas que, assim como eu, cursaram seus estudos de pós-graduação entre o período de 2018 a 2022 enfrentaram ataques diretos daquele que deveria zelar pelo desenvolvimento do nosso trabalho, o presidente da república. Foi duplamente desafiador realizar uma pesquisa durante uma pandemia mundial e diante de um governo localizado em “um campo anticientífico mais acentuado que o trumpismo e outras propostas políticas de extrema direita” (AVRITZER, 2020, p. 08).

⁷ Texto original: Des ces premières expériences de terrain j’ai tiré la conclusion, qui s’est confirmée ensuite, que si l’on peut présenter l’opération de recherche de telle sorte qu’elle apparaisse utile à certaines catégories de personnes, cela vous ouvrira leurs portes. Cette règle vaut notamment pour les catégories sociales – et elles sont très nombreuses – dont on ne parle jamais dans les médias, ou seulement pour les caricaturer. (BERTAUX, 2010, p. 56).

Diante desse contexto, faz-se necessário reservar um espaço para situar e refletir sobre as afetações (FAVRET-SAADA, 2005) provocadas pela condução trabalho de campo, visto que, além de ter sido assombrada por um governo “protofascista” (FONTES, 2020), estou incluída em uma geração de pesquisadores que terão suas pesquisas marcadas pelo coronavírus. Esse vírus abalou o mundo em 2020, provocando a pandemia de COVID-19 e desencadeou mudanças radicais nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Sem um tratamento específico e uma vacina, a palavra “quarentena”, tão presente nos filmes de ficção científica, passou a ser citada nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) como principal estratégia de proteção individual e coletiva. O isolamento social adotado em diversos lugares, inclusive no Brasil (mesmo diante do negacionismo do governo Bolsonaro), impactou de várias maneiras e em diferentes intensidades a vida das pessoas. No meu caso, afetou minha rotina pessoal, familiar, doméstica e acadêmica, tornando, em um primeiro momento, inviáveis minhas atividades de campo, sendo necessário, portanto, adaptar meus planos de pesquisa.

Em função disso, meu trânsito em campo pode ser dividido em três etapas que identifiquei conforme período e o contexto que foram realizadas, sendo elas intituladas e caracterizadas das seguintes formas: (i) Etapa 1 (Pré-pandemia de COVID 19) — Marcada pela primeira entrada em campo por meio de algumas incursões até o território do Veneza, com anotações das observações realizadas no caderno de campo. Essa fase iniciou em janeiro de 2020 e foi interrompida no início de março de 2020; (ii) Etapa 2 (Isolamento social) — Realizada durante o enfrentamento a pandemia de COVID-19. Nessa fase, o trabalho de campo foi remanejado para o ambiente digital e realizado por meio de entrevistas online com as participantes e observação nas redes sociais (essa etapa foi desenvolvida entre maio de 2020 a abril de 2021). (iii) Etapa 3 (O novo normal) — Após o andamento da vacinação e seguindo os protocolos de prevenção com o uso de máscara, fiz algumas imersões em campo e, simultaneamente, continuei acompanhando as participantes da pesquisa nas redes sociais. Esse período ocorreu de abril de 2021 a outubro de 2022.

Etapa 1: Pré-pandemia

Em princípio, minha organização de pesquisa girava em torno da imersão em campo. Pretendia realizar as primeiras incursões no território a partir de observações no Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC), que é o local em que funciona o Programa Fica Vivo e o Programa Mediação de Conflitos, nos quais eu havia trabalhado em 2016. Igualmente, planejava estabelecer uma interação com outras mulheres lideranças que eu já havia conhecido quando era técnica social, buscando, por meio delas, estabelecer relações com o local e com outras mulheres. Todavia, não foi bem isso que aconteceu. Ao menos não da forma que havia planejado.

Quando meu isolamento começou, em 18 de março de 2020, tinha cerca de seis dias que havia conseguido participar de uma roda de conversa de mulheres no território, realizada na igreja Católica localizada no bairro chamado Metropolitano. Na ocasião, fiquei sabendo que a temática tratada no espaço era “violência doméstica” e que sua escolha era uma demanda de um grupo chamado “Bem viver” para a equipe do Programa Mediação de Conflito. Na oportunidade, pude reencontrar uma ex-colega de trabalho que ainda era Analista Social do Programa Mediação de Conflito (PMC), a Janete⁸, que me apresentou às demais mulheres. Ao final, pude conversar com a liderança do grupo,⁹ que é majoritariamente composto por mulheres. Essa liderança me incluiu no grupo do Whatsapp e me convidou a participar da próxima roda que estava agendada para o dia 17 de abril.

Esse episódio foi muito importante, pois, à época, eu estava desanimada com algumas frustrações iniciais que tive no campo. Essa foi a primeira vez que realizei uma observação participante no território e percebia minha aproximação como grupo se desenhando como uma possibilidade de inserção.

Entretanto, antes de participar desse evento específico, eu já estava há cerca de um mês realizando algumas atividades de observação e registro fotográficos no território, tentando traçar estratégias para identificar e entrevistar possíveis participantes da pesquisa. Na primeira semana em campo, busquei estabelecer contato com as mulheres que havia conhecido quando era analista social. Tentei entrar em contato com a Cássia e com outras mulheres que eram oficinaira do Programa Fica Vivo, porém elas não responderam minhas mensagens. Depois,

⁸ Todos os nomes mencionados neste capítulo são fictícios, tanto de participantes quanto de informantes da pesquisa.

⁹ O grupo “Bem viver” (nome fictício) é composto por mulheres que residem nos bairros Fazenda Castro e Metropolitano. Apresentarei mais informações sobre ele no próximo capítulo.

tentei contato com a Ana, presidente de uma Associação de Moradores de um dos bairros do Veneza, mas parecia ter mudado o número de telefone (cheguei a ir até a sede por três vezes e sempre a encontrava fechada até que resolvi sondar com os vizinhos da associação o que havia acontecido). Os vizinhos relataram que a sede pertence à Sociedade de São Vicente de Paula (SSVP), administrada localmente pelo esposo da Ana, indicando que um conflito entre as instituições culminou na retirada da Associação do prédio. Segundo os moradores, há boatos que ela ficou ofendida após alguns integrantes da SSVP acusarem ela e o esposo de monopolizarem as instituições¹⁰, uma vez que ambas dividiam o mesmo espaço e eram presididas pelo casal.

As possibilidades de observação participante e a entrada em campo por meio do Fica Vivo também não aconteceu como esperado, pois, ao tentar contatar a gestora do CPC (responsável por coordenar o PFV juntamente com PMC), não obtive resposta. Após algumas insistências, que não tiveram efeito, decidi mudar a estratégia, quando tive a ideia de participar de uma designação (processo seletivo) para ministrar aulas de Sociologia no ensino médio em uma escola no território, no qual obtive êxito na seleção. A partir de então, passei a iniciar minhas atividades como professora na Escola Estadual Professor Paulo Freire no dia 04 de fevereiro de 2020. O plano era aproveitar minha presença na escola para abrir possibilidades de pesquisa. A experiência como professora parecia uma excelente porta de entrada no campo e a vivência na instituição poderia se apresentar como uma oportunidade de conhecer melhor o lugar.

Agora, observem a coincidência e o desfecho dos eventos. Havia um pouco menos de um mês que estava ministrando as aulas na escola, totalmente encantada com meu trabalho – particularmente aprecio muito o exercício docente. Nesse momento, surgiu uma oportunidade de assumir o cargo de professora substituta no ensino superior e, em 13 de março, precisei solicitar o desligamento das minhas atividades na escola para então assumir o cargo na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Um dia antes, por volta das 8 horas da manhã, recebi uma mensagem da gestora do CPC informando que estava de férias e que, por isso, não havia respondido minhas mensagens, sendo que ela iria passar o novo número de telefone do CPC para que eu pudesse conversar com a equipe. Imediatamente, liguei e conversei com técnico social Paulo, expliquei brevemente a proposta da pesquisa e, na sequência, ele informou que as técnicas do PMC estariam organizando uma roda de conversas de mulheres que seria realizada naquele dia, às 10 horas, na Igreja Católica do Bairro Metropolitano,

¹⁰ Na entrevista Ana confirma essa versão.

tratando-se de um evento aberto ao público. Como eu tinha uma reunião de orientação agendada às 14 horas do mesmo dia na UFMG, aproveitei o embalo e, em 15 minutos, já estava saindo da cidade de Sete Lagoas para participar da roda de conversa em Ribeirão das Neves, de onde seguiria para Belo Horizonte.

Como mencionei anteriormente, fiquei empolgada com a participação na roda de conversa, embora estivesse triste por ter saído da escola. No entanto, contentava-me com o fato de o breve tempo que passei na instituição ter resultado em excelentes observações, contatos e informações. Na semana seguinte, menos de quatro dias depois, começamos o isolamento social: meu filho deixou de ir para o colégio e os dias que se seguiram explodiram as incertezas; todos os compromissos foram cancelados, inclusive aquela possibilidade de ser professora universitária na UNIFAL e o motivo do meu desligamento da escola foi suspenso. Confesso que estava tão atordoada nas primeiras semanas de isolamento que acreditei que tudo acabaria no final do mês e que, em abril, a vida voltaria ao normal. Minha primeira reação referente à pesquisa na pandemia foi aguardar e tentar cuidar da minha saúde mental.

Contudo, já estávamos no meio do mês de abril quando comecei a perceber que as coisas não iriam retornar à normalidade tão cedo. Mesmo assim, continuava acreditando que voltaríamos às atividades em junho. Assim, minha segunda reação na quarentena foi admitir o adiamento da pesquisa. Afinal, pensei: muitas universidades suspenderam seus calendários e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) havia publicado uma portaria que prorrogavam os prazos dos programas de pós-graduação. Somente na segunda semana do mês de maio que passo a abandonar todas minhas fugas psicológicas da realidade e encaro como socióloga que o “normal” que conhecemos provavelmente iria demorar muito a voltar, correndo um grande risco do seu retorno acontecer de uma forma difícil de assimilar. Foi nesse momento que minha reação foi de desespero: dei-me conta que aguardar o retorno da “normalidade” justificando a suspensão da pesquisa apenas agravava e adiava os transtornos que precisava enfrentar.

Quando penso nisso até consigo ouvir o barulho da ficha caindo no chão. Me sentia cansada, desapontada, culpada - tudo que tinha estabelecido para o trabalho de campo não aconteceu. Essa frustração era um sentimento difícil de lidar, pois eu sempre havia planejado e executado de maneira muito sistemática meu cronograma de pesquisa na graduação e no mestrado. E não foi apenas uma ocorrência ou uma circunstância previsível que fosse fácil de contornar, era uma pandemia. Eu não era única atingida e tinha noção que minha situação não

era mais ou menos dramática que a de outras pessoas. A situação era *sui generis* e não havia soluções prontas ou simples.

Somente, agora, relendo meu diário de campo para escrever a tese, lembrando das minhas reações frente à pandemia, consigo perceber que fiquei entre 30 a 40 dias esperando o retorno da normalidade com a pesquisa estacionada. Olhando assim, parece ser um longo espaço de tempo, porém, não é. Nesses intervalos, estava sobrecarregada, cuidando do meu filho, sendo professora dele, executando as tarefas domésticas, debatendo política nas redes sociais, escrevendo no meu diário, lendo e participando de atividades acadêmicas em formato de *lives* e vídeo conferências, dentre outras. Quando lembro o cansaço desse período, qualquer tentativa de emergir um sentimento de culpa por ter deixado a pesquisa parada passa rápido.

Após a reação de desespero, passo a olhar para as adversidades da pesquisa de campo como uma forma de testar minha sensibilidade e criatividade, buscando converter os desafios de fazer a pesquisa *in loco* como uma oportunidade de fazer novas descobertas. Nesse momento, que começo a visualizar um campo no “ambiente digital”.

Etapa 2: Isolamento social

Durante a quarentena, eu também estava trabalhando na produção de um artigo em parceria com um colega do PPGS. Nesse processo, compartilhávamos muitas das nossas angústias diante do impedimento de ir ao campo. Como estávamos com dificuldade para concentrar e executar as atividades de escrita devido a esses sentimentos de solidão e ansiedade causados pelo isolamento, pensamos em mudar a estratégia e, no lugar de escrever e enviar por e-mail para o outro, decidimos reservar dias específicos da semana para fazer uma escrita colaborativa. Funcionava da seguinte maneira: criamos um arquivo no Google e simultaneamente conversávamos por chamada de vídeo enquanto fazíamos alteração no documento. A experiência proporcionou efeitos terapêuticos e, na maioria das vezes, falávamos mais sobre metodologia do que escrevíamos o artigo.

Baseando-me nessa experiência, comecei a pensar em mudar minhas estratégias de campo, quando me lembrei de uma inquietação que tive ao ler “A Sopa de Wuhan” (AGAMBEM ET A., 2020). Recordei que, ao terminar a leitura do livro no final de março de 2020, fiquei atônita perante a rapidez que esses grandes teóricos como Zizek, Butler, Preciado, Agambem entre outros, conseguiam estruturar reflexões no meio de uma pandemia e ainda tiveram a proeza de publicar em tempo recorde. Essa indagação me fez pesquisar atividades e

mobilizações de grupos e núcleos de pesquisas para debater aspectos metodológicos diante das suspensões das atividades de campo. A partir desse momento em diante, mergulhei no universo das *lives* e vídeos conferência sobre possibilidades de pesquisa na pandemia.

Essas leituras e eventos permitiram repensar meu preconceito com as pesquisas intituladas “*online*”. Reconheço que, com exceção das pessoas que estudavam comunidades virtuais e tecnologia, eu não levava a sério alguém que dizia fazer etnografia virtual, netnografia, webnografia, etnografia online, dentre outras nomenclaturas possíveis. Hoje, percebo quão equivocada estava. Aquele provérbio popular “nunca diga desta água não beberei” ilustra muito bem um dos maiores aprendizados práticos que tive durante o período de quarentena, patente em reflexões clássicas sobre pesquisa, que consiste em jamais subestimar a metodologia de pesquisa dos outros, sobretudo aquelas que desconhecemos.

A partir dos aprendizados adquiridos com relação à condução do trabalho etnográfico no ambiente digital, comecei, então, a desenhar a possibilidade de fazer entrevistas online, mesmo sabendo que meu campo não se enquadra na perspectiva teórica das etnografias virtuais, pois ele é e, ao mesmo tempo, não é online (falarei mais sobre essa questão mais adiante). O uso das ferramentas online para realização da pesquisa requer repensar minha relação com o campo, posto que o deslocamento de um ambiente físico para um ambiente online ressignifica os sentidos dos eventos de pesquisa. Estou aqui me amparando nas observações de Hine (2000) sobre as implicações metodológicas provocadas ao mover uma etnografia para um ambiente digital.

Mesmo diante de um bombardeamento acadêmico sobre as pesquisas no ambiente virtual, o fato de fazer um campo online me causou certo desconforto. A própria expressão “não presencial” utilizada para definir as atividades online passou a me incomodar e eu começava a indagar “o que é presença?”. Seria a conexão entre as pessoas em um ambiente ou seria somente aquela interação realizada na materialidade?

Deixo de lado esses sentimentos e decido encarar a possibilidade de fazer uma pesquisa no ambiente digital, adotando como tática a realização de entrevistas online. Nesse momento, comecei a pensar por onde começar. Minha inclusão no grupo do whatsapp “Bem viver”, antes visto apenas como um simples contato, passou a ser minha chance de entrar no território. Além disso, recordava que tinha, em meu Facebook, muitas lideranças do Veneza. Passei a converter as informações coletadas na etapa 1 (pré-pandemia) e os contatos estabelecidos durante minha experiência etnográfica em oportunidades de inserção em campo,

tentando adaptar a técnica de “Bola de Neve”, como sintetizo na imagem apresentada na próxima página:

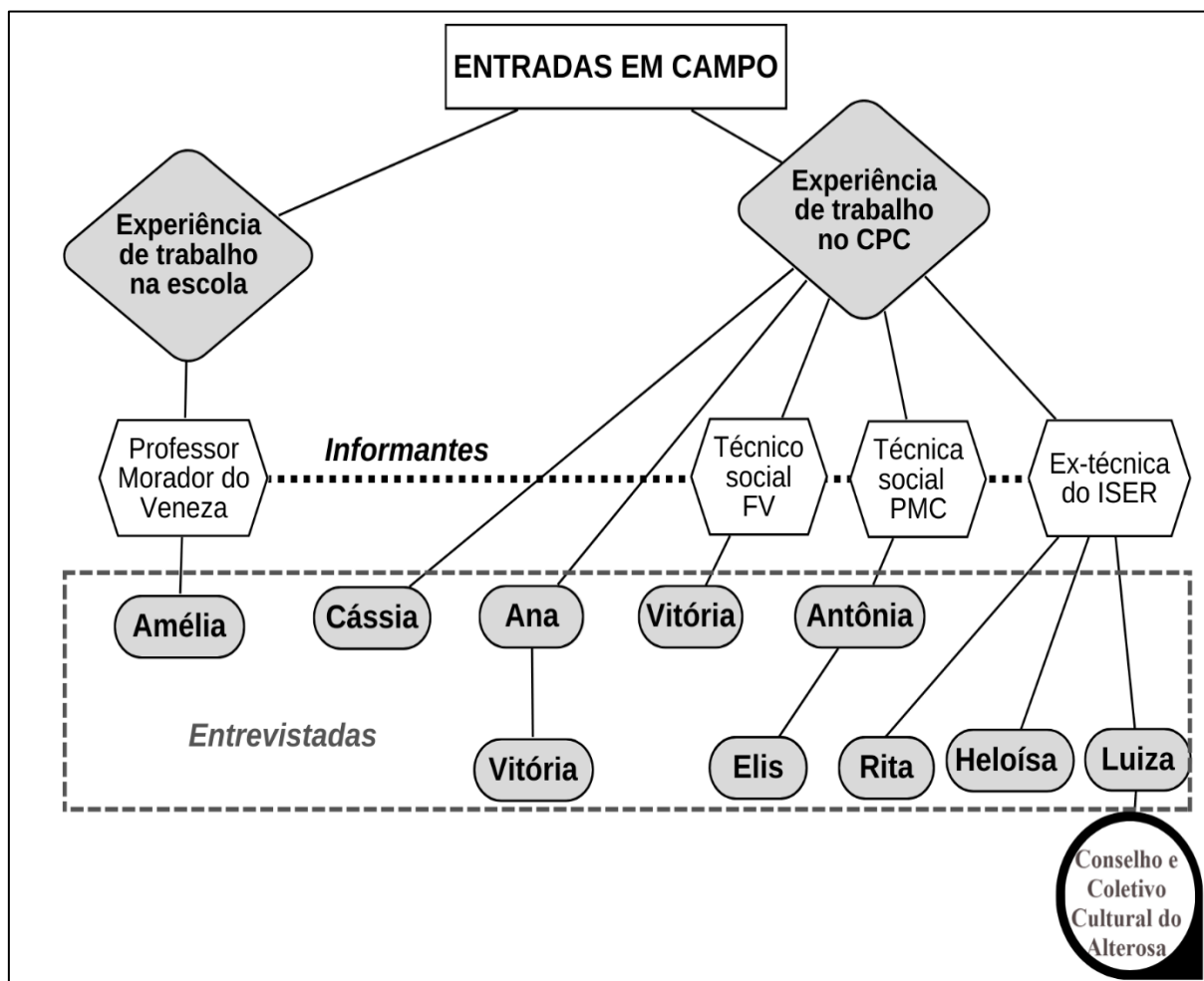


Figura 15. Fluxograma de entrada em campo - 1ª etapa. Elaborada pela autora (2021).

Como é possível observar no fluxograma acima, tive duas entradas em campo e, abaixo delas, apresento as informantes e como elas ajudaram a chegar até as interlocutoras de pesquisa que participaram da primeira rodada de entrevistas que aconteceram em 2020.

Nos tópicos a seguir, apresento uma breve descrição de como foi estabelecido o contato com as informantes e do processo de chegada a cada liderança entrevistada, além de pontuar, como o encontro com a Luiza foi crucial para alterar o recorte de participantes da pesquisa.

a) experiência de trabalho na Escola Estadual Paulo Freire:

Um colega de profissão da escola, que é morador do território, passou o contato de duas lideranças comunitárias. Uma delas não respondeu às minhas mensagens, mas consegui estabelecer contato e entrevistar a Amélia, uma liderança da Igreja Católica.

b) Entradas via experiência de trabalho no CPC:

Cássia (Oficineiras do Fica Vivo)

Como já havia tentado contato com asicineiras do PFV no *facebook* e *whatsapp* ainda na etapa offline da pesquisa, tentei novo contato com várias delas, mas uma se recusou a participar da entrevista e a Cássia não atendeu às ligações nesse período. Todavia, cheguei a realizar uma entrevista com ela como um espécie de pré-teste para elaboração do trabalho final da disciplina de Abordagens Biográficas em Sociologia. A entrevista foi realizada no dia 16 de junho de 2019.

Ana e Vitória (Associação de Moradores)

Como já tinha Ana adicionada entre meus amigos do *facebook*, tentei contato pela referida rede social. Sem sucesso, resolvi adicionar sua filha Vitória para tentar chegar até ela. A estratégia deu certo e consegui conversar e entrevistar as duas.

Técnico do FV

Liguei novamente para o analista social Paulo e expliquei para ele o contexto da pesquisa. Na oportunidade, ele passou o contato da Laura, uma novaicineira do programa. Após uma breve conversa com ela pelo *chat* do *whatsapp*, agendamos a segunda entrevista que realizei. Laura me incluiu em um grupo de *Whatsapp* chamado “Eh pra ontem manas” de jovens mulheres negras do território.

Técnica do PMC

Tentei diversos contatos com a Janete e não tive retorno. Percebi que ela deletou a conta do *whatsapp*. Acredito que ela se encontrava bastante atarefada, pois é mãe de uma criança pequena e está buscando se adaptar ao trabalho remoto na pandemia. Entretanto, foi pelo convite realizado por ela que conheci a Antônia, líder do grupo “Bem viver”, com quem troquei contato e iniciei uma conversa. Por meio da abordagem que fiz pelo aplicativo, ela concedeu

minha primeira entrevista online e me adicionou no grupo de WhatsApp. Foi necessário fazer várias remarcações para então realizar nosso encontro no início de junho.

Técnica do ISER

Em 2016, quando ainda trabalhava no CPC (Fica VIVO) conheci Vanusa. À época, ela era técnica do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e atuava na condução de um projeto social desenvolvido em um conjunto habitacional localizado na região do Veneza. Porém, foi em 2018, ao nos reencontrarmos como colegas de Pós-graduação que nos tornamos próximas. Como sabia que ela tinha estabelecido relações com diversas pessoas no território, solicitei algumas indicações. Ela passou o telefone de oito lideranças e estabeleci contato com todas elas, embora eu tenha conseguido entrevistar somente três: Heloísa, Rita e Luiza. Ênfase aqui a importância de ter entrevistado Luiza, pois, além de ter indicado diversas lideranças da cidade, ela me incluiu em um grupo do *whatsapp* chamado “Coletivo de Mulheres de Ribeirão das Neves” que visa debater estratégias coletivas para fortalecer candidaturas de mulheres na eleição municipal. Foi a partir da minha inserção nesse grupo que o recorte da minha pesquisa mudou, deixando de abranger somente Veneza e passando a abranger mulheres de toda a cidade de Neves.

Saliento que meu trabalho de campo no ambiente digital não se restringiu somente à realização das entrevistas online. Por meio dessas entrevistas, fui inserida enquanto observadora em três grupos no *Whatsapp* de mulheres do território e, ao longo de 2020 até o início de 2021, pude observá-los. Nesse período, notei que, dentre eles, aquele mais se aproximada das dinâmicas relacionadas à vida das mulheres lideranças era o que Luiza havia me adicionado, o “Coletivo de Mulheres Nevenses”.

Nos outros grupos, haviam poucas interações e, enquanto um se pautava na troca de informações de dicas sobre saúde (Bem viver), o outro era direcionado para o compartilhamento de conteúdo de coreografias de dança (*Eh pra ontem manas*).

Para chegar até as questões que havia proposto na pesquisa e percebendo que seria muito complexo me fazer presente em tantos grupos e ainda acompanhar as redes sociais das participantes, decidi que seria importante centralizar meus esforços para acompanhar somente um grupo. Optei, então, por priorizar a observação do “Coletivo de Mulheres Nevenses”, uma vez que ele tinha como objetivo a articulação política no território, conforme explica Luiza:

Abranger mais a possibilidade de termos mais mulheres na Câmara. A gente está num grupo de frente feminina de Neves, que é para engajar uma campanha na outra, para ver se a gente consegue pôr umas quatro mulheres lá,

umas cinco. O sonho é umas oito, né? Mas a gente consegue quatro ou cinco, a gente vai fazer história. Então, como é limitado, o partido é limitado. Porque todos os partidos são machistas, tá? Até da esquerda é machista. Só fazem campanha para os meninos [...] A gente vai conhecendo todas um pouco, sabe? Até mesmo para a gente saber onde que uma atua, qual é a frente de atuação... Inclusive, nesse grupo até a ex-prefeita faz parte. (Luiza, 2020)

Por meio desse grupo, mergulhei no universo dos movimentos de mulheres nevenses, conheci diversas lideranças, acompanhei as articulações entre elas no lançamento das candidaturas femininas ao legislativo municipal, passei a receber convites para assistir *lives* direcionadas a mulheres do território e participei de reuniões online dos Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (REVIM). Durante as observações no grupo, pude identificar como elas atuavam em outras frentes de mobilização social do território e quais são as Redes, Centros, Projetos Coletivos, Institutos e ONGS, Movimentos e Associações Comunitárias na qual se organizam.

Por meio da minha interação com essas mulheres no grupo, passei a negociar com algumas delas a segunda rodada de entrevistas que foram realizadas no primeiro semestre de 2021 com 13 lideranças de outros distritos da cidade, como Justinópolis, Areias e Sede. Nesse período, consegui entrevistar a Deputada Andréia de Jesus, que é uma cidadã nevensense e a única participante da pesquisa que não terá um nome fictício, em virtude da sua trajetória política. Visto que ela é a única deputada negra e nevensense da história de Minas Gerais, apresentar sua biografia sem identificá-la, seria impossível. Por isso, com autorização dela, seu nome está sendo identificado.

Exponho, a seguir, um fluxograma de interações que foram estabelecidas com lideranças de outras regiões e com diversas organizações da cidade a partir da minha entrada no grupo “Coletivo Mulheres Neves” por meio do contato da Luiza. No fluxograma, apresentado na próxima página, pode-se observar como cheguei às organizações mapeadas que apresentei no final do Primeiro Capítulo.

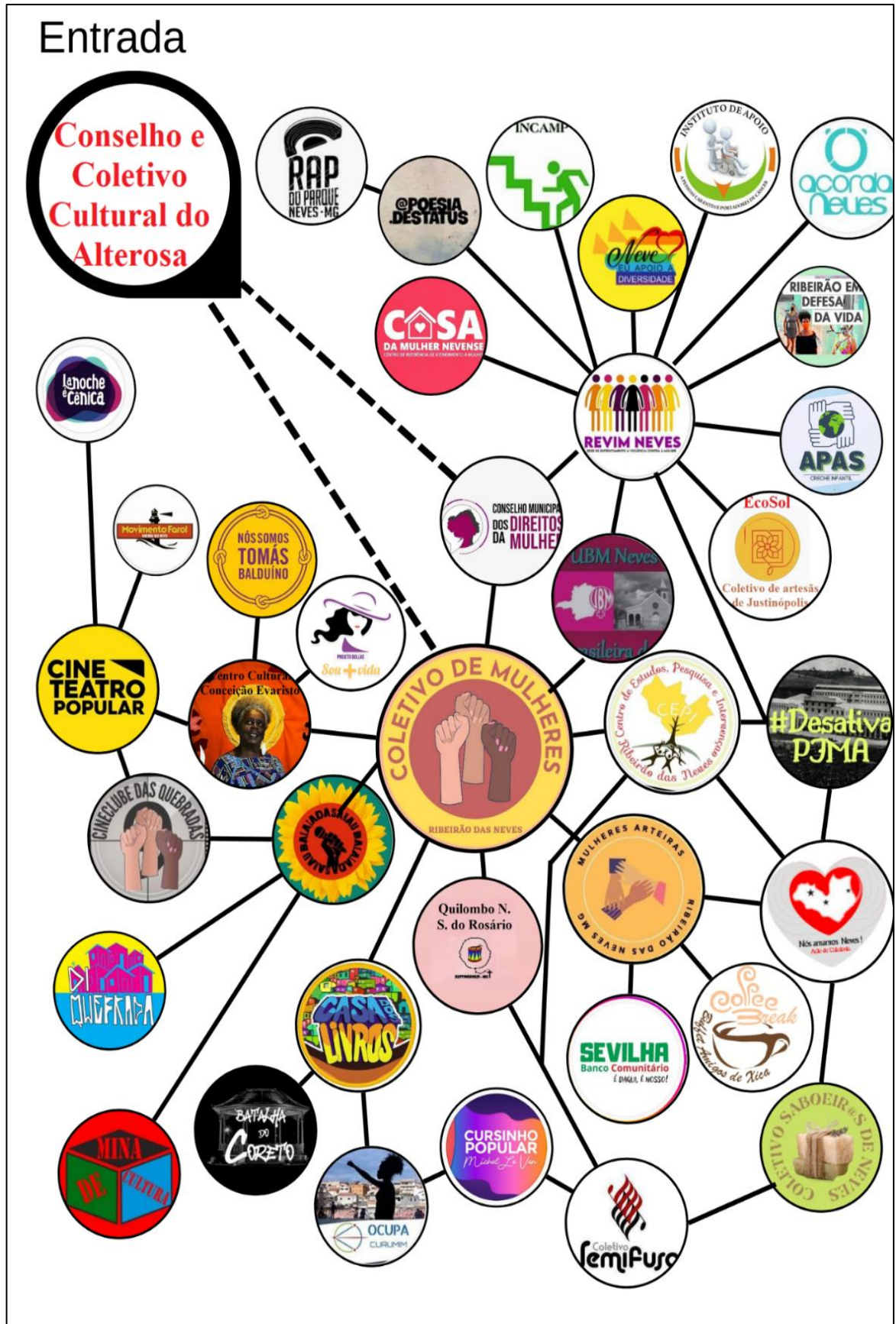


Figura 16. Fluxograma – Interações no grupo Coletivo de Mulheres Nevenses. Elaborada pela autora (2021).

Etapa 3: O novo normal

O período que denomino de “novo normal” é marcado pelo retorno de algumas atividades presenciais em 2021. Fui percebendo, no grupo, que ainda no final de março do ano citado, as mulheres começavam a organizar as primeiras atividades e ações de forma presencial e, dado o contexto no qual estava inserida, mesmo que por meio de interações virtuais, eu me senti segura para ir ao campo.

Nesse contexto, fui adicionada ao grupo de WhatsApp da REVIM que, junto ao grupo do Coletivo de Mulheres Nevenses, permitiu-me aproximação com as pautas das lideranças que tinham em comum a bandeira de combate à violência contra mulheres, mesmo sendo de diferentes distritos, religiões e posicionamento políticos. Cabe ainda salientar que muitas delas, inclusive as que eu havia entrevistado, estavam ligadas a partidos e/ou ideais progressistas. Vale ressaltar também que nem todas se declaram como pertencentes a um partido de esquerda, embora foi unânime a identificação com o discurso e defesa de políticas e ideias de igualdade social.

Era nesse momento que também acaloravam questões em torno da dinâmica política do território, expressadas por meio da indignação das lideranças com o fato de não ter sido eleita nenhuma candidata mulher, da ausência de delegada na Mulher (DA), da negligência do poder público municipal diante da distribuição dos recursos da Lei Aldir Blanc e do retorno às aulas, dentre outras questões que surgiram. Nesse período, acompanhei as oficinas de Arte e Valorização das Mulheres Negras organizada pelo Quilombo Nossa Senhora do Rosário e realizadas com apoio da lei Aldir Blanc e participei de rodas de conversas na Casa do Livros e no Centro Cultural Conceição Evaristo na ocupação Tomás Balduino. Acompanhei também atividades realizadas na Casa dos Conselhos, no Centro Cultural Poesia de Status, na casa Semifusa, dentre outras instituições, além de observar as articulações das mulheres para reivindicar as demandas referentes à DA, do CMDM-RN e da REVIM-RN.

No ano de 2022, participei da Audiência pública sobre a Penitenciária José Maria Alkimin (PMJA), fiz circulações pelo território acompanhando a pesquisadora Isabel Georges, além de estar presente em diversas atividades eleitorais nas quais as mulheres lideranças estavam envolvidas na condição de candidata ou apoiadora, inclusive estive em Ribeirão das Neves durante a caminhada realizada com a presença do Presidente Lula (22 de outubro de 2022), que resultou na ampliação de sua vantagem sobre o adversário Bolsonaro, no qual passou de 81.560 votos (49,31%) no primeiro turno para 86.681 votos (50,63%) no segundo turno.

Nessa etapa da pesquisa, foi emocionante e revigorante o encontro *in loco* com aquelas mulheres que eu havia conhecido somente no ambiente digital por meio da realização das entrevistas online e/ou por diálogos no grupo e por meio dos eventos online. Ainda que eu não subestime o poder das relações que podem ser estabelecidas no âmbito virtual, ver e conhecer aquelas mulheres pessoalmente foi uma experiência muito importante em termos simbólicos, pois permitiu maior proximidade com elas e, conseqüentemente, com suas histórias.

A proximidade provocada pelo contato frequente por meio do WhatsApp e do Instagram fez com que algumas dessas mulheres passassem a ocupar um lugar que extrapola a esfera de participação na pesquisa. Na verdade, a relações com algumas delas, inclusive com lideranças que não cheguei a entrevistar, tornou-se uma relação de identificação, de amizade, de trocas e parcerias.

Estar presente com essas mulheres me reaproximou de parte da minha história e passei a reviver aspectos da minha militância nos movimentos sociais e no partido político dos quais me afastei ao ingressar na graduação e me tornar mãe. Posso tirar dessa experiência com as lideranças nevenses que a pesquisa não é somente sobre o tema e suas/seus respectivos participantes, ela é, em parte, sobre a/o aquela/e que a conduz, mesmo quando esse aspecto é ocultado e/ou inconsciente.

A ideia de fronteira remete à noção de uma divisão e, quando falamos de online e offline, temos uma tendência de colocá-las em oposição. Todavia, o que minha experiência etnográfica demonstrou é que não existe uma divisão tão delimitada entre eles, questão que nem sempre fica nítida quando iniciamos uma pesquisa etnográfica, principalmente para aqueles que, como eu, sempre realizaram pesquisas *in loco*. Por isso, enfatizo que a realização do trabalho de campo não foi desenvolvida em uma fronteira entre ambiente offline e online, ele se voltou para o universo das mulheres nevenses que é atravessado e configurado por relações estabelecidas em ambos os ambientes. Todavia, eu precisei me deparar com um isolamento provocado pela Pandemia de COVID-19 para perceber essa questão.

2.3. Desdobramentos da realização das entrevistas

É notório que a realização de entrevistas se constitui como uma prática rotineira na vida de grande parte das/dos pesquisadores/pesquisadores, devido seu grande potencial de captação de dados, ela se constitui como um dos métodos mais relevantes na condução de pesquisas qualitativas, sendo seus usos e possibilidades temas recorrentes nas reflexões e debates acadêmicos sobre metodologia. Becker (2007), por exemplo, oferece algumas dicas para tornar

mais eficiente a condução das perguntas direcionadas à pessoa entrevistada. No tocante à execução, Bertaux (2010) alerta para importância de se criar um ambiente para sua realização, que vai desde a abertura de um campo a até a sua preparação.

Em termos analíticos-metodológicos, a abordagem interacionista (GOFFMAN, 2008;2009) assinala a importância de considerar os aspectos interacionais derivados da entrevista enquanto em uma perspectiva mais relacional. Todavia, é necessário compreender que a realização de entrevistas em profundidade é constituída por um processo de coleta de dados e de não uma simples conversa com captação de áudio. Portanto, deve-se considerar algumas questões sobre seus desdobramentos que vão da sua negociação das situações que ocorrem após o seu encerramento. Nesse sentido, entrevistar é um exercício de alteridade que necessita da mobilização simultânea das seguintes ações: olhar – ouvir – conectar– registrar.

São essas ações que possibilitam encontrar, nos termos de Carlos Ginzburg, o “Paradigma indiciário”, ou seja, construir um arcabouço interpretativo da realidade estudada voltado para a identificação das circunstâncias, pistas e sinais presentes no campo, visando qualificar melhor as informações coletadas e compreender uma dada realidade social, como ilustra o autor na metáfora do tapete:

Poderíamos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegados a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com olhos em várias direções [...] O tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico (GINZBURG, 1989. P. 170).

O paradigma indiciário permite pensarmos as dimensões da pesquisa para além da análise exclusiva dos depoimentos coletados. Seria como utilizar uma lupa para enxergar além do que pode ser lido a olho nu. Por sua vez, os depoimentos provenientes das entrevistas merecem atenção redobrada e devem ser percebidos “como uma forma de exercício espiritual, visando a obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida”. (BOURDIEU, 2008, P. 704). Nesses termos, a relação de entrevista é:

Em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca (BOURDIEU, 2008. P.695).

Outra questão a ser considerada com atenção é o lugar no qual a entrevista será realizada, bem como de qual forma se chegou na seleção dele. No estudo “On Home Turf: interviewing location and its social meaning”, Hanna Herzog revela que a escolha por parte da participante do local da entrevista revela detalhes meticulosos sobre a vida das entrevistadas em sua pesquisa. Segundo a autora:

Dos diversos componentes do processo de entrevista, relativamente pouca atenção tem sido dedicada onde a entrevista ocorre e a quem seleciona o local da entrevista. Este artigo visa preencher essa lacuna ao lidar com a escolha do local da entrevista. O argumento aqui apresentado divide-se em três partes: (a) a questão de quem seleciona o local e qual cenário é escolhido não é apenas uma questão técnica de conveniência e conforto, mas deve ser examinada dentro do contexto social do estudo sendo conduzido; (b) o local selecionado deve ser visto como parte da interpretação dos resultados; e, por fim, (c) o local da entrevista desempenha um papel na construção da realidade, servindo simultaneamente como produto e produtor cultural (HERZOG, 2005, p. 25; tradução nossa).¹¹

Herzog (2005) chama atenção para os aspectos interpretativos e simbólicos presentes na negociação da escolha do local da entrevista. Para a autora, esses elementos devem ser considerados na interpretação dos dados coletados. Nesse sentido, o lugar online de realização das entrevistas da pesquisa durante a primeira rodada em 2020 foi o WhatsApp. A escolha por fazer chamada de vídeo no aplicativo foi uma unanimidade entre as entrevistadas. Elas relatavam que tinham maior facilidade com ele e muitas desconheciam as plataformas como *Skype*, *Zoom* ou *Google Meet*. O WhatsApp era mais acessível para elas, uma vez que algumas não tinham internet banda larga, mas possuíam um pacote de dados móveis para o celular que oferecia a utilização ilimitada do aplicativo.

Diferentemente do que aconteceu na primeira rodada, em 2021, durante a segunda rodada de entrevistas, todas as participantes optaram pela utilização do *Google Meet*. Elas relatavam que a plataforma era mais prática e menos cansativa. Isso reflete que essas mulheres já haviam passado por um processo de aproximação com essas ferramentas para ser adaptar à realidade provocada pelo isolamento social.

¹¹ Original: “Of the various components of the interview process, relatively little attention has been paid to where the interview takes place and who selects the interview location. This paper aims to fill in this deficiency by dealing with the choice of interview location. The argument presented here is threefold: (a) the issue of who selects the location, and what setting is chosen, is not only a technical matter of convenience and comfort but should be examined within the social context of the study being conducted; (b) the location selected should be seen as part of the interpretation of the findings; and lastly, (c) the interview location plays a role in constructing reality, serving simultaneously as both cultural product and producer”.(HERZOG, 2005, p. 25).

2.3.1. A execução das entrevistas

Embasada nessas contribuições teóricas, passei a planejar minhas entrevistas online. Antes mesmo de sua realização, ainda na abordagem inicial, no momento que fazia o convite para as lideranças eu já apresentava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido — TCLE (Apêndice D) e a Declaração de Consentimento Participação em Pesquisa (Apêndice E). Inclusive, preparei uma versão com ilustrações para facilitar a leitura do documento pelas participantes, elaborei, ainda, um texto de apresentação da pesquisa utilizando *emojis* para abordar as mulheres e convidá-las para serem entrevistadas.

Como reportado anteriormente, as entrevistas foram realizadas por meio de duas rodadas. A primeira aconteceu em 2020 com mulheres residentes do Veneza por meio de vídeo chamadas do WhatsApp. No dia e horário agendado, antes de ligar para a participante, eu sempre enviava uma mensagem confirmando a entrevista e perguntando se ela poderia me atender naquele momento e, ao ser respondida de forma positiva, efetuava a ligação.

Para o registro da entrevista, utilizei um aplicativo de gravador de tela no celular junto com um gravador de áudio (aparelho) a parte, pois, com o celular, não era possível gravar a conversa, uma vez que existe um mecanismo no sistema *android* que não permite a gravação simultânea de áudio interno e áudio externo.

Na segunda rodada de entrevistas, foi utilizado o recurso de gravação de chamada do Google Meet, uma vez que essa foi a plataforma escolhida pelas participantes. Alguns minutos antes do horário agendado, eu enviava uma mensagem pelo chat do WhatsApp para a entrevistada com o link da vídeo ligação e aguardava sua entrada na sala.

Na realização de todas as entrevistas, antes mesmo de iniciar a conversa, eu solicitava autorização para fazer a gravação e realizava a apresentação e leitura TCLE. Cheguei a pensar que o termo seria um obstáculo para adesão das mulheres à pesquisa, mas a experiência demonstrou o contrário do que imaginara. Elas interpretavam a apresentação do documento como uma demonstração de comprometimento e seriedade da minha parte. A leitura dele antes da entrevista funcionava como uma espécie de dinâmica de quebra gelo e permitia maior descontração para iniciarmos a conversa.

No total, foram realizadas 23 entrevistas com mulheres das quatro regiões de Ribeirão das Neves entre os anos de 2020 e 2021. A seguir, apresento a distribuição de entrevistas realizadas de acordo com os distritos da cidade.

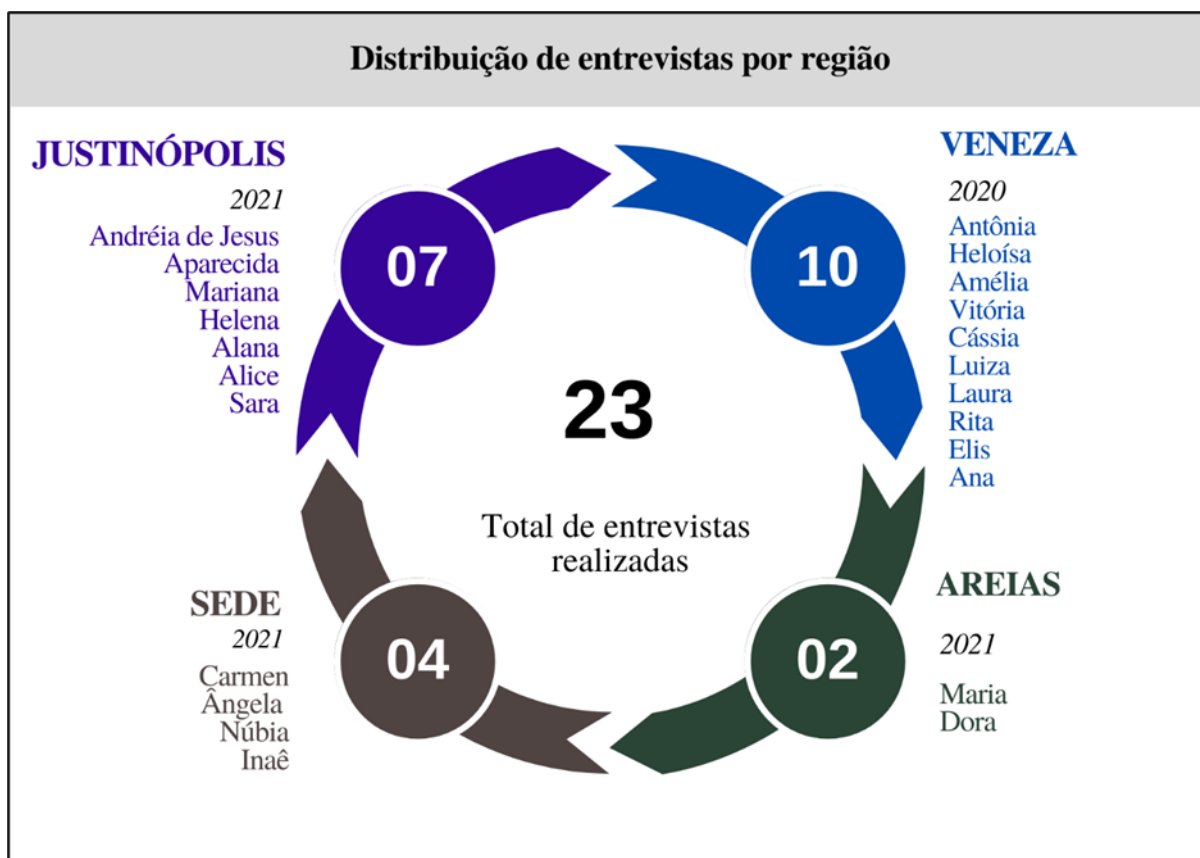


Figura 17. Distribuição das entrevista por região. Elaborada pela autora (2021).

2.3.2. Lições da experiência online

A experiência de conduzir entrevistas online durante o enfrentamento de uma pandemia foi uma questão central na execução da pesquisa. Em um primeiro momento, essa situação se apresentou como uma adversidade, uma vez que fugia do meu planejamento. No entanto, no decorrer do processo, fui aprendendo na prática como fazer e me preparar para cada uma. Por isso, pretendo, a seguir, apresentar algumas ponderações que presumo serem relevantes sobre o processo de interlocução com as participantes da pesquisa.

O meu desafio era criar um ambiente online agradável que permitisse às participantes ficarem à vontade para falar de suas vidas. Nesse sentido, vale ressaltar que nenhuma das entrevistas tiveram menos de uma hora, considerando que as mulheres queriam falar e eu queria ouvir. A colaboração delas em disponibilizar seu tempo foi algo muito impactante, assim como a forma como elas contribuíram com meu trabalho é de uma generosidade imensurável.

Elas compartilharam comigo depoimentos de aspectos íntimos da sua vida que eu não acreditava ser possível acontecer nas circunstâncias em que nos encontrávamos, pois, se já era

difícil ser abrir para uma pesquisadora que é uma desconhecida, imagina fazer esse movimento por meio de um contato virtual. Para além do ambiente da entrevista, no qual elas dividiram gentilmente seus testemunhos de vida no território, muitas continuavam mandando, por meio das redes sociais, informações sobre a cidade, além de ajudarem a encontrar novas participantes através de indicações. Inclusive, por meio dessas indicações, pude construir uma lista enorme de lideranças que, em princípio, poderiam ser entrevistadas, proposta que não se concretizou, considerando os limites metodológicos da pesquisa que tem como o foco a qualidade e não a quantidade. Além disso, já estava em um momento do trabalho de campo em que cessei a realização de novas entrevistas por perceber, nos relatos coletados, narrativas reiterativas sobre elementos que subsidiavam respostas para a questão da pesquisa.

Considerando a centralidade do processo de interlocução realizado durante o trabalho de campos e a prática obtida na condução das entrevistas em ambiente online, apresento, a seguir, algumas lições aprendidas nessa experiência e que avalio que podem ajudar outras/outros pesquisadoras/pesquisadores que passem por situação similar, visto que a condução online das entrevistas, em comparação com a experiência que eu tinha na realização presencial, demonstrou-se como técnica distinta.

Posso resumir em cinco as lições que pude adquirir nessa experiência. A primeira se trata de não subestimar o ambiente virtual fazendo comparação entre o online e presencial, pois, a entrevista realizada por meio de ferramentas digitais é tão desafiadora quanto aquela *in loco*: a ideia de comodidade e flexibilidade que temos quando pensamos em atividades virtuais não se aplica à realização da entrevista online, principalmente no meu caso.

Se, presencialmente, você depende da disponibilidade do outro, no ambiente online, você precisa que, além do tempo, haja uma estrutura para participar, sendo necessário, no mínimo, que a(o) entrevistada (o) tenha um celular e acesso à internet. Além disso, você até pode controlar as interferências do seu lado, mas não consegue ter controle algum do que pode ocorrer do outro. Entre as 23 entrevistas realizadas, observei que, em menos da metade, a participante estava realmente sozinha. Nas demais, todas tiveram algum tipo de “intromissão”, seja dos filhos, do companheiro, de vizinhos e até dos cachorros. Da mesma maneira que essas interferências atrapalham, elas se constituem como dados para pesquisa. Ademais, é necessário avaliar cada contexto, uma vez que, dependendo das circunstâncias em que as entrevistas ocorrem, tais situações podem inviabilizar ou enviesar a pesquisa

Entender o perfil dos participantes antes de negociar a entrevista foi a segunda lição aprendida. Devido minha experiência etnográfica no território como analista social e em razão

da etapa pré-pandemia no campo, além do meu olhar de gênero e classe para questões que envolvem as mulheres das camadas populares, eu sabia que precisaria ser bastante flexível com dias e horários, razão pela qual disponibilizei meu tempo de forma integral, demonstrando flexibilidade e me adaptando às condições das entrevistadas, pois algumas delas cuidavam dos filhos ou de afazeres da casa durante nossa conversa. Pude notar que elas sempre optam pelos horários na parte da tarde, que é um momento de maior tranquilidade devido às tarefas domésticas já estarem realizadas.

A terceira lição foi entender que a utilização de imagens e áudios aproximam, por isso, entre a realização de ligações e de vídeo chamadas, optei pela segunda por ser a forma que mais se aproxima da entrevista presencial. Ver o outro e ser visto, mesmo que por meio de uma tela de celular ou notebook, proporciona um pouco mais de aproximação e permite uma interação maior que uma simples ligação. A vídeo chamada proporciona, mesmo que de forma limitada, a observação do cômodo no qual a participante está, bem como pode ser útil para ver e entender a ocorrência de algumas interferências. Por essa razão, julguei pertinente gravar as imagens da vídeo chamada — para compreender melhor o contexto na hora de transcrever as entrevistas.

Perceber que eu não era a única a me aprontar para entrevista foi a quarta lição aprendida durante essa experiência: era possível observar que a entrevistada também se preparava, diferente do que pode acontecer presencialmente quanto, muitas vezes, a entrevista acontece sem que a interlocutora tenha se planejado para aquele momento. A entrevista online requer uma preparação da entrevistada, seja em relação ao acesso à internet ou até mesmo para reservar um lugar que possa falar com certa tranquilidade. Constatei três coisas na realização das vídeo chamadas: a) que as participantes já tinham bastante familiaridade com a ferramenta; b) esteticamente, elas se arrumavam, sinalizando que eu não era a única a me preparar para o momento; c) no tocante à negociação das entrevistas, percebi que a utilização de áudio para abordar as mulheres é mais efetiva que a troca de mensagens de texto.

Nesse sentido, ter em vista que o planejamento da entrevista online exige demandas específicas se constitui como a quinta lição aprendida, pois o seu planejamento não é trivial, não sendo possível realizá-la de improviso. Diferentemente do modelo presencial, em que a entrevistadora e a entrevistada estão no mesmo local, no ambiente online, ambas estão em locais diferentes e conectadas em tempo real. Como mencionei anteriormente, não é possível controlar as interferências do outro lado, mas é essencial se prevenir para que isso não aconteça do seu lado, para evitar atrapalhar o momento ou prejudicar o registro. A vista disso, é importante

testar os equipamentos com antecedência, verificar o sinal de internet, escolher o ambiente mais silencioso da casa e avisar os demais membros da sua família para não importunar.

Por fim, ter paciência é entender que a imprevisibilidade faz parte da pesquisa, tratando-se de uma questão a ser considerada no uso de qualquer método ou técnica. Todavia, o ambiente digital requer um pouco mais de serenidade, pois os imprevistos podem ser acentuados, visto que, mesmo tomando todos os cuidados, fazia parte do processo as ligações caírem ou celular travar durante a entrevista, pois não era/é possível controlar a qualidade da internet ou o funcionamento do celular do outro. A imprevisibilidade se aplica, da mesma forma, às negociações de entrevista, já que algumas participantes demoram muito para responder, enquanto outras respondem imediatamente. Parece que, nesse mundo online, essas imprevisibilidades permeiam o processo.

2.4. Apreciação e tratamento dos dados coletados.

A coleta de dados foi realizada através de diversos procedimentos metodológicos, como levantamento de informações em fontes institucionais, condução de entrevista em profundidade e registros no caderno de campo das observações ocorridas no território e da interação com as participantes da pesquisa. Como é possível observar nas informações demonstradas a partir do Primeiro Capítulo, foram apresentados infográficos, gráficos e tabelas elaborados com base em dados coletados em instituições públicas, como Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TSE-MG), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Casa dos Conselhos, além de depoimentos das lideranças.

No que tange ao uso do caderno de campo, destaco sua dimensão particular, considerando que ele mescla diário de pesquisa e notas avulsas sobre o tema estudado, tendo sido essencial para compreender questões em torno do universo pesquisado e para organizar a estrutura da tese. Os registros do caderno deram suporte para a construção das cartografias de espaços públicos de Neves (item 1.5 – pág. 74) em que apresento uma síntese dos equipamentos públicos acessados pelas mulheres nevenses e os principais movimentos sociais de atuação delas.

Para a análise das entrevistas realizadas, primeiramente fiz a transcrição das gravações. Na sequência, elaborei as fichas biográficas das participantes, buscando, por meio de uma

sequência cronológica, identificar eventos individuais, familiares e conjunturais. O modelo utilizado encontra-se no anexo II¹².

As fichas auxiliaram no processo de construção das biografias combinadas e ajudaram a sistematizar dois panoramas sintético-ilustrativos das participantes da pesquisa. Um sobre o perfil social (tabela 3) e outro sobre o perfil de atuação política, abordando somente aspectos do envolvimento em instituições religiosas, sociais e políticas no território (tabela 4).

2.5. O processo de construção de biografias de engajamento

As construções das biografias de engajamentos foram baseadas nas histórias de vida das participantes, acessadas durante as entrevistas em profundidade realizadas por meio de um roteiro semiestruturado (Apêndice F) e de conversas com elas durante a observação participante. A utilização da história de vida é bastante recorrente nas pesquisas qualitativas e possui uma grande variedade de usos científicos como alerta Becker (1993), ao enfatizar as diferenças entre seus usos na literatura e na pesquisa sociológica:

a história de vida se aproxima mais do terra-a-terra, se dedica mais às nossas propostas do que às do autor, e se interessa menos por valores artísticos do que por um relato fiel da experiência e interpretação por parte do sujeito do mundo no qual vive. O sociólogo que coleta uma história de vida cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente. O sociólogo mantém o sujeito orientado para os temas nos quais a sociologia está interessada, questiona-o sobre acontecimentos que exigem aprofundamento, tenta fazer com que a história contada acompanhe os assuntos dos registros oficiais e os materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos (BECKER, 1993, p. 102).

O ato de trabalhar com histórias de vida em uma pesquisa sociológica não abrange somente os aspectos subjetivos das participantes. As narrativas dessas mulheres refletem dimensões localizadas a partir processos sociais que cercam a sociedade, uma vez que “a história de vida, mais do que qualquer outra técnica, exceto, talvez, a observação participante, pode dar um sentido à super explorada noção de processo. (BECKER, 1993, p. 102). Ou seja,

¹² As fichas biográficas produzidas durante esta pesquisa foram baseadas no modelo elaborado pela professora Yumi Garcia dos Santos e que foi apresentado e debatido na disciplina de “Abordagens biográficas em Sociologia” ofertada no primeiro semestre de 2019 no PPGS/UFMG.

o olhar biográfico é um olhar circunspecto para sociedade que permite a realização de uma abordagem microssociológica sobre uma dada realidade social.

O processo de construção das biografias de engajamento é alicerçado na experiência vivida por essas lideranças, expressa em seus relatos de vida no qual “o verbo «contar» (narrar) aqui é essencial: significa que a produção discursiva do sujeito assumiu uma forma narrativa” (BERTAUX, 2005, p. 36; tradução nossa). Esses relatos, enquanto expressões narrativas, ajudaram a identificar os percursos das lideranças, analisando tanto aspectos da trajetória objetiva, determinada pelas posições sociais ocupadas por elas ao longo de sua vida, quanto a sua trajetória subjetiva que expressam, segundo Dubar (1988), seus mundos sociais.

Chamaremos de *trajetória subjetiva* esse enredo posto em palavras pela entrevista biográfica e formalizado pelo esquema lógico, reconstruído pelo pesquisador por meio da análise semântica. Trata-se da disposição particular, num discurso, das categorias estruturantes do relato, segundo as regras de disjunção e conjunção que suprem a produção de sentido. Trata-se, também, de uma forma de resumo da argumentação, extraído da análise do relato e da descoberta de um ou mais enredos, e dos motivos pelos quais o sujeito está numa situação em que ele mesmo está se definindo, a partir de acontecimentos passados, aberto para um determinado campo de possíveis, mais ou menos desejáveis e mais ou menos acessíveis (DUBAR, 1998, p.6; grifo do autor).

As histórias e os relatos de vida das participantes da pesquisa são apresentados na tese por meio de dois formatos. Primeiro, no formato de citação, no qual apresento trechos narrativos das participantes para ilustrar depoimentos que ajudam a alicerçar as percepções das mulheres nevenses sobre questões que atravessam a pesquisa, como a discussão sobre o estigma, o território, questões de gênero e outros assuntos.

O segundo formato utilizado para trazer elementos narrativos da histórias de vida das participantes da pesquisa para tese se dará por meio do que chamo de biografias de engajamento. Trata-se de uma síntese biográfica construída com base na identificação de marcadores sociais da diferença, vivências, eventos e percepções que se fazem presentes na trajetória social e subjetiva dessas mulheres. Todavia, durante o processo de construção dessas biografias de engajamento das mulheres, questões envolvendo aspectos operacionais da pesquisa me colocaram diante desafios e possibilidades que serão abordados a seguir.

2.5.1. O desafio: Como garantir o anonimato

O processamento e a análise das informações obtidas nas entrevistas foram dois dos maiores desafios para construção das biografias, primeiro pela dimensão somatória do material, uma vez que foram realizadas 23 entrevistas que totalizaram 25 horas de gravação e resultaram em um volume aproximado de 375 páginas de transcrições. E, em segundo, por sua tabulação ter sido feita manualmente por meio da elaboração das fichas biográficas e sem a utilização de nenhum tipo de software de análise de dados que geralmente é usado nas Ciências Sociais.

O segundo desafio se constituiu em garantir sigilo e confidencialidade às participantes da pesquisa, compromisso estabelecido com elas antes de iniciar a entrevista mediante assinatura do TCLE (Apêndice D) e com o Comitê de Ética de Pesquisa (COEP), uma vez que o estudo foi aprovado pelo COEP/UFMG por meio do parecer substanciado nº 3.529.558 de agosto de 2019 (anexo VIII) e prever a garantia desse anonimato.

Nesse sentido, fui percebendo, durante a elaboração das fichas biográficas, que alterar os nomes das participantes não seria suficiente para garantir seu anonimato, uma vez que, por possuírem uma atuação pública, seria facilmente possível para aqueles que residem no território ou por meio de busca nas redes sociais identificar a identidade verdadeira das participantes. Além disso, ocultar os nomes das organizações ou ações nas quais elas atuam não seria tão eficiente, considerando a proximidade estabelecida entre as lideranças, o que poderia ainda atravancar a apresentação das informações sobre as dinâmicas dos movimentos sociais nevenses nas quais essas lideranças emergem e estão vinculadas.

É desafiador garantir o sigilo das interlocutoras quando estamos abordando a história de lideranças populares, por se tratar de pessoas que são bastante conhecidas na comunidade, tanto por aspectos da sua vida quanto pelo trabalho que desenvolvem em torno da luta política no território. No caso dessa pesquisa, a única participante que permitiu o uso da sua identidade verdadeira, como mencionei anteriormente, foi a Deputada nevensense Andreia de Jesus. As demais mulheres optaram pelo anonimato. Além disso, eu não me sentiria à vontade para revelar suas identidades, pois acredito que o sigilo é importante para prevenir possíveis situações de constrangimentos e proteger dados que possam acarretar qualquer tipo de prejuízo para as interlocutoras. Inclusive, tenho muito cuidado para que a tese não reproduza nenhum tipo de visão estigmatizante sobre o território, uma vez que, enquanto pesquisadora, é minha obrigação tomar medidas que visem conduzir a pesquisa de maneira que não gere ou acentue nenhum tipo de constrangimento ou violação ao grupo estudado.

No estudo etnográfico “Sociedade de Esquina” de Foote-Whyte (2005), temos um caso emblemático para pensar essas questões. A etnografia desenvolvida por Whyte sobre as gangues de esquina de Corneville só foi possível graças a “Doc”, um morador que se tornou o seu ajudante e o auxiliou na entrada em campo e na compreensão dos códigos locais. Porém, o relacionamento de colaboração entre eles foi totalmente modificado após a publicação do livro/tese, levando seu interlocutor a romper a relação com Foote-Whyte. Esse rompimento foi provocado por algumas questões, dentre elas a discussão se Doc teria direitos autorais sobre o livro, uma vez que a pesquisa só foi possível com sua contribuição. A outra é centralizada no incômodo provocado pela forma como o antropólogo retrata a comunidade. Essa situação explicita o quanto a ambição do autor em evidenciar suas “descobertas etnográficas” afeta irreversivelmente sua relação com seu principal interlocutor, que foi quem sofreu as consequências na comunidade após a publicação da pesquisa.

O caso de Whyte e Doc é uma boa ilustração do que não fazer quando nos propomos a realizar uma etnografia em contextos estigmatizados, considerando que, não sendo tomados os devidos cuidados e dependendo das circunstâncias, a pesquisa realizada poderá ter um efeito oposto, resultando no agravamento ou desencadeamento de novos processos de violência que já cercam a vida dos sujeitos estudados.

Por isso, o desafio de garantir o anonimato tornou-se tão importante e me fez pensar em alternativas que não se limitassem em adotar nomes fictícios. Foi nesse contexto que pensei na possibilidade de combinar as biografias como uma forma de garantir o sigilo das participantes, mesclando aspectos das trajetórias de duas participantes em uma única biografia. Os procedimentos utilizados e os critérios adotados para fazer essas combinações serão expostos no próximo tópico.

2.5.2. A possibilidade: Biografias combinadas

A técnica de construção das biografias combinadas foi uma resposta aos desafios de garantir anonimato, conforme expliquei anteriormente, e de tornar factível o processamento do material biográfico denso e volumoso, sem perder de vista os aspectos subjetivos e políticos presentes nas trajetórias das participantes da pesquisa.

Para a construção das biografias combinadas, segui a seguinte sequência: 1) transcrição das entrevistas; 2) elaboração de fichas biográficas; 3) construção de uma minibiografia adotando o nome fictício para cada participantes da pesquisa; 4) definição dos critérios de

identificação; 5) comparação das minibiografias com base nos critérios definidos; 6) mesclagem das minibiografias em uma única biografia que leva como título a combinação dos nomes fictícios dados de forma individual para cada participante da pesquisa.

Foram utilizados marcadores sociais da diferença (geração, raça, escolaridade, religião, sexualidade e maternidade) e de eventos (acontecimentos ou ocorrências que marcaram a vida da pessoa) para definir os critérios de combinação. Eles fundamentaram na busca por preservar aspectos subjetivos e políticos presentes na trajetórias das lideranças, uma vez que eles possuem uma presença recorrente na vida dessas mulheres, como pude observar durante a transcrição das entrevistas.

Os eventos utilizados para combinar as biografias foram estabelecidos por serem um elemento em comum na trajetória das participantes: 1) residir na mesma região; 2) ser filiada ao mesmo partido; 3) ter sido candidata a vereadora/ 4) atuar no mesmo tipo de movimento; 5) ter sido vítima de abuso sexual e 6) ter sido vítima de violência doméstica.

Os acontecimentos como “Ter sido vítima de abuso sexual” e “Ter sido vítima de violência doméstica” foram refletidos à luz da perspectiva da antropóloga Cynthia Sarti (2011), que considera a vítima como uma figura contemporânea na qual sua construção é “pensada como forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade” (SARTI, 2011, p. 51). A escolha dos referidos eventos traumáticos e não de outros (como episódios de racismo, depressão, entre outros) se deu em virtude da sua maior recorrência nos relatos das interlocutoras. Além disso, esses acontecimentos se constituíram, para algumas das participantes, como um dos motivos que as levaram a entrar em um movimento social.

Saliento que não havia sentido o uso do marcador social de gênero, uma vez que todas as participantes são mulheres cis. Quanto ao marcador de classe, seu uso seria complexo, pois a maioria das interlocutoras, com exceção de uma, são provenientes de classes populares e, com base nas entrevistas, é possível estimar que a renda familiar das participantes é bastante diversificada e dinâmica, podendo variar entre R\$ 1.200 a R\$ 6.000 reais por mês.

Abaixo, apresento uma ilustração explicativa sobre como a combinação foi realizada. Nela, é possível ver todos os critérios adotados para fazer a combinação das biografias. Na sequência, são exibidas três figuras que mostram como os referidos critérios foram aplicados nas combinações. No Apêndice G, constam as figuras resultantes das demais combinações.

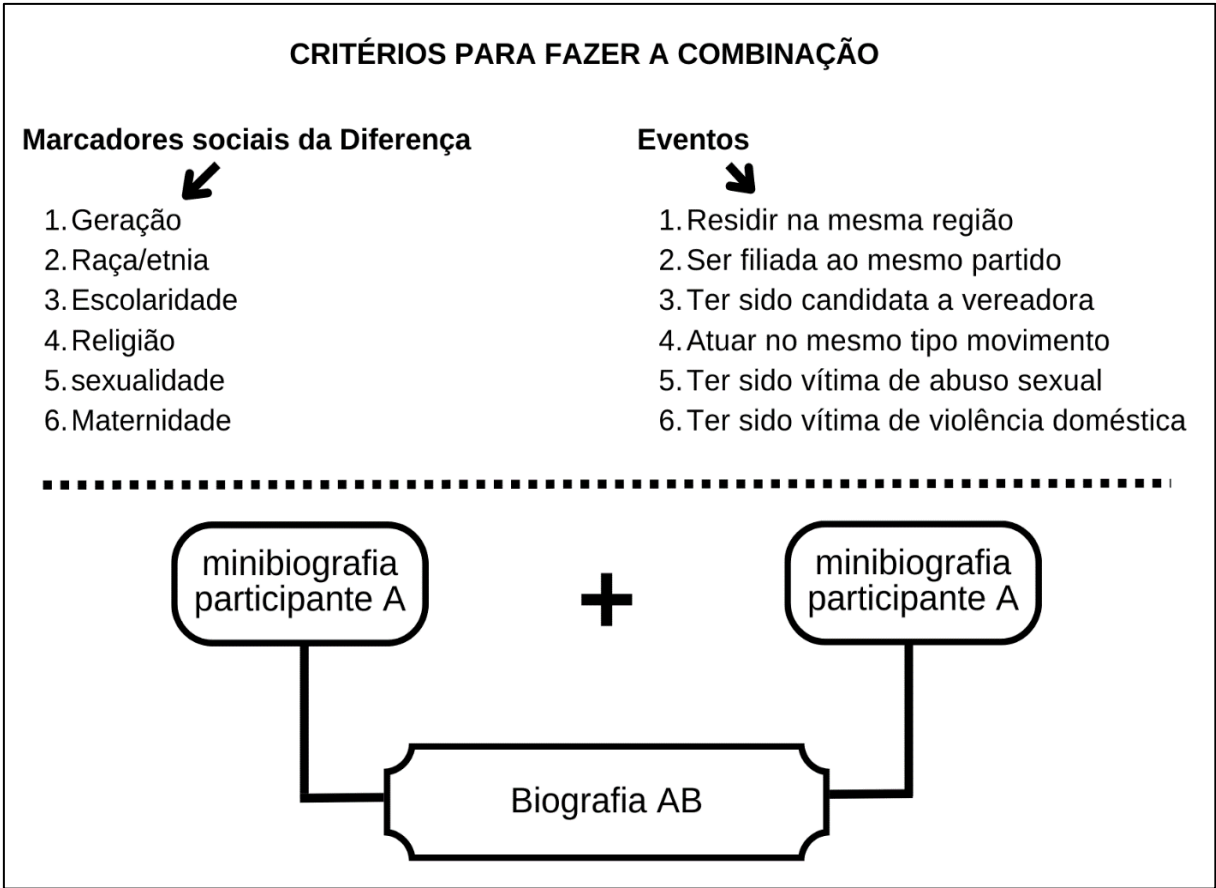


Figura 18. Processo e critérios de combinação das biografias Elaborado pela autora (2021).

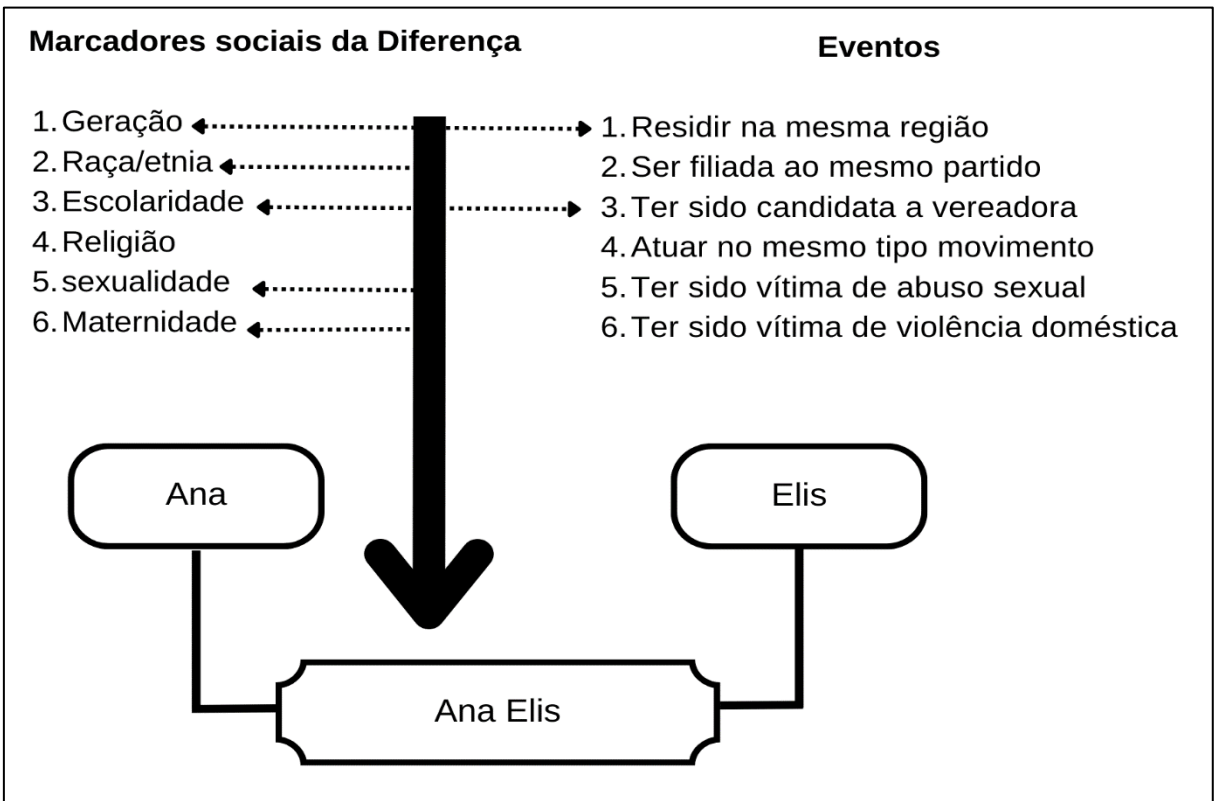


Figura 19. Processo de combinação da biografia de Ana Elis. Elaborado pela autora (2021)

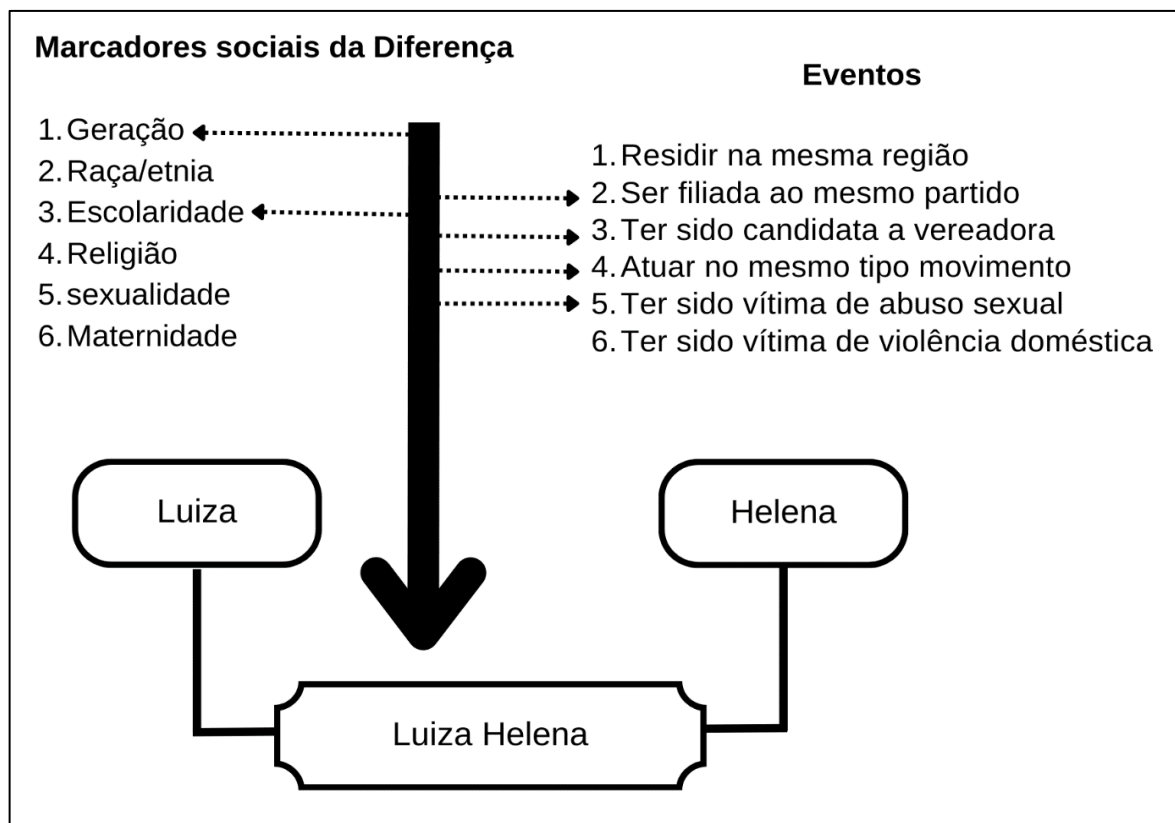


Figura 20. Processo de combinação da biografia de Luiza Helena. Elaborado pela autora (2022)

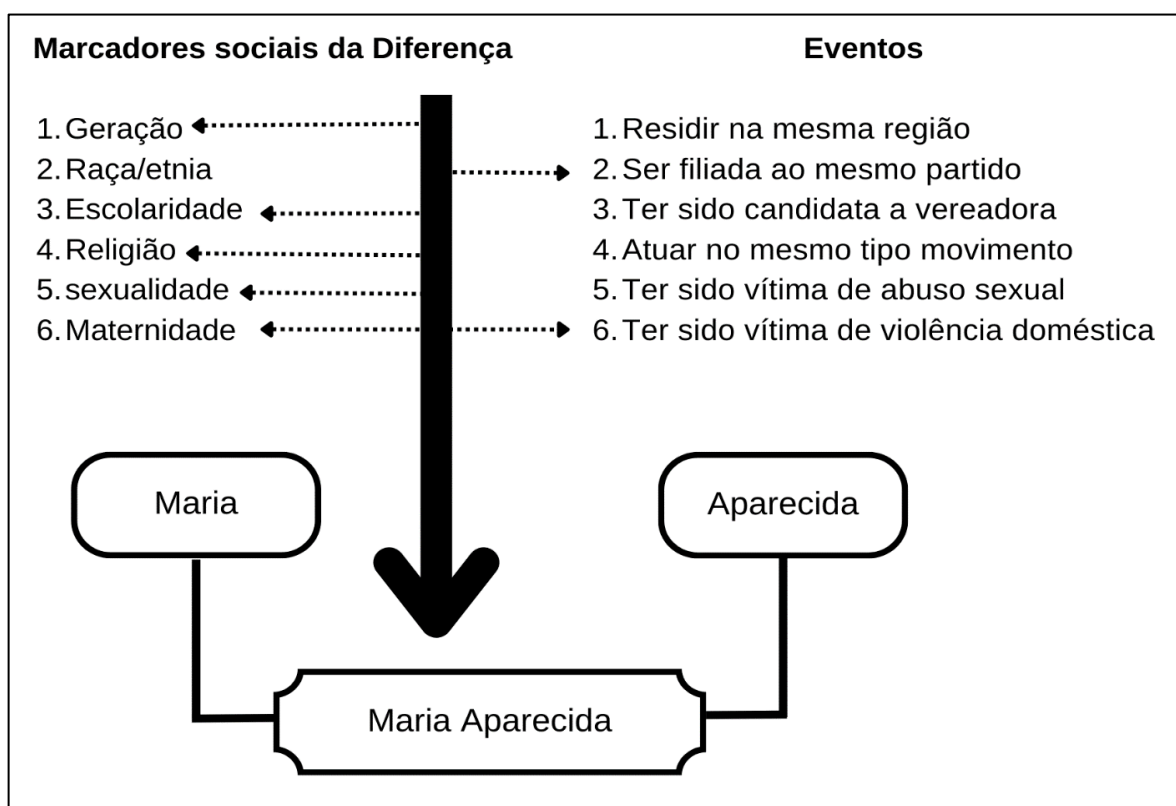


Figura 21. Processo de combinação da biografia de Maria Aparecida. Elaborado pela autora (2022).

Ter coincidentes em suas trajetórias de vida no mínimo 6 dos 12 critérios listados na imagem foi a regra para fazer a combinação das biografias. A escolha de definir o 6 como número mínimo foi o caminho que encontrei para atingir certo equilíbrio, pois, se colocasse uma quantidade maior de características, as combinações ficariam extremamente difíceis de serem feitas e, se colocasse um número menor, qualquer biografia poderia ser combinada com outra.

O desenvolvimento e a aplicação da técnica de biografia combinada, além de garantir o anonimato, permitiu abordar aspectos da vida de todas as interlocutoras da pesquisa sem precisar apresentar uma descrição individual de cada uma delas e sem a necessidade de selecionar uma amostra representativa entre as 23 participantes. Na próxima parte da tese, vamos mergulhar nessas biografias de engajamento para compreender como aspectos de gênero, geração e engajamento atravessam as histórias de vida dessas mulheres.

2.6. Parâmetros de construção do perfil social

Para a construção do perfil social das participantes foram utilizados critérios básicos de identificação pessoal, como idade, escolaridade, raça, situação de trabalho e aspectos familiares. No tocante os aspectos de raça, esses foram identificados por meio da autodeclaração dada durante a entrevista ou em outras interações vivenciadas com as participantes da pesquisa. Informo que todas as participantes são mulheres cisgêneras.

A nomenclatura “Ocupação e origem de renda” foi utilizada para sinalizar o status empregatício e/ou a origem da renda. Porém, para dificultar uma possível identificação das participantes, não serão apresentadas informações sobre o vínculo trabalhista e/ou sua profissão. Foi utilizada a sigla CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para identificar as interlocutoras que trabalham na iniciativa privada e a expressão “servidora pública” para indicar aquelas mulheres que trabalham no serviço público em diferentes esferas (executivo, legislativo e judiciário) e com distintos vínculos (estatutário, comissionado, designado, eletivo, entre outros).

No tocante àquelas que trabalham por conta própria, é utilizada a palavra “Autônoma” ou sigla MEI (Microempreendedor individual (MEI), considerando a seguinte diferença: as trabalhadoras autônomas exercem uma atividade remunerada sem vínculo trabalhista e sem nenhum tipo de registro diante dos órgãos do governo, enquanto as microempreendedoras

(MEI) são trabalhadoras por conta própria formalizadas diante do Estado, geralmente atuando como prestadoras de serviços para outras instituições. Trata-se de uma forma de precarização do trabalho que foi permitida com a reforma trabalhista de 2017.

Não foram identificados aspectos da identidade de gênero, uma vez que todas as participantes se identificam com o gênero de nascimento. Entretanto, são sinalizados, na tabela, os aspectos referentes à vida conjugal e à sexualidade, expostos na mesma coluna. Não apresentei dados sobre a composição familiar por entender que o conceito é muito limitante, como Cláudia Fonseca (2005) sinaliza, uma vez que se restringe ao número de moradores da residência, esquecendo-se de considerar a dinâmica familiar presente. Por exemplo, na periferia, é comum ter a mesma família morando em um mesmo terreno e em casas diferentes. No lugar, apresento, em uma coluna à parte, as informações sobre a maternidade e, na coluna seguinte, apresento os dados sobre a situação domiciliar com intuito de mapear essas relações familiares e de mostrar o serviço de cuidado não remunerado que é exercido por essas lideranças.

Na tabela, são identificadas as políticas públicas acessadas pelas participantes no âmbito da educação durante a expansão do acesso ao ensino superior no Brasil nas gestões de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) - Governo Lula (2003 a 2010) e Governo Dilma (2011 a 2016). A menção as siglas Prouni (Programa Universidade Para Todos) faz referência à entrada na graduação por meio de instituições privadas, enquanto as siglas IFMG-RN (Instituto Federal de Minas Gerais — Campus Ribeirão das Neves, criado em 2010) e do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) elucidam o contexto de acesso ao ensino superior em instituições públicas.

A abreviação MCMV – Faixa 1, faz referência ao fato do imóvel no qual a participante e sua família residirem tenha sido adquirido através do Programa Minha Casa Minha Vida na faixa que é destinada às famílias que têm renda de até R\$1.800,00.

2.6.1. Perfil social resumido das mulheres lideranças

Para a organização da tabela, foi adotado o critério de idade, partindo de uma ordem decrescente – das mulheres nascidas primeiro

Tabela 3 - perfil social das participantes da pesquisa							
Nº	Idade	Raça	Escolaridade	Ocupação e/ou origem da renda	Orientação sexual e status civil	Maternidade	Situação domiciliar
1	67 anos	Negra	Técnico	Aposentada	Heterossexual e viúva	Sem filhos	Mora sozinha em um apto. (MCMV – Faixa 1)
2	67 anos	Parda	Médio	Aposentada	Heterossexual e solteira	Duas filhas (adultas)	Residente em casa uma própria junto com uma filha.
3	65 anos	Negra	Fundamental incompleto	Aposentada	Heterossexual e solteira	Duas filhas (adultas)	Vive sozinha em uma casa própria
4	63 anos	Negra	Médio	Aposentada	Heterossexual e casada	Duas filhas (adultas)	Reside em uma casa própria com o esposo
5	62 anos	Branca	Médio incompleto	Autônoma	Heterossexual e casada	Um filho (adulto)	Reside com o esposo e o filho em uma casa própria
6	61 anos	Parda	Médio	Autônoma	Heterossexual e casada	Uma filho e uma filha (adultos).	Reside com o esposo e o filho em uma casa própria
7	59 anos	Negra	Fundamental incompleto	Autônoma	Heterossexual e casada	Uma filha (adolescente) e filho (adulto)	Residente em casa própria com o esposo e a filha
8	58 anos	Negra	Médio	MEI	Heterossexual e solteira	Três filhas (adultas)	Residente em uma casa alugada com as duas filhas mais novas

Nº	Idade	Raça	Escolaridade	Ocupação e/ou origem da renda	Orientação sexual e status civil	Maternidade	Situação domiciliar
9	53 anos	Parda	Técnico (IFMG-RN)	Autônoma	Heterossexual e casada	Mãe de duas jovens	Reside com o marido e as filhas em uma casa própria
10	51 anos	Negra	Ensino médio	Servidora pública	Heterossexual e solteira	Três filhos (adolescentes)	Reside em uma casa alugada com os filhos
11	50 anos	Branca	Superior	Autônoma	Heterossexual e solteira	Uma filha PcD ¹³ (adolescente)	Reside com a filha, a mãe e a irmã em casa própria da família
12	45 anos	Negra	Superior (Prouni)	MEI	Bissexual e casada	Sem filhos	Reside com a esposa e o enteado em um apto. (MCMV – Faixa 1)
13	44 anos	Negra	Superior	Servidora pública	Heterossexual e divorciada	Um filho (adolescente)	Reside com o filho e a mãe em casa própria
14	39 anos	Parda	Superior	CLT	Heterossexual e casada	Sem filhos.	Mora em casa alugada com o esposo.
15	37 anos	Negra	Superior (IFMG-RN)	MEI	Heterossexual e casada	Três filhos (crianças).	Reside com os filhos e o esposo em um apartamento (MCMV – Faixa 1)
16	36 anos	Negra	Superior (IFMG-RN)	CLT	Heterossexual e casada	Um filho e uma filha (adolescente)	Mora com os filhos e o esposo em uma casa alugada
17	35 anos	Parda	Superior	Servidora pública	Heterossexual e solteira	Sem filhos.	Mora sozinha Casa autoconstruída

¹³ Pessoa com deficiência, sigla utilizada desde 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU) para identificar as pessoas que tenham algum tipo de deficiência.

Nº	Idade	Raça	Escolaridade	Ocupação e/ou origem da renda	Orientação sexual e status civil	Maternidade	Situação domiciliar
18	31 anos	Branca	Superior (REUNI)	Servidora pública	Heterossexual e casada	Sem filhos	Mora sozinha. O esposo trabalha e reside em outra cidade
19	31 anos	Negra	Médio	MEI	Heterossexual e casada	Sem filhos	Mora em uma casa alugada com o esposo
20	30 anos	Negra	Superior	Servidora pública	Heterossexual e casada	Uma filha (criança)	Residente em um imóvel alugado com o esposo e o filho
21	28 anos	Negra	Superior (FIES)	Servidora pública	Lésbica e solteira	Sem filhos	Mora na casa da mãe, junto com o padrasto e a irmã
22	22 anos	Negra	Superior	MEI	Lésbica e Solteira (*namorando)	Sem filhos	Mora com a mãe, o pai e o irmão
23	19 anos	Negra	Médio	Estudante	Heterossexual e solteira	Sem filhos	Mora com a mãe e o pai

2.7. Critérios de construção do perfil de atuação política

Separar o perfil de atuação política das mulheres lideranças do seu perfil social tem como objetivo garantir o anonimato das participantes e facilitar a interpretação das informações apresentadas. Separar os elementos identitários das participantes em uma camada individual (aspectos sociais) e outra coletiva (atuação política) facilita compreender as dimensões da vida dessas mulheres na esfera privada e pública.

Foi pensando na dimensão coletiva de participação que inseri os dados sobre religião no perfil de atuação política, por compreender que esse aspecto na vida dessas mulheres não é uma questão individual, uma vez que, para muitas, seu engajamento comunitário começa na igreja. Quando olhamos para as instituições religiosas de Ribeirão das Neves é perceptível e expressiva a presença das mulheres tanto nos espaços das igrejas católicas, evangélicas ou de matriz africana. Portanto, a religião aqui é compreendida como um elemento que pode ganhar um

caráter mobilizador no processo de engajamento das lideranças. A religião informada na sistematização foi definida através de como a participante se declarou e a congregação que participa. Nesse sentido, algumas informações podem ser confusas, pois há casos em que a participante se identifica como evangélica, porém participa de uma congregação protestante, e, em outros casos, algumas se declaram católicas, mas frequentam religiões de matriz africana. Essas questões são geradas em função da fluidez religiosa dessas mulheres, razão pela qual considere importante apresentar informações sobre a origem religiosa familiar.

Apresento, ainda, aspectos do envolvimento dessas mulheres nos movimentos sociais e nos conselhos. Como será possível observar, elas atuam muitas vezes em mais de uma frente de mobilização social dentro do território. É uma espécie de acúmulo de jornadas de ativismos, pois, muitas vezes, nos espaços que elas ocupam há pouca ou nenhuma presença dos homens, ficando a cargo delas junto com outras conduzirem o processo. Aqui, novamente podemos perceber que as mulheres ocupam majoritariamente espaços políticos nos quais o trabalho comunitário é pautado em uma ética do cuidado.

Outro aspecto percebido durante o trabalho de campo é o movimento dessas lideranças em disputarem espaços políticos na esfera governamental: elas demonstraram vontade de sair dos bastidores da eleição e algumas deixaram o lugar de **formiguinhas**¹⁴ no qual geralmente apoiavam candidaturas masculinas para protagonizar um espaço como candidatas. O fato de 8 das 23 participantes da pesquisa terem lançados candidaturas é um dado que evidencia essa observação. Mesmo sem terem sido eleitas, esse movimento demonstra uma busca em sair do lugar de representação comunitária para representação em estâncias com maior poder de decisão.

Inclusive, a inserção de mulheres na política é a pauta que deu origem à criação do Coletivo de Mulheres Nevenses, corroborando com esse entendimento. Quanto aos aspectos relacionados ao engajamento dessas mulheres, foi possível identificar a atuação delas em 7 tipos de movimentos dentro do território: 1) Comunitários (integram associações, comissões e grupos voltados para o trabalho em um bairro específico); 2) Partidário (possuem cargo dentro do diretório municipal de um partido); 3) Economia solidária (defendem práticas colaborativas e sustentáveis de geração de renda); 4) Cultural (fomentam coletivos e grupos que promovem atividades artísticas e educativas); 5) Religioso (ocupam uma função vinculada a igreja); 6) Mulheres (atuam diretamente em organizações de defesa dos direitos das mulheres) 7)

¹⁴ Formiguinha é uma expressão utilizada para identificar uma pessoa que trabalha em uma campanha específica durante as eleições. Sua função é ajudar a conquistar votos do eleitorado para uma/um determinada(o) candidata(o).

Esportivo (participam de iniciativas desportivas). No tocante à filiação partidária, friso que nem sempre a posição ideológica da liderança está em consonância com os aspectos ideológicos do partido no qual se encontra vinculada, pois muitas mulheres não possuem envolvimento com a organização na qual estão filiadas. Em geral, elas buscam a legenda somente em período eleitoral para lançar sua candidatura de forma independente, enquanto outras lideranças são militantes orgânicas de partidos de esquerda e suas candidaturas são fruto de um processo de negociação dos grupos internos que integram a organização, como explica uma das participantes.

É. Aqui tem uma coisa que eu acho interessante você ter em mente, que você está tendo acesso a mulheres de esquerda. Aqui nós temos lideranças de mulheres de direita, que elas são lideranças não orgânicas. O que eu chamo de lideranças não orgânicas? É aquela que no ano de campanha política ela começa a criar o grupo político dela, que começa a prometer mil coisas, para mil pessoas, e sair candidata. E as lideranças orgânicas são aquelas que são procuradas para saírem candidatas. Que é o caso da gente da esquerda, o povo procura a gente para sair candidata (Helena, 2021).

Dessa forma, para definir a posição ideológica das participantes, foquei na observação dos seus discursos. Identifiquei como de esquerda aquelas mulheres cujas narrativas sinalizavam a defesa de uma maior igualdade social, enquanto classifiquei como de direita aquelas que defendiam ideias conservadores e tradicionais. Já aquelas que tinham discursos conciliadores entre igualdade social e pautas conservadoras, foram apontadas como centro. Assumo que essa categorização é limitada e simplista, mas fornece uma base para refletir sobre um aspecto da realidade dessas mulheres, uma vez que uma categorização mais sofisticada foge do delineamento dessa pesquisa, e demandaria a realização de um estudo específico.

2.7.1. Perfil de atuação política das participantes da pesquisa

A tabela abaixo foi enumerada para melhor organização dos dados. Porém, as informações apresentadas não seguem a ordem da tabela anterior. Elas foram embaralhadas visando manter o anonimato das participantes da pesquisa.

	Origem religiosa familiar	Religião atual	Tipo de movimento social e função exercida	Atuação em Conselho, se sim, qual?	Filiada partidária atual	Posição ideológica pessoal	Foi candidata vereadora em 2020
1	Católica	Evangélica Pentecostal	Comunitário (representante e mediadora de conflitos voluntária) Religioso (voluntária em hospitais)	Sim. Conselho Comunitário	Sem filiação partidária	Esquerda	Não
2	Católica	Evangélica Mórmon	Comunitário (líder de um grupo de idosas) Religioso (líder de uma Comunidade designada para ajudar as mulheres da igreja)	Não.	MDB Partido do Mov. Dem. Brasileiro	Centro	Sim
3	Católica	Católica	Comunitário (representante de associação de moradores)	Não.	Sem filiação partidária	Esquerda	Não
4	Católica	Católica	Comunitário (representante de associação de bairro) Religioso (membro da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP))	Sim. Conselho Municipal de Saúde	PMN Partido da Mobilização Nacional	Esquerda	Sim
5	Católica	Católica	Religioso (ministra de eucaristia e responsável pela conferência Santa Edwiges da SSVP)	Não.	Sem filiação partidária	Esquerda	Não

	origem religiosa familiar	Religião Atual	Tipo de movimento social e função exercida	Atuação em Conselho, se sim, qual?	Filiada partidária atual	Posição ideológica pessoal	Foi candidata vereadora em 2020
6	Católica	Católica e congadeira	Economia solidária (idealizadora de um coletivo de mulheres empreendedoras) Mulheres (membro da REVIM) Partidário (militante ativa do PC do B)	Sim. Conselho de Segurança Alimentar Municipal e estadual	PSD Partido Social Democrático	Esquerda	Sim
7	Católica	Católica	Religioso (atua na pastoral da criança da Igreja Católica)	Não.	sem filiação partidária	Centro	Não
8	Católica	Católica	Religioso (ministra de eucaristia - membro na pastoral da criança da Igreja Católica) Economia solidária (membro de um grupo de artesãs)	Não.	Sem filiação partidária	Centro	Não
9	Testemunha de Jeová	Sem religião	Comunitário (membro do conselho comunitário) Cultural (organizadora de um grupo de percussão) Mulheres (atua na REVIM)	Sim. Conselho Comunitário	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Esquerda	Sim
10	Católica	Ateu	Mulheres (atua em uma rede de combate à violência contra mulher no território e membro de um coletivo mulheres RN)	Sim. CMDM-RN	PCdoB	Esquerda	Sim

	origem religiosa familiar	Religião Atual	Tipo de movimento social e função exercida	Atuação em Conselho, se sim, qual?	Filiada partidária atual	Posição ideológica pessoal	Foi candidata vereadora em 2020
11	Católica	Católica	Economia solidária (idealizadora de um coletivo de mulheres empreendedoras) Mulheres (membro do coletivo mulheres RN)	Não	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Esquerda	Sim
12	Umbadista	Evangélica Pentecostal autônoma	Religioso (faz um trabalho com as mulheres e pessoas carentes da Igreja) Mulheres (membro de um coletivo mulheres RN)	Não	PCdoB	Esquerda	Sim
13	Católica	Evangélica pentecostal	Comunitário (membro do conselho comunitário)	Não	Sem filiação partidária	Centro	Não
14	Católica	Sem religião	Esportivo (participa de projetos e atividades que visam incentivar a participação de mulheres no futebol)	Não	Sem filiação partidária	Centro	Não
15	Evangélica	Sem religião	Cultural (integrante de um coletivo cultural) Partidário (militante ativa no PT) Mulheres (coletivo de Mulheres Nevenses)	Sim. CMDM-RN	Filiada ao PT	Esquerda	Não
16	Evangélica	Evangélica Neopentecostal	Economia solidária (responsável por um instituto que oferece capacitação profissional em RN)	Não	Sem filiação partidária	Direita	Não
17	Católica	Católica e Congadeira	Economia solidária (Coletivo de artesãs) Mulheres (Coletivo de Mulheres Nevenses) Cultural (integrante de um coletivo cultural) Partidário (Militante ativa no PT)	Sim. CMDM-RN	Filiada ao PT	Esquerda	Sim

	origem religiosa familiar	Religião Atual	Tipo de movimento social e função exercida	Atuação em Conselho, se sim, qual?	Filiada partidária atual	Posição ideológica pessoal	Foi candidata vereadora em 2020
18	Católica e congadeira	Católica e Congadeira	Cultural (Integrante do Quilombo da Nossa Sra. do Rosário-Justinópolis-MG) Religioso (Membro da Guarda de Congado)	Não	Filiada ao PSOL	Esquerda	Não
19	Matriz africana	Católica	Religioso (Foi integrante das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs) Comunitário (Integrou as Brigadas Populares) Partidário (movimento feminista #partidA)	Sim. Comissão de direitos Humanos	Filiada ao PT	Esquerda	Não
20	Evangélica Neopentecostal	Sem religião	Cultural (Integrante de um coletivo cultural) Partidário (Militante ativa no PT)	Não	Filiada ao PT	Esquerda	Não
21	Evangélica	Sem religião	Esportivo (Articula a participação de mulheres no futebol) Cultural (Integrante de um grupo de dança)	Não	Sem filiação partidária	Esquerda	Não
22	Católica	Católica	Comunitário (Auxilia nas atividades da associação do bairro)	Não	Sem filiação partidária	Esquerda	Não
23	Católica	Sem religião	Cultural: (Integrante de um coletivo cultural e atua no movimento de teatro da cidade)	Não	Filiada ao PT	Esquerda	Não

PARTE II

Mulheres lideranças e a Pedagogia da sororidade



Figura 22. Montagem de fotos – registros realizados durante o trabalho de campo. Acervo pessoal.

A gente precisa construir um Estado mais justo,
e um Estado justo é só através das mulheres.

Luiza Helena (2022)

CAPÍTULO III – AS GERAÇÕES DE LIDERANÇAS NEVENSES

A infância de uma mulher é um balão pesado:
solitária e pequena
No cantinho é eterna
tem o céu, mas é nada
Costuma explodir na multidão
E, cedo ou mais tarde
Se machuca com razão.

Bárbara Vee (2021)

Na apresentação, análise e elaboração das carreiras biográficas das lideranças participantes da pesquisa, seus engajamentos nos movimentos sociais populares não foram considerados apenas como um evento, um acontecimento ou uma frente de participação, mas também como um marcador social da diferença, que, por sua vez, é articulado de forma interseccional com os marcadores de gênero e geração.

Considera-se o gênero enquanto uma categoria analítica para compreender as relações de poder (cf. SCOTT, 1995) e a geração como uma categoria social utilizada para identificar o conjunto de valores, crenças e expectativas semelhantes de um grupo de pessoas que compartilharam uma mesma experiência histórica (cf. MANNHEIM, 1982).

O conceito de geração empregado neste estudo foi utilizado tanto para construir as biografias por intermédio da técnica de “biografias combinadas” (apresentadas no Capítulo anterior), quanto para reunir as mulheres lideranças de uma mesma geração em grupos que facilitaram a compreensão sociológica sobre suas realidades.

O processo de agrupamento foi alicerçado na perspectiva sociológica geracional de Mannheim (1982; 1993), na qual o autor alega que geração não pode ser marcada apenas em uma lógica quantitativa positivista focada exclusivamente na faixa etária dos sujeitos (idade) e que, tampouco, pode ser considerada na lógica histórico-romântica que foca somente na divisão de experiência dos indivíduos. Para ele, deve-se considerar aspectos de coexistências geracionais, em que “várias gerações vivem em um mesmo tempo cronológico, porém, todos vivem um tempo interior que é qualitativamente distinto dos outros” (MANNHEIM, 1982).

O autor pontua que as formas de pensar gerações envolvem distintos aspectos e necessitam de uma análise multidimensional com camadas que refletem a posição, a conexão ou a unidade geracional dos sujeitos. De modo geral, ele defende uma ideia de geração como “espaços de experiências”, que se constituem a partir da estratificação das vivências dos

indivíduos.

O conceito de gerações de Mannheim e sua acurada elaboração sobre a posição, a conexão e a unidade geracional rompem com a ideia de uma unidade de geração concreta e coesa e nos instiga a centrar nossas análises nas intenções primárias documentadas nas ações e expressões de determinados grupos, ao invés de buscarmos caracterizar suas especificidades enquanto grupo. Perguntar-se pelos motivos das ações desses atores coletivos envolvidos em um processo de constituição de gerações, implica ainda em uma análise da conjuntura histórica, política e social a partir de uma perspectiva que poderíamos situar no nível macro, bem como do conhecimento adquirido pelos atores nos espaços sociais de experiências conjuntivas, e que poderíamos denominar como sendo uma análise no campo micro (WELLER, 2010, p. 219-20).

Além da compreensão de como as dimensões do gênero são posicionadas em uma perspectiva histórica, entender aspectos geracionais dessas lideranças é um elemento primordial para refletir sobre suas realidades e experiências no território, ou melhor, como, a partir disso se percebem e se constroem enquanto moradoras de um território estigmatizado e suas expressões de engajamento na luta política.

O cruzamento entre atuação comunitária e marcadores sociais como território, idade, raça, escolaridade, entre outros, complementa uma perspectiva interseccional por entender esses elementos como determinantes no desenvolvimento de suas “carreiras” (enquanto lideranças comunitárias e políticas) e de processos de empoderamento que se manifestam no exercício da “oralidade de si” e da sensibilização com as oralidades de outras mulheres. É um ato de tornar-se sujeito, mobilizando aspectos da sua vivência enquanto moradora e liderança para experienciar¹⁵ e compartilhar processos de empoderamento. É na fala que as mulheres mobilizam a si mesmas e a outras.

Para ilustrar essas “oralidades de si”, por meio de uma abordagem interseccional e geracional, as lideranças foram agrupadas em três grupos que refletem gerações distintas. O primeiro foi nomeado como ‘a geração das lideranças pioneiras’. O segundo é intitulado de ‘a geração de lideranças intermediárias’. Por fim, o terceiro será identificado como ‘lideranças identitárias’. As acepções teóricas dessas gerações foram assentadas na abordagem teórica de posição, unidade e conexão geracional de Mannheim (1982; 1993).

A definição de “posição geracional” é determinada de acordo com as décadas de nascimento das participantes da pesquisa, apontando que a posição compartilhada por pessoas nascidas “em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade ou possibilidade de presenciar

¹⁵ O uso da palavra “experienciar” busca enfatizar a ideia de experiência. Segundo o dicionário Online de Português, a referida palavra significa: submeter-se a experiências.

os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante” (WELLER, 2010, p. 212).

Compreendendo que a “conexão geracional” para além das experiências comuns entre pessoas de uma comunidade e dada por “um vínculo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual” (WELLER, 2010, p. 214), estabelecemos sua caracterização por meio da identificação dos desdobramentos dos acontecimentos conjunturais nacionais (Brasil) e locais (Ribeirão das Neves), que coincidem com os processos históricos vivenciados pelas interlocutoras no território e impulsionaram sua mobilização enquanto lideranças comunitárias.

Considerando que as “unidades geracionais” abrangem perspectivas diferentes por pessoas que vivem em um mesmo meio social e se desenvolvem por meio de “reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema dado” (WELLER, 2010, p. 215), utilizamos a concepção em torno dos desdobramentos históricos do movimento de mulheres/feminista para identificar as unidades geracionais das lideranças.

A seguir, a figura abaixo apresenta com maior eficiência como foram posicionadas geracionalmente as participantes da pesquisa:

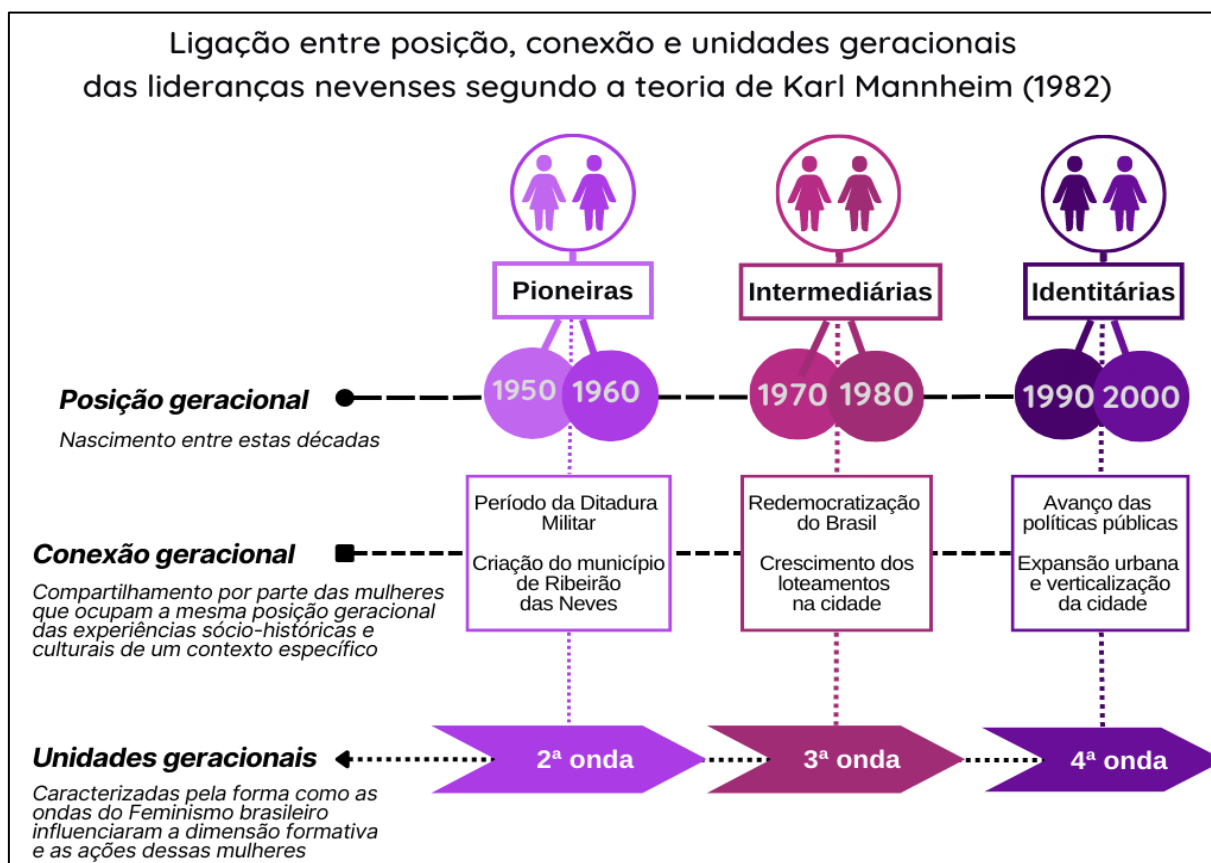


Figura 23. Processo de definição das gerações de lideranças. Elaboração pela autora (2022).

Tomando como base as leituras das pesquisadoras Célia Regina Pinto (2003), Ana Alice Costa (2005) e Marlise Matos (2010) sobre as ondas e as expressões do Feminismo brasileiro, inclusive incorporando as percepções de uma quarta onda, evidenciada, principalmente, nos estudos de Matos (2014), em que a autora aponta que essa onda se expressa na “necessidade de transversalização do conhecimento e a transversalidade na demanda por direitos (humanos) e justiça social pautada pelas mulheres” (*Ibidem*, p. 10).

As referidas autoras apontam os aspectos históricos de cada onda/momento do Feminismo e do Movimento de Mulheres e como suas especificidades refletem uma diversidade de formas encontradas pelas mulheres para se mobilizarem socialmente.

3.1. Características das gerações

Para uma melhor compreensão das características de cada geração, apresentamos uma sistematização de participantes por geração e, na sequência, uma cronologia geracional:

Relação de Participantes e biografias combinadas por geração		
Geração de lideranças		
Década de 50 a 60 nascidas de 1959 a 1964		
Participante	Biografia combinada	
1	Ana	Ana Elis
2	Elis	
3	Maria	Maria
4	Aparecida	Aparecida
5	Heloísa	Heloísa Inês
6	Inês	
7	Dora	Dora
8	Antônia	Antônia
Geração de lideranças		
Década de 70 a 80 nascidas entre 1970 a 1985		
Participante	Biografia combinada	
1	Núbia	Núbia Alice
2	Alice	
3	Rita	Rita de
4	Cássia	Cássia
5	Luiza	Luiza
6	Helena	Helena
7	Ângela	Ângela
8	Carmen	Carmen
9	Andréia	<i>Sem combinação</i>
Geração de lideranças		
Década de 90 a 2000 nascidas entre 1986 a 2001		
Participante	Biografia combinada	
1	Inaê	Inaê
2	Mariana	Mariana
3	Laura	Laura
4	Vitória	Vitória
5	Sara	Sara Alana
6	Alana	

Figura 24. Relação de participante x geração x biografias combinadas. Elaboração pela autora (2022).

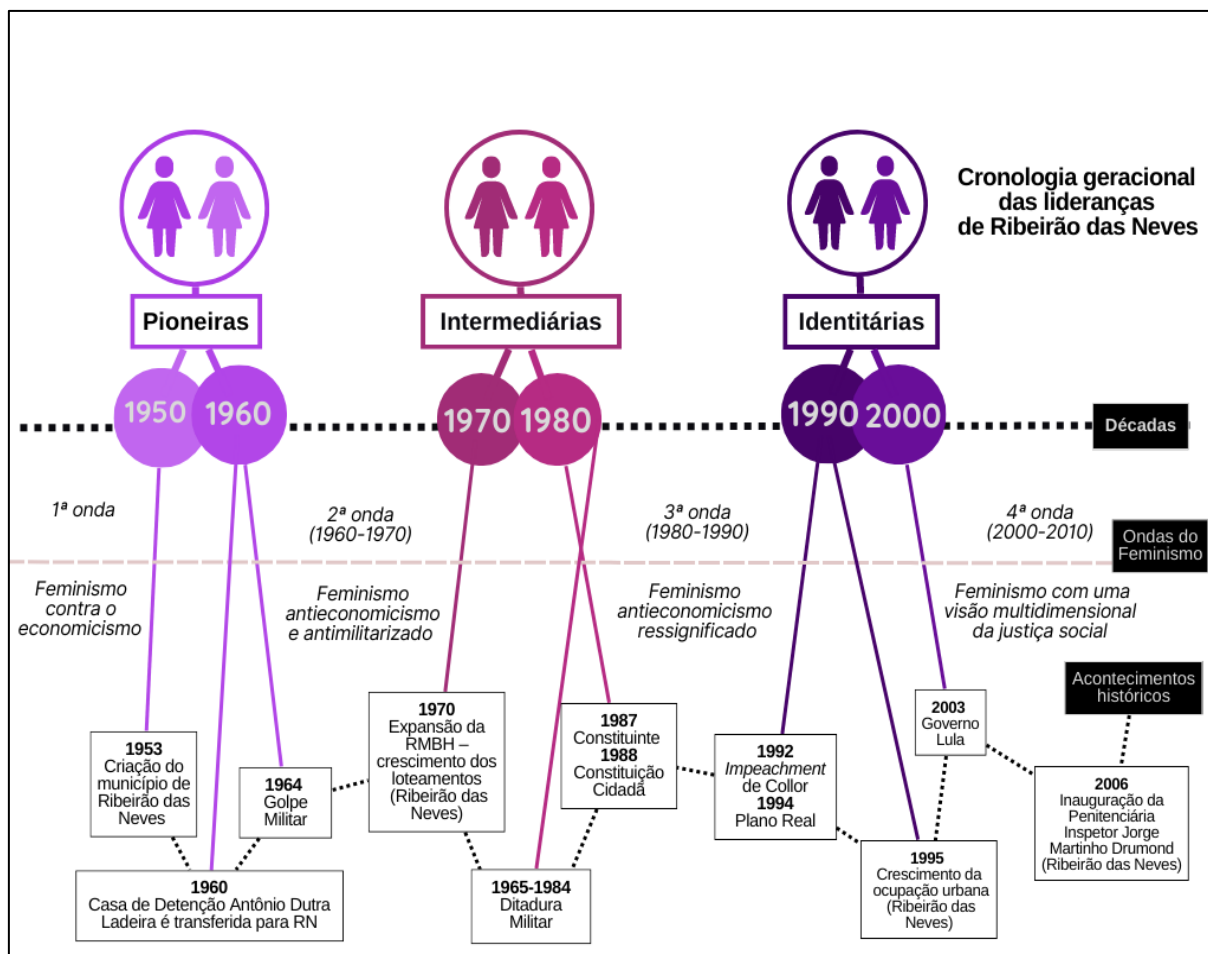


Figura 25. Cronologia geracional das lideranças de Ribeirão das Neves. Elaboração pela autora (2023).

A seguir, apresentamos uma síntese das acepções de cada geração para que a/o leitora/leitor possa compreender quais predicados foram considerados para a definição de cada uma. Visando complementar o entendimento de como as características geracionais se manifestam nas carreiras biográficas das participantes da pesquisa, cada geração será acompanhada da biografia de uma liderança. Como explicamos no último Capítulo, essas biografias foram constituídas por meio da técnica de biografias combinadas. São elas as histórias de Maria Aparecida, Rita de Cássia e Laura Vitória.

3.1.1. Geração lideranças pioneiras

O nome ‘pioneiras’ foi atribuído em função de essas participantes serem vistas como lideranças históricas da cidade, como foi possível identificar durante o trabalho de campo. São mulheres nascidas entre as décadas de 1950 e 1960. Historicamente, foram marcadas pelo contexto da Ditadura Militar e pelos desdobramentos do processo de municipalização do território, ocorrido em 1963.

São mulheres de origem popular e rural, em sua maioria nascidas nas regiões do Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Vale do Jequitinhonha (*vide* Mapa 4 – pág. 152) e que vieram para Belo Horizonte para trabalhar como empregadas domésticas ou auxiliares de serviços gerais. Acabaram encontrando em Ribeirão das Neves a oportunidade de comprar um lote e construir suas casas próprias, visto que, em comparação com as outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a compra de um terreno na cidade era mais acessível em função do baixo custo e da possibilidade de fazer o pagamento de forma parcelada.

São mulheres que possuem uma influência católica muito grande em suas trajetórias. A título de ilustração, das oito participantes desta geração, todas declararam ter sido criadas por famílias católicas e quatro delas possuem sua atuação vinculada à Igreja Católica até os dias atuais, mesmo atuando em outros espaços comunitários, como as associações de bairro. Uma tornou-se evangélica e as demais se declararam católicas.

Essas lideranças refletem, em seus discursos e motivações, muitos aspectos da participação das lutas populares da década de 1970, que é caracterizada, segundo Eder Sader (1988), como um momento no qual as mulheres buscam uma “organização por elas mesmas”. É nesse período que donas de casa e trabalhadoras populares ligadas às Pastorais Católicas passaram a tomar frente dos movimentos comunitários, principalmente de associações de bairro, pastorais e **conferências** religiosas. Suas pautas eram centralizadas em questões relacionadas à melhoria da estrutura básica da comunidade, como saneamento básico, construções de escolas e acesso a transporte público, dentre outras.

Esse período é marcado ainda pela segunda onda do Feminismo brasileiro, que se apresenta “como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer” (MATOS, 2010, p. 68). Refletindo aspectos nos quais as participantes da pesquisa, especialmente, as mulheres da geração pioneira, demonstram o quanto sua atuação comunitária vem da necessidade de romper com ciclos de violências de gênero e reivindicar um lugar político de protagonismo, como será possível verificar nas biografias apresentadas.

3.1.2. Biografia de Maria Aparecida

Maria Aparecida é uma mulher branca, nascida em 1964 e que se declara católica não praticante. É solteira, mãe de três filhas, aposentada e responsável por um empreendimento social com artesãs vinculado à Economia Solidária (Ecosol), fundado em 2019. Ainda, participa das atividades da ECOSOL desde os anos 2000. Se reconhece e é reconhecida como

uma liderança pioneira na cidade. Nasceu em um distrito localizado na região do Vale do Rio Doce.

Proveniente de uma família de trabalhadores rurais, conseguiu estudar somente o Ensino Fundamental. Casou-se muito jovem e se mudou para Belo Horizonte com o esposo em busca de oportunidades. Os dois acabaram identificando em um loteamento em Ribeirão das Neves a oportunidade de terem a casa própria.

Residente em Ribeirão das Neves há mais de trinta anos, deparou-se, no início, com inúmeros desafios para viver na cidade, em função da precariedade. Ela relata que, ao chegar à cidade, não havia serviços básicos como saneamento e água, a energia elétrica era precária e não havia postos de saúde e escolas próximas de sua residência. O transporte era extremamente precário, disponível em apenas dois horários por dia.

O marido não permitia que ela trabalhasse fora e, após o nascimento da primeira filha, passou a sofrer violência física e psicológica por parte dele. Foram aproximadamente dez anos convivendo com as agressões, que se tornaram cada vez mais constantes e culminaram em uma tentativa de feminicídio. Sobre essas circunstâncias, sua relação com Ribeirão das Neves e seu envolvimento com a luta das mulheres, ela relata:

a cidade que eu escolhi para morar e não sabia que iria passar parte da minha vida conturbada e tumultuada nesta cidade, né (...) já que estou viva é porque tem missão, né? (...) É uma história triste? É. Difícil de contar? Também, mas aconteceu comigo, mas agora, eu sou sobrevivente de feminicídio, eu acho que a gente tem mais é que contribuir para essas mulheres, indiferente de políticas partidárias (...) a gente precisa de lutar por direitos de nós mulheres.

É possível constatar que seu envolvimento nos movimentos sociais se deu através da sua entrada na ECOSOL e sua liderança foi sendo fortalecida na medida em que buscou denunciar o marido violento. Seu trabalho como liderança se tornou um espaço para reivindicar melhores condições estruturais para a comunidade e de enfrentamento aos problemas de sua vida cotidiana, posto que foi por meio da sua atuação política que ela reuniu condições para enfrentar seu agressor. Além disso, o envolvimento político no território possibilitou acessos a diversos processos formativos, culminando, inclusive, na ocupação de cargos públicos, como direção e gerência em algumas Secretarias do município de Ribeirão das Neves.

Sua trajetória militante é marcada por momentos complexos. Embora tenha atuado e atue em frentes distintas de mobilização política no município que resultaram em políticas impactantes no território, como a construção de escolas e a implementação de ações no âmbito das políticas de economia solidária. Relata que, muitas vezes, foi chamada de “louca” pela

forma como expressava suas opiniões e fazia suas mobilizações políticas.

Em decorrência de muitas conquistas que sua luta trouxe para o território, passou a deslumbrar uma carreira política em um cargo representativo. Foi nesse momento que se deparou com uma estrutura machista partidária, conforme afirma: “Eu fui muito discriminada, fui muito pisoteada nas (...) ¹⁶ eleições, né?”. Para ela, essa situação intitulada de “traíragem” é um exemplo dos muitos desafios que as mulheres no Brasil enfrentam ao buscarem disputar espaços eletivos nos poderes Executivo e Legislativo. Por isso, ela reforça a necessidade de valorização das mulheres nas instituições partidárias, como ilustra no seguinte argumento: “Eu acho que o negócio não é fundar partido [...] nós precisamos de partidos que valorizem as mulheres, sem nós, eles não são ninguém né?”

Posteriormente, ela lançou sua candidatura para outro cargo de representação sem, no entanto, obter êxito em sua empreitada, mesmo sendo reconhecida pelo desenvolvimento de diversos trabalhos voluntários no território. Foi, inclusive, por meio deles que ela obteve convites para ocupar cargos de confiança na Prefeitura de Ribeirão das Neves e no governo do estado de Minas Gerais. Além disso, uma de suas filhas, Laura Beatriz, é engajada em um coletivo cultural da cidade e atua no movimento feminista local.

Após 2019, mesmo recebendo apelos para ocupar cargos na administração pública municipal, optou por manter a dedicação exclusiva ao movimento de mulheres da economia solidária, como explica: “Eu quis estar na sociedade civil porque eu sou **bicho solto**, eu sempre quis ser livre”. E sinaliza a necessidade de se desenvolver na cidade um projeto político voltado para mulheres: “Eu vejo, hoje, que a cidade chora por um projeto para mulheres, nós em uma cidade de mais de 380 mil habitantes (...) eu acho que a gestão colaborou muito, mas eu falo, no que tange à mulher, ainda temos muito para fazer”

Segundo ela, é por meio da sua atuação na sociedade civil que entra em contato com a realidade de outras mulheres, como exemplifica ao falar sobre a necessidade de ter creches na cidade com base em suas observações durante os cursos oferecidos pela instituição em que atua: “Parte dessas mulheres estavam levando os filhos para o curso porque não tinha com quem deixar”. Ela destaca a predominância das mulheres nas ações desenvolvidas no movimento de economia solidária tanto como idealizadoras, quanto como público-alvo, visto que é na realização dos cursos, das atividades e das feiras que ela observa os problemas que cercam a vida das mulheres.

¹⁶ O uso de reticências entre parênteses significa que uma frase ou uma palavra foi ocultada, visando manter o sigilo da participante da pesquisa.

3.1.3. Geração lideranças intermediárias

A escolha do termo “intermediária” para nomear essa geração, além de indicar a posição que elas ocupam entre a geração anterior e a posterior, localiza aspectos históricos que marcaram suas vidas, como o período de redemocratização do país. São lideranças nascidas entre as décadas de 1970 e 1980 e que vivenciaram, ainda que bastante jovens, os desdobramentos de uma série de mudanças políticas e sociais ocorridas nesse período, marcado pela efervescência dos movimentos sociais que contribuíram para a queda do regime militar e a promulgação da Constituição Cidadã, de 1988.

São, em sua maioria, nascidas em Belo Horizonte ou em cidades da RMBH (*vide* Mapa 4 – pág. 152) e chegaram a Ribeirão das Neves durante sua infância ou adolescência, no período da hiperinflação histórica do Brasil e do confisco da poupança (uma das medidas do Plano Collor¹⁷) na década de 1990. Suas famílias mudaram para a cidade como estratégia de economizar com a despesa doméstica, uma vez que, em alguns casos, os pais já tinham terrenos na cidade ou compravam pequenos barracões para fugir das despesas com aluguel.

Nesse contexto, essas lideranças presenciaram a expansão da ocupação urbana da cidade, e muitas chegaram a atuar junto às lideranças pioneiras, como se exemplifica quando Rita de Cássia utiliza a expressão “fundadora do Veneza” para se referir a Ana Elis (cuja biografia será apresentada no próximo Capítulo).

No tocante à religião, a grande maioria dessas mulheres se declara evangélica, sem pertencimento a uma congregação específica. Diferentemente do que se poderia imaginar, sua atuação não foi iniciada e/ou não é vinculada com atividades relacionadas a uma instituição religiosa; ao contrário, à medida que foram se envolvendo com os movimentos sociais, distanciaram-se da igreja. Temos como exceção, nessa geração, a deputada Andréia de Jesus¹⁸ e Ângela Carmen¹⁹, que tiveram forte influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), da Igreja Católica, na sua trajetória. Todavia, a maioria das participantes dessa geração iniciou sua atuação comunitária por meio de partidos políticos (como Helena Luiza e Núbia Alice) ou projetos sociais (como Rita de Cássia).

¹⁷ O governo do Presidente Fernando Collor, implementou entre os anos de 1990 a 1992, um pacote de medidas na economia brasileira que visava reverter o cenário marcado pela hiperinflação. Entre as medidas tomadas, a mais polêmica foi o “confisco da poupança”. Essa consistia na retenção do dinheiro guardado pelos brasileiros junto aos bancos, levando a falência um grande parte dos microempresários. Pois, estes que guardavam na poupança, as reservas financeiras para efetuarem o pagamento de suas contas e dos salários de seus empregados.

¹⁸ A biografia será apresentada na Conclusão.

¹⁹ A biografia será apresentada no próximo capítulo.

As pautas de mobilização dessas mulheres concentram-se tanto nas reivindicações em torno da melhoria da estrutura básica da comunidade, como em questões específicas de gênero, como o combate à violência doméstica no território e a geração de renda para as mulheres. Elas possuem diversas frentes de atuação e participam com maior frequência de espaços de articulação política formados por representantes da sociedade civil e do poder público, como é o caso dos Conselhos Municipais e das redes locais. Além disso, tem-se uma atuação relacionada à terceira onda do Feminismo brasileiro, que é marcada pelo processo de “onguização” dos movimentos de mulheres (ALVAREZ, 2000 *apud* MARLISE, 2010) e caracterizada como um “feminismo difuso” (PINTO, 1994 *apud* MATOS, 2010) que por sua vez é resultante de:

anos de militância dos movimentos organizados, que se expressa na presença da luta pelos direitos das mulheres em campanhas eleitorais. Esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas. Também não se apresenta como um rol articulado de demandas e posturas em relação à vida privada e pública. Por ser fragmentado e não supor uma “doutrina”, é um discurso que transita nas mais diferentes arenas” (PINTO. 2003, p. 93)

Segundo Célia Pinto (2003), o feminismo difuso emerge em um contexto de participação ativa das mulheres no processo de redemocratização do país. Esse movimento destacou a importância da institucionalização de políticas públicas e da participação das mulheres no espaço eleitoral. A partir desse momento, as pautas feministas passaram a considerar as singularidades de cada mulher, levando em conta aspectos culturais e sociais e fomentando a discussão sobre as diferenças entre as próprias mulheres e o respeito à diversidade.

3.1.4. Biografia de Rita de Cássia

Nasceu em 1985 (38 anos) e se autodeclarou como parda. Parou de estudar na 7ª série do Ensino Fundamental, quando, em 2004, foi contemplada com uma bolsa do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) – programa do Governo Federal –, tendo concluído em dezoito meses o Ensino Fundamental. Por meio da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conseguiu o certificado de conclusão do Ensino Médio. Hoje, possui uma formação técnica²⁰ obtida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas

²⁰ O curso técnico de formação não foi informado para garantir o sigilo das participantes.

Gerais (IFMG), *campus* Ribeirão das Neves.

Filha de pai capixaba e mãe baiana, nasceu em Belo Horizonte, mas a família mudou para o Veneza, em Ribeirão das Neves, quando ela tinha 12 anos. Nesse período, passou a trabalhar como babá e, depois, como auxiliar de serviços gerais em uma padaria. Teve dois irmãos: o irmão faleceu em um acidente de trânsito e a irmã permanece morando no mesmo lugar. Declara ser cristã sem religião, relatando que é batizada na Igreja Quadrangular e que já chegou a participar da igreja Deus é Amor e da Congregação Batista, mas declara não pertencer a nenhuma dessas congregações. No momento, não frequenta nenhuma instituição religiosa.

É casada há mais de vinte anos. Ela e o marido se conheceram em 2003, durante um campeonato de futebol. Ele atuava na organização dos torneios esportivos e ela jogava em um time feminino. Na época, ela tinha 15 anos e ele, 28. Começaram a namorar e, pouco tempo depois, passaram a viver e trabalhar juntos, pois ele tinha duas escolinhas de futsal na cidade. Ela passou a trabalhar com ele tanto na organização das aulas das escolinhas e de pequenos torneios de futebol e futsal, em que exerce a função de anotadora (pessoa que faz os registros das ocorrências de um jogo, como qual foi placar, quais jogadores fizeram gol ou cometeram faltas, entre outros).

Nessa época, em 2003, ela era atendida por um projeto social. Já em 2007, as técnicas desse programa, ao perceberem sua aptidão para a prática esportiva e sua posição de liderança entre as jovens atendidas, convidaram-na para sericineira de futebol feminino. Desde então, ela é vinculada ao Programa na condição de prestadora de serviços como Microempreendedor Individual (MEI). Relatou que busca desenvolver, no seu trabalho com futebol, o fortalecimento da autoestima das jovens para que elas possam enfrentar o estigma da cidade, como explica:

Teve um dia que eu até questionei elas, eu tava olhando a rede social lá e eu falei o “por que é que põe Belo Horizonte, vocês não são de Belo Horizonte, vocês são de Neves”. É agora, graças a Deus, teve uma vez que nós fomos participar de um *torneio* em Sete Lagoas, aí nós estava jogando com uma cidade que chama Oliveira, essa cidade tipo assim tava a favorita para ganhar o *torneio*, tipo assim, tava as melhores, deu de 10, deu de 9 no time lá e todo mundo “nossa ninguém vai ganhar desse time”. Aí as meninas daqui foram lá e ganharam delas, aí no final, uma mulher delas lá virou para as meninas e disse assim, vocês são de onde? Aí a menina falou assim “eu sou de Neves” (...) A “cidade das cadeias, né?”. Falou com a menina desse jeito, a menina “Cássia ela falou desse jeito, que era a cidade das cadeias”. Aí eu falei com ela é a cidade das cadeias que tirou vocês, falou com ela desse jeito, graças a Deus agora, domingo passado a gente saiu de uma final da Copa *Metropolitana* de Esporte, na semifinal, um campeonato muito difícil, muito pesado, se for olhar, tipo, a realidade que as meninas têm em Belo Horizonte e a gente tem aqui, é difícil você chegar na semifinal, aí graças a Deus, elas já chegaram lá e já falam assim a “gente é de Neves”. Se todo mundo perguntar

“seu time é da onde?”. “Seu time é da onde?”. “É de Neves”, elas dá esse reconhecimento agora pra Neves, mesmo que seja através do futebol. (grifos nossos).²¹

Em 2012, ela se cadastrou nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) para conseguir fazer a inscrição no Programa Minha Casa, Minha Vida. Meses depois, recebeu a notícia que havia sido contemplada na Faixa 1. Mudou-se, em 2013, para o Residencial *Insígnia*²².

Continuou trabalhando nas escolinhas de futebol junto ao esposo. No projeto social, porém, passou a atuar no Conselho Comunitário do Residencial. O envolvimento no Conselho começou quando percebeu a necessidade de mudar a realidade do lugar. Expõe que, antes, a vida no conjunto era extremamente complicada e que o sonho da casa própria se tornou um tormento durante um tempo, como descreve:

Aqui quando a gente veio morar era tudo lindo, né, tudo maravilhoso, mas, quando eles trouxeram as pessoas para morar aqui, veio gente de tudo quanto é lugar. E quem fez a inscrição foi só mulheres, mulher e 5% da população era idosa, não tinha homem no cadastro. Aí, quando entregaram as chaves, vieram os homens e tal, aí veio gente de tudo quanto é lugar, gente que tinha **rixa** com outra, aí virou um fogo cruzado, era tiro que soltava de dia, de manhã e de noite. (...) a gente se deparou com uma realidade bem cruel, muitas pessoas morreram, muitas foram presas, muitos foram embora, graças a Deus. Hoje aqui já é bem tranquilo, já não tem tiroteio, nem nada. Como teve essa desordem no início, muitas pessoas foram embora, e, quando as pessoas foram embora, os apartamentos foram invadidos. Tem um grande número de invasão, e não temos a gestão aqui dentro, não tem condomínio, não tem síndico, a caixa até conseguiu fazer no início, mas, depois, a maioria extraviou, ou não deu conta ou foi embora, e aí, passados alguns anos, veio esse projeto, Nossa *Insígnia*²³ (grifos nossos).

Rita de Cássia relata que, em decorrência desses problemas, ocorreram vários episódios de violência policial e abuso de autoridade por parte da polícia, que tratava todos os moradores como bandidos. A comunidade passou a ser estigmatizada, sendo retratada na mídia local como “Carandiru”, e isso com a contribuição da instituição policial, como argumenta: “a própria fala da polícia que dá entrevista já fala, já aponta, que somos Carandiru, e o aval da gestão municipal, como a ocasião em que, durante uma reunião, ouviu: o próprio prefeito virou e falou (...) o problema do *Insígnia* é que a polícia tem que pedir licença pra entrar, sendo que não é assim” (grifos nossos).

²¹ As palavras grifadas são nomes reais trocados por nomes fictícios.

²² Nome fictício.

²³ Nome fictício.

Com o avanço da pandemia de COVID-19, Rita de Cássia precisou solicitar o Auxílio Emergencial do Governo Federal, pois a sua renda diminuiu em virtude da suspensão das atividades do projeto social e do fechamento das escolinhas de futebol, prejudicando suas atividades e a do esposo. Nesse contexto, ela também precisou ajudar outras moradoras e jovens do território com pedidos de assistência e questões ocasionadas pela pandemia. Ela alega que, antes do pagamento das parcelas do auxílio, muitas pessoas estavam passando necessidades e que, por isso, junto à associação, organizou uma campanha de arrecadação de alimentos para algumas famílias. Outra preocupação na comunidade é a saúde mental, frequentemente, chegam até ela relatos de depressão, automutilação e tentativas de suicídio de jovens que moram no Residencial.

Ela se considera uma liderança comunitária, justifica desta forma: “porque as pessoas me veem como um alicerce pra tudo, tudo que acontece, eles me procuram. Aconteceu, entupiu um esgoto, vai me chama, tá precisando de uma ajuda, vai me chama. Tudo que acontece, eles me chamam pra ajudar a organizar”. As atuações no Conselho e no futebol constituem-se como as suas experiências coletivas e ela avalia que o trabalho comunitário é um caminho sem volta e que não pretende deixar de lado até que o Residencial se torne um lugar melhor para viver.

3.1.5. Geração lideranças identitárias

Um elemento central e que ganha destaque nos discursos e na atuação das lideranças que nasceram nas décadas de 1990 e 2000 é o sentimento de pertencimento ao território e como sua relação com ele marca as trajetórias sociais. Dessa forma, a utilização da expressão “identitária” para designar essa geração foi inspirada na concepção sobre “formas identitárias” de Dubar (1988), que as define como:

O termo "identidade" é aqui empregado no sentido particular de articulação de um tipo de espaço significativo de investimento de si com uma forma de temporalidade considerada como estruturante em seu ciclo de vida (Dubar 1991). Este sentido é muito próximo do de “espaço-tempo geracional”, associado à idéia de busca (Erickson 1972) e pode ser considerado como a síntese do ponto de vista "estratégico/cultural" (...) As formas identitárias são tipos-ideais construídos pelo pesquisador para dar conta da configuração e da distribuição dos esquemas de discurso delimitados pela análise precedente. Elas constituem recategorizações a partir das ordens categoriais circunscritas pela análise indutiva dos relatos, comparados uns com os outros antes de serem reagrupados por "agregação em torno de unidades-núcleo (DUBAR, 1998, s/p).

O sentimento de pertencimento e a necessidade de atuar em ações que buscam a valorização da identidade local podem se explicar em função de a maioria dessas lideranças ter nascido na cidade (*vide* Mapa 4 – pág. 152). Além disso, elas vivenciam o período democrático do Brasil, sendo impactadas tanto pelos efeitos econômicos do Plano Real, quanto pelos avanços sociais das gestões presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT).

É interessante observar que, das seis lideranças dessa geração, quatro já haviam concluído sua Graduação antes de 2020 e que todas foram as primeiras de suas famílias a ingressar no Ensino Superior. Somente Laura e Vitória, as mais jovens (nascidas, respectivamente, em 2000 e 2001) não haviam, até o momento da escrita desta tese²⁴, conseguido acessar o Ensino Superior. É importante salientar que elas concluíram o Ensino Médio entre 2017 e 2018, período marcado pelo governo golpista de Michel Temer e pela ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, gestões que foram “desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica” (SANTOS, MUSSE & CATANI, 2020, p. 01).

Cabe reforçar que houve diversas mudanças no acesso ao ensino superior após o ano de 2016, entre elas, a mais significativa foram as alterações no perfil do estudante beneficiário do Programa Universidade Para Todos (Prouni), em que alunos de escolas particulares sem bolsa passaram a ter direito de se inscrever no programa, reduzindo as chances de alunos egressos do sistema público de ensino. Além disso, houve a extinção de 25% das bolsas.

3.1.6. Biografia de Laura Vitória

Laura Vitória é uma jovem negra nascida na década de 2000 e que acumula formas de engajamento no cenário cultural do território, tanto nos aspectos que envolvem as expressões corporais – participando e organizando grupos de danças –, quanto nos aspectos esportivos – colaborando de forma ativa no movimento de mulheres que jogam futebol na comunidade.

A sua infância foi marcada pelas dificuldades financeiras e pelos problemas de saúde de seus pais. O pai é diabético e hipertenso e tem dificuldades de mobilidade em consequência de um machucado na perna que nunca foi curado. A mãe enfrenta o alcoolismo²⁵ há anos. Em suas

²⁴ O acompanhamento das participantes nas redes sociais permite ter sempre atualizações de sua trajetória. Continuamos interagindo com as participantes mesmo após as entrevistas. Reforçamos, aqui, que a biografia de Laura Vitória é representada pela combinação de duas biografias, conforme apresentado no capítulo anterior.

²⁵ Não utilizarei a expressão “alcoólatra” ou “alcoólica”, pois receio que essas expressões sejam estigmatizantes, dado que possuem um caráter que situa o problema em um campo subjetivo, posicionando a pessoa como sendo insensata, irresponsável, incontrolável, inconsequente, entre outros e atribuindo o controle da situação a uma

palavras, a “família sempre foi diferente”, pelo fato de sua mãe sempre estar ausente por causa de seu emprego como doméstica em residências localizadas em Belo Horizonte. Logo, o trabalho, junto do deslocamento, ocupava muitas horas do seu dia, sendo que, muitas vezes, voltava alcoolizada. Já o pai, pela condição frágil de saúde, não conseguia trabalhar e ficava em casa cuidando dela e do seu irmão. Ele era o responsável por levá-la e buscá-la na escola e era quem sempre participava das reuniões escolares.

Na época, o sustento da família era proveniente do salário-mínimo da mãe e do auxílio do Programa Bolsa Família. Hoje, a mãe trabalha como diarista e faxineira. Por ser autônoma, seus rendimentos diminuíram. Contudo, a aposentadoria do pai (2015), a ocupação do irmão e a nova posição como oficineira do Projeto Social proporcionaram um aumento na renda familiar.

No tocante à sua trajetória escolar, sempre estudou em escolas públicas, exceto no Jardim de Infância. Todas as instituições de ensino que frequentou eram localizadas próximo à sua residência. Coursou o Ensino Fundamental e o Médio em escolas do território. Sempre foi considerada uma excelente aluna, e não há reprovações no histórico escolar. Realizou o ENEM por quatro vezes; seu sonho era entrar em uma instituição federal, tendo tentado ingressar na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)²⁶ duas vezes, sem obter sucesso.

Em 2019, resolveu tentar uma faculdade particular por meio do Prouni, embora a nota permitia apenas bolsa para Pedagogia ou Licenciatura em Inglês (semipresencial). Tendo em vista alguns contratempos e o receio de arrependimentos futuros, não realizou a matrícula. Declara que fazer uma graduação permanece sendo parte de seus planos pessoais.

A infância e a adolescência foram marcadas por diversos episódios embaraçosos derivados dos problemas de alcoolismo da genitora. Relata que houve uma vez que a mãe apareceu na escola visivelmente embriagada, entrou e a puxou à força para fora, arrastando-a pela rua até chegar em casa, chamando a atenção de todos. No dia seguinte, na escola, a situação foi pretexto para sofrer uma situação de racismo, como narra:

Eu estava na aula de Educação Física (...) eu tinha pegado a bola para tancar no menino, a bola foi para o lado, eu fui pegar a bola, aí essa menina disse assim “pega a bola aí, coisa preta!”. Falou comigo desse jeito, ela já não gostava de

questão de caráter. Já “alcoolismo” é a expressão utilizada para definir o problema como uma doença crônica que provoca a incapacidade de controlar a ingestão do álcool que causa dependências física e emocional. A própria Laura Vitória, durante a entrevista, não fez uso das expressões “alcoólatra ou “alcoólica”, fazendo questão de reforçar o caráter patológico referindo-se ao problema como “os episódios de alcoolismo da minha mãe”, “devido ao problema de alcoolismo da minha mãe”.

²⁶ A primeira tentativa foi em 2017 para os cursos de Filosofia e Sociologia (Ciências Sociais). A segunda, em 2018, foi para Psicologia e Filosofia.

mim nessa época, aí eu com minhas agressividades de sempre, né, eu olhei pra ela, e fui, e falei assim com ela, pra ela repetir de novo e já queria sair no soco com a menina, né, aí ela foi e falou comigo assim, que tinha visto o que tinha acontecido comigo, entre eu e minha mãe e falou que, era por isso que ela tinha entendido porque eu tinha essa cor, porque eu tinha sido arrastada no asfalto, isso, foi uma coisa que tipo assim, marcou minha vida. Eu nunca mais esqueci.

Laura explica que foram muitas as situações em que o racismo que sofria era atrelado aos problemas de alcoolismo de sua mãe, e, por isso, sua relação com ela na infância e no início da adolescência era muito conturbada, o que a fazia ter mais proximidade com o pai.

Revela que, muitas vezes, culpava a genitora pelas discriminações que sofria e que, após entender os processos de dependência provocados pela doença, passou a compreendê-la melhor, e, hoje, são próximas. Afirma que, nesse momento, a mãe vem conseguindo controlar e evitar o consumo de bebidas alcoólicas, embora tenha tentado parar diversas vezes e que houve muitas recaídas, inclusive chegando a iniciar um tratamento no Projeto Consciente²⁷ (serviço municipal de atendimento de saúde mental). Entretanto, a mudança constante de psiquiatras no serviço a desestimulou, fazendo com que deixasse de comparecer ao local.

Como participou de diversas atividades na escola e em projetos, Laura Vitória começou a compreender assuntos pertinentes à sua identidade racial, como a conexão entre preconceitos de classe e de raça. Aos 15 anos, começou a entender melhor questões relacionadas às suas identidades sexual e religiosa. No que se refere à sua sexualidade, diz que, desde o início da adolescência, sentia atração por meninas, o que sempre buscava negar, chegando a ficar tanto com meninos, quanto com meninas. Por isso, não sabe dizer se é lésbica ou bissexual.

Quanto à religião, menciona não ter uma religião definida, tendo frequentado diversas Igrejas Evangélicas e, sob influência de amigas, entrou em um grupo de jovens da Congregação Deus é Amor. No entanto, sentia-se deslocada, como descreve: “Eu até gostava sabe (...) eu só gostava do grupo de jovens, pra falar a verdade (...) o pessoal era até bacana, o pessoal do grupo de jovens, agora o resto do povo, quando tinha os cultos, aquelas coisas, eu sempre me sentia perdida dentro da igreja”. Nos últimos anos, passou a frequentar a Igreja Católica para acompanhar sua namorada, Jéssica.

Jéssica é uma mulher branca de 23 anos e moradora de Contagem. Ela é a primeira namorada de Laura Vitória e ambas estão juntas desde o final de 2017, quando se aproximaram durante um *slam* – um evento de “batalhas” entre poetas urbanos organizado pelo Programa Valores de Minas. Diferentemente de sua família, que acolheu a relação, os pais de sua parceira

²⁷ Nome fictício.

apresentaram muita resistência e ainda não aceitaram o relacionamento. Há muito companheirismo na relação, enfrentando juntas essa e outras adversidades, como os casos constantes de lesbofobia e os custos elevados do transporte, já que Jéssica reside em outra cidade e precisa se deslocar constantemente para o território para acompanhar Laura em suas atividades na comunidade.

O engajamento da Laura Vitória começou em 2012, quando passou a frequentar as oficinas de um Projeto Social. Em função do seu intenso envolvimento nas oficinas e nos projetos do Programa, a equipe técnica a convidou para se tornaricineira. Foi um acontecimento que a deixou muito feliz, aceitando imediatamente. Informa que, para além de sair da condição de aluna “assistida” para “mediadora”, a participação no projeto ajudou no processo de descobrimento pessoal e na compreensão profunda de anseios e desejos, como descreve:

Pessoalmente, hoje em dia, o reflexo das coisas que eu sou, tá muito ligado com as coisas que tipo, eu vivenciei na minha vida, né, desde que eu sou mais nova, meus pais, a criação que eu tive, né (...) eu concordo muito e que a partir disso eu fui me conhecendo mais sobre mim mesma e isso meio que foi montando minha identidade, sabe. Essas coisas que eu gosto, por exemplo, trabalhar em projeto social, me envolver, né, começar sendo aluna e depois virar professora, na minha vida. Também na escola, eu sempre gostei de coisas relacionadas à arte, era coisas que me atraíam muito.

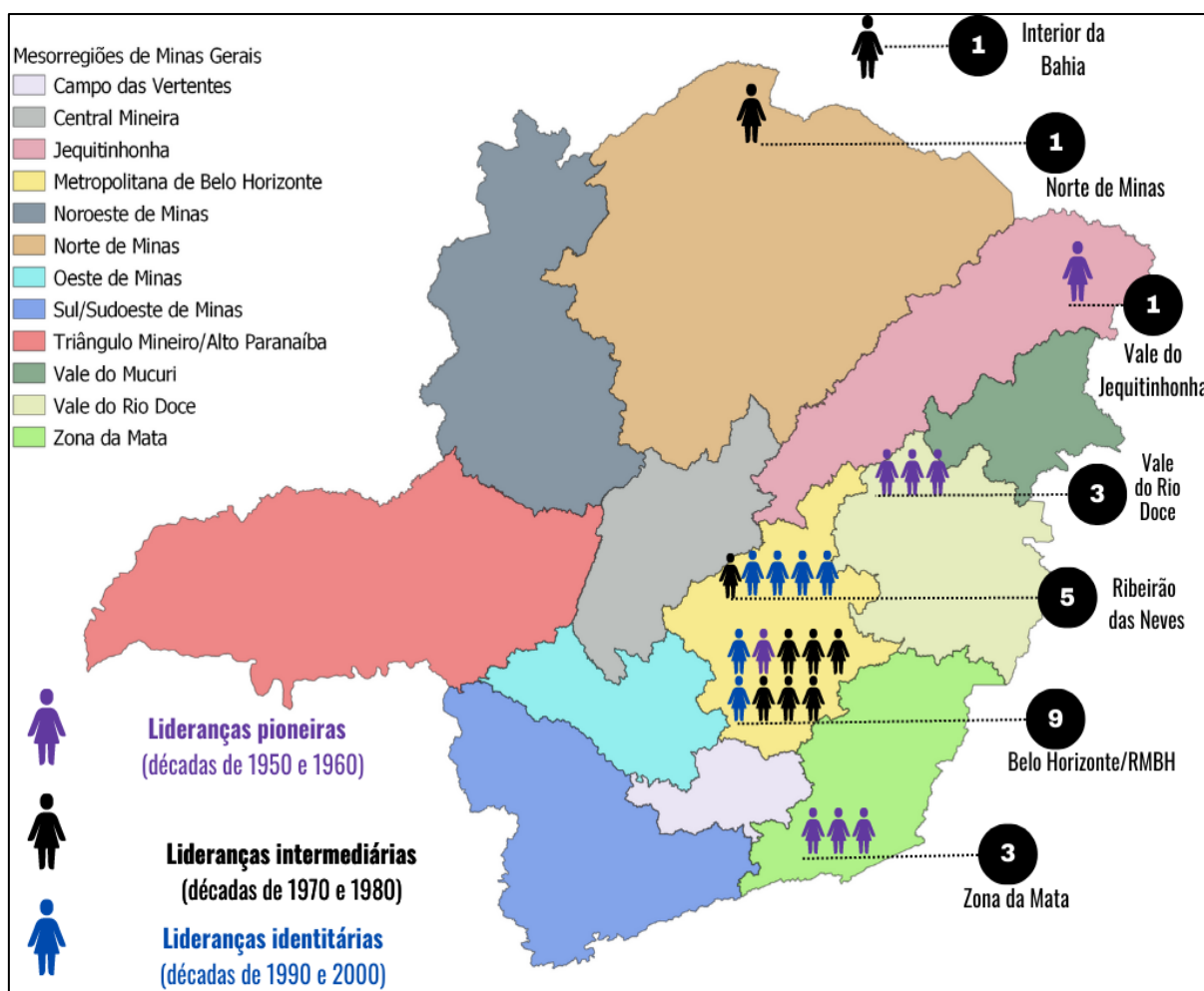
Antes de se tornaricineira, o Projeto Social lhe possibilitou outras oportunidades, como receber, durante um ano, uma bolsa de estudos e auxílio transporte para fazer um curso técnico, além da participação no Programa Valores de Minas. Durante a pandemia de COVID-19, precisou recorrer ao Auxílio Emergencial do governo federal, no qual foi contemplada.

Relata que as/os adolescentes do bairro a procuram para conversar sobre diversos assuntos. Na maioria das vezes, são questões relacionadas à sexualidade e relacionamentos, além de outros problemas presentes na dinâmica local. Pontua que tudo sempre é mais difícil para quem mora no território, principalmente se for jovem, pela dificuldade de acessar outros espaços no território e na RMBH. Quando interrogada se se sente uma liderança, responde: “sinto, acredito, que poderia ser mais, pelo fato de já ter escutado dos outros que eles me têm como uma referência”.

3.2. Geração e origem

Como mencionado anteriormente e como é possível ver na Figura a seguir, a origem (local de nascimento) das lideranças evidenciam diferenças entre as gerações. Ao observarmos o mapa, é pode-se perceber que há um fluxo intrarregional diferente por geração. As mulheres da geração pioneira saíram de diferentes mesorregiões do estado.

Já entre as mulheres da geração intermediária, o deslocamento entre cidades é centralizado na RMBH. E, por sua vez, a geração identitária é predominantemente formada por mulheres nascidas em Ribeirão das Neves.



Mapa 4. Mapa Origem (nascimento) das lideranças por geração. Elaboração pela autora (2022).

Os dados demonstram, ainda, que somente uma das 23 participantes não nasceu em Minas Gerais, ou seja, estamos falando de lideranças nascidas e criadas no estado. Outro dado importante e que precisa ser situado é a questão em torno dos registros de nascimento. Em

consequência de não haver maternidades no território, as mulheres se deslocam para maternidades localizadas na capital mineira e, conseqüentemente, Belo Horizonte acaba sendo colocada como a cidade de naturalidade nas certidões de nascimento de várias pessoas que, na prática, são nevenses. É o caso de duas participantes da pesquisa, que são registradas como belo-horizontinas, mas cujas famílias sempre moraram em Neves.

Sobre essa questão, há relatos que muitas famílias fazem questão de registrar os filhos sem a naturalidade de Ribeirão das Neves por receio de que, no futuro, esse fato possa prejudicá-los em acessos a serviços públicos e em processos seletivos no mercado em função da estigmatização da cidade, como foi abordado no Primeiro Capítulo. Por isso, para a geração lideranças identitárias, afirmar-se como “nevense” é um ato de enfrentamento desses estigmas.

3.3. Geração e dimensões políticas

O que as narrativas das histórias de vida dessas mulheres podem nos dizer sobre a sociedade? De um ponto de vista socioantropológico, elas apontam um ângulo que combina uma visão micro – representada na atuação no território – e uma visão macro – sinalizada pela presença cada vez mais numerosa de mulheres atuando em diferentes esferas políticas governamentais e na direção de movimentos sociais. A título de exemplo, ao relacionar as biografias das lideranças (visão micro) com eventos e acontecimentos que se desenrolaram no âmbito do contexto político do Brasil (visão macro), podemos identificar as articulações que resultam em mudanças na estrutura social.

É possível constatar, por meio da geração de lideranças pioneiras composta de mulheres nascidas entre as décadas de 1950 e 1960, que, durante o regime militar, elas não tinham acesso a canais ou equipamentos voltados para garantir direitos básicos. Muitas vezes, sua exposição a diversas formas de violências era naturalizada tanto no ambiente doméstico, quanto no institucional, como podemos observar no caso de Maria Aparecida, sobrevivente de uma tentativa de feminicídio.

Algo muito evidente nas trajetórias – principalmente, nas biografias de Rita de Cássia e Laura Vitória – é a presença e os efeitos das políticas sociais dos governos Lula e Dilma. É importante mencionar que todas as gerações, como será possível observar nas biografias que serão apresentadas mais adiante, sentiram, em alguma medida, efeitos do processo de fortalecimento de políticas públicas de cunho social no período de 2003 a 2015. Porém, foram as gerações das lideranças intermediárias e identitárias que tiveram suas trajetórias sociais impactadas diretamente, principalmente pelas políticas promovidas no âmbito educacional,

como Prouni, REUNI²⁸, FIES²⁹, Ciência sem Fronteiras (CsF)³⁰, expansão dos institutos federais (IFs) e Pronatec³¹. Por outro lado, algumas políticas sociais, principalmente no seu desenho operacional (como chegar até a ponta), demonstram contradições que serão abordadas a seguir.

3.3.1. Gênero e políticas sociais

Pensando a partir do texto "contradição entre cuidado e capital" (2020), de Nancy Fraser, é possível verificar que as políticas implementadas pelo Estado de Bem-estar Social voltadas para as famílias, em especial, para as mulheres, sempre foram, desde sua concepção, distantes da realidade das mulheres periféricas e rurais. As reflexões apontadas pela autora, demonstram em vários momentos que o modelo *top-down* de execução desses programas acaba fortalecendo e reproduzindo padrões sociais que reforçam o lugar da mulher na esfera doméstica e no trabalho do cuidado:

Por conseguinte, a ampla tendência do capitalismo administrado pelo Estado nos países do centro era valorizar o modelo heteronormativo da família marcada por um viés de gênero que atribuía ao homem a posição de arrimo de família e à mulher a de dona de casa. O investimento público na reprodução social reforçava essas normas (FRASER, 2020, p. 279).

Além disso, o modelo tecnocrata, produzido de cima para baixo para desenhar políticas sociais, acaba limitando o acesso às políticas. Um exemplo disso é o uso da categoria "território" na hora de planejar os critérios de atendimento. Muitas vezes, o termo é utilizado para barrar e limitar as coberturas de atendimento de saúde e oferta na área da educação. Muitas das participantes da pesquisa relatam terem dificuldades de encontrar atendimento médico em seu bairro e, quando procuram atendimento em outros bairros ou em Belo Horizonte, são impedidas em virtude de não estarem na área de abrangência. Elas frequentemente precisam recorrer a estratégias que visam driblar esse sistema, como, por exemplo, pedir ajuda a parentes e amigas dessas localidades para usar seus endereços no cadastro dos órgãos públicos para conseguirem atendimento.

²⁸ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

²⁹ Fundo de Financiamento Estudantil.

³⁰ Ciência sem Fronteira (CsF) foi um Programa de Bolsas do Governo Federal para incentivar o intercâmbio de estudantes universitários brasileiros para diversos países do mundo. Foi criado em 2011 e encerrado em 2015.

³¹ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

No tocante à escolarização, acontece o mesmo. Os jovens que residem no território, ao buscarem se matricular em escolas públicas que oferecem melhor qualidade de ensino, localizadas em outras regiões, acabam enfrentando o mesmo problema. Esse obstáculo também é enfrentado pelas mães trabalhadoras que, mesmo exercendo suas funções em Belo Horizonte, Contagem e Betim, não conseguem atendimento nas creches e escolas de tempo integral dessas cidades, pois não atendem ao critério de “localidade”, e a cidade de Ribeirão das Neves não oferece o serviço, como explica uma das participantes da pesquisa ao abordar os desafios das mulheres nevenses:

Então, o primeiro deles, a maioria são mães solas, cuidam dos filhos sozinhas, e aí tem que se deslocar, geralmente pra BH ou qualquer outra cidade aqui ao redor. Então elas passam o dia inteiro fora de casa, porque aqui é longe, então mesmo que você trabalhe meio horário, você chega aqui tarde. E aí a gente não tem onde deixar nossas crianças, a gente não tem creche com período integral. A criança, ela estuda de manhã ou ela estuda à tarde, e no restante do dia? Então a mulher já tem que pegar, aí ela recebe um salário-mínimo, ela tem que pegar 400, 500 reais daquele salário e passar pra alguém, e deixar lá, sem ter a certeza de que essa criança está sendo bem tratada (NÚBIA ALICE, 2021).

No tocante aos programas de geração de renda, grande parte das ofertas de “capacitação profissional” para mulheres periféricas é voltada para o trabalho do cuidado: “cuidadora de idosos, artesanato, maquiadora, depiladora, cabeleireira, manicure, massoterapia, designer de sobrancelhas, cozinha, costura”. Cursos esses que são vistos como uma forma de garantir uma renda extra para mulheres, e não torná-las profissionais de carreira em uma área específica.

Todavia, ao mesmo tempo que essas políticas sociais de profissionalização – principalmente, as direcionadas às mulheres da classe popular – reforçam o lugar das mulheres no “trabalho de reprodução social” (cf. FRASER, 2020), elas possuem efeitos benéficos em suas vidas, uma vez que, muitas vezes, são esses cursos e formações o lugar encontrado por elas para acessar informações sobre direitos sociais e pensar estratégias para enfrentar situações de violências. Isso se demonstra na fala de uma das participantes da pesquisa ao mencionar os cursos de formação profissional que ajudou a organizar na associação de moradores do bairro: “desculpa era o curso, mas a gente tava lá para ensinar as mulheres que não se pode apanhar” (ANA ELIS, 2020).

3.3.2. Efeitos das políticas educacionais na trajetória das lideranças

No sentido de construir um processo de acesso a espaços de autonomia e expansão do conhecimento para mulheres, principalmente para mulheres negras, é possível destacar o papel das políticas sociais de educação. Por exemplo, ao observarmos as lideranças identitárias, percebemos que são fortemente marcadas por um discurso assumidamente feminista e antirracista. Essa é a geração que foi profundamente marcada pelas políticas públicas implementadas pelas gestões dos governos Lula e Dilma no âmbito educacional. Muitas são as primeiras de suas famílias a acessar o Ensino Superior ou o ensino profissionalizante. Todas elas, em algum momento de suas vidas, acessaram algum programa social, como o Prouni, o FIES e o Pronatec, ou ingressaram em cursos criados no âmbito do REUNI ou da expansão dos IFs, além de terem sido beneficiadas de alguma forma por programas que visam proporcionar condições de permanência estudantil.

Em virtude de a mudança em suas vidas ter sido marcada no âmbito educacional, essas mulheres possuem grande identificação com os movimentos culturais e optam por uma atuação em movimentos menos centralizados, como coletivos e grupos sem hierarquização. Há uma busca por parte delas em reafirmar seu lugar enquanto cidadãs nevenses e, ao mesmo tempo, atuar no fortalecimento da identidade da cidade. Isso se demonstra no relato de Inaê Mariana, que, antes de entrar na UFMG, vivia somente o “aspecto dormitório” da cidade, mas que, após sua formação em Teatro, passou a voltar para o território com outro olhar, buscando, em sua atuação política e profissional, expressar seu pertencimento enquanto nevensense:

Em 2015 a minha história com Neves recomeça. Porque quando eu saio do Ensino Médio, eu não volto mais para Neves. Eu passo a viver a cidade dormitório, literalmente, a viver com tudo que se tem se tem direito de viver a cidade dormitório. Então, eu estudava e trabalhava em BH. (...). E aí, em 2015, eu tive a oportunidade, com esse período que eu estava formando, eu fui trabalhar (...) como professora de Teatro. Foi muito emocionante para mim. (...) de lá para cá, eu não saí mais de Neves; fui só tecendo essa rede, criando corpo, conhecendo pessoas, me embrenhando nos campos da área da cultura. (...) Integro vários coletivos aqui na cidade, não troco Neves por Belo Horizonte nunca (...) A gente está engatinhando para ser igual a BH? Estamos. Mas não quer dizer que a gente não tem. A gente tem. Só que é menos, mais simples (...), mas tem, com muita potência. E aí, hoje, integro, aqui na cidade, o Coletivo *Diverso*, que eu integro junto com a Sara, que a gente fundou juntas, o Coletivo *Arte Cênica* (...) estamos há cinco anos juntos. E a Tríade Companhia de Teatro, que eu estou também há seis anos (INAÊ MARIANA, 202; grifos nossos).³²

³² Nome fictício.

A palavra “potência” também é utilizada por Sara Alana ao falar da experiência do seu coletivo ao desenvolver uma campanha de arrecadação, cadastramento e distribuição de alimentos e de materiais de higiene pessoal para pessoas do território que estavam em situação de insegurança alimentar durante o auge da pandemia de COVID-19 em 2020:

Porque, a partir daí, a gente viu a potência que é tentar capitalizar mesmo as nossas ações. Porque, fora da COVID, a gente fala assim: “Gente, vamos fazer uma reunião para falar tal coisa?”, aí vêm cinco, seis pessoas. Dessa vez, não dava para fazer reunião e era uma situação emergencial. Então, a gente reuniu online e a gente foi até as pessoas. A gente bateu de casa em casa várias vezes, em várias quebradas, sabe? Então, agora eu acho que esse vai ser um método que a gente vai incorporar. Tanto que a gente vai recomeçar uma nova campanha agora, com uma **outra pegada**. Mas, daqui para frente, eu acho que vai ser uma pegada nossa de porta em porta, de instrumentos mais populares de comunicação (SARA ALANA, 2021; grifos nossos).

É importante salientar que, por mais que essas lideranças identitárias busquem atuar em uma frente cultural, elas precisam, em função do contexto da cidade, mobilizar-se em torno das necessidades do território, seja na luta de combate à fome, seja na reivindicação de delegacia para mulheres, dentre outras demandas básicas. Isso ilustra o quanto alguns desdobramentos das políticas públicas no Brasil não se refletem na realidade de Ribeirão das Neves. Por exemplo, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)”, iniciado na década de 1990, só chegou ao território após a década de 2000. É notório que ambas as gerações tiveram acesso a diferentes políticas sociais, mas a ausência delas no território se dá até os dias atuais.

3.3.3. Reflexos da privatização das políticas sociais no território

Cabe, aqui, ressaltar a diferença entre políticas de estado e políticas de governo: as primeiras são instrumentos que passaram pelos rituais burocráticos, ou seja, pela aprovação de projetos e orçamento; e as últimas são projetos criados para responder demandas específicas da agenda política de uma gestão. No caso específico de Minas Gerais, o Fica Vivo! (Programa de Controle de Homicídios) e o Programa de Mediação de Conflito (PMC), enquanto componentes da política de prevenção social à criminalidade, enfrentam batalhas constantes durante as trocas de governador para se manter, devido à sua previsão orçamentária ser inserida na gestão de projetos sociais (despesas provisórias), o que permite que o governo altere ou faça o remanejamento dos recursos de forma independente, diferentemente dos orçamentos dos programas sociais de estado (despesas permanentes), que precisam passar na Assembleia Legislativa para serem aprovados.

Enquanto as políticas que deveriam ter caráter público forem ações de um determinado governo que acaba por terceirizar os projetos e programas sociais para o terceiro setor ou instituições privadas, não haverá efetividade na garantia dos direitos, em decorrência de fluxos descontínuos de gestão. Isso porque, sempre que muda o governo, muda a equipe e, posteriormente, os prestadores de serviço, gerando um efeito cascata na administração pública e provocando a interrupção dos serviços prestados para a comunidade.

Essas discontinuidades nos projetos e programas sociais afetam tanto as pessoas que trabalham neles, quanto as que são atendidas. Isso se ilustra com o caso de Laura Vitória, que relata a interrupção do tratamento da mãe no Projeto Consciente, além de sua própria precarização ao ser contratada como oficinaira no Projeto Social. O mesmo acontece com Rita de Cássia, que trabalha na condição de MEI como prestadora de serviços para uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que, por sua vez, presta serviços para o governo.

Esses exemplos refletem práticas governamentais apontadas por Yumi Garcia dos Santos e Isabel Georges (2016) como formas de “terceirização das políticas públicas”, efeitos que refletem a “privatização do público”, fenômeno sinalizado por Francisco Oliveira (1999) como um processo de cooptação dos movimentos sociais em que há uma ampliação do terceiro setor, passando o serviço público (um direito) a ser identificado como um produto do mercado. Uma das dimensões desse processo, segundo Cibele Rizek, são as “privatizações cruzadas”:

trata-se do cruzamento entre modos de captação e gestão terceirizada (...), conformando o que poderia ser identificado como um planejamento social privado minucioso por parte de organizações sociais (...) redesenham formas de atuação e margens do estado nas suas relações com programas sociais e com a população em condições de vulnerabilidade (2013, p. 199).

Logo, os desdobramentos da privatização do público similares aos observados nas periferias da cidade de São Paulo, por meio dos estudos de Georges e Santos (2016) e Rizek (2013), são identificados na cidade de Ribeirão das Neves, em que sua situação de extrema vulnerabilidade e insuficiência do Estado provocam um fortalecimento de organizações sociais específicas (ONGs, OSCIPs e fundações), por meio da parcerias público-privadas (PPTs) voltadas para a realização de projetos sociais e comunitários.

A adoção desses modelos mercadológicos na gestão de serviços públicos é apontada nos estudos de Georges e Santos (2016) como algo recorrente na gestão de políticas sociais. As autoras sinalizam o surgimento da figura jurídica das “organizações sociais” (OS) como uma estratégia que permite a estas atuarem:

em um leque diversificado de políticas “setoriais”. Ao desenvolver estas atividades, as OS chegam a operar “nichos de negócios” cujos excedentes são reutilizados em outras políticas setoriais. Dessa forma, estabelece-se um ramo de atuação permeado pelas “parcerias público-privada” híbridas, no qual fica cada vez mais difícil de discernir a atuação do Estado (*Ibidem*, p. 127).

Nesse contexto, o trabalho é pautado em uma lógica de produtividade da equipe, com o estabelecimento de metas de atendimento, a avaliação da satisfação dos usuários, a produção de relatórios mensais informando o número de atendimentos e o número de usuários atendidos, e atividades e ações realizadas no território delimitado.

A atuação dessas OS no território resulta no embaralhamento das fronteiras entre sociedade civil e governo. Percebe-se que as instituições do terceiro setor optam e, até mesmo, priorizam a contratação de lideranças da comunidade, o que, aparentemente, apresenta-se como um avanço, mas pode ser bastante problemático, considerando que a vinculação profissional das lideranças nessas OS pode gerar conflitos de interesses, desmobilizar os grupos comunitários e até mesmo fomentar disputas internas entre as lideranças. Como exemplo, podemos citar as ocasiões na quais as lideranças precisam concorrer entre si por uma vaga de oficinaira ou mobilizadora de um projeto executado por essas OS contratadas pelo governo.

Ademais, a presença das OS no território gera um processo de desinformação para a comunidade, que não consegue compreender os limites e a divisão entre atuação das lideranças comunitárias como sociedade civil e a sua função profissional em uma instituição executora de ações do governo (cf. OLIVERA, 1999).

Tal problemática é um tema recorrente de debate dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda durante a década de 1990, como destaca Santos (2006), ao fazer uma reflexão sobre a presença e autonomia do movimento de mulheres na criação dessas instituições públicas no Brasil, como era o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

A precarização dos profissionais com qualificação técnica e especializada é outra realidade presente nessa forma de fazer gestão da política social. Todos os profissionais que integram, por exemplo, o Fica Vivo! e o PMC, bem como as equipes contratadas para coordenar os Projetos Nossa Insígnia e Pós-Viver³³, são graduados, havendo alguns casos com Pós-Graduação, que recebem uma remuneração abaixo do estabelecido no mercado. Por exemplo, eles chegam a receber menos de três salários-mínimos para exercer uma função que exige Ensino Superior na área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (Psicologia,

³³ Nome fictício para um projeto social em um conjunto habitacional que algumas lideranças participantes da pesquisa trabalhavam com o vínculo de MEI.

Serviço Social, Ciências Sociais, Antropologia, Administração ou Gestão Pública). Muitas vezes, esses profissionais utilizam seus próprios veículos e equipamentos (*notebooks* e celulares) para realizar o trabalho institucional³⁴.

Outro desdobramento é a subcontratação por meio da utilização de outra figura jurídica, o MEI, que acaba convertendo lideranças locais em recursos humanos de baixo custo. Por exemplo, Rita de Cássia e Laura Vitória são prestadoras de serviços para uma OS. Já Maria Aparecida, por meio do seu empreendimento social organizado no âmbito da Economia Solidária, só consegue vender seus produtos para essas organizações com a emissão de notas fiscais, sendo obrigada a recorrer ao cadastro como MEI para esse fim.

Essa contratação de mobilizadoras sociais, agentes de saúde e oficinas reflete um processo de “funcionalização das mulheres” (GEORGES & SANTOS, 2016), uma vez que essas funções executadas são exercidas quase que totalmente por mulheres da comunidade e reforçam aspectos da feminilização do trabalho do cuidado.

Por fim, existe uma relação entre a forma como essas políticas sociais são executadas no território e os esgotamentos político, psicológico e emocional dessas lideranças. O fato de morar e trabalhar no mesmo lugar gera situações em que elas se veem trabalhando, praticamente, em tempo integral. Assim, acabam absorvendo simultaneamente demandas comunitárias e de trabalho, como é possível observar nos seguintes relatos:

A experiência tá sendo bacana sabe, tipo assim, a gente tem muito, quem é oficineiro né, pelo menos pra mim, eu tenho muito problemas com relação a ter um espaço para tá organizando melhor a oficina e até tá recebendo melhor os meninos que vêm né, porque tipo assim, eu acho que o oficineiro tem que ter um espaço que seja mais acolhedor para as pessoas sabe, e os lugares que eu comecei não foi assim, entendeu. (...) essa questão de ser oficineira, ela é complicada pelo seguinte, para além da gente fazer o nosso trabalho, que é ir lá e dar aula e fazer tudo bonitinho, a gente tem outras questões também (...) você tem que fazer um trabalho que é duplicado, triplicado, tem que fazer o trabalho de quase pai e mãe do menino, tem que levar o lanche, tem que preparar tudo, dar muito trabalho, é uma cansaça, mais é gratificante quando ver que a pessoa que tá indo, tá realmente curtindo o trabalho que você tá fazendo, entendeu? (LAURA VITÓRIA, 2020).

Porque quando você mexe na comunidade, qualquer coisa que acontece disso, que você não consegue resolver, aí você fica... né, você se sente a pior pessoa do mundo. (...) e, desde que eu entrei aqui, nunca consegui ficar, praticamente, um dia na minha casa sem fazer algo em prol da comunidade (RITA DE CÁSSIA, 2020).

³⁴ A autora desta tese, enquanto analista, vivenciou essas condições e muitas das informantes relatam a mesma situação.

Porque tem quinze anos que eu mexo aqui. Tinha dia de a gente nem beber um copo d'água. Porque a gente saía para tudo quanto é lado, porque tudo eles iam lá; era por causa de comida, era por causa dos ônibus **vermelhinho** e **verdinho**, era por causa de menino que estava doente, era por causa de remédio, por causa de tudo. Orientação... Quantas pessoas que eu mandei para mediação de conflitos, quantas vidas foram salvas, o tanto de menino, de filho que estava indo para o caminho errado... quanto a tudo, né? Então, aí eu acho que valeu a pena (MARIA APARECIDA, 2020).

Os dados relacionados às políticas públicas identificadas no território indicam a “proliferação de entidades sociais nas periferias” (MAGALHÃES, 2011, p. 257) que, por sua vez, reforçam a ideia de carência do lugar, uma vez que, “através desses diversos projetos sociais, um determinado território constitui-se como *território da pobreza*, público-alvo de programas sociais, e, portanto, paradoxalmente considerado de forma durável como pobre” (GEORGES & SANTOS, 2016, p. 206; grifos nossos).

As narrativas das lideranças da geração emergente demonstram que o envolvimento delas com trabalho profissional como oficineira, mobilizadora ou agente comunitária em programas sociais reflete um modelo de “gestão social (...) fortemente caracterizado pela presença feminina” (GEORGES & SANTOS, 2016, p. 159).

E isso se configura devido ao fato dessas lideranças serem, tal como as agentes comunitárias de saúde e as agentes de proteção social estudadas pelas autoras, as pessoas que estão na linha de frente da operacionalização das práticas de cuidado do cotidiano dos membros da comunidade enquanto práticas coletivas e mediadoras perante o Estado (cf. GEORGES & SANTOS, 2016), e, por esse motivo, objeto da “gestão sexuada do social” (SANTOS, 2012).

As biografias comprovam, ainda, estratégias coletivas de cuidado baseadas em sociabilidades locais e no engajamento de mulheres que reafirmam o lugar da mulher negra na ponta da atuação social nos territórios e nas comunidades. Isso corrobora com os estudos clássicos e atuais brasileiros que vêm evidenciando as imbricações entre raça, gênero, religião, violência e classe social nas periferias brasileiras.

As histórias de trabalho das lideranças da geração pioneira – e, também, a história de trabalho da mãe de Laura Vitória – ilustram que “emprego doméstico é o símbolo do trabalho feminino popular” (GEORGES, 2011, p. 95), o que interfere nos processos de subjetividade e na experiência das mulheres, sobretudo as mulheres negras. Ao mesmo tempo, percebe-se que as trajetórias delas se encaixam no conceito de “viração” utilizado por Ludmila Abílio para explicar o fato de beneficiários de programas sociais parecerem “fazer de tudo um pouco, aproveita as oportunidades que surgem e desaparecem, uma sobrevivência que se faz pelos bicos” (ABÍLIO, 2011, p. 298).

As falas dessas mulheres posicionam a produção local da gestão social (cf. GEORGES & SANTOS, 2016) do território como um processo marcado por relações de gênero e práticas governamentais que terceirizam, direta ou indiretamente, a função de proteção social do Estado de direito. Isso se reflete no crescimento da funcionalização das mulheres, ou seja, a utilização de sua força de trabalho apenas para tarefas específicas, o que não é um fenômeno exclusivo do Brasil, como é possível observar nos estudos de Maxine Molyneux (2006, 2007) e Jane Jenson (2012), nos quais as autoras argumentam se tratar de uma tendência presente nas sociedades modernas e no processo de modernização, ligada à dinâmica de classe e gênero.

Tanto o trabalho de Molyneux quanto o de Jenson sinalizam o caráter neoliberal e maternalista presente nas políticas sociais assentadas em uma perspectiva de gênero, principalmente as voltadas para o combate à pobreza, reforçando o lugar e a responsabilidade do trabalho do cuidado para as mulheres nas esferas pública e privada.

As políticas sociais na América Latina, ao contrário de algumas leituras, não eram indiferentes ao gênero, mas trabalhavam com concepções de gênero das necessidades sociais, que eram familiares, patriarcais e paternalistas. Enquanto as mulheres obtiveram acesso à educação e à saúde e ingressaram no mercado de trabalho, por amplo consenso, seus deveres primários residiam na família. A cidadania liberal pode se estender às mulheres na esfera pública, mas, no domínio privado, prevaleceu uma ordem diferente (MOLYNEUX, 2006, p. 427; tradução nossa)³⁵.

As ideias políticas no centro do investimento social se mostram todas preocupadas com o destino e a situação das mulheres. (...) A contribuição econômica das mulheres, bem como a sua participação na vida social pelo viés do care, estão na ordem do dia e os especialistas propõem ajudar as mulheres a conciliar a vida profissional com a vida familiar. À primeira vista, esta sensibilidade ao gênero pode parecer como uma vitória depois de décadas de mobilização e de análises feministas. No entanto, olhando mais de perto, percebemos que algo foi perdido na tradução de um feminismo igualitário dentro de uma sensibilidade de gênero difundida pela perspectiva de investimento social (JENSON, 2012, p. 102; grifo nosso).

Nesse sentido, a mão utilizada para oferecer as “oportunidades” de trabalho para as mulheres lideranças é a mesma que reforça seu lugar de cuidadora na comunidade. Ao mesmo tempo, essas políticas se desenham como uma estratégia paliativa e as deixam na mira da vulnerabilidade, como é possível observarmos ao retomar o caso de Laura Vitória, que, em plena pandemia, teve o contrato suspenso e precisou recorrer ao auxílio emergencial. Podemos

³⁵ Original: Social policy in Latin America, contrary to some readings, was not genderblind but instead worked with gendered conceptions of social needs, ones which were familial, patriarchal and paternalistic. While women gained access to education and health, and entered the workforce, by broad consensus their primary duties lay within the family. Liberal citizenship might extend to women in the public realm, but in the private domain, a deferent order prevailed (MOLYNEUX, 2006, p. 427).

ver, ainda, essas mulheres, como “figuras de experiência” (GEORGES & CABANES, 2011, p. 463), que mesclam suas vivências pessoais e sociais para atuar como mediadoras dos seus próprios territórios.

Todavia, emerge, nesse contexto do território, uma disputa velada por legitimidade entre movimentos sociais locais e as organizações sociais (OS) que prestam serviços no território e que não surgiram na cidade. Os movimentos sociais nevenses se articulam em torno de um discurso centralizado na valorização e no reconhecimento das organizações locais para reivindicar prioridade na distribuição dos recursos públicos destinados ao terceiro setor. Um exemplo disso pode ser a comparação entre os efeitos da implementação da Lei Rouanet (Lei Federal de Incentivo à Cultura nº 8.313/1991) e os da Lei Aldir Blanc (Lei Federal de Emergência e de Apoio à Cultura I nº 14.017/2020) no território.

Uma liderança explicou que os recursos da Lei Rouanet são empregados ou captados por OS que não possuem uma relação com o território, uma vez que conseguem negociar o repasse das verbas junto às empresas, tornando difícil o acesso dos movimentos sociais a esses recursos. Diferente da Lei Aldir Blanc, que se demonstrou como uma iniciativa de maior acessibilidade para as organizações locais do território, pois é destinada especificamente para artistas e grupos locais por meio de chamamento público.

Inclusive, em Ribeirão das Neves, em 2020 – ano de criação e implementação da Lei Aldir Blanc, os recursos só foram repassados para os artistas locais em virtude dos esforços das/dos representantes dos movimentos sociais dentro do Conselho Municipal de Cultura, que empreenderam esforços para exigir da Prefeitura o uso do recurso. Isso porque quase foi necessário devolver o dinheiro para o Governo Federal em função da inabilidade dos gestores do Executivo municipal em elaborar e executar o edital dentro do prazo estipulado.

Esse exemplo fornece elementos para pensarmos sobre as brechas encontradas pelos movimentos sociais para se articularem no território, ao mesmo tempo que sinalizam a pretensão desses em disputar com as OS, que são vistas por eles como “empresas sociais”, e não entidades sociais, por não terem uma identificação com o território, como me relatou, certa vez, uma participante da pesquisa que trabalha para uma OS que é responsável pela execução de uma política social em todo o estado de Minas Gerais.

Essa informante contou que sabe que seu trabalho como mobilizadora é pago com dinheiro público e que, portanto, ela seria, em tese, uma “servidora pública”, mas que, na prática, seu trabalho é terceirizado, sem ser registrado como tal. Explicou que, ao ser contratada como MEI, é como se fosse uma prestadora de serviços e tivesse certa independência na

execução de suas atividades, mas que não é o que ocorre, pois a OS que a contratou mantém com ela uma relação de trabalho predeterminada, com definição de horários e formas de execução do trabalho, entre outras exigências que são típicas das condições de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

eu me surpreendi, viu? Porque a gente acha que é só o oficineira chegar lá, dar aula e dar o lanche, não é não. A gente trabalha, é tipo, se acha que a gente só trabalha duas vezes por semana e não é, a gente trabalha praticamente a semana toda (...) Nossa, menina, a gente trabalha final de semana às vezes sabe? Essas coisas e a gente nem recebe por elas e mais por tipo por acreditar no trabalho que a gente tá fazendo e gostar de fazer mesmo (RITA DE CÁSSIA, 2020).

Na prática, o trabalho combina aspectos da relação patrão-funcionário com serviço voluntário, enquanto, no papel, o vínculo é de contratante-prestador. Isso evidencia a forma precarizada como essas OSs operam na periferia e acabam gerando uma espécie de subterceirização do trabalho social.

Essas constatações ilustram, inclusive, a falta de segurança e de estabilidade para os trabalhadores que estão na ponta, pois, em momentos “extraordinários”, como explica outra participante, são elas (as MEIs) as primeiras a sofrer o efeito cascata, como ela demonstra ao falar da postura da OS na qual trabalhou durante o auge da pandemia de COVID:

nenhum oficineiro está recebendo porque a gente tem um contrato né com o Instituto Flor³⁶, e o Instituto Flor usou do contrato (...) eles suspenderam a oficina né, nosso contrato, tem uma cláusula lá que fala que eles podem suspender quando é uma situação extraordinária assim, aí todos os oficineiros estão sem receber, creio eu que a maioria dos oficineiros estão usando desse dinheiro do auxílio do governo, sabe, pra poder se manter (LAURA VITÓRIA, 2020).

Os acontecimentos provocados pela pandemia de COVID-19 evidenciaram, para algumas lideranças, a falta de comprometimento dessas OSs com as lideranças do território. Esse fato, somado à possibilidade de captar recursos públicos diretos para execução de projetos sociais por meio da Lei Aldir Blanc, provocou nessas mulheres um despertar para pensar formas mais autônomas de fazer suas atividades sociais locais. Isso é demonstrado por uma participante ao falar da necessidade de se aproximar da gestão pública: “a gente não precisa estar numa Prefeitura para fazer algo, sabe? A gente, na sociedade civil, colabora muito e não precisa de muito dinheiro também (...) a gente precisa de parceria com poder público (...) para incluir esses trabalhadores da iniciativa popular” (MARIA APARECIDA, 2021).

³⁶ Nome fictício.

3.3.4. Articulação partidária e estratégias eleitorais

Ana Elis: Porque tem aquele detalhe daquele bando lá que nós falamos “**paralamentar**” ... [risos] Você já viu contar a história dos “paralamentar”?

Simone: Não, não. Me conta um pouco.

Ana Elis: Porque, na verdade, aqui nós não temos vereador e nem Prefeitura, aí nós temos, assim... Nós não temos parlamento, nós temos um “paralamentar”. Você vê que o seu povo só reclama. Então, não tem parlamento, tem paralamentar (DIÁLOGO COM ANA ELIS, 2020).

É com esse tom descontraído que Ana Elis, uma das lideranças pioneiras do território e cuja biografia será abordada no próximo Capítulo, conta-me os motivos que a levaram a lançar candidatura tantas vezes. Desde 2000, ela foi candidata em todos os pleitos eleitorais até 2022, seja como vereadora ou deputada. Passou por diversas legendas partidárias e fez questão de afirmar que não gosta de envolvimento com partidos e que os procura quando é época de campanha para conseguir sair como candidata.

Embora ela não demonstre entusiasmo em ter um envolvimento partidário, é possível perceber sua ambição em tornar-se vereadora do município, relatando que a quantidade de votos que recebe é motivo para que pessoas ao seu entorno a questionem, tanto por se surpreenderem com número de votos, quanto por considerarem baixo:

Onde que essa mulher consegue tanto voto?” Eu falei: “Só voto de coração, meu filho. Os meus votos são todos votos de gente que ou me conhece, ou alguém que me conhece indicou. E aí você não preocupa comigo, não”. “Mas é um absurdo um negócio desses, você conseguir esse tanto de voto”. Eu falei: “Não esquentar a cabeça, não”. Aí uns falam comigo: “Elis, você é boba, fica aí no **corre**, atrás de ajudar o povo e, na hora de votar, eles não votam”. Eu falei: “Gente, vota. Tem gente que não tem uma pessoa para confiar nele. Eu tenho mil (...)”. E não é pouca coisa. (...) Aí eu não fui eleita porque não tinha que ser mesmo. Agora, eu ainda brinco com eles que Deus... que eu não fui eleita, mas eu continuo fazendo. “Você é boba”, dizem. Eu falei: “Eu não sou. Sabe por quê? Porque eleição é uma vez de quatro em quatro anos; a necessidade do povo é todo dia. O meu propósito é ajudar a comunidade (ANA ELIS, 2020).

Essa busca por “ajudar a comunidade” é recorrente na fala das interlocutoras. Elas percebem que é por meio do protagonismo político na esfera legislativa que podem alcançar mudanças substanciais na comunidade. Nesse sentido, compreendem sua presença nessas instituições como uma ferramenta de transformação social. Cresce uma concepção entre elas de que é necessário ocupar o lugar de protagonista como candidatas. A título de exemplificação, das 23 participantes da pesquisa, nove lançaram candidaturas como vereadoras (eleições de

2020) e/ou como deputadas (eleições de 2022).

Elas relatam que estão saindo do lugar de apoiadoras das campanhas políticas de homens para protagonizarem sua própria candidatura, como enfatiza Luiza, ao retornamos ao seu relato já citado sobre a estratégia coletiva das mulheres nevenses na busca por tentar ocupar um espaço político na Câmara Municipal de Ribeirão das Neves (CMRN):

Abranger mais a possibilidade de termos mais mulheres na Câmara. A gente está num grupo de frente feminina de Neves, que é para engajar uma campanha na outra, para ver se a gente consegue pôr umas quatro mulheres lá, umas cinco. O sonho é umas oito, né? Mas se a gente consegue quatro ou cinco, a gente vai fazer história. Então, como é limitado, o partido é limitado... Porque todos os partidos são machistas, tá? Até da esquerda é machista. Só fazem campanha para os meninos. Quando não tem uma mulher ousada igual uma Áurea Carolina, uma Manuela d'Ávila, não se fazem (LUIZA HELENA, 2021).

Várias lideranças participantes da pesquisa foram fundadoras do Coletivo Mulheres Nevenses em 2020. Trata-se de uma organização sem vinculação institucionalizada – não possui um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) – de cunho progressista e voltada para articular mulheres da cidade que são filiadas aos seguintes partidos: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Trabalhista Nacional (PODEMOS) e Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Inclusive, elas estão atentas para identificar e denunciar situações de reprodução do machismo dentro das organizações partidárias de esquerda, pois compreendem que somente de forma coletiva e suprapartidária podem conseguir fazer esse enfrentamento.

Então, para conseguir organizar isso tem que ser via partidária e tem que ser pluripartidária, para a gente conseguir essa penetração. Então, é um projeto bem para futuro. E o outro projeto é construir para poder atuar na cidade, em 2024. Por quê? (...) Eu acho que nós temos muito mais capacidade executiva daquilo que realmente as pessoas precisam do que os homens, Entendeu? E tem muita mulher aqui capaz e que tem conhecimento para isso (LUIZA HELENA, 2021).

A iniciativa visa fortalecer campanhas que tenham como bandeiras (pautas) a defesa da justiça social e de gênero e que sejam protagonizadas por candidatas mulheres à Câmara Municipal. Todavia, não se restringe somente a essa questão, considerando que, após as eleições de 2020, o coletivo continuou se articulando em torno de outras demandas da comunidade, como explica uma interlocutora:

coletivo de mulheres voltado mesmo para a questão de violência contra a mulher, questão do racismo, né? E tudo nessa área geral, falando sobre mulher

e adolescente também, criança e adolescente. (...) Eu percebo assim, na comunidade, na situação comunitária, a gente encontra muitas mulheres, né, liderando, as mulheres que estão ali na frente. Mas aí quando você vai pra participação parlamentar no município, você percebe uma disparidade muito grande. É, essa é a nossa realidade aqui. Eu até falo muito com as meninas lá do coletivo, que a gente não pode se fechar, sabe? Porque eu tenho a consciência de que a gente precisa de mais mulheres nos representando (NÚBIA ALICE, 2021).

Esse depoimento reflete outros aspectos observados em campo: a função agregadora da geração de lideranças intermediárias em estabelecer pontes entre as lideranças pioneiras (com posições tradicionais, como, por exemplo, serem contra o aborto) e as lideranças identitárias (com posições alinhadas com a perspectiva feminista contemporânea). Elas atuam nesse meio campo, visando unificar as mulheres em torno das pautas comuns importantes para o território, como foi possível observar durante algumas situações vivenciadas no trabalho de campo.

Hoje, fui em uma roda de conversa organizada pela deputada Andreia de Jesus, voltada para mulheres lideranças da cidade e que foi realizada na “Casa de Neves”, uma extensão do gabinete da deputada para fortalecer o diálogo com a comunidade. Ao chegar à porta, ainda na calçada, sou recebida por Sara Alana e Helena Luiza. Elas estavam animadas e começaram a contar sobre uma parceria para organizar um projeto de cineclubes. Enquanto conversávamos, se aproxima uma senhora de mais idade. Era Maria Aparecida, ela cordialmente cumprimentou-nos com um “boa tarde”, e, na sequência, Helena Luiza fez questão de nos apresentar dizendo “Simone, essa é uma das fundadoras da luta em Neves”. Aproveitei para falar da pesquisa, e ela me interrompeu e disse “eu tenho muita coisa para te contar, pega meu telefone que agora eu tenho que entrar para conversar com Ângela Carmen antes da roda começar”. Anotei seu telefone e na sequência, ela entrou na casa. Após sua saída, Sara Alana me olha atenta e diz “ela é de direita, viu?” e na sequência Helena Luiza intervém falando “o partido dela é de direita, ela não. Mesmo sendo um pouco conservadora, ela está conosco. A história dela é muito linda Simone, será incrível se você entrevistar ela” (DIÁRIO DE CAMPO, RIBEIRÃO DAS NEVES, 13 de agosto de 2021).

Essa e outras observações feitas durante o trabalho de campo nos permitiram inferir que as mulheres da geração intermediária buscam o consenso interno, tanto para fortalecer o movimento, quanto como uma estratégia política eleitoral. Isso se constata considerando que do grupo de nove mulheres que lançaram candidaturas (2020), cinco foram candidatas no pleito de 2022, sendo uma mulher da geração de lideranças identitárias, uma da geração intermediária e duas da geração de lideranças pioneiras. Elas contaram com apoio de lideranças de ambas as gerações em suas campanhas eleitorais.

No tocante às lideranças pioneiras, é importante frisar que elas não participam da estratégia relatada por Luiza. Foi possível observar que, diferentemente do grupo de mulheres intermediárias e identitárias – que possuem uma militância partidária, sendo praticamente todas

filiadas a partidos de esquerda –, as pioneiras não demonstram envolvimento partidário. Muitas nem compreendem a estrutura do partido e outras não souberam informar o significado da legenda partidária na qual estavam filiadas no momento da entrevista.

Geralmente, elas lançam suas campanhas em partidos conservadores ou de centro, mesmo defendendo bandeiras de luta em defesa de direitos humanos e de justiça social. É necessário frisar, ainda, que todas as lideranças pioneiras que lançaram candidaturas são mulheres negras e que, ao serem interrogadas sobre os partidos de esquerda, elas preferiam o silêncio. Uma delas, que foi filiada ao PT, chegou a mudar de assunto com a seguinte frase: “o PT me traiu, por isso eu prefiro andar sozinha, vamos mudar de assunto...” (MARIA APARECIDA, 2021).

Embora o posicionamento partidário das lideranças pioneiras seja o oposto em relação ao das lideranças intermediárias e identitárias (que atuam em partidos de esquerda), o apoio à candidatura do presidente Lula foi quase unânime entre as participantes da pesquisa das mais diversas gerações. E o engajamento de grande parte delas na campanha se mostrou como uma mobilização importante para que Lula ganhasse as eleições em Ribeirão das Neves. Era recorrente ouvir delas a expressão “sou **lulista**, não petista”. Inclusive, um dos fatores que contribuíram para a prorrogação do trabalho de campo foi a possibilidade de acompanhar *in loco* a atuação dessas lideranças.

Quando devemos parar o trabalho de campo? Definitivamente não sei, mas esse precisa ser o penúltimo relato que registro aqui. Acabei de pausar a escrita da tese para arrumar minha mochila. Vou à posse do Lula em um ônibus organizado pelas lideranças nevenses. Fui convidada pela Núbia Alice, e estarão conosco a Inaê Mariana, Sara Alana, Bárbara e Margarida. Todas foram participantes ou interlocutoras da pesquisa, e devemos passar a virada do ano na BR. Nunca imaginei que iria viver uma parte dos capítulos mais bonitos da democracia brasileira com essas mulheres. É muito simbólico presenciar esse momento com elas, que, assim como eu e milhares de mulheres, foram para as ruas para vencer o ódio e a intolerância – tudo aquilo que representa o Bolsonaro. O Lula foi eleito por mulheres, e elas me dão esperança de um mundo melhor (DIÁRIO DE CAMPO, RIBEIRÃO DAS NEVES, 31 de dezembro de 2022).

Além de sinalizar como as gerações foram construídas, foram demonstrados, aqui, os cruzamentos políticos das lideranças tanto na esfera da execução das políticas sociais, quanto na atuação partidária e eleitoral. Percebe-se, assim, o quanto a geração influencia na construção das percepções e estratégias do movimento de mulheres nevenses. No Capítulo seguinte, falaremos sobre como a participação delas permite pensar uma matriz de engajamento das mulheres no território em uma perspectiva geracional.

CAPÍTULO IV – ALGUMAS MATRIZES DE ENGAJAMENTO

Eu, como Bárbara Vitória, devo dizer que toda Bárbara não pertence ao seu mundo de origem. Toda Bárbara explora o mundo com coragem de uma guerreira e quando é Vitória, ah! Quando é Vitória ela ganha várias lutas, vira símbolo de coragem, determinação e como luta! Luta pela liberdade de correr pela rua sem ter que se preocupar com a maldade do mundo.

Bárbara Vee (2021)

Como foi possível observar no Capítulo anterior, a política, em suas mais diversas formas, faz-se presente na vida dessas mulheres. Trata-se de lideranças que estão simultaneamente lidando com relações de poder nos mais variados campos de atuação: o comunitário, o partidário, o profissional, o familiar, dentre outros. Isso demonstra que o movimento dessas mulheres pode ser um instrumento para pensar a dinâmica de mobilizações refletidas nos movimentos sociais, que:

levam em conta a diversidade de relações sociais que estruturam a sociedade (relações de classe, gênero, e “raça” principalmente). É considerar igualmente que todo movimento social é “sexuado”, não somente em função do sexo biológico e de seus/suas práticas, mas antes de tudo porque reflete – e às vezes questiona – a divisão social do trabalho e as relações de poder entre homens e mulheres na sociedade (TRAT, 2009, p. 152-153).

Logo, podemos fazer uma leitura das manifestações de luta dessas lideranças como um desdobramento local de aspectos anunciados pelo que a socióloga Francine Descarries chama de feminismo solidário, em que “propõe-se, não somente ações pontuais de coalisão, mas igualmente promover a adesão solidária em lugar consensual do maior número possível de mulheres à um projeto feminista cujo ritmo, formas e as expressões seriam diversificadas” (DESCARRIES, 2000, p. 34).

A interpretação do material de pesquisa permitiu identificar matrizes de engajamento dessas lideranças. Tais matrizes são acentuadas em uma base política e de influência feminista, que se expressa de forma dinâmica e diversificada. A partir das observações de campo e da constituição das biografias, foi possível diferenciar seis matrizes que são frequentemente utilizadas como frentes de atuação delas no território. São elas:

- (i) Matriz religiosa – baseada no trabalho realizado no âmbito das igrejas, especialmente a Católica. Constituída desde a promoção de atividades formativas/educativas dentro da instituição até a realização de ações paliativas que visam ajudar alguns membros da comunidade em situações de extrema vulnerabilidade social.
- (ii) Matriz comunitária – representada pelo trabalho em associações e comissões de bairro que buscam lutar por melhorias nas condições estruturais e sociais do seu bairro, visando, assim, condições básicas de sobrevivência para a comunidade.
- (iii) Matriz de defesa – objetiva a promoção dos direitos das mulheres e o combate a todas as violências de gênero (física, sexual, doméstica, moral, psicológica, patrimonial e virtual).
- (iv) Matriz de autonomia – centrada em garantir autonomia financeira e geração de renda para as mulheres, é pautada nos princípios de economia solidária (autogestão, cooperação, consumo consciente, sustentabilidade, entre outros).
- (v) Matriz de participação – representada pela atuação partidária, visando combater as desigualdades eleitorais e a luta por representatividade e paridade de gênero nos poderes Executivo e Legislativo.
- (vi) Matriz afro-brasileira – expressada pela presença e fomento de espaços culturais que promovem eventos, debates, saraus, formações, entre outras ações, que abordam aspectos da cultura negra em suas manifestações locais. Trata-se de temas e estratégias que visam desenvolver o sentimento de pertencimento das pessoas do território e a valorização da identidade negra, principalmente das mulheres.

Frisamos que essas matrizes de engajamento não são as únicas, mas foram as que ganharam maior expressividade nas análises da pesquisa. Algumas delas se fazem mais presentes em algumas gerações, como é o caso da matriz religiosa, que é expressa, sobretudo, quando olhamos para as trajetórias de todas as lideranças pioneiras, de Maria Aparecida (biografia apresentada no Capítulo anterior) a Dora Antônia e Ana Elis (biografias que serão anunciadas mais adiante) possuem em comum o fato de terem iniciado sua atuação como lideranças a partir da experiência comunitária da Igreja Católica.

O mesmo movimento é percebido no tocante à presença da matriz afro-brasileira. Embora se faça presente no território com a chegada do quilombo N.S. de Rosário há muitos anos, é somente na geração de lideranças identitárias que essa matriz passa a se consolidar com maior força dentro da cidade, ganhando uma articulação transversal. Por meio desse tipo de articulação, essa matriz atravessa, em alguns aspectos, todas as ações dessas jovens que se posicionam no território como “feministas negras”, inclusive aquelas que não participam do quilombo, como é o caso de Laura Vitória.

É possível observar, ainda, que algumas matrizes se fazem igualmente presentes em todas as gerações, como, por exemplo, as matrizes de participação e de autonomia. É consenso entre as lideranças a defesa das pautas que defendem a independência financeira e a maior participação política para as mulheres. Assim, todas as participantes da pesquisa acreditam que essas pautas são a chave para a construção de uma sociedade menos desigual.

Há, também, as gerações que expressam ou reúnem sua atuação em uma maior diversidade de matrizes de engajamento, como é o caso da geração intermediária (matrizes de defesa, de autonomia e de participação). Todavia, podemos ter duas possíveis explicações. Primeiro, essa geração é a que mais concentra uma espécie de jornada dupla de atuação na luta social: elas geralmente atuam em duas ou mais frentes distintas. Por exemplo, há uma liderança que participa da rede de combate à violência e de um coletivo cultural. Segundo, tem-se o fato de essa geração ter o maior número de entrevistadas. Em outras palavras, a geração intermediária se constitui como o grupo que foi mais ouvido: no total, foram nove de vinte e três mulheres. Em consequência, foi possível identificar nessas trajetórias uma maior diversidade de atuação.

Na sequência, buscamos fazer uma breve comparação entre ângulos das ondas do movimento feminista e aspectos geracionais por meio da exposição de mais cinco biografias de participantes da pesquisa, visando identificar e localizar possíveis semelhanças e assimetrias.

4.1. Matrizes de engajamento das lideranças pioneiras

4.1.1. Ana Elis e a matriz comunitária

Ana Elis é uma mulher negra nascida em novembro de 1959, no distrito de Jurumirim, em Rio Casca, município localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. Sua família é de origem rural. O país vivia a crise que culminou no início do regime militar, por volta de 1963 a 1964, quando seus pais se viram obrigados a deixar o interior para morar na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em busca de um tratamento médico para seu irmão mais velho, que havia sido diagnosticado com tuberculose.

Para garantir o sustento da família em uma cidade localizada na RMBH, seu pai se tornou pedreiro, enquanto sua mãe cuidava da casa e dos seis filhos. Em decorrência do falecimento de seu pai, sua mãe se tornou salgadeira (trabalhadora autônoma) e Ana Elis, aos 15 anos, precisou se mudar para uma casa em um bairro nobre de Belo Horizonte, para trabalhar como empregada doméstica e residir no trabalho. Ela explica: “Porque, antigamente, eles buscavam as meninas nos interiores, essas donas ricas, iam e buscavam as meninas no interior para trabalhar com elas, ajudar a limpar casa, essas coisas” (ANA ELIS, 2020).

Ela relata que a rotina de trabalho era árdua e tinha excesso de tarefas para fazer na casa. O cansaço, junto da falta de tempo, não permitiu que continuasse seus estudos. Com muito esforço, conseguiu concluir o Ensino Fundamental já adulta, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e, até hoje, tenta terminar o Ensino Médio por meio do regime estadual de estudos seriados. Menciona, ainda, que a relação com a patroa era abusiva: “tenho muita raiva dela. Eu lavava, passava, as roupas do marido dela (...) se ficasse uma **nesguinha**, ela embolava ela toda e fazia a gente passar de novo. Eu aprendi passar roupa lindamente, mas eu odeio passar roupa”.

No tocante à família, com a chegada da idade adulta, todos os irmãos constituíram seus próprios núcleos. Com exceção dela e de um irmão, que reside em Ribeirão das Neves, os demais permaneceram morando em Belo Horizonte. Afirmou, ainda, que mantém contato frequente com eles e que sempre tiveram uma relação tranquila. Ela se casou muito jovem, aos 18 anos, e logo teve um filho com o primeiro marido.

Em decorrência de um histórico de agressões e da possessividade do primeiro marido, resolveu se separar e se mudar com o filho na “cara e na coragem” para uma das regiões da cidade de Ribeirão das Neves, em 1995. Lá, havia comprado um lote e construído um **barracão**,

pois, na época, os lotes na região tinham preços muito acessíveis e eram parcelados, possibilitando que ela pudesse pagar com seu salário de empregada doméstica.

Ana Elis relembra que o lugar era extremamente precário, com problemas graves de abastecimento de água e mobilidade urbana. A falta de água era constante. muitas vezes, não havia água para fazer o básico, como cozinhar e tomar banho. O transporte era outro transtorno: ônibus sempre lotados e insalubres, com apenas uma linha sendo oferecida em três horários por dia para se deslocar até Belo Horizonte – isso considerando que todos os moradores do território trabalhavam na capital.

No território, sua militância se iniciou dentro da Igreja Católica, por meio da Conferência Filhas de Marias³⁷. É nesse momento que ela conheceu o seu segundo marido, com quem tem uma filha. Ela explica que, diferentemente da primeira relação, o casamento atual é marcado por muito companheirismo e compreensão: “ganhei na loto (...) ele e eu comungamos das mesmas ideias”.

Declara que participa ativamente das mobilizações sociais da comunidade desde que “pisou o pé” no território, há 27 anos, e afirma que teve, então, o apoio de seu marido: “não teve um dia na minha vida que eu fiquei sem fazer alguma coisa em prol da comunidade”. Entrou em uma instituição social do bairro e, nela, foi eleita presidente por diversas gestões. É conselheira municipal de Saúde (os conselhos são também formas de participação que são temporalmente caracterizados, o de saúde é o mais antigo, foi criado sob o getulismo) e tesoureira da Conferência Filhas de Maria.

Ela menciona que é possível ver o resultado da sua atuação na comunidade, em que protagonizou as reivindicações que resultaram no estabelecimento de um serviço de abastecimento digno e na disponibilização de novos itinerários do transporte público. Para ela, essas e outras conquistas foram resultados de muita luta, o que permite encontrar hoje uma realidade diferente no território.

Ela vê o seu trabalho comunitário como algo gratificante, apesar das cobranças e das ocasiões em que as pessoas tentaram responsabilizá-la por questões que não estão sob seu controle. Recorda com tristeza de uma ocasião na qual foi atribuída a ela a culpa por uma situação de violência sexual que teria acontecido em virtude de não ter conseguido linhas de ônibus para atender os moradores da parte alta do território. Ela descreve:

³⁷ Nome fictício.

tinha uma menina, filha de um amigo nosso, que estudava lá na Cidade dos Meninos, e vinha 11 horas da noite, pegava o último Nossa Fazenda³⁸ {nome do ônibus} até que o dia que o cara a pega, leva, estupra, faz o que bem entende com ela, aí disse que veio a polícia e falou que ela tinha gostado de ter sido estuprada, aquela coisa toda. Depois ela tentou suicídio, e foi uma loucura (...) no dia (...) que aconteceu, o pai dela ligou e falou “você não conseguiu o ônibus e a minha filha foi estuprada”. Foi o pior dia da minha vida, (...) quando você mexe com a comunidade, qualquer coisa extra que acontece, que você não consegue resolver, aí você fica, né, você se sente, ah, a pior pessoa do mundo.

Reafirma que esses episódios são pequenos em relação ao retorno que recebe em forma de agradecimento da comunidade. Entre os vários projetos que organizou à frente da instituição social em que atua, já ofereceu inúmeras ações de qualificação em que o público-alvo eram as mulheres. Ela relata que, para além de oferecer diversos cursos nas áreas de atendimento em telemarketing, artesanato e produção de doces e salgados, o principal objetivo dos projetos desenvolvidos era aproximar as mulheres da instituição. O espaço foi utilizado para realizar diversas palestras, formações e rodas de conversa. Ela explica: “os cursos seriam uma desculpa, né? Na verdade, a gente queria dar todas as orientações para as mulheres, pra elas não serem agredidas”.

Como havia uma relação de proximidade entre a militância e o casamento, as atuações também se misturavam: ela e o esposo atuavam nas mesmas instituições, provocando algumas confusões e mal-entendidos. Ana Elis reforça que já fez muita coisa para garantir melhorias da comunidade. Cita, rindo, as situações em que tinha que fugir “da casa da patroa para participar das reuniões” em órgãos públicos. O seu atual sonho é conseguir construir um Centro de Convivência Comunitária no território.

4.1.2. Dora Antônia e a matriz religiosa

Dora Antônia nasceu em 1960, em uma cidade pequena chamada Raul Soares, localizada na região do Vale do Rio Doce. Mudou-se para RMBH aos 3 anos de idade. A família era grande: a mãe tinha 11 filhos. Em virtude do trabalho do pai na construção civil, tiveram que morar em diversas cidades do Vale do Aço até estabelecerem uma residência fixa em Santa Luzia, como relata:

eu morei no interior mesmo só até uns 3 anos, tá? Porque meu pai, ele era construtor, ele construía casas para a Vale do Rio Doce, então cada tempo ele estava numa cidadezinha, a gente morou em todas as cidade do Vale do Aço

³⁸ Nome da linha de ônibus.

(...) eu morei em Itabira, Coronel Fabriciano, Melo Viana, Ipatinga, todas essas eu morei (...) aí a gente veio para Santa Luzia (DORA ANTÔNIA, 2020).

Ela conta que seis dos seus onze irmãos faleceram ainda na infância. Os motivos são desconhecidos por ela, que diz não lembrar a causa da morte, recordando apenas que eles adoeciam e rapidamente faleciam.

Hoje, são cinco irmãos vivos e todos moram em Santa Luzia. Ela considera que sua infância foi muito afetada pelas mudanças constantes de trabalho do pai e que isso acabou prejudicando seus estudos, sendo esse o principal motivo que a levou a não conseguir concluir o Ensino Médio. Além disso, passou a trabalhar como empregada doméstica e a dormir na casa da patroa aos 14 anos de idade.

Sempre foi muito atuante nas comunidades em que estabeleceu residência. Tanto em Santa Luzia, quanto em Ribeirão das Neves, é vinculada às Pastorais Católicas há mais de 42 anos. Sempre atuou com projetos sociais, como expressa: “minha história com a igreja é desde que eu nasci. Agora, eu sou catequista, né? Eu sou catequista desde os 12 anos. Mas o mais forte em mim mesmo é o social. Eu sempre trabalhei com projeto social”.

Foi no espaço religioso que aprendeu uma profissão e constituiu sua família. Por meio das capacitações oferecidas na igreja, aprendeu seu ofício como costureira e deixou o trabalho doméstico para se dedicar aos serviços de confecção de vestidos infantis e bonecas de tecido, de forma autônoma. Já o esposo ela conheceu da seguinte forma:

O meu marido, a gente era de um grupo de jovens na igreja, meu vizinho de frente da minha casa, assim, eu morava de um lado da rua e ele do outro, e a gente era tudo de um grupo de jovens. Aí no grupo de jovens, quase todo mundo casou com todo mundo (...) A mãe não deixava sair. Os namorados a gente conhecia era na igreja mesmo, não tinha outro lugar para conhecer.

Casou-se na igreja aos 20 anos e teve três filhos com ele. Dois deles conseguiram acessar o Ensino Superior: um teve acesso a uma bolsa do Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o outro entrou em uma universidade pública. Ela relata que o esposo, assim como o pai, era trabalhador da construção civil e ganhava muito pouco. Ainda pagavam aluguel em Santa Luzia e a situação financeira era bastante delicada. Ela chegou a receber, durante três anos, um tíquete de leite fornecido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e, depois, recebeu do Programa Bolsa Família o valor de R\$ 40 durante dois anos.

Dora Antônia relata que, com muito esforço, ela e o marido conseguiram construir sua casa própria: nos finais de semana, eles se deslocavam de bicicleta de Santa Luzia para o bairro Metropolitano para trabalhar na construção da moradia. Eles haviam conseguido comprar um

lote por meio de um projeto da igreja. Era um projeto de moradia popular organizado por um padre que atuava no município de Contagem. Ela explica que funcionava da seguinte forma:

Tem um projeto social do padre, que eu acho que não existe mais não, chama-se Em Casa. Aí você monta uma associação, que um tanto de pessoas se reúne, pra comprar um lugar e ali dividir o loteamento. É o que aconteceu com o Metropolitano. Esse padre comprou a fazenda, e cada um pagou uma parte, ele comprou a fazenda e fez o loteamento. (...) Aí é tipo um loteamento social (...) é uma coisa muito bonita, é muito interessante. É muito mesmo (...), mas beneficiou muita gente. Eu comprei um lote por R\$ 400. Pagando pouquinho, parcelado ainda. Não foi nem à vista; parcelado. Mas o que na época, se eu fosse comprar um lote em um lugar onde uma pessoa particular tivesse feito um loteamento até aqui, por aqui, se eu fosse comprar, era inviável.

Desde que chegou ao território, Dora Antônia continuou seu trabalho na igreja localizada na região central do distrito do Veneza e passou a se mobilizar com outras lideranças para a construção de uma paróquia no seu bairro. Conseguiram sucesso na construção do espaço religioso.

Ela atua em uma das pastorais da paróquia construída com o esforço da comunidade, além de desenvolver outras atividades, conforme menciona: “eu mexo com projeto social, que é mantido pela paróquia. Que a gente atende crianças de 6 a 14 anos. E são crianças que a gente leva pra lá no horário intercalado da escola, né? (...) sou catequista de criança e sou catequista de adulto”.

A participante faz questão de afirmar que nunca esteve vinculada a nenhum partido nem tem interesse em ser candidata, mas que sempre apoia pessoas que estão ligadas à comunidade de alguma forma, principalmente mulheres. Diz, ainda, que passou a ter interesse em atuar como liderança comunitária ainda muito jovem, em função de uma experiência com o irmão, que era dependente químico. Acompanhá-lo na luta contra a dependência a proporcionou conhecer pessoas e a se envolver com projetos sociais.

Na verdade, quando eu comecei eu queria mexer com adultos... com adultos, não com pessoas viciadas, sabe? Eu tive um problema com um irmão nas drogas (...) eu tinha uns 16, 17 anos. Eu tinha uma vontade muito grande de ter a capacidade de tirar aqueles jovens das drogas, sabe? De fazer alguma coisa por eles. Só que eu não tinha essa força, né? O meu irmão eu ia lá no meio de onde ele estava, tirava e trazia. Cheguei até a ser ameaçada de morte, mas o meu irmão ia lá e pegava. Mas eu tive a oportunidade de conhecer pessoas que sonhavam... O mesmo sonho que o meu. Então a gente começou com um projeto chamado Café... Então a gente começou com um projeto chamado Café, lá em Santa Luzia. Café, criança, adolescente, cultura e esperança. Então, foi tão bom.

4.1.3. Geração pioneira e a segunda onda do Feminismo

O fato de as atuações de Ana Elis e Dora Antônia terem sido iniciadas dentro das igrejas às quais elas são vinculadas até hoje, somando ao fato de que seus companheiros compartilham dos mesmos princípios religiosos – visto que Ana Elis e o esposo participam da mesma entidade católica, a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSPV) e que Dora Antônia conheceu o marido no grupo de jovens da igreja –, demonstra o quanto a matriz religiosa de engajamento se faz presente na vida dessas mulheres.

Os engajamentos de Ana Elis e Dora Antônia refletem a influência católica na constituição dos movimentos sociais na década de 1970, como aponta Sader, ao enfatizar que a matriz discursiva da Teologia da Libertação foi crucial no desenvolvimento da pluralidade dos movimentos sociais que emergem nesse período. Segundo o autor, “quando acompanhamos a história de vários tipos de organizações na grande São Paulo, nos defrontamos quase sempre com a presença da igreja Católica” (1988, p. 198).

É a forma na qual Dora Antônia conseguiu obter sua casa própria. O Metropolitano, bairro no qual ela reside, segundo seu depoimento e o estudo da pesquisadora Elieth Amélia Sousa, é resultante “da iniciativa conjunta de três movimentos dos “sem casa” atuantes na Região Metropolitana, sendo o principal deles a Central Metropolitana” (AZEVEDO, 2020, p.9). A autora explica que esses movimentos foram fortalecidos em 1999 sob influência da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (CNBB) e eram uma:

alternativa de provisão de habitação popular pode ser denominada de pública não estatal, uma vez que a “Central Metropolitana” é entidade civil sem fins lucrativos aberta a todos os pobres da região que necessitam de moradia. Em outras palavras, o seu público-alvo é formado pelas famílias - não proprietárias de qualquer tipo de imóvel - com renda média inferior a três salários mínimos e que vivam na RMBH (...). A “Central Metropolitana” nasceu com apoio da Arquidiocese de Belo Horizonte, tendo entre os seus membros fundadores importantes lideranças leigas que dirigiam as pastorais sociais arquidiocesana, ainda que o seu principal mentor tenha sido legendário Padre Piggi, liderança extremamente controversa, mas de grande centralidade nos movimentos populares de moradia na região. (SOUSA, 2020, p.11-12).

Essas iniciativas populares são provenientes da influência da Teoria da Libertação e foram difundidas por padres da Igreja Católica na RMBH durante o período militar. É importante enfatizar que essas mulheres nasceram em um contexto histórico mineiro, no qual a igreja católica se posiciona como uma forte opositora da Ditadura Militar. Segundo o Frei Oswaldo Rezende (2017), foi no bairro do Horto, em Belo Horizonte, que um grupo de padres

franceses fundaram, em 1960, a Juventude Operária Católica (JOC), atuando como um grupo de defesa e apoio aos operários oprimidos pela ditadura. O trabalho desenvolvido por esses líderes religiosos junto à comunidade provocou tanto incômodo ao regime que culminou na prisão arbitrária de todos os padres em 1986 (cf. LE VEN & AUGUSTO, 2017).

Esses fatos se interligam, uma vez que a luta contra a Ditadura não se expressa somente por meio da atuação em grupos de guerrilha, mas de várias formas, inclusive na luta das mulheres na luta contra a carestia, que protagonizaram muitas das ações do Movimento do Custo de Vida (MCV). Para a historiadora Regina Jardim Pinto (2003), é no contexto da Ditadura que emerge um novo tipo de Feminismo, que caracteriza a segunda onda do movimento.

Essa onda é identificada pela socióloga Ana Alice Costa como “O feminismo da resistência”, que “nasceu nos anos 1970, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias” (COSTA, 2005, p. 04). Associar as participantes da geração pioneira com a segunda onda do movimento não significa posicioná-las enquanto feministas, mas considerar que elas foram, em alguma medida, influenciadas por essa onda histórica do movimento, como explica Pinto:

Esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos, na medida em que as mulheres neles envolvidos não lutavam pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade. Entretanto, ao longo das três últimas décadas do século XX, essa distância, que era quase uma resistência tendeu a diminuir. São inúmeros os relatos de aproximação do movimento de mulheres com o movimento feminista (...) suas integrantes, a partir dessa aproximação passavam a problematizar a própria condição de mulher (PINTO, 2003, p. 44-45).

Essa percepção é encontrada nas contribuições de Sader, que destaca a participação feminina como um movimento central nesse período. Para o autor, o engajamento das mulheres de periferias dá-se por meio dos “clubes de mães”, compostos de mulheres ligadas à pastoral e que eram operados por uma forma particular de politização, que defende que “a consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano (...) na busca por valorização da sua dignidade” (SADER, 1988, p. 222).

Nesse sentido, é necessário considerar que, embora Ana Elis, Dora Antônia e outras lideranças dessa geração não participassem diretamente de uma luta organizada contra a Ditadura, viviam sob a influência dessa atmosfera de contestação contra a carestia, expressa pelas reivindicações do MCV, que permeava a igreja católica. Presenciaram, portanto, um

período em que, segundo a historiadora Regina Jardim Pinto, as mulheres de diferentes ideologias e extratos sociais lutavam contra a carestia, como observa:

Esse tipo de movimento mantém-se até os anos 1970, principalmente nos bairros pobres, onde as mulheres começam a lutar também por melhorias no posto de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos em geral. Essas organizações, principalmente os clubes de mães, tiveram apoio, quando não a promoção, das comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (PINTO, 2003, p. 44).

Os desdobramentos do custo de vida da época refletem um sistema de opressões múltiplas, como é possível observar nas situações de exploração do trabalho infantil, racismo e violência física, elucidadas, principalmente, nos relatos de Ana Elis e que serão reforçadas na biografia de Heloísa Antônia (que será apresentada no próximo Capítulo).

Os processos de violências que marcaram as vidas das mulheres da geração de pioneiras e de classes populares eram naturalizados de tal forma que ultrapassavam suas casas e ganhavam contornos cruéis em diversos locais. Isso se dava, inclusive, em espaços que se apresentavam, a princípio, como uma oportunidade para melhorar de vida.

No caso de Ana Elis, o fato de deixar um esposo violento e se casar com um companheiro de luta corrobora a interpretação de que “torna-se legítimo nas camadas populares buscar o que Giddens chama de ‘relacionamento puro’, o que consiste em uma relação baseada na igualdade entre os sexos e na prática democrática dentro da esfera privada, compatível com a democracia na esfera pública” (GIDDENS *apud* SANTOS, 2011, p. 435).

Os desdobramentos desses movimentos, assim como a importância da participação dessas lideranças na igreja católica, são marcantes e geram ambiguidades. Isso porque, ao mesmo tempo que é um espaço que pode proporcionar o fortalecimento comunitário, a igreja é um lugar que reforça aspectos patriarcais. Podemos ver isso ilustrado no relato e na problematização de uma liderança da geração identitária que começa sua militância na igreja, sob influência da família, e que, depois, se afasta da instituição:

Agora, os dois, o meu pai e a minha mãe, minha família toda é muito católica, sabe? (...). E, assim, participar mesmo; participar de encontro de casais, participar de grupo de não sei o quê, de organização à frente da igreja. E a gente foi criado nesse contexto. Então, eu comecei, fiz catequese, fiz tudo lá, e depois eu fui catequista, fui catequista de perseverança, depois fui referência de juventude na região, não sei o quê. E eu acho que, somando essas duas coisas, essa coisa um pouco progressista da minha mãe. Mas, também, assim, muito pautado nessa questão da justiça, de todo mundo ter direito e tal, nada muito elaborado (...) Então, ela recebia cartas do sindicato em casa – Porque era mais óbvio ser sindicalizado antes também –, participava de greve e tal, mas nada muito orgânico também (...) Mas eu também fui me distanciando da

igreja por conta de questões do conservadorismo mesmo. Então, hoje, eu me... por isso que eu estou até mais próxima, muito mais próxima do quilombo, por isso assim. Esse moralismo da igreja católica, cristã, branca e tal, machista assim, eu não me reconheço, mas eu me reconheço nas procissões, nas festas populares, na religiosidade popular, sabe? E lá no quilombo... como eu sempre estive, para mim faz muito mais sentido tá nesse processo, vivenciando a comunidade, do que a igreja em si (SARA ALANA, 2021).

Para a geração pioneira, a fé e o engajamento político não são dissociados; essas mulheres possuem, em alguma medida, uma agência na igreja. Em uma das observações de campo, era possível perceber que o padre sempre recorria a Dora Antônia e outras mulheres para decidir sobre os horários da missa, a disposição do espaço, dentre outros assuntos. Grande parte das decisões dele passava por uma espécie de anuência delas. Era nítido que os aspectos da organização da igreja eram comunicados pelo padre aos homens e negociados com as mulheres.

No imaginário social, há uma ideia equivocada que associa a imagem da mulher liderança religiosa a um prisma conservador. Sem pretensão de romantizar e sem perder de vista esse aspecto relacional que foi observado na pesquisa, é importante ressaltar que, até certo ponto, foram elas que negociaram uma abertura que permitiu às novas gerações outras formas de articulação.

Ademais, não se pode deixar de lembrar que a igreja é, para uma parte considerável das mulheres – especialmente aquelas de comunidades populares e nascidas entre as décadas de 1950 e 1960 –, a esfera pública mais acessível (cf. Sader. 1988). Trata-se do espaço comunitário ao qual recorrem, por se sentirem acolhidas, e que representa uma estrutura para fazer seu próprio *network* (conhecer outras mulheres). É no espaço religioso que elas ganham uma mobilidade política (cf. SANTOS, 2019; ROSAS, 2015), como podemos observar nos relatos de Ana Elis e da própria Sara Alana.

4.2. Matrizes de engajamento das lideranças intermediárias

4.2.1. Luiza Helena e as matrizes de defesa e participação

Luiza Helena nasceu em Belo Horizonte, em 1977. Dois anos após seu nascimento, a família mudou para o bairro Matinha, localizado no centro de Ribeirão das Neves. Na época, era uma região rural, e, na propriedade, cultivava-se pequenas plantações para o consumo próprio. Na infância, ela e os irmãos brincavam nos rios e nas cachoeiras próximas de sua casa. O pai era trabalhador da construção civil e a mãe era a responsável pelo trabalho doméstico. Aos domingos, o pai costumava levar Luiza Helena e os cinco irmãos até uma feira que acontecia dentro de uma penitenciária da cidade. Ela lembra que havia comercialização de artesanatos e de verduras produzidos pelos internos e que era permitido que a comunidade conhecesse as instalações da instituição.

No início da sua adolescência, foi violentada sexualmente por um vizinho. Ela e os irmãos demoraram para contar aos pais³⁹, que ficaram arrasados com o ocorrido. Relata que, até hoje, o fato causa muita tristeza na família. É uma mulher branca, bissexual e sem religião. Foi criada sob a influência religiosa da igreja católica e sempre estudou em escolas de freiras, nas quais tinha uma bolsa de estudos parcial e a família tinha condições de arcar com o restante da mensalidade. Ela afirma que “amava a sala de aula” e, por ser muito ativa, sempre era eleita como representante de turma. Na escola, era conhecida como “Maria homem” em função da sua postura aguerrida. Desde os seus 15 anos, tem muito interesse pela luta política.

Quando interrogada a respeito da descoberta de sua orientação sexual e da reação dos seus pais, informa que, no final da adolescência, procurou ajuda psicológica particular para se entender melhor e superar os traumas da infância. A terapia a ajudou a compreender as suas questões de sexualidade e ela cita que tem uma teoria de que o “ser nasce ser e quem põe na cabeça se tem que ser homem ou mulher é a sociedade”. Em relação à família, explica que os pais e os irmãos receberam a sua declaração com muita tranquilidade, em consequência da homoafetividade ser presente e muito respeitada entre os parentes.

Por sonhar em fazer faculdade, organizou um grupo de estudos para o vestibular junto das/dos colegas e outras lideranças da comunidade. Chegou a ingressar no curso de bacharelado

³⁹ Luiza Helena contou primeiro para os irmãos e eles a encorajaram a relatar aos pais. Os irmãos não sofreram violência, mas ela disse que eles se sentem culpados pelo ocorrido até os dias de hoje, pois a tinham deixado sozinha quando o abuso aconteceu.

de Psicologia em 1991, porém, mudou para uma licenciatura ofertada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1992. Entretanto, precisou interromper a Graduação no 7º período em função de uma gravidez não planejada. Ela não quis assumir um relacionamento com o pai do seu filho, pois não tinha interesse em conviver com ele.

Acabou se tornando mãe solo, pois, após o nascimento do filho, o pai sumiu. O filho nasceu com uma doença rara. Ela relata que, graças ao suporte afetivo e econômico da família, conseguiu realizar o tratamento do filho, que conta com um plano de saúde particular para realização das consultas e faz o acompanhamento médico especializado no Sistema Único de saúde (SUS).

Em 2002, com incentivo da família, Luiza retornou para a faculdade na UFMG e, no mesmo ano, junto do irmão, abriu um negócio próprio na cidade. Ela viu nessa ideia uma possibilidade de conciliar trabalho, estudos e maternidade, pois seria possível ter flexibilidade nos horários e desenvolver suas atividades em um lugar próximo de sua casa. Conseguiu formar-se em 2008 e, recentemente, concluiu a sua especialização semipresencial em Gestão Pública por meio do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁴⁰.

Os negócios prosperavam até que, em 2016 – um ano considerado por ela como particularmente difícil, em função do desgaste das eleições e da derrota nas urnas da sua candidata prefeita da cidade –, precisou declarar falência do seu negócio em função da situação política e econômica no país, como explica:

não tem jeito, **socialista** não serve para ser empresário, tá? (gargalhadas) a gente pagava salário cheio para trabalhar seis horas de segunda a sexta e ainda pagava vale transporte para quem morava na rua da gente (gargalhadas) tinha 14º, que, quando era aniversário da pessoa, ela ganhava mais um salário, e assim, a gente chegou a ter dez funcionários, todo mundo daqui de pertinho mesmo, e assim, a empresa foi indo bem, muito bem, até que chegou o golpe, né (...) aí com aquela história de *impeachment* dali, *impeachment* daqui, o dólar foi subindo demais e o povo com muito medo de gastar, acabamos quebrando.

Diante da crise e do golpe, passou a exercer a função de professora particular e sentiu a necessidade de se fazer cada vez mais presente no movimento popular. Sempre foi ativa na realização de atividades voluntárias no território e, em consequência do seu engajamento, exerceu diversos cargos na sociedade civil no município. Destaca que participou de diversos conselhos, tendo sido assessora parlamentar e coordenadora de projetos. Foi convidada por

⁴⁰ Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa de ampliação e interiorização do ensino superior por meio da educação a distância semipresencial.

diversos partidos de esquerda e aceitou o convite do PCdoB por ter uma identificação com a esquerda, como explica:

Mas, assim, tipo eu fui daquela turma que votou primeiro aos 16 anos. A primeira eleição aberta nossa, a primeira eleição direta nossa para presidente, eu tinha 16 e podia votar aos 16. E eu tinha uma blusa da *Company* com o martelo e a foice, na frente e atrás. E eu fiquei... assim, eu chegava em casa, lavava a blusa, punha para secar, para vestir ela no outro dia. Eu só andava para lá e para cá. Eu fiz campanha para o Roberto Freire, sabe? E, assim, comunista de nascença. [risos] então, assim... Aí, depois, votei sempre no Lula e aí, um dia, a gente conseguiu ser vitorioso, foi lindo, foi maravilhoso.

Na esfera comunitária, vem atuando em diversas frentes, em especial no combate à violência de gênero por meio da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (REVIM) e na formação feminista. Na esfera política, argumenta que “todo partido é machista, não importa se é direita ou esquerda”. Por isso, junto a outras lideranças da cidade, fundou o Coletivo de Mulheres Nevenses. Além disso, Luiza Helena foi candidata a vereadora pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

No que se refere à satisfação da comunidade quanto ao seu trabalho, avalia: “eu não sei se as pessoas me definem como líder, mas eu me coloco como referência, pois, dependendo do que elas necessitam, que elas precisam, elas vêm até a mim pedir ajuda, né? Mas a gente, eu me considero uma pessoa ativa na comunidade”.

4.2.2. Ângela Carmen e a matriz de autonomia

Ângela Carmen é uma mulher de 42 anos, nascida em 1981, e criada na região central de Ribeirão das Neves. É proveniente de uma família muito humilde: seu pai trabalhava como encarregado de obras e sua mãe era dona de casa. Ambos são oriundos da região do norte de Minas e não concluíram o Ensino Fundamental. Eles tiveram três filhos: Ângela Carmen e seu irmão continuam morando na cidade, enquanto a irmã vive em São Paulo.

Começou a se envolver com política ainda na adolescência devido ao engajamento político do seu pai em movimentos sociais da cidade. Ela estudou na rede pública e, ao finalizar o Ensino Médio, não teve condições de fazer faculdade ou curso técnico, pois começou a trabalhar aos 14 anos em uma fábrica de roupas.

Não se recorda da idade exata em que se filiou a um partido, mas sabe que era muito jovem, tendo a sua primeira filiação sido ao Partido dos Trabalhadores (PT). Ela se lembra que, quando tinha 18 anos, conseguiu um emprego comissionado na Prefeitura da cidade graças à

indicação de seu pai. Após sua saída da prefeitura, foi trabalhar como assessora de um deputado e, nessa época, enfrentou problemas com o uso excessivo de álcool.

Em 2003, durante uma crise de abstinência do álcool, conheceu o pai de seus filhos, passando a viver com ele em 2004. No entanto, a relação era instável, com episódios de violência doméstica. Como relata: “Tive. Até que ameaçar. Na verdade, a gente brigava mais era de sangue quente mesmo, né? Mas, assim, teve brigas assim de ele me deixar roxa mesmo, de quase arrancar a minha língua para fora. Foi uma época muito difícil”.

Em 2013, um ano após o nascimento de seu filho mais novo, ela decidiu se separar. Foi nessa época que descobriu que sua filha mais velha tinha câncer. Durante o tratamento da filha, ela se converteu para uma religião evangélica e passou a vender bordados e crochês, pois conseguia fazer as peças enquanto acompanhava a filha nas sessões de quimioterapia.

Ela conta que sua atuação no movimento de Economia Solidária simboliza seu reencontro com a cidade. Ela foi se reaproximando da comunidade, adquiriu conhecimentos ao participar de diversas formações, conheceu muitas pessoas, aprendeu a trabalhar de forma coletiva, aumentou sua renda, passou a ter uma estratégia de trabalho e se aproximou de outras mulheres:

Eu sempre trabalhei sozinha. Eu fazia essas coisas, mas vendia sozinha. Aí, a partir do que eu conheci a Economia Solidária, que a Economia Solidária trabalha em grupo, então o grupo tem que ser formado, pelo menos, com três pessoas. E aí foi que eu, assim, tipo montei, criei o Grupo *ArteFlor*⁴¹, que é o empreendimento que a gente tem aqui. Aí esse empreendimento, hoje, ele está com o quê? Com cinco pessoas, né? Umas cinco mulheres. E aí a gente faz assim, uma costura, a outra vai e faz o crochê, a outra vai e faz alguma outra coisa, e a gente juntam, vai para a feira... quem pode ir para a feira um dia, vai, vende e a gente vai e divide o dinheiro, o valor. (grifos nossos).

Na época da entrevista (abril de 2021), ela estava aflita com a situação pandêmica e preocupada com as despesas de casa, pois, na pandemia, o trabalho com a venda dos produtos da *ArteFlor* foi bastante prejudicado, e ela não conseguiu o auxílio emergencial. Sua renda no momento era proveniente da remuneração como oficinaira de um projeto ligado ao Fórum de Economia Solidária de Ribeirão das Neves, com recursos captados por meio da Lei Aldir Blanc.

Eu não estou trabalhando, não. E agora eu estou só por conta do projeto mesmo. Aí, depois que acabar o projeto é que eu estou pensando se eu vou trabalhar, como que eu vou fazer, ou se a gente dá continuidade também... Porque a intenção nossa também seria dar continuidade aos produtos. A gente está pensando, ao invés de vender o artesanato, a gente criar uma linha também de higiene pessoal. E aí a ideia de fazer o sabonete, o shampoo

⁴¹ Nome fictício.

também, para ver também na feira, junto com o artesanato, entendeu? Aí essa seria a ideia também.

No entanto, sua atuação como ativista do movimento de Economia Solidária tem conseguido unir sua igreja em torno de questões importantes para ela. A sua religiosidade é importante em sua vida, pois ela credita à religião a cura do câncer de sua filha e o fim de seu alcoolismo. Teriam sido milagres ocorridos na sua congregação religiosa, a Igreja Pentecostal Reino de Todos⁴².

Ângela Carmen enfrenta desafios ao equilibrar sua fé evangélica e sua participação em um partido de esquerda. Chegou até a mudar de partido como estratégia, pois relata que o PT é muito malvisto dentro de sua igreja. Hoje, é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sigla na qual lançou sua candidatura em 2020.

Conta que não obteve tanto apoio quanto esperava ao concorrer como vereadora pela primeira vez e acredita que a escolha por uma legenda de esquerda foi um fator que a prejudicou na obtenção de votos dentro de sua comunidade religiosa. Ela pensa em mudar de sigla política novamente, mesmo que isso signifique se filiar a um partido de direita, pois acredita que a mudança pode resultar em mais chances de sucesso na próxima eleição. Acredita que essa é a melhor estratégia para alcançar seus objetivos políticos, apesar de não concordar com as ideologias de direita:

Na verdade, eu não queria ir, não, mas a situação está me forçando a ir para um partido de direita. (...) Olha... – Como que eu explico? – Eu tenho tantos anos que eu estou na esquerda, eu gosto do trabalho do pessoal da esquerda. (...) Agora, o pessoal de esquerda é um pessoal humano, é uma pessoa que olha o lado social. O pessoal de direita, eles acham que filhos nossos, filho de pobre não precisa fazer faculdade; é só o Ensino Médio e pronto. Hoje, nós temos quantos filhos pobres aí, quantas mães que conseguiram ver o filho formado, fez uma cultura superior, né? Quem que a gente tem que agradecer? Primeiro a Deus, que deu oportunidade de o Lula ser presidente do País. Né?

Como líder comunitária, tem se esforçado para tornar as ações da Economia Solidária cada vez mais fortes e sustentáveis na cidade. Ela é uma feminista declarada e tem como objetivo se tornar vereadora. Durante a entrevista, quando perguntada sobre seus planos para o futuro, ela sorri e responde da seguinte forma: “Meu plano é ser vereadora de Ribeirão das Neves”.

⁴² Nome fictício.

4.2.3. Geração intermediária e terceira onda do Feminismo

Luiza Helena e Ângela Carmen vivenciaram parte da sua adolescência e juventude no período de redemocratização do Brasil, marcado por diversos acontecimentos relevantes para a história brasileira contemporânea, que vão desde o fim do regime militar à promulgação da Constituição Cidadã (1988). É nesse contexto que a questão política se torna central para o Feminismo brasileiro.

Segundo Pinto (2003), foi nessa conjuntura de redemocratização que o movimento ganhou novos rumos, marcados pela divisão entre as feministas que optaram pelo PT e as que se identificam com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Teriam estado “de um lado as que lutavam pela institucionalização do movimento e por aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação” (PINTO, 2003, p. 68).

Santos (2006) aponta que é nesse contexto histórico que surge a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, uma das primeiras iniciativas de elaboração de políticas de igualdade de gênero no Brasil, mobilizada pelo movimento de mulheres, em especial as feministas paulistas, que buscavam acompanhar a tendência internacional marcada pela “Década da mulher”, que consistia em:

uma nova política de desenvolvimento, que propunha o atendimento às necessidades específicas da mulher, até então negligenciadas devido à falta de abordagem que trouxesse uma perspectiva diferenciada entre os sexos. Exigia-se, à comunidade internacional, a proteção dos direitos humanos da mulher através da implementação de mecanismos públicos de monitoramento de sua situação na sociedade (SANTOS, 2006, p. 403).

A criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, a Constituição de 1988, a participação política nas eleições, bem como os desdobramentos do Feminismo acadêmico, fizeram com que o feminismo brasileiro chegasse ao fim da década de 1980 “com uma feição muito diversa daquela que entrou” (PINTO, 2003, p. 89), o que dará espaço para o surgimento do “feminismo difuso”, na década de 1990, que é “fruto certamente de anos de militância dos movimentos organizados e que se expressa da luta pelo direitos das mulheres em campanhas eleitorais” (*Ibidem*, p. 93).

Além dos aspectos do Feminismo na redemocratização (década de 1980) e do Feminismo difuso (década de 1990) que marcaram esse geração. Durante essas décadas, houve, ainda, os processos chamados por Sonia Alvarez (2000) de “onguização e transnacionalização do feminismo”, em que respondiam a uma crescente necessidade de atenção do Estado para

certos aspectos da luta feminista no contexto internacional, que simbolizou “esforços de transformar as representações predominantes de gênero, enfatizar as mudanças de consciência e promover a transformação cultural por meio de atividades de organização e mobilização das bases locais” (ALVAREZ, 2010, p. 414).

Essas perspectivas caracterizam a terceira onda do Feminismo, marcada, segundo Matos (2010), pela transnacionalização de discursos e práticas do Feminismo e pela articulação e formação de diferentes manifestações da política feminista. No contexto brasileiro, isso se articula em torno de temas centrais, como a saúde e a violência (cf. PINTO, 2003). Essas temáticas são identificadas nas trajetórias de militância de Luiza Helena na REVIM e, de certa maneira, fazem-se presentes na atuação de Ângela Carmen e Maria Aparecida (geração pioneira).

Devemos considerar que o envolvimento das mulheres na economia solidária é visto como uma estratégia para combater violências de gênero (cf. PEREIRA, 2021), como aponta a pesquisadora Miriam Nobre (2014) ao mencionar que os grupos de mulheres da Ecosol atuam de forma integrada, abrangendo diferentes questões, como a luta por políticas de combate à violência doméstica por meio de redes locais e nacionais.

Para as lideranças comunitárias nevenses, principalmente das gerações pioneira e intermediária, uma estratégia mais efetiva para o combate à violência contra mulheres seriam iniciativas que oportunizem um espaço para as mulheres conquistarem sua autonomia financeira. Para elas, o fato de muitas mulheres não denunciarem situações de violência doméstica está atrelado à dependência financeira do marido, como é possível observar nos seguintes relatos:

A gente trabalha com essa mulher dessa forma, levar alguns cursos que sejam financeiramente viáveis para elas, mas que, dentro do discurso ali do próprio curso, a gente coloque algumas coisas de pauta de empoderamento, principalmente empoderamento financeiro, a importância de ela ter o dinheiro dela sem depender do marido... Porque, a partir do momento que ela tem o dinheiro dela, sem depender do marido, ela tem mais voz ativa dentro de casa, se ela for vítima de violência, ela tem como se virar sem ele... Porque muitas mulheres aqui acabam ficando dentro de uma situação de violência porque elas não veem forma de sobrevivência, entendeu? (LUIZA HELENA, 2021).

E ainda mais assim, eu acho que nós mulheres, nós temos que ser independentes, né? Que a gente tem que ter uma pessoa do lado da gente, mas a independência (...) acho que a gente tem que ter o da gente separado, tem que auxiliar eles, mas a gente tem que ser independente. Porque senão... Eu acredito que a maioria das pessoas que é tirado o direito delas, principalmente as mulheres, aí o marido não deixa trabalhar para não descobrir o que ele está aprontando, não deixa trabalhar para ficar presa a ele, porque acha que ela não

trabalhando, ela não sabendo fazer nada por além, aí eles podem aproveitar e fazer o que bem entendem e não dá nada para eles, né? Então, eu, vindo de uma situação de revolta de violência, de tentativa de violência (...) fui lá na polícia e chamei a polícia para ele, mas a polícia não fez nada em prol de mim, então, eu falei: “tem que capacitar essas mulheres, deixá-las independente, para viver a vida delas e não ficar passando por essa situação” (ÂNGELA CARMEN, 2021; grifos nossos).

Por terem passado por situações de violência, elas invocam seu *lugar de fala*, que por sua vez, pode ser compreendido, segundo Djamila Ribeiro (2017), como um ponto de vista discursivo assumido a partir das vivências de sujeitos historicamente subalternizados em que “pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia” (RIBEIRO, 2017, p. 49).

No caso desta pesquisa, o lugar de fala é utilizado para sensibilizar e mobilizar outras mulheres, como enfatiza Ângela Carmen no trecho supracitado. Esse movimento também é feito por Maria Aparecida ao relatar, no Capítulo anterior, ser uma “sobrevivente de feminicídio” e, que por isso, “precisa contribuir na luta contra a violência”.

Embora essas lideranças defendam a autonomia financeira como um caminho para que mulheres saiam de situações de violência, elas não deixam de atuar na reivindicação de espaços institucionais de acompanhamento das vítimas, como foi o caso da mobilização das lideranças junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) em torno do não funcionamento da Delegacia da Mulher (DM):

Foi a primeira vez que retornei ao campo após a pandemia. Coloquei minha máscara, peguei o álcool em gel e fui acompanhar uma manifestação das mulheres em frente da DM em Ribeirão das Neves. Havia em torno de 15 mulheres, todas estavam com máscara e buscando manter o distanciamento uma da outra. Tratava-se de uma ação articulada, entre Coletivo de Mulheres Nevenses, REVIM e do CMDM, para denunciar a falta de funcionamento da única DM, principalmente por ser um momento em que a violência estava alarmante em função do isolamento social. As lideranças relataram que estavam sabendo de vários casos na cidade em que as vítimas não estavam conseguindo atendimento e, por isso, era necessário a mobilização. Na ocasião, foi realizado um ensaio fotográfico em que as mulheres eram fotografadas enquanto seguravam cartazes com frases como: “A violência contra mulher precisa de um basta”, “A cada 2 minutos, 5 mulheres sofrem violência” e “Disque 180 para denunciar”. Além disso, elas gravaram um vídeo em que gritavam juntas as seguintes palavras de ordem: “Por uma Neves sem violência contra mulher. Por uma Neves que respeite as mulheres”. Uma liderança explicou que esse material seria utilizado para fazer protestos, denúncias e para pressionar as autoridades através das redes sociais (DIÁRIO DE CAMPO, RIBEIRÃO DAS NEVES, 06 de agosto de 2020; grifos nossos).

Era possível observar a presença de lideranças de distintas gerações trabalhando juntas para pensar estratégias visando solucionar o problema. O combate à violência contra a mulher e as reivindicações para que os equipamentos públicos de atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade se constituem como uma pauta comum a todas as gerações, inclusive à geração identitária.

4.3. Inaê Mariana e Matriz afro-brasileira da geração identitária

Inaê Mariana nasceu, cresceu e vive na Comunidade Quilombola da Irmandade do Rosário de Justinópolis, em Ribeirão das Neves. Em 2006, sua comunidade foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Ela é filha de lideranças religiosas do Congado da cidade, convivendo, desde sempre, com a cultura de Reinado de Guarda de Congo, na qual exerce uma função importante na administração da guarda.

Nasceu em 1987 e sempre vivenciou o território, tendo sempre estudado e trabalhado na cidade. Conheceu seu marido quando ainda eram crianças, ambos criados dentro da tradição da Irmandade, suas famílias são amigas. Casaram-se em 2015 e tiveram um filho em 2016. Sobre sua relação com o quilombo e os efeitos da pandemia de COVID-19, enfatiza a importância da convivência presencial no Reinado para ela e sua família e o quanto foram afetados:

É muito preciosa, muito, muito. É minha vida. Eu não sei como seria sem isso, eu vivi e cresci né dentro do **Reinado**, eu cresci com essas tradições, eu não sei, não consigo imaginar como seria se eu tivesse nascido em outro lugar, em outra família. Não consigo imaginar, porque eu respiro, a gente vive isso, a gente respira isso hoje na pandemia tá muito difícil, muito difícil, não poder se encontrar porque a gente cresceu junto né, tudo a gente fazia junto. Tudo era junto, na celebração era junto, na tristeza era junto, a gente sempre fez junto e era muita gente, nós somos muito, né. Minha mãe tem 11 irmãos, então assim, nós somos muitos, tudo que a gente faz é com muita gente, por isso tá muito difícil nessa pandemia (INAÊ MARIANA, 2021).

Ela conta que o orgulho de seu pertencimento quilombola é fruto de um processo de formação na comunidade, pois o empoderamento e seu engajamento foram construídos por ela em conjunto com a família. Relata que o quilombo ainda é muito invisibilizado historicamente na cidade, mesmo diante de diversos registros que possuem e do memorial que construíram do Quilombo. Seus ancestrais chegaram à cidade, antes dela ser chamada de Ribeirão das Neves, quando ela ainda era Campanhã.

Ela argumenta que ainda são muito tímidas as ações da gestão cultural do município para reconhecer o papel histórico do Quilombo para a formação da cidade, de acordo, inclusive,

com o que foi apresentado no Primeiro Capítulo. Quanto aos desafios de viver no território, relata que já sofreu inúmeras violências físicas e agressões verbais por ser mulher negra e **congadeira**: “era um massacre, era muito cruel”.

Ao interpretar a sua realidade, considera ser afetada pela articulação do machismo, do racismo e da intolerância religiosa. O preconceito religioso se manifesta, sobretudo, em relação à sua participação desde criança no Reinado, que agrega distintas religiões, entre elas religiões de matriz africana, como umbanda e candomblé. Ela conta que a busca pelo reconhecimento da sua identidade não se deu individualmente; foi conquistada de forma coletiva e junto de outras mulheres:

Foi um processo tal, não foi sempre assim, a gente, eu falo a gente porque, a gente que fomos criadas, eu e muitas primas, minhas irmãs e muitas primas, a gente passou juntas, eu acho legal falar que foi um processo que a gente passou junto, esse processo de reconhecimento de identidade de mulher negra. Era muito difícil pra a gente, principalmente na adolescência, era um processo muito difícil porque a gente encontra dificuldades nas escolas, dificuldade também na identificação com figuras de mulheres negras, né? que fizeram sucesso, e que talvez demonstrassem um caminho, uma trajetória.

Em decorrência dessa proximidade com as mulheres negras e do seu envolvimento cultural dentro do quilombo, ela desenvolve, hoje, diversos projetos que buscam a valorização e o empoderamento da mulher negra. Dentro da comunidade quilombola, são oferecidas palestras sobre formação cidadã, direitos humanos, lei de proteção às mulheres, dinâmicas etno-raciais e de gênero. Realizam com frequência oficinas de turbante, tranças, maquiagem para pele negras e penteados afros.

Para ela e os membros da irmandade, promover esses espaços é essencial para o fortalecimento da comunidade. Não se trata somente de “coisa de mulher”, trata-se de trabalhar a consciência crítica racial da cidade. Eles partem da estratégia de que é necessário, em um primeiro momento, mobilizar discursos de sensibilização e práticas que fortaleçam a autoestima das mulheres negras, para, depois, iniciar um processo de formação política de fato, como Inaê explica: “quando estamos falando de cabelo, estamos falando de autoestima, de empoderamento e de política”.

Antes do seu processo de empoderamento, Inaê Mariana relata que, por não ter a pele tão escura quanto a de outros membros e mulheres da comunidade, muitas vezes pensava não ser uma mulher negra. Houve momentos de sua vida em que evitou declarar que era uma mulher negra ou que era quilombola, por receio de ser vista como uma “pessoa se vitimizando”. Nesse sentido, enfatiza o quanto os momentos formativos no quilombo e que passou junto de suas

irmãs e primas foram essenciais para a consolidação da sua identidade.

No tocante à sua trajetória escolar e profissional, sempre estudou na rede pública e, no final da adolescência, teve acesso a políticas públicas (políticas de ações afirmativas) que permitiram seu ingresso ao Ensino Superior. Concluiu sua Graduação em Letras e, hoje, consegue sua subsistência financeira na conciliação de um cargo público efetivo na Prefeitura de Ribeirão das Neves e dos projetos culturais que desenvolve na comunidade com financiamento proveniente de políticas públicas de fomento à cultura. Como exemplo, durante a pandemia, conseguiu captar recursos da Lei Municipal Aldir Blanc para realizar as ações culturais e formativas na comunidade.

Considera-se uma liderança comunitária, o que justifica desta forma: “meu pai é um líder nato, ele é uma pessoa que nasceu para liderar e eu acho que puxei muito isso dele e acho que ele me empurrou para isso, sempre me incentivou, me fez tomar as rédeas e me ensinou como fazer, como organizar, então eu acho que eu tenho isso sim”.

4.4. Geração identitária e a quarta onda do Feminismo (Negro)

Algo recorrente nas “narrativas de si” das lideranças identitárias é a sensação de identificação com o território e a rejeição do estigma da cidade. Elas buscam fazer um movimento de autodefinição enquanto mulheres nevenses e de positivar o negativo, buscando ressignificar os processos de discriminação da cidade para mobilizar outras pessoas em torno da luta social. Muitas delas relatam a entrada em coletivos culturais e em grupos de mulheres como uma forma de se reconhecerem enquanto feministas e como o pontapé inicial dos seus processos de autoafirmação como nevenses, como relatam Inaê Mariana e Sara Alana:

Então, assim, me autoafirmar é autoafirmar a potencialidade que tem dentro desse município. Sabe? Que aqui não é um lugar só de presídio, que aqui não é uma cidade só dormitório, que aqui não tem só crimes, que aqui não tem só bandidos, sabe? (...) E eu gosto de estar aqui, eu gosto de estar em todo esses cantos, no Coletivo (...) não sei até quando eu vou ter energia para isso, não, sabe? Mas enquanto eu tiver energia, eu vou participar. Porque eu acho que são as formas que a gente encontra de criar formas diferentes e possíveis de viver a cidade por outros caminhos (INAÊ MARIANA, 2021).

Assim, existe um estigma grande, que eu passei de forma pontual porque eu escondia... é isso, escondia de onde eu morava (...) E aí, hoje, essa mesma galera é a galera que fala: “Eu sou de Ribeirão das Neves mesmo e daí? Você conhece? Você já foi lá? O que você conhece de Ribeirão das Neves?” Essa é uma narrativa nossa, sabe? “O que você sabe sobre Neves?”. Então, todos os projetos culturais, as lutas que a gente faz, é nesse sentido de mostrar o que é Ribeirão das Neves, de fato, sabe? É mostrar a favela, é mostrar..., mas, tipo:

“O que que as pessoas estão fazendo ali na favela? Quais acessos têm?” (...) Neves é um lugar de solidariedade, assim, gigante, sabe? De as pessoas compartilharem: “Ah, não, eu ganhei uma cesta, estou passando fome, mas eu vou dividir essa cesta com fulano, até a gente tentar conseguir outra cesta”. Sabe? E, geralmente, isso parte das mulheres, por um compromisso mesmo de comunidade, esse senso comunitário (...) então, os laços que eu tenho, hoje, de militância, são de Neves (SARA ALANA, 2021).

A participação em coletivos e grupos com estrutura descentralizada e com aspectos de estrutura de autogestão é uma característica dessa geração, que se soma ao fato de as mulheres que a compõem terem um maior envolvimento na realização de atividades culturais, como saraus, shows, festivais de teatro, biblioteca comunitária, batalha de rap, cineclubes, dentre outras.

Outra característica muito importante entre essas lideranças é o fato de elas serem declaradamente feministas e antirracistas, além de serem defensoras constantes dessas pautas em distintos espaços do território. Esse dado ilustra aspectos da quarta onda do Feminismo no Brasil, apresentada por Marlise Matos como um Feminismo de visão multidimensional da justiça social, o que é representado pelo Feminismo *sidestreaming* ou pelo fluxo horizontal do Feminismo, que é definido como:

um processo de “democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas”, assim como de revitalização da agenda clássica do feminismo na busca por direitos, desta vez a partir dos desafios colocados pelo movimento contemporâneo de transnacionalização do feminismo, de globalização das agendas locais das mulheres e de fermentação das estratégias feministas horizontais (MATOS, 2010, p. 83).

De acordo com Matos (2014), os movimentos que emergem e ganham força na quarta onda do Feminismo no Brasil e na América Latina pautam-se “na necessidade de transversalização do conhecimento e a transversalidade na demanda por direitos (humanos) e justiça social” (p. 10). Esses movimentos estariam concentrados nos seguintes atributos: (i) o aprofundamento da concepção de direitos humanos; (ii) a expansão e a variedade do grupo de apoio das manifestações sociais e políticas; (iii) a pauta do “*sidestreaming*” feminista, ou seja, os “feminismos outros”⁴³; (iv) a atenção ao “*mainstreaming*” feminista, em que se destaca a construção de ações transversais, interseccionais e intersetoriais de despatriarcalização das instituições estatais; (v) a adoção de uma perspectiva teórica transversal e interseccional para a análise dos fenômenos que envolvem raça, gênero, sexualidade, classe e geração; (vi) a

⁴³ Termo que se refere a uma variedade de correntes de pensamento feministas que se concentram nas interseções das desigualdades de gênero com outras formas de opressão.

reaproximação entre o pensamento teórico e as ações dos movimentos feministas.

Entre os atributos mencionados, os que foram identificados de forma recorrente em campo são aqueles que refletem as mudanças provocadas pelos feminismos negros no que tange aos “feminismos outros” e à aproximação entre teoria feminista negra e movimento, visto que todas as lideranças dessa geração que foram entrevistadas e outras que contribuíram como informantes atuam ou frequentam espaços culturais na comunidade, na qual funcionam bibliotecas comunitárias, saraus e clube de leitura. Como exemplos, temos a Casa dos Livros, o Centro Cultural Poesia de Status, o Centro Cultural Conceição Evaristo (CCCE) e a Casa Semifusa.

Na próxima página, apresentamos registros fotográficos dos lugares mencionados para ilustrar à/ao leitora/leitor como eles apresentam aspectos estéticos de valorização do conhecimento e do pertencimento ao movimento negro.

A primeira montagem é composta por imagens do CCCE. São mulheres que organizaram e cuidam do espaço, e, segundo elas, trata-se de um “espaço de apoio à cultura e à educação, e a nossa homenageada é Conceição Evaristo. Mulher negra e moradora da periferia de Belo Horizonte, Conceição é uma grande escritora brasileira que teve sua vida transformada pela educação” (CCCE, 2021).

Na sequência, apresentamos as montagens de fotos dos murais da Casa Semifusa, do espaço da Casa dos Livros e de alguns cantos do Centro Cultural Poesia de Status. Os registros fotográficos foram realizados durante o trabalho de campo, exceto as fotos da montagem do espaço Casa dos Livros, retiradas do perfil de Instagram do projeto, pois, ao visitar o espaço durante o trabalho de campo, não foi possível fotografar o espaço em função de problemas técnicos com o equipamento.



Figura 26. Montagem com fotografias do Centro Cultural Conceição Evaristo. Acervo pessoal.



Figura 27. Montagem com fotografias da Casa Semifusa. Acervo pessoal.



Figura 28. Montagem com fotografias da Casa dos Livros. Instagram: @casa.doslivros. Disponível em <https://www.instagram.com/@casa.doslivros/>. Acesso em: 20 set. 2022.



Figura 29. Montagem com fotografias do Centro Cultural Poesia de Status. Acervo pessoal.

As lideranças dessa geração estão sempre participando ou realizando grupos de leitura e estudos e/ou de cursos de formação política organizados por outras mulheres negras ou pelo movimento negro, remetendo sempre aos aspectos abordados por Nilma Lino Gomes, que posiciona o “movimento negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil” (2017, p.14).

Segundo Gomes, “reside uma característica comum desse e de outros movimentos sociais de caráter progressista: eles produzem saberes, pedagogias, são educadores. Possuem a capacidade de construir subjetividades desestabilizadoras” (*Ibidem*, p. 128). Tais aspectos foram identificados de forma nítida tanto nas articulações dos movimentos do território quanto nas vivências das lideranças, em especial, no que diz respeito às mulheres da geração identitária.

O debate racial se faz presente entre essas lideranças constantemente. E são esses espaços que elas utilizam para debater ideias de autoras negras, como relata Sara Alana: “Assim, eu estava participando, do Coletivo A Casa dos Livros⁴⁴ (...) Na sexta-feira à noite tinha o Papo de Preta, que era... a gente estava abordando o livro da Grada”.

Mencionar os nomes de Grada Kilomba e de outras intelectuais negras, como Conceição Evaristo, Carolina de Jesus, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez e bell hooks é comum em seus discursos, seja nas rodas de conversa, nos eventos ou em suas redes sociais na internet. A atuação dessas mulheres tem sido cada vez mais conectada com as pautas contemporâneas do Feminismo Negro.

O uso do termo “identitário” para designar essa geração foi uma escolha custosa, tendo havido o receio de se fazer o uso trivial da palavra. Por isso, é importante registrar que seu uso não tem intenção de fazer nenhum tipo de generalização. Como mencionado no Terceiro Capítulo, sua escolha se pautou na abordagem de formas identitárias das trajetórias sociais de Dubar (1988) e se deve à ausência de uma palavra adequada para expressar o anseio das mulheres dessa geração que são movidas pela necessidade de afirmar suas identidades enquanto mulheres negras nevenses.

Logo, enfatizamos que o “feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos” (RIBEIRO, 2018, p. 06). Nesse sentido, essas lideranças, ao se posicionarem enquanto mulheres negras nevenses, buscam um espaço para manifestar

⁴⁴ A participante não é membro ou integrante do Coletivo A Casa dos Livros. Ela se refere à participação em uma ação formativa promovida pelo referido Coletivo.

duplamente seu poder de “autodefinição”, dado pela raça e pelo território. Esse fato se conecta com a busca das mulheres negras por essas formas de expressão estarem cada vez mais presente no Feminismo Negro, como menciona Collins:

O próprio feminismo negro tem sido central para a criação desse espaço, em grande parte por meio das reivindicações das mulheres negras por autodefinição. De forma geral, nós mulheres afro-americanas nos encontramos em uma teia de relações transversais, cada uma apresentando combinações variadas de imagens controladoras e autodefinições das mulheres negras (COLLINS, 2019, p. 285).

Até aqui, foi possível ver que as pautas do movimento negro feminista são um alicerce das práticas educativas e ações culturais organizadas pelas lideranças e como elas se constituem. Essas questões serão retomadas no próximo Capítulo, no qual será discutido como os aspectos dos Feminismos Negros se fazem presentes na atuação dessas lideranças no território. No entanto, antes, vamos refletir, no próximo tópico, sobre como essas gerações se articulam para atuar por meio das matrizes de engajamento que foram apresentadas.

4.6. As matrizes de engajamento e articulação entre as gerações

Observamos que as lideranças pioneiras estão mais articuladas com um trabalho de cunho assistencialista e muito próximo da igreja. Entre as suas apostas estratégicas, estão a articulação de oficinas de artesanatos para as mulheres, visitas, distribuição de cestas básicas, organização de abaixo-assinados, fixação de cartazes e manifestações por meio do bloqueio de ruas. Além disso, elas buscam, com maior frequência, reunir-se com autoridades dos Executivos municipal e estadual e atuar em conjunto com as lideranças intermediárias no enfrentamento à violência contra mulher.

Sobre as lideranças intermediárias, constatamos que estão mais alinhadas com pautas em torno do bem-estar, da participação em instâncias oficiais e autonomia financeira das mulheres e buscam diferentes frentes de atuação no território. Suas ações estratégicas incluem participação nos Conselhos, aproximação com lideranças pioneiras e identitárias, criação de comitês e redes com participação de diversos setores, estabelecimento de parcerias com órgãos ligados ao Judiciário para a realização de projetos educativos, oficinas para mulheres e formação profissional. Buscam, ainda, fortalecer a rede de economia solidária e, também, participar de programas de rádios locais e *lives*, dentre outras estratégias.

Tanto a geração de lideranças intermediárias quanto a geração de lideranças identitárias se expressam pelo convívio com a efervescência sociocultural do período de redemocratização do país e seus desdobramentos atuais. São mulheres que tiveram suas vidas impactadas em decorrência das políticas públicas garantidas pela chamada Constituição cidadã, tanto pelo acesso, quanto por acompanharem os desdobramentos das ações dentro do território, e que, por isso, veem na luta política partidária uma das estratégias para se ter acesso aos direitos (cf. DAGNINO, 1994), além de pensar uma sociedade menos patriarcal e machista.

Todavia, é importante salientar que, conforme observado em campo, as lideranças identitárias já chegam com esse objetivo claro em suas atuações, enquanto as lideranças intermediárias foram se identificando com ele ao longo de sua aproximação com os movimentos sociais.

Esse quadro reflete muitos aspectos da geração identitária e da sua mobilização em torno da articulação dos temas de gênero, raça, território e sexualidade. Além do domínio das linguagens das redes sociais, as mulheres dessa geração são as responsáveis pelo processo educativo de auxiliar as gerações anteriores (lideranças intermediárias e as lideranças pioneiras) a utilizar ferramentas digitais e a internet como suporte de mobilização social.

Foi possível perceber essa relação de transmissão de conhecimento ao observar as lideranças das três gerações durante a pandemia se articulando em torno do aprendizado dos recursos digitais. Para citar alguns exemplos, temos:

1. A criação de um grupo no WhatsApp do coletivo de mulheres lideranças visando aglutinar pré-candidatas e fortalecer campanhas de mulheres com tendências progressistas;
2. A utilização de plataformas de formulários online para coletar informações, fazer inscrições em eventos, dentre outros usos;
3. O uso de plataformas de financiamento coletivo para arrecadar fundos para o pagamento de *outdoors* feministas em Ribeirão das Neves, entre outras campanhas;
4. A mobilização por meio do uso de *hashtags* e outros conteúdos (vídeos, fotos com cartazes e *banners* virtuais) difundidos nas redes sociais, visando denunciar a precariedade dos serviços de assistência às vítimas de violência doméstica na cidade;

5. O uso das ferramentas de vídeo chamada (como Meet e Zoom) para a realização de rodas de conversa, formações e reuniões do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres.
6. Nas redes sociais, houve um crescimento de perfis de coletivos, organizações e projetos administrados por mulheres que atuam na cidade. Inclusive, nesse período, muitas lideranças criaram suas contas pessoais em redes como Instagram e TikTok.

Para além de otimizar a comunicação entre as mulheres, o uso de grupos do WhatsApp se revela, no cotidiano delas, como um mecanismo para socializar saberes, captar e circular informações sobre o território e abrigo emocional (a participação no grupo é um afago para a solidão de muitas dessas mulheres). Conclui-se, assim, que o uso desses grupos (ferramentas digitais) é essencial para a elaboração coletiva do senso de pertencimento dessas mulheres.

A seguir, apresentamos algumas imagens que ilustram a atuação das mulheres de Ribeirão das Neves nas redes sociais. As imagens foram coletadas no grupo de WhatsApp Coletivo de Mulheres de RN, nos perfis de instituições e lideranças no Instagram e na página do Facebook do CMDM. O monitorando desses espaços foi iniciado em maio de 2020 e continuou durante todo o trabalho de campo.



Figura 30. Materiais de divulgação de atividades organizadas pelas mulheres.



Figura 31. Materiais de divulgação de atividades organizadas pelas mulheres.
Fonte: Grupo de WhatsApp Coletivo de Mulheres de Ribeirão das Neves (2020/2021/2022).

Sabemos que a utilização de ferramentas digitais no ativismo de mulheres na internet não é uma prática recente. Diversas autoras mostram a utilização da tecnologia computacional pelas mulheres em suas mobilizações, conhecida como ciberfeminismo (PLANT, 1999), além da incorporação, nas décadas de 2000 a 2020, de diversas mídias digitais por diferentes grupos de mulheres que expressam o ativismo feminista online no Brasil (FACIOLI; GOMES, 2022.). Todavia, as mulheres lideranças de Ribeirão das Neves não utilizavam essas ferramentas virtuais ou faziam o uso limitado delas; mesmo as lideranças mais jovens e mais escolarizadas.

O contexto pandêmico foi crucial para que elas passassem a expandir e incorporar o uso de instrumentos virtuais para engajar, mobilizar e empoderar outras mulheres, descortinando um aspecto muito forte do movimento de mulheres: a sororidade.

CAPÍTULO V- A SORORIDADE E O EMPODERAMENTO

queria quando mocinha
ter visto mulheres na política
homens na cantina
negras lecionando
negros administrando
essas coisas
simplesmente possíveis
e facilmente menosprezadas

Bárbara Vee (2021)

A Pedagogia da Sororidade é compreendida, neste estudo, como o processo de desenvolvimento de saberes, estratégias e princípios que visam o empoderamento das mulheres. Nesse sentido, ela se expressa nas diversas formas que essas lideranças comunitárias encontram para lutar por uma sociedade menos violenta, desigual, patriarcal e machista. Essa pedagogia representa, ainda, um processo educativo no qual as mulheres são produtoras, interlocutoras e receptoras de informações e ações que visam sua sobrevivência e a melhoria da vida coletiva. São engajamentos protagonizados por mulheres ao longo da história, que vão da luta por sobrevivência no cotidiano até a luta por participação efetiva em espaços políticos.

Frisamos, ainda, que a Pedagogia da Sororidade não se trata de uma descoberta ou de um fenômeno social recente, muito pelo contrário, talvez tenhamos dado um nome para aquilo que já é anunciado em diversos estudos de gênero e sobre a participação das mulheres na história, presentes nos escritos de Mary Del Priore (1997, 2020) e de Margareth Rago (1985, 2013), dentre outras pesquisadoras, inclusive por intelectuais negras abaixo citadas, uma vez que essa pedagogia se manifesta, especialmente, nas lutas diárias das mulheres negras na sociedade brasileira e que são contempladas nas seguintes obras:

- (i) Uma História Feita por Mãos Negras – o livro reúne escritos da historiadora brasileira Beatriz Nascimento elaborados entre os anos 1974 e 1994, em que autora parte das suas pesquisas pioneiras sobre as organizações quilombolas e movimentos negros brasileiros para problematizar a invisibilidade da população negra na história brasileira;

- (ii) Por um Feminismo Afro-Latino-Americano – trata-se de uma coletânea de artigos da pensadora Lélia Gonzalez que desvela um olhar da autora que hoje pode ser denominado de interseccional sobre as relações entre raça, gênero e classe na sociedade brasileira e sua importância crucial para entender e combater as desigualdades existentes;
- (iii) Escritos de uma vida (2019) – obra de Sueli Carneiro que apresenta uma seleção de textos e palestras ministradas pela autora entre os anos de 1975 até 2010, sobre como as opressões de gênero e raça estruturam processos de asfixia social, sobretudo para as mulheres negras.

Portanto, a expressão “Pedagogia da Sororidade” utilizada como título desta tese, visa ampliar a noção de sororidade como uma metáfora da luta das mulheres (COSTA, 2009) e tecer reflexões com base nas narrativas e vivências das participantes da pesquisa para ilustrar os desafios e as potencialidades desse processo de mobilização popular de mulheres, além de reconhecer a contribuição e as potencialidades das mulheres negras enquanto produtoras de resistência em espaços periféricos e/ou estigmatizados.

Pretende-se, neste Capítulo, inicialmente, tecer uma reflexão em torno dos significados de ser liderança comunitária e, na sequência, com base em mais três biografias de lideranças nevenses, identificar como as sororidades se expressam na trajetória dessas mulheres, quais os sentidos compreendidos atribuídos por elas para a palavra empoderamento, além de demonstrar como o sentimento de pertencimento e a luta por reconhecimento atravessam seus processos de engajamento e as posicionam enquanto empreendedoras morais (BECKER, 2008).

Becker (2008) define empreendedores morais como pessoas que se preocupam com a difusão e a salvaguarda de determinados valores, costumes e normas sociais. Geralmente, são pessoas empenhadas no trabalho de defender e promover as concepções do grupo no qual estão inseridas, buscando estabelecer e manter certas normas sociais que consideram importantes.

Ponderando que “regras são produtos da iniciativa de alguém e que podemos pensar nas pessoas que exibem essa iniciativa como empreendedores morais” (BECKER, 2008, p.153) e considerando que as lideranças nevenses buscam alinhar suas lutas por melhorias no território com a defesa de diversas bandeiras dos movimentos sociais (como o combate ao machismo e racismo, dentre outras formas de opressão), podemos considerá-las como empreendedores morais.

5.1. Significados de ser uma liderança

Partindo das narrativas das participantes da pesquisa e dos acontecimentos vivenciados em campo, este tópico visa discutir os significados de ser uma líder comunitária. Para tanto, partimos da contextualização das matrizes de engajamento (Capítulo anterior) para pensar seus sentidos e como eles se expressam no que será chamado de Pedagogia da Sororidade.

É perceptível que as mulheres, especialmente as mulheres negras que atuam nos territórios marcados pela vulnerabilidade social, constituem-se como “empreendedoras morais”, adquirindo e compartilhando conhecimentos das experiências que refletem, nos termos de Becker (2008), uma cruzada moral em torno da causa defendida por elas e que marcam as dimensões política, afetiva e cultural de suas vidas, atravessadas por questões de gênero.

Ser liderança é sempre você ser uma pessoa que procurar alguma coisa...ou você fazer alguma coisa pelo outro (...) então nesse sentido, sim. Não aquela liderança que vai...eu acho que no meu meio eu me considero. Do projeto social., da catequese, do batismo, da catequese eu coordeno... Então assim., de uma forma ou de outra se atinge muita gente e às vezes eu estou andando na rua e tem pessoas que eu nem nunca vi... aí me chamam... me perguntam... pedem ajuda... então assim, você vê que você está fazendo algum movimento... está nesse ponto (Dora Antônia, 2021).

Antes de prosseguirmos para apresentação das biografias das participantes da pesquisa que serão apresentadas neste Capítulo, é necessário definir o que estamos chamando de liderança comunitária. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra liderança vem da junção de “liderar” + “ança” e seus significados estão relacionados com o exercício de ocupar uma posição de destaque, ser um porta voz, ocupar uma chefia, ser líder de uma equipe ou ter algum tipo de domínio político, social, econômico ou cultural. Em outras palavras, ser uma líder significa ter poder em alguma esfera social, no caso proposto dentro de sua comunidade.

Para Weber, a distribuição de poder dentro de uma comunidade é expressada através das classes (fator econômico), estamentos (fator social) e partidos (fator político) e é definido como a “probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta” (WEBER, 1999, p. 175).

Considera-se uma pessoa que exerce liderança como portadora de alguma forma de poder, seja exercendo algum tipo de cargo na estrutura dos poderes do Estado (executivo, legislativo e judiciário) ou através da sua participação política na sociedade, por meio dos movimentos sociais ou ocupando espaços de visibilidade midiática, dentre outras

possibilidades.

Tomando como base essa reflexão e as observações empíricas, pode-se definir como liderança comunitária uma pessoa com atuação concreta em seu território em defesa da coletividade e com capacidade de mobilização social – engajar outras pessoas ao seu entorno. Quando mencionamos a expressão “concreta”, estamos sinalizando a capacidade de realizar ações que produzem impacto na comunidade. Da mesma forma, quando falamos de lideranças comunitárias que atuam em comunidades populares e/ou periféricas, a primeira imagem que vem em nossas mentes é de uma mulher.

É inegável a presença das mulheres em ações que mobilizam um território, elas estão nas igrejas, nas associações, nos grupos de conversa, nas ações solidárias, tal como consta no estudo de Eder Sader (1988) já mencionado anteriormente. Ao abordar os movimentos sociais, o autor aponta a atuação e a articulação das mulheres da periferia de São Paulo no clube das mães e no Movimento do Custo de Vida (MCV) como uma demonstração da politização da luta pela justiça social na década de 70 – a presença das mulheres nas lutas populares.

Há diversas pesquisas que apontam a participação popular das mulheres nas lutas sociais e, pensando no contexto mineiro, podemos citar o estudo sobre a participação feminina no orçamento participativo (OP) em Belo Horizonte no biênio de 2007/2008 realizado por Uriele Ribeiro. Nele, é apontado que a participação das mulheres ganha destaque tanto no aspecto numérico quanto no protagonismo durante o processo da OP, conforme observa:

há presença feminina nos momentos de tomada de palavra nas assembleias durante todas as fases do OP [...] muitas mulheres que participam do Orçamento Participativo são líderes nas suas comunidades, são as mobilizadoras das moradoras e moradores do seu bairro, assim como são a referência para estes que lá vão participar. Estas mulheres também são ativas e personagens centrais nas negociações, nas articulações no momento de busca de aliados para a aprovação de suas obras (RIBEIRO, 2008. p. 7).

Levando em consideração esses exemplos junto às observações em campo e às reflexões empíricas sobre a realidade brasileira e outras experiências de pesquisas (cf. GEORGES & SANTOS, 2016; BIRMAN, 2013; GALDEANO, 2013; RIZEK, 2011), é possível afirmar que, mesmo diante de uma baixa representatividade das mulheres exercendo cargos políticos, elas são maioria na condução de processos de mobilização coletiva e popular que refletem a presença de um projeto político democrático, é inclusive problematizado pelo movimento feminista e por pesquisadoras de gênero (cf. MATOS, 2010b, 2011) que denunciam a sub-representação das mulheres na política.

Uma vez que as causas que a mobilizam estão em torno do descontentamento com opressões de gênero, desigualdades e o enfrentamento aos problemas estruturais que afetam suas comunidades, refletidos no combate à estigmatização do território, à discriminação de gênero e raça, além da luta por condições de subsistência dos moradores.

A vista disso, algo perceptível nos Capítulos anteriores e observado em campo é uma concentração de mulheres negras e feministas (entre a geração mais nova) entre as lideranças que atuam no território e que participaram da pesquisa. Assim, pretende-se, na sequência, entrelaçar informações sobre essas interlocutoras com breves ponderações sobre o feminismo, as mulheres lideranças e suas estratégias formativas no território.

5.2. A Pedagogia da Sororidade

O conceito de sororidade como uma ideia de união e apoio entre mulheres passa a ser associado ao movimento feminista negro nos anos 1970 e às ideias da escritora negra Audre Lorde, sendo utilizado no diálogo sobre a interseção da opressão de gênero e raça. No entanto, o conceito foi recebido de formas diferentes em outros países, como salienta a pesquisadora Suely Costa (2009), ao mencionar que, enquanto na França “se fazia pesadas críticas a noção de “sororidade”, no Brasil, ela ganharia impulso” (p. 12), sendo vinculado, segundo a autora, à segunda onda do feminismo brasileiro, em que “ela codifica, simbolicamente, discursos e práticas, expressa um “natural” sentimento de solidariedade entre mulheres” (p. 13). Segundo a autora, a crítica da sororidade na França é dada por Julia Kristeva, ao questionar as divergências conceituais entre as gerações de teóricas feministas causadas pelo uso do termo.

Partindo da leitura de Marcela Lagarde (2012), a sororidade é compreendida, nesta pesquisa, como uma experiência subjetiva, relacional e dimensional (ética, política e feminista), que requer uma “subjetividade para subjetividade com outras mulheres, contribuir para a eliminação social de todas as formas de opressão e apoio mútuo para alcançar (...) o empoderamento vital de cada mulher”⁴⁵ (*Ibidem*, p. 543; tradução nossa). Portanto, a Sororidade consiste na:

consciência crítica da misoginia, seus fundamentos, preconceitos e estigmas, e como um esforço pessoal e coletivo de desfazê-la em subjetividade, mentalidades e cultura, paralelamente com a transformação solidária das

⁴⁵ Original: subjetividad a subjetividad con otras mujeres, para contribuir a la eliminación social de todas las formas de opresión y al apoyo mutuo para lograr el poderío genérico de todas y el empoderamiento vital de cada mujer. (LAGARDE, 2012, p. 543).

relações com as mulheres, práticas sociais e as normas jurídicas e políticas (LAGARDE, 2012, p. 543; tradução nossa).⁴⁶

À luz dessas concepções, foi possível perceber tanto nas observações de campo, quanto na análise do material utilizado para construir as biografias das participantes da pesquisa, a presença das diversas formas de feminismos no território e na atuação dessas mulheres. Eles se manifestam e se fazem presente de formas distintas em suas vidas e na sua interação com o território.

Por vezes, o feminismo aparece como um elemento unificador que serve como uma espécie de ponte entre lideranças ou como um fator de aproximação entre elas, como expressa Sara Alana, ao falar do seu encontro com outras jovens lideranças feministas do território.

Mano, aqui em Neves tem menina feminista. Aqui em Neves tem menina petista. Aqui em Neves tem uma menina militante.” Aí, filha, aí só alegria, de verdade. Eu fiquei muito feliz em poder encontrá-las aqui. Hoje, eu falo, mano, elas têm uma experiência muito grande na militância, eu fiquei muito feliz (SARA ALANA, 2021).

Em outros momentos, o feminismo é mobilizado como elemento identitário, em que as lideranças se definem de forma categórica: “eu sou feminista”. Tais afirmações se fazem presentes especialmente nas rodas de conversas que elas organizam no território e em suas redes sociais, ao compartilharem publicações em defesa do movimento, seja divulgando campanha de *hashtags*, frases, lemas, eventos entre outras ações, ou/e postando fotos nas quais estão com cartazes ou utilizando camisas com frases de cunho feminista, como “lute como uma mulher/Feminista de Neves/pela vida das mulheres”.

Ademais, as lideranças negras declaradas feministas demonstram em seus discursos estarem cientes e posicionadas em relação à pluralidade do movimento, como problematiza a Inaê Mariana:

Assim como feministas tenho um monte de críticas ao método, principalmente, à forma como as pessoas, as mulheres, que se dizem feministas, pautam algumas coisas: “Ah, eu sei mais sobre ser mulher do que outras.” Sabe? Não me representa isso. Mas feminismos eu sei que são muitos e é só uma palavra para dizer: “Olha, eu me identifico com a luta das mulheres por igualdade” (INAÊ MARIANA, 2021).

⁴⁶ Original: La sororidad es la conciencia crítica sobre la misoginia, sus fundamentos, prejuicios y estigmas, y es el esfuerzo personal y colectivo de desmontarla en la subjetividad, las mentalidades y la cultura, de manera paralela a la transformación solidaria de las relaciones con las mujeres, las prácticas sociales y las normas jurídico políticas (LAGARDE, 2012, p. 543).

Há ocasiões que algumas lideranças evitam ou não mencionam a palavra “feminismo” e buscam frisar o adjetivo feminino, porém, em seus discursos, mobilizam ideais de cunho feminista. Como exemplo podemos citar os posicionamentos da Luiza Helena, como é possível identificar, ao retornarmos para alguns trechos mencionados de sua entrevista, tanto ao falar sobre sua experiência ao ser candidata por um partido de esquerda: “Porque todos os partidos são machistas, tá! Até da esquerda é machista”, quanto ao explicar a estratégia política das mulheres da cidade nas eleições municipais de 2018: “A gente está num grupo de frente feminina de Neves, que é para engajar uma campanha na outra, para ver se a gente consegue pôr umas quatro mulheres lá.”.

Na coleta do relato de Luiza Helena era perceptível, por parte dela, um certo esquivamento em usar a palavra “feminista” e a busca para enfatizar a palavra “feminina”. Considera-se que esse movimento por parte da interlocutora não tinha relação com algum desconforto na hora da entrevista, e sim, como um treinamento discursivo, já que ela era pré-candidata a vereadora e precisava treinar e adequar a sua linguagem para falar com outras mulheres, em especial, mulheres evangélicas. Como ela informou após a conclusão da entrevista.

Essa preocupação sobre o uso do termo feminismo se expressa na seguinte afirmação de uma informante: “essa palavra não tá errada, mas ela assusta muito, principalmente as crentes”. Nesse contexto, é necessário para as lideranças feministas nevenses buscar estratégias para atuarem no território, como menciona Luiza Helena, ao explicar a oferta de cursos como uma forma de aproximação com as mulheres da comunidade:

A gente tem um curso de fazer boneca. Um curso de saboaria artesanal. A gente pode dar aqui na comunidade [...] aí a gente aproveita esse momento para a gente estar falando das pautas femininas ali, à paisana, para ver se a gente consegue resgatar essa mulher. Porque, infelizmente, o **julgo** da igreja é muito forte. E a gente não pode mais abandonar essa mulher. Porque ela está abandonada. então, assim, eu vejo que a forma da gente trabalhar com essa mulher é dessa forma, levar alguns cursos que sejam financeiramente viáveis para elas, mas que dentro do discurso ali do próprio curso, a gente coloque algumas coisas de pauta de empoderamento (LUIZA HELENA, 2021; grifos nossos).

Ao utilizar a expressão “à paisana”, Luiza Helena sinaliza uma necessidade de pensar adaptações discursivas e adotar estratégias camufladas de formação política. Ou seja, busca-se ofertar um curso para atrair a atenção das moradoras e, em sua realização, apresenta-se informações sobre questões de gênero. Um exemplo da adoção dessa estratégia foi observado durante a realização do trabalho de campo, em que foi possível acompanhar as ações da

Formação de Valorização e Empoderamento da Mulher Negra.

A formação foi realizada pelo Quilombo N. Sra. do Rosário, na qual a interlocutora Inaê Mariana é integrante. Na figura 30 (abaixo), é possível perceber, nos destaques, que o conteúdo das palestras é citado somente no material do curso, distribuído para mulheres que participaram da formação. Enquanto no folder de divulgação, compartilhado nas redes sociais, é mencionado somente a palavra “palestras”, dando maior ênfase para as oficinas. Essas por sua vez, são aludidas em ambos os materiais.

Durante as observações realizadas no curso, foi possível perceber que o maior interesse das participantes era pelas oficinas. Todavia, durante as palestras, elas aproveitavam o espaço para fazer perguntas as/aos palestrantes e sempre compartilhavam situações que haviam vivenciados e que estavam relacionadas ao conteúdo debatido.



Figura 32. Montagem de fotos – registros realizados durante o trabalho de campo. Acervo pessoal

Como ocorreu no caso da palestra sobre “Dinâmicas etno-raciais e de gênero”, em que uma das participantes relatou algumas situações de intolerância religiosa, na qual os agressores utilizavam o fato dela usar turbante para fazer comentários racistas, citou como exemplo, os episódios em que é chamada de “macumbeira” em tom de chacota dentro do ônibus e em outros

espaços públicos.

Outra participante narrou situações de racismo que vivenciava no cotidiano ao ser vigiada sempre que adentrava um estabelecimento comercial. Ela problematiza o fato de perceber que as pessoas brancas e que não tinham cabelo crespo no estilo *Black*, como o dela, não eram abordadas da mesma forma que ela. Mencionou: “parece que quando eu entro, todos os olhares se voltam pra mim, como se eu fosse roubar alguma coisa”.

Houve palestras que abordaram as temáticas de direitos humanos e as leis de proteção à mulher, evidenciando o quanto essas formações buscam problematizar, no território, a violência doméstica. Essa formação ilustra o quanto as lideranças procuram construir espaços educativos não formais voltados para ensinar, debater e aprender sobre assuntos relevantes para a vida das mulheres do território.

As lideranças passam a criar suas próprias técnicas e ações pedagógicas que visam aproximar outras mulheres do debate de gênero e feminista. Muitas vezes, elas optam por ocultar o termo “feminista” do material por receio que, em decorrência dos discursos reacionários das igrejas, a nomenclatura possa afastar ou assustar as moradoras da cidade que, conseqüentemente, são o público-alvo de suas ações no território.

Tanto a necessidade dessas adaptações discursivas em torno do feminismo, bem como a necessidade de criar subterfúgios para agregar e/ou defender outras mulheres na luta coletiva, são entendimentos recorrentes nas falas dessas lideranças participantes da pesquisa. Embora em alguns momentos essas questões sejam motivo de divergências entre as gerações, dado que há uma espécie de silêncio entre as lideranças pioneiras, elas quase nunca falam ou utilizam a expressão feminista.

Enquanto as lideranças intermediárias apostam em uma adequação estratégica do termo ao passo que as lideranças identitárias defendem o uso da palavra feminista como uma forma de empoderamento e argumentam que a negação da expressão “feminista” é um retrocesso.

Essa questão ilustra algo muito peculiar nos feminismos, a capacidade de conviver com lógicas interpretativas distintas e usos diversos dos conceitos e termos criados pelo próprio movimento. É nessas particularidades de organização, na busca de uma construção coletiva e contínua que temos uma das chaves para compreendermos, em uma comunidade, os motivos que levam as mulheres a fazerem política em um aspecto distinto e distante daqueles utilizados pelos homens. Como exemplo, temos a própria atuação das mulheres durante a luta contra a ditadura, como salienta Margareth Rago:

O Brasil se tornou conhecido, dentre outras dimensões, por possuir um dos movimentos feministas mais importantes da atualidade. Desde os anos 1970, em meio à violenta ditadura militar que se estabeleceu no país entre 1964 a 1985, muitas mulheres se uniram e passaram progressivamente a criar novos modos de existir, ocupando os espaços públicos, desenvolvendo novas formas de sociedade, reivindicando direitos e transformando a vida social, política e cultural (RAGO, 2013, P. 24).

Não se trata de romantizar a atuação das mulheres na política ou de reforçar posições binarizantes (homens x mulheres) e sim de compreender que existe um conjunto de elementos que constituem um processo de conhecimento não formal que são adquiridos e ressignificados pelo movimento de mulheres e que atravessam as distintas gerações de lideranças.

É em virtude de as ações dessas lideranças explicitarem um processo “de mulheres para mulheres” que denominamos esse processo como “pedagogias das sororidade”. É observado por esse ângulo, a escolha pelo termo sororidade se justifica em função dele simbolizar uma forma de apoio mútuo entre mulheres na luta pelos seus direitos e liberdades.

Foi na sincronicidade dos atos de “olhar, ouvir e escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008) sobre essas lideranças combinadas em suas disposições ao embarcar na “aventura de contar-se” (RAGO, 2013) que identificamos, em suas trajetórias, os pilares formativos das pedagogias das sororidades que se expressam: 1) nas ações de cuidado com e para o coletivo; 2) na luta por empoderar e fortalecer outras mulheres; 3) no acolhimento mútuo e nas escutas partilhadas.

Posto que é na preocupação com a escuta e na partilha das oralidades entre mulheres que se expressa uma das principais técnicas educativas da Pedagogia da Sororidade, considerando que é na oralidade - “ferramenta que anunciava uma capacidade maior de perceber o mundo e de sensibilizar-se diante do sofrimento do outro e das demandas sociais” (RAGO, 2013, p. 13).

5.2.2. As lideranças negras do território

Embora tenha sido apresentada no Segundo Capítulo (parte I da tese) o perfil social resumido das mulheres lideranças, buscamos, neste tópico, destacar as informações sobre a escolarização das participantes, considerando as informações apresentadas nos Capítulos anteriores, em que foi possível observar a intersecção entre gênero, geração e raça, nas biografias das interlocutoras, especialmente, nas histórias de Laura Vitória (Capítulo 3), de Ana Elis e de Inaê Mariana (Capítulo 4), de Heloísa Inês e Núbia Alice (que serão apresentadas

neste Capítulo).

Portanto, antes de seguirmos para as biografias, apresentamos algumas considerações sobre a raça enquanto um marcador social de diferença que sinaliza impactos na vida dessas mulheres no tocante ao acesso à escolarização. A seguir, apresentamos dois infográficos que cruzam dados de cor/raça x geração x escolaridade (figura 31) e cor/raça por geração (figura 32) das interlocutoras de pesquisa. Os dados sobre classe não foram exibidos junto às figuras, considerando que praticamente todas as participantes são de classes populares e possuem uma renda similar ou sem grandes diferenças.

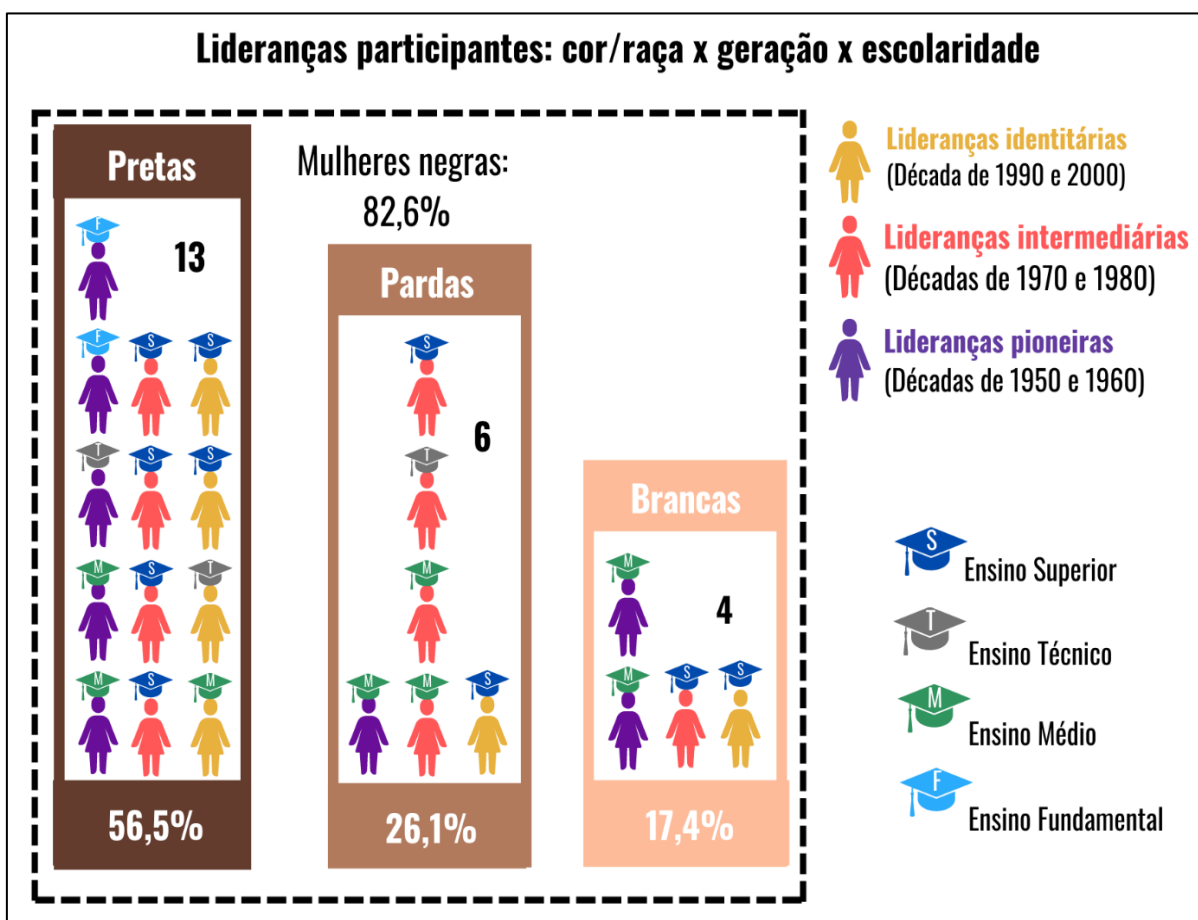


Figura 33. Infográfico: Participantes Raça x Geração

Percebe-se, nos dados apresentados nos infográficos, que as mulheres negras (considerando o grupo composto por mulheres pretas e pardas) representam 84,6% das participantes da pesquisa. Esses dados não refletem um enviesamento da pesquisa, eles estão em consonância com os dados apresentados no Primeiro Capítulo sobre o perfil das mulheres nevenses, que apontam que 71% das moradoras de Neves são mulheres negras. Além disso, os dados refletem, ainda, observações de campo, nas quais foi possível verificar através da observação etnográfica que há uma predominância das mulheres negras nas mobilizações comunitárias.

Por outro lado, quando as informações apresentadas nos infográficos são comparadas novamente com o perfil das mulheres nevenses (Capítulo 1), podemos perceber duas questões importantes no tocante à escolaridade. Pois existe uma disparidade entre os perfis das participantes da pesquisa e o perfil da mulher nevensa: 1) apenas 8,7% (duas) participantes possuem o ensino fundamental, enquanto a estimativa para as mulheres nevenses é de que 18% possuam esse nível de escolaridade; 2) 43,5% das participantes da pesquisa já concluíram suas graduações, em oposição aos dados apresentados pelo Censo Demográfico (2010) que aponta que somente 2% das mulheres nevenses possuem ensino superior.

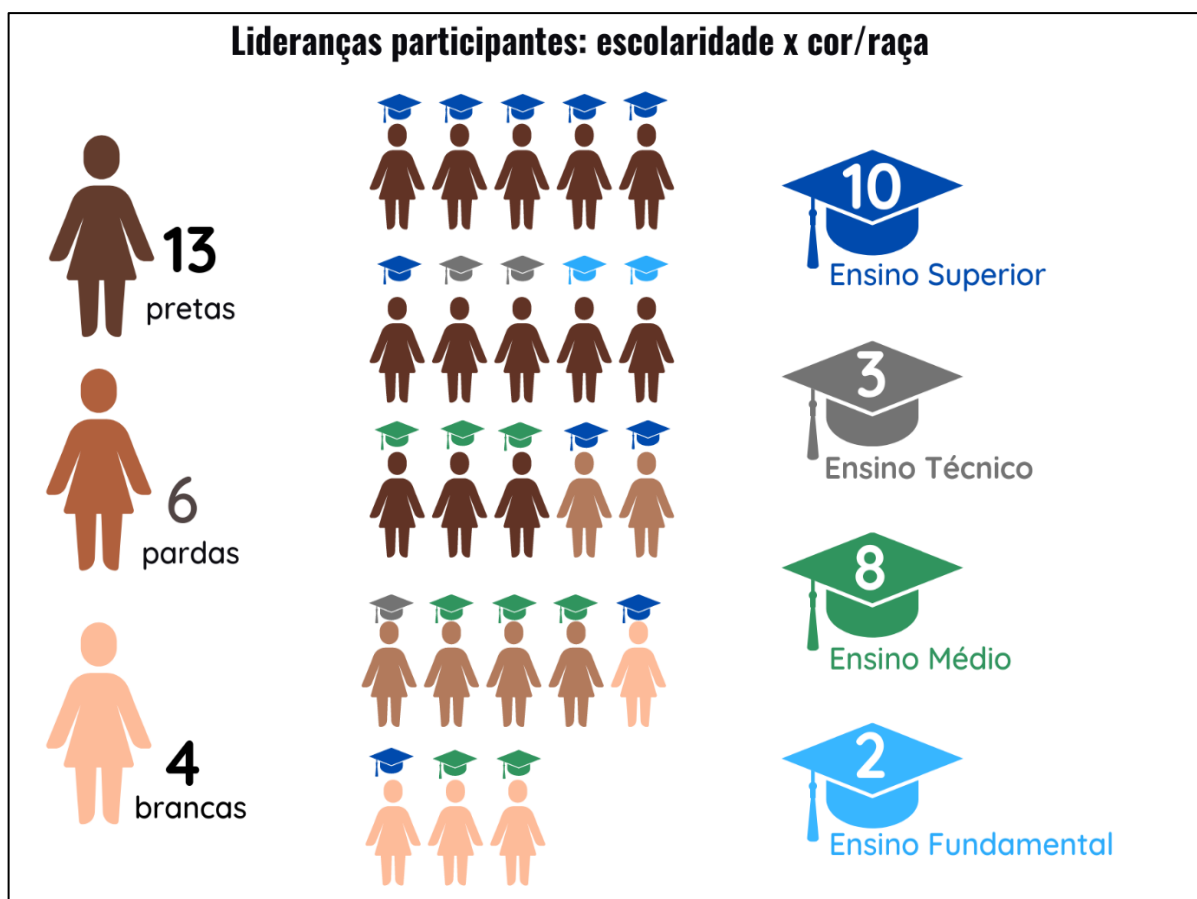


Figura 34. Infográfico: Participantes Raça x Escolaridade

Obviamente, é necessário considerar que as participantes da pesquisa possuem um perfil peculiar, pois são lideranças, logo, esses dados junto com as informações apresentadas podem sinalizar que a inserção nos movimentos sociais somados aos efeitos da expansão das políticas públicas de acesso ao ensino superior durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) contribuiu para uma mudança de cenário educacional na vida dessas mulheres.

O engajamento nos movimentos sociais contribuiu como um espaço destinado a adquirir um capital informativo sobre o funcionamento desses programas, além de serem espaços de incentivo para a participação dessas mulheres, uma vez que foi observado nas interações dessas no WhatsApp que elas rotineiramente compartilham informações sobre o acesso ao ensino superior, tanto em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), quanto a bolsas em instituições particulares, além de incentivarem mulheres da gerações intermediária e pioneiras a enfrentar o etarismo acadêmico – discriminação etária enfrentada por pessoas que buscam acessar o ensino superior após os 35 anos –. É também comum, nas mensagens trocadas por elas, frases de incentivo como “nunca é tarde para aprender”.

É necessário considerar, ainda, que o Censo Demográfico de 2010, foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) há 13 anos. Logo, houveram mudanças no perfil das mulheres nevenses ainda não mensuradas, uma vez que o Censo 2020 ainda não foi concluído. Todavia, ao olhar para os dados apresentados sobre as lideranças nevenses, as informações ilustradas podem contribuir para dimensionar os efeitos educacionais na vida das mulheres atualmente, principalmente se considerarmos os dados sobre geração, em que observamos que a baixa escolaridade é concentrada somente na geração pioneira, enquanto as gerações intermediária e identitária, todas já concluíram pelo menos o ensino médio. Destaca-se, ainda, que do grupo de 19 mulheres lideranças negras (considerando pretas e pardas) oito possuem ensino superior e, duas, ensino fundamental.

5.3. Heloísa Inês - Expressões da sororidade

Nasceu em 1962, em Capelinha, um município localizado no Vale do Jequitinhonha, e descende de uma família humilde de trabalhadores rurais, sendo a mais velha de seis filhos. Os pais não eram alfabetizados e tinham problemas de alcoolismo. Após a morte da sua mãe, ainda em sua primeira infância, foi vítima de maus-tratos por parte de sua madrinha de batismo e de suas tias que a colocaram para trabalhar aos 5 anos, passando a ajudar no engenho e no arrozal,

muitas vezes sem alimentação.

Aos 12 anos, foi para Montes Claros para cuidar da casa de uma senhora para poder frequentar a escola. Foi matriculada no Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização criado nos anos 70) e frequentava as aulas no período noturno. O acordo estabelecido era ela morar e trabalhar nessa casa em troca de alimento e dos materiais escolares. Relata que era agredida pelas filhas da senhora. Um dia, cansada de ser maltratada e não ter acesso nem a produtos de higiene pessoal e com ajuda de uma amiga que conheceu na igreja, fugiu para Belo Horizonte:

eu não tinha certidão até os 18 anos, aí quando eu fiz 18 eu fui ao cartório e fiz, tirei e meu certidão, aí o juiz nem queria tirar. Ele falou assim: “cadê seu pai?”, eu falei meu pai já morreu. “Cadê sua mãe?”, morreu também. Aí, ele disse quem vai assinar seu documento, aí eu disse, eu mesma. [...] Assim que eu tirei meu **batistério**, eu vim pra Belo Horizonte, eu fugir né? Eu falei com a dona que criava eu lá que eu ia pra missa, mas eu não ia pra missa, eu ia pra fugir, eu ia vir pra Belo Horizonte pra trabalhar e pra eu ter o meu dinheiro.

Chegando em Belo Horizonte, foi morar e trabalhar como empregada na casa de uma “dona rica”. Mulher negra e de origem simples, vivenciou muitas situações de preconceito, racismo e exclusão. Relata que tinha vontade de ser juíza porque sempre gostou das coisas justas, mas as condições não permitiam. Recorda que foi uma época muito difícil, relata que trabalhar como doméstica foi uma das piores experiências de sua vida, como relembra:

por eu ter ido muito cedo trabalhar na casa dos outros, e muito leiga [...] uma criança que sai do interior e vem trabalhar na casa de uma pessoa rica, ela praticamente não sabe nada da vida, então na casa de famílias eu enfrentei racismo, muitas vezes, não foi uma vez, nem duas, eu enfrentei, passei fome, apanhei de patroa, de filho de patroa, cuspiram dentro de comida minha [...] várias vezes eu fui chamada de negrinha, fedorenta”.

Os abusos e as violências que sofreu a motivaram a concluir o ensino médio para fazer o curso de auxiliar de enfermagem. Desempenhou a profissão no hospital Felício Rocho e no antigo Hospital Maria de Lourdes em Belo Horizonte. Atuava principalmente na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e na pediatria, porém o envolvimento que tinha com os familiares e com os pacientes em estágio terminal acabava provocando muita tristeza, resultando em problemas de depressão. Foi quando decidiu ir para São Paulo. Na cidade, foi classificada pela agência de emprego como “empregada fina” e desempenhou as funções domésticas na residência de políticos, de famosos e de grandes empresários. A remuneração girava em torno de quatro a seis salários-mínimos e lhe permitiu custear a formação de cabeleireira em uma renomada escola técnica paulista.

Após concluir o curso, retornou para Belo Horizonte e começou a exercer a profissão de cabeleireira no salão de uma amiga, que a acolheu no seu retorno para a cidade, inclusive oferecendo estadia. Esse é o ofício que ela define como uma paixão, falando orgulhosamente que seu ponto forte na área é cuidar de cabelos afros como o seu.

Era início dos anos 90 quando conheceu seu esposo, um homem 20 anos mais velho que ela. Ele tinha um sítio em Ribeirão das Neves. Anos depois, 1995, passaram a morar juntos no sítio. Foi nesse período que começou a se envolver no trabalho comunitário na igreja católica

Nascida em um lar católico, realizou praticamente todos os rituais religiosos, como batizado, eucaristia e crisma, exceto o casamento. Mesmo entre seus trânsitos de Monte Claros, Belo Horizonte e São Paulo, nunca deixou de ir à igreja, apresentando-se como uma “mulher de fé”. É uma grande devota de Nossa Senhora Edwiges e trabalha há mais de 20 anos como voluntária da igreja em ações de acompanhamento de pessoas idosas que estão acamadas, nas quais realiza visitas, acompanha em atendimentos médicos, faz campanhas de arrecadação de fraldas e remédios, dentre outras atividades.

Ela não teve filhos e relata que o casamento foi muito feliz até o falecimento do companheiro no início de 2012, após um acidente vascular cerebral (AVC). Como ela não se casou e o esposo tinha filhos do primeiro casamento, não teve direito ao imóvel em que morava, pois descobriu, após o falecimento do marido, que o sítio estava no nome do seu filho mais velho.

Sem alternativa, foi morar na casa de uma amiga da igreja e procurou a prefeitura para fazer seu cadastramento nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Dentro de alguns meses, foi contemplada com um apartamento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) Faixa 1 em um conjunto em que vivem mais de mil famílias.

Ao chegar, havia muita violência e confusão no lugar, presenciou situações que nunca havia vivenciado na vida. Mencionou que uma vez, ao voltar da missa, encontrou um corpo de um homem assassinado próximo a seu bloco. Tinha muito medo, até que surgiu o Projeto Nossa Insígnia⁴⁷ que visava promover o desenvolvimento sustentável e mapear de forma participativa os problemas e as potencialidades locais. Participou das formações e das rodas de conversas do projeto e se tornou uma mediadora comunitária, ajudando a resolver pequenos conflitos internos.

Assegura que, após o projeto, a convivência no residencial melhorou muito, apesar de existirem muitos problemas. Declara que é muito respeitada na comunidade, sendo uma

⁴⁷ Nome fictício.

referência para os moradores que recentemente a elegeram como Síndica da quadra. Porém, abdicou do cargo devido ao tamanho da responsabilidade e por preferir permanecer sendo mediadora, estando sempre disposta a ajudar, como descreve: “Eu sou assim, precisou, estou ali, precisou de cesta básica eu corro atrás, se eu vê assim que tá precisando, eu me esforço, às vezes tiro até mesmo de dentro da minha casa, sou mais ou menos desse tipo”.

Ela perdeu contato com seus familiares do norte de Minas desde que saiu da região, diz que sua família é a comunidade. No tocante à sua vida, declara: “de tudo eu já fiz um pouco na vida, sabe, nunca matei nem roubei, foram as únicas coisas que eu não fiz, o restante tudo eu fiz”, argumentando que já trabalhou muito e quer aproveitar a vida, pretende usufruir da pensão e dos benefícios de passe livre⁴⁸ para viajar com suas amigas para conhecer lugares diferentes e visitar amigas que foram morar em outras cidades.

5.4. Núbia Alice - Os sentidos do empoderamento

É uma mulher negra, nascida em Belo Horizonte em 1982 (38 anos), mudou-se para Ribeirão das Neves ainda criança quando a família conseguiu realizar o sonho da casa própria ao comprar imóvel na região central da cidade, em 1990. Tinha 20 anos quando conheceu seu esposo através de uma amiga da Igreja, dois anos depois se casaram e tiveram dois filhos, Nina de 13 anos e Xavier com 8 anos. Ela relata que o fato de o esposo ser negro, de classe popular e morar em Neves foram fatores importante para o envolvimento, pois veio de uma família que sempre trabalhou sua autoestima enquanto mulher negra e estimulava o relacionamento com pessoas da mesma cor e origem social.

Sua primeira experiência de trabalho foi aos 23 anos como recepcionista, pois sua família, embora tivesse uma origem humilde, a incentivara a concluir o ensino médio antes de procurar um emprego. Começou desempenhando a função de secretária em uma autoescola na qual trabalha até hoje, porém agora como instrutora, ministrando aulas de direção de trânsito para mulheres. Ela enfatiza com orgulho que nunca precisou sair de Ribeirão das Neves para nada. Nem para estudar, casar e trabalhar, e que já sofreu situações de preconceito por viver em Neves:

mas até mesmo na família, né? Porque minha família é toda de BH, então sempre quando a gente ia lá, né, em BH, nas festas, nas reuniões de família, isso era comum. Então, não por ser negra, né, mas por morar em Ribeirão das

⁴⁸ Referente a terem cotas gratuitas em viagens intermunicipais e interestaduais. Direito garantido pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 14.423/2022).

Neves, né? [...] . Ficava sempre com piadinhas de que a gente morava longe e que Neves não tinha nada que prestava, eram coisas assim que machucam, né? É bem chato a gente ficar defendendo o lugar que a gente mora, né?

Em 2011, resolveu fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para tentar ingressar no ensino superior, e conseguiu uma bolsa para fazer a graduação em pedagogia em uma faculdade particular que possui unidade na cidade. Entre os anos de 2019 e 2021 fez uma especialização⁴⁹ no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Declara que, em decorrência de sua militância no PT, sempre teve muito interesse pelos estudos e por isso sempre fez diversos cursos e participou de várias atividades de formação política.

Relata que desde criança tanto o pai quanto a mãe possuem grande influência sobre ela, tanto no lado religioso, quanto no lado político. Pelo fato da família materna ser de Belo Horizonte e bastante evangélica, ela sempre frequentou a Igreja Assembleia de Deus para acompanhar sua mãe e por gostar do grupo de jovens da igreja. Enquanto a família paterna era do município de Contagem e constituída por militantes do PT, então muito cedo o pai falava sobre política com ela, que, em um primeiro momento, demonstrava não ter muito interesse e com o tempo foi mudando de ideia, como explica ao falar de seu envolvimento atual com o partido.

Olha, a minha história com o PT, ela é assim, de filiação e tudo, ela é bem extensa, né. Porque isso cresceu desde quando eu era criança. Através do meu pai, né. Ele já era militante e tudo. E sempre me levava nas reuniões e tudo, só que eu não tinha tanto interesse, sabe? Eu não me interessava muito. Talvez, acho que muito por causa da igreja mesmo, né. Tipo, eu pensava assim, ah, não, não vai ser homem que vai mudar a nossa história, é Deus, sabe? Então, aí ele ficava naquela coisa, não, vocês têm que participar, vocês têm que ser mais ativos nisso, porque, né, é uma luta pra vocês mesmos e tal. Mas eu não pensava dessa forma. E aí depois, né, vivendo, né, pagando as contas, vendo que os nossos direitos, né, como mulher, como negra, estavam ficando pra trás, eu falei, não, gente, não tá certo isso, não é só Deus, né, se a gente não fizer a nossa parte aqui, a gente não vai conseguir, né? E aí foi aí que eu comecei a me envolver, a lutar mesmo, né, a participar mesmo.

Ao passo que Núbia Alice e o esposo se aproximavam do partido, eles se afastavam da igreja. Ele, inclusive, começou a se preparar para ser pastor, mas, segundo ela, acabou desistindo em função da decepção com membros da congregação, principalmente após as eleições de 2018. Sua atuação no partido a levou a atuar em outros movimentos sociais da cidade em busca de representação de mulheres na Câmara municipal:

⁴⁹ O nome da especialização foi ocultado para garantir o sigilo das participantes.

Eu atuo no coletivo de mulheres da cidade, dos mulheres nevenses, faço parte do conselho, sou uma das conselheiras da mulher também, do cidade, e no bairro ainda não, mas eu tenho uma vontade, sabe, de fazer um coletivo de mulheres voltado mesmo para a questão de violência contra a mulher, questão do racismo, né, e tudo nessa área geral, falando sobre mulher e adolescente também, criança e adolescente [...]. O que te motivou a entrar no coletivo de mulheres nevenses então foi a questão da nossa cidade não ter na Câmara representantes femininas.

Hoje, além de atuar no Coletivo de Mulheres Nevenses, exerce o cargo na gestão Executiva do Partido dos Trabalhadores. Conta que passou a integrar de forma mais ativa os movimentos, em especial os de mulheres, por meio de sua atuação partidária que a aproximou de outras mulheres lideranças, como relata: “Nós somos do mesmo partido político [...] e aí eu conheci Alana, e aí ela, né, eu fui conversando com ela e ela foi me apresentando as coisas que tem aqui na cidade, que ela achava que eu iria gostar de participar”.

Hoje, além de militante partidária, liderança comunitária, instrutora, mãe e esposa, ela colabora com um canal no YouTube chamado “Grito da comunidade”⁵⁰. Ela relata que percebe uma disparidade entre a participação de mulheres na comunidade e a participação parlamentar no município, e acredita que isso é devido ao machismo e ao medo das mulheres de ocupar esses espaços. Ela aponta como fator importante para o movimento de mulheres nevenses, buscar alcançar tanto as mulheres mais novas quanto as mais velhas para aumentar a representatividade feminina e tornar a cidade mais inclusiva e equitativa.

5.5. Sororidade e dorridade das mulheres negras

Essa solidariedade marcante na geração de mulheres pioneiras se manifesta com frequência nas narrativas das mulheres negras, como foi possível perceber na história de vida da Heloísa Inês e que expressa aspectos da sororidade presentes nas relações das lideranças do território. Ao observarmos as relações estabelecidas entre elas e suas amigas, em diferentes momentos da sua vida, bem como em sua dedicação ao trabalho comunitário, podemos perceber expressões da sororidade tanto como uma ligação política entre mulheres (HOOKS, 2019) quanto como um reflexo de “uma tradição de proximidade e cuidado mútuo e apoio” (LORDE, 2019, p. 175) entre mulheres negras.

Os depoimentos de Heloísa Inês sobre as violências sofridas por ela evidenciam aspectos da “dorridade”, termo cunhado pela pesquisadora brasileira Vilma Piedade (2017)

⁵⁰ Nome fictício.

para ilustrar o quanto a dor das mulheres negras é intensificada pelo racismo. Nesse sentido, a autora menciona o quanto as dores que são vivenciadas especificamente pelas mulheres negras se externalizam em sentimentos que “contém as sobras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa dor é Preta” (*Ibidem*, p. 16).

Ademais, as situações de exploração do trabalho doméstico e de racismo recorrentes nos relatos das lideranças negras da geração pioneira refletem uma realidade cruel do Brasil, desigualdades que atravessam a vida das mulheres negras. Essas situações são problematizadas de forma pioneira por Sueli Carneiro, Thereza Santos e Albertina Costa, no estudo “Mulher negra: Política governamental e a mulher” (1985) no qual apresentam dados sobre as desigualdades de gênero, classe e raça em suas análises.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (CARNEIRO, p. 01, 2003).

Salienta-se que, embora as articulações entre as opressões de raça e gênero se façam recorrentes nas trajetórias de vida das lideranças pioneiras, elas se fazem presentes em todas as gerações, como é possível notar em um depoimento da liderança Núbia Alice. Ela afirma que já vivenciou, até mesmo dentro de sua militância política, questões ligadas ao racismo e ao machismo, conforme descreve:

sinto que isso é muito presente né dentro dos movimentos sociais, dentro dos partidos, né? Porque nós somos a minoria na assessoria, né? Eles preferem colocar uma pessoa branca, nos cargos né, que são cargos mais a frente, eles também preferem colocar, e quanto tem alguma coisa que é dada pra gente, nunca é pra está a frente, né? Eu já vivenciei isso. Quando é pra apresentar pra outras pessoas, quando é pra poder chegar nos lugares, né? Como convidado, aí nós que somos negros né? No caso, eu já passei por isso não sou nem convidada né? E é isso que eu já passei foi isso, e passo né muita das vezes [...]. Pra poder tá atrás dos bastidores, no telefone, é. né, até mesmo dentro do

QG né? Aí a Alice presta, mas pra poder participar de uma reunião mais fechada com pessoas de nome e tudo, aí a Alice não é nem convidada, cê entendeu? Então, tipo, e eu acho, atribuo isso a ao racismo, né? Porque tem pessoas que muitas vezes tem menos potencial, eu digo em questão de estudo, questão de estar presente nas coisas e se fizeram presente nesses e eu não. Então eu atribuo ao racismo (NÚBIA ALICE, 2021).

Tanto no depoimento da Núbia Alice, quanto no de outras lideranças negras, é possível identificar uma compreensão sobre as formas como o racismo é operacionalizado e de seu processo de reconhecimento enquanto mulheres negras, como se pode observar na resposta de Ana Elis que, ao ser interrogada em relação à sua cor, problematiza: “escapou de branco, é preto, minha filha. [...] ou, o negócio é branco, ou é negro, não tem como não, esse negócio de pardo, isso não existe”, afirmando que o uso da categoria “parda” ou “morena” não fazem sentido e que se identifica como uma mulher negra. Podemos compreender essa forma de identificação das mulheres negras nevenses como reflexos na ponta do processo de saberes identitários pautados segundo Nilma Gomes (2017) pelo movimento negro, uma vez que é “principalmente no contexto das ações afirmativas, recoloca o debate sobre a raça no Brasil. (...) O debate sobre quem é negro e quem é branco invade a vida dos brasileiros e das brasileiras de uma forma diferente, extrapolando os espaços da militância e da discussão política. (*Ibidem*, p.70).

5.6. Para pensar empoderamento e reconhecimento

Então, o empoderamento pra mim é o fortalecimento da figura mulher. Em busca aí de igualdade, independente de gênero, independente da raça, né? É você se fortalecer, sabe? Não ser menor do que ninguém por ser mulher, né? E eu me considero sim uma mulher empoderada, em alguns aspectos sim. Em outros aspectos eu acho que ainda estou em busca desse empoderamento, é..., de acreditar mais em mim, assim, do meu no meu potencial (NÚBIA ALICE, 2021).

Vivenciamos um contexto no qual expressões como sororidade e empoderamento foram usurpadas pelos discursos neoliberais de meritocracia e empreendedorismo financeiro. Os significados que são muito difundidos no senso comum por meio das redes sociais se distanciam de suas definições teóricas e históricas.

Como exemplo de como esses empreendimentos financeiros se apropriam de expressões políticas como “empoderamento”, podemos citar as campanhas publicitárias de grandes marcas de cosméticos (nacionais e internacionais) que prometem liberdade e empoderamento para as mulheres que se tornam suas consultoras de revenda. A propaganda é pautada por uma lógica

meritocrática que enfatiza discursos como “os lucros dependem de você” ou/e “quanto mais se vende, mais se ganha”. A função de consultora dessas marcas não se caracteriza como um vínculo empregatício, portanto não oferece nenhum tipo de benefício, somente uma pequena comissão em cima das vendas dos produtos, sendo que qualquer dano sofrido pela consultora de revenda, como roubo dos produtos ou “inadimplência dos clientes”, é de sua total responsabilidade e a empresa não terá nenhum tipo de encargo.

A palavra empoderamento, por exemplo, como salienta Patrícia Hill Collins (2016) é considerada historicamente pelo movimento negro feminista como um processo de entendimento inicial. Logo, segundo a autora, o empoderamento pode ser compreendido como uma afirmação política que implica em um processo de autodefinição no qual “a identidade não é só objetivo, mas antes o ponto de partida” (2019, p. 305).

O uso do conceito de autodefinição de Collins (2019) é fundamental para compreender o lugar de empoderamento das lideranças participantes da pesquisa, ao passo que se busca, aqui, afastar-se de qualquer significado da palavra empoderamento enquanto discurso neoliberal.

As dimensões do pertencimento ao território e os processos de empoderamento se cruzam na vida das lideranças nevenses, independente da sua forma de atuação na cidade, seja através de uma organização social estruturada ou de um coletivo alternativo. Por isso, optamos pelo uso do termo liderança para identificar a atuação das interlocutoras da pesquisa, por entender que ele abrange as diversas experiências de participação social na comunidade, incluindo tanto experiências de mulheres militantes ativas de partidos ou de uma organização política ou social, e que trabalha para promover as ideias e objetivos dessa organização. E que considera as experiências de mulheres ativistas que atuam dentro do território, geralmente por meio de grupos informais e fora de um partido ou de uma organização específica.

Durante o trabalho de campo, foi identificado que, entre algumas das lideranças, o termo militante geralmente é associado a uma liderança vinculada a um grupo político específico, enquanto uma ativista pode ser uma pessoa independente. Nesse contexto, as observações etnográficas permitem afirmar que uma liderança comunitária pode ser tanto uma ativista quanto uma militante.

No contexto das lideranças de Ribeirão das Neves, a palavra empoderamento é corriqueiramente designada para identificar as transformações pelas quais toda mulher liderança passou ou está passando. A impressão que tive é que não há uma desassociação entre ser liderança e ser empoderada, porém não se trata de pensar em um aspecto pleonástico – como ser fosse uma redundância, já que poderíamos imaginar que toda liderança é empoderada,

todavia esse processo é desafiador, uma vez que o empoderamento acontece de diferentes formas e em distintas dimensões da vida das mulheres, e é observável que nem sempre esse se expressa em todas essas dimensões, haja visto que algumas mulheres podem ser profissionalmente empoderadas mas afetivamente não e vice versa, dentre outros exemplos. Trata-se de encarar qualquer dimensão do processo de empoderamento como um instrumento prático de autoconhecimento e pertencimento a uma coletividade específica.

O conceito de empoderamento é um instrumento de emancipação política e social, e não se propõe “viciar” e criar relações paternalista assistencialista ou de dependência entre os indivíduos, tampouco traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar para as lutas dentro de grupos minoritários (BERTH, 2020, p. 22).

As observações etnográficas junto ao exame dos relatos biográficos dessas lideranças mostram que, independentemente do grupo geracional, pertencer a um grupo de mulheres ou estar no meio delas é um fator de acesso para o processo de empoderamento e sua continuidade. A biografia combinada de Inaê Mariana, apresentada no Capítulo anterior, os impactos e mudanças proporcionadas pelas ações que visam empoderar as mulheres em um território. Como articulações de formações, rodas de conversa, eventos culturais e campanha educativas direcionadas às mulheres do território.

Podemos ter como exemplo mencionado o próprio título da formação oferecida pelo Quilombo N. Sra. Do Rosário: “Valorização e empoderamento da mulher negra” (grifos nossos). O significado da palavra é amplificado pela compreensão das participantes. Para algumas, o empoderamento é sinônimo de participação e pertencimento, como enfatiza Laura Vitória:

Quando eu estou ativa nos projetos, sim; eu me sinto muito empoderada, muito assim: “Mano, vamos lá, vamos lá, é isso mesmo...” [...] aí eu já me senti mais militante, mais pertencente, né? Eu acho que essa é a palavra. Eu me senti muito pertencente a Ribeirão, de linha de frente mesmo. E eu já estava mesmo na linha de frente. (LAURA VITÓRIA, 2020).

Para outras, é corriqueira a utilização da palavra empoderamento para pensar e debater sobre processos de autonomia financeira para as mulheres, como é possível observar no relato de Luiza Helena:

Agora, pensa uma coisa, imagina se a gente consegue [...] juntar várias mulheres aqui, trazer um curso de cosmético natural, elas podem usar o próprio quintal delas para plantar as coisas para fazer os cosméticos, e fazer uma cooperativa para poder exportar para a Europa. *Isso é empoderamento*, de fato. Você entendeu? (LUIZA HELENA, 2021; grifos nossos).

Há, ainda, as lideranças que mencionam e problematizam as diferentes dimensões do empoderamento. Para Núbia Alice, por exemplo, o processo de empoderamento é dado tanto em um campo coletivo, quanto em um individual. Nesse sentido, para a interlocutora, enquanto o empoderamento coletivo se manifesta no reconhecimento enquanto mulheres negras e na luta contra o machismo e o racismo, na dimensão individual, o processo se manifesta em diferentes campos subjetivos relacionados tanto a processos de autoestima e confiança, quanto de reconhecimento.

Acho que muita das vezes por ser uma mulher preta né? Eu me coloco num lugar de tipo é “ah eu não vou dar conta, ah eu não vou conseguir”. E, é que eu falo que eu ainda estou em busca do empoderamento, né? Em algumas áreas da minha vida eu acredito que já conquistei e já tenho, já sou empoderada, e em outros eu acho que ainda estou em busca, eu acho que o lado mais pessoal, quando é um lado mais coletivo eu acredito mais nesse empoderamento, na minha pessoa (NÚBIA ALICE, 2021).

É possível observar que empoderamento é um fluxo contínuo e subjetivo com desdobramentos e significados distintos para cada uma dessas mulheres, embora o ato de se tornar liderança seja um acontecimento substancial que proporciona acesso a um status social de reconhecimento e de mobilidade política que reflete uma “luta por reconhecimento” (HONNETH, 2003) na qual aspectos subjetivos e coletivos marcam a relação de pertencimento dentro de um grupo social e que é refletido na “interação social na qual cada pessoa pode contar, para sua particularidade individual com um sentimento de reconhecimento solidário (*Ibidem*, p. 113). São nas manifestações de valorização de seu trabalho na comunidade que essas lideranças se apoiam para continuar atuando mesmo em condições tão desafiadoras. Como relata Rita de Cássia, ao falar de seu trabalho dentro da comunidade:

Olha, pra mim é uma experiência muito boa, graças a Deus, as meninas que eu trabalho vê de uma forma muito boa. A comunidade vê de uma forma bacana eu trabalhar assim. Então pra mim é uma experiência muito tranquila, né? Uma experiência boa, eu gosto, é uma coisa que eu gosto de fazer. [...].Vários marca a gente, mas tem uma jovem que eu trabalho com ela, que ela me emociona muito, porque ela às vezes passa por muitas situações igual a pouco tempo agora mesmo, ela foi presa por tráfico de drogas, tudo, e às vezes quando ela sai a primeira coisa que ela faz é me procurar (RITA DE CÁSSIA, 2019).

Todavia, se de um lado o reconhecimento solidário por parte da comunidade é importante para autoestima dessas lideranças, por outro, a forma que o uso do reconhecimento político que a comunidade faz ao eleger somente homens, causa grande desconforto para essas

mulheres, com relata Luiza Helena:

Então, assim, é triste eu, enquanto liderança política, falar isso, mas é tão desgastante você ter que usar a justiça para conseguir os seus direitos garantidos por lei... Porque, enquanto mulheres, os nossos direitos... Sabe, eu vejo a sociedade da seguinte forma: por mais que a gente lute, por mais que a gente tente, a gente ainda é visto como *cidadã de segunda classe*. Os nossos direitos são facilmente perdidos. Basta uma canetada para a gente voltar para a era das trevas. Entendeu? (LUIZA HELENA, 2020; grifos nossos).

Ao utilizar a expressão “cidadã de segunda classe”, ela chama atenção para a influência do machismo no processo de distribuição do reconhecimento entre homens e mulheres. No campo político, esse aspecto revela uma problemática apresentada por Nancy Fraser (2006) como “dilema da redistribuição-reconhecimento”. Segundo a autora, “pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição. Necessitam de ambos para reivindicar e negar e sua especificidade” (*Ibidem*, p. 233), nesse sentido, as mulheres são as mais impactadas, considerando que:

O gênero, por exemplo, tem dimensões econômico-políticas porque é um princípio estruturante básico da economia política. Por um lado, o gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho “produtivo” remunerado e trabalho “reprodutivo” e doméstico não-remunerado, atribuindo às mulheres a responsabilidade primordial por este último. Por outro lado, o gênero também estrutura a divisão interna ao trabalho remunerado entre as ocupações profissionais[...] O resultado é uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especificamente marcados pelo gênero. Esta estrutura constitui o gênero como uma diferenciação econômico-política dotada de certas características da classe. Sob esse aspecto, a injustiça de gênero aparece como uma espécie de injustiça distributiva que clama por compensações redistributivas (FRASER, 2006, p. 233).

E, nesse sentido, as ações afirmativas que visam estabelecer cotas mínimas de gênero e raça dentro dos partidos são insuficientes para garantir de fato o acesso de mulheres e pessoas negras a espaços de reconhecimento político, pois os partidos encontram manobras diversas para burlar esses mecanismos que buscam promover justiça social. Um exemplo disso, foram as conversas que tive com algumas participantes da pesquisa após as eleições municipais de 2020 e que demonstraram que essas mulheres não conseguem acessar os recursos partidários direcionados para o financiamento de suas campanhas. As lideranças pioneiras, por exemplo, relataram que, nos últimos anos, passaram a ser procuradas pelos partidos, e que elas acabam escolhendo aqueles que elas acreditam ser mais “fortes” e estratégicos para elas ganharem a eleição, mas frisam que, no geral, os trâmites exigidos pelo partido para receberem o auxílio financeiro de campanha é vagaroso e extremamente burocrático, resultando na desistência em

acessar o recurso ou no atraso do repasse que, às vezes, chega na reta final do pleito eleitoral.

Nesse sentido, parece que a estrutura patriarcal continua operando para reduzir o reconhecimento político das mulheres em uma esfera privada. A sociedade reconhece as lideranças como uma referência de apoio social, mas esse reconhecimento não chega quando essas mulheres buscam lançar seus nomes em esferas que são historicamente usurpadas por homens (legislativo e executivo). É possível estabelecer uma conexão com a discussão antropológica de Sherry Ortner (1979) em que a autora argumenta que as desigualdades de gênero podem ser interpretadas pelo fato de as mulheres estarem associadas à natureza (esfera privada), ao passo que os homens são ligados à cultura (esfera pública). Nesse sentido, podemos deduzir que a representação política das mulheres se faz mais constante em órgãos controle social da sociedade civil (como conselhos e redes) e que possuem pouca visibilidade, enquanto homens ocupam lugares com maior visibilidade e prestígio social no poder executivo e legislativo.

5.7. Sara Alana - Porque a minha luta pressupõe ser feliz.

Cada um de nós vivenciou o movimento de forma diferente. Tem um amigo que é de torcida organizada, depois começou a participar de célula anarquista, Marcha da Maconha, outro veio de movimento LGBT e de movimento negro, outra veio da cultura, eu vim um pouco do movimento estudantil, mas movimento de igreja também... Então, assim, por ter vindo desses lugares, a gente já está falando de militância de um outro patamar. Então, eu me sinto bem menos sozinha, sabe? Porque eles também sentem esse vazio. Então, já... eu acho que eu dei um **up** na minha luta. *Porque a minha luta pressupõe ser feliz também, sabe? Tipo assim, eu quero ser feliz.* Eu não quero ser esses militantes amargos [...] Eu amo mesmo, eu gosto da humanidade, eu gosto de estar com as pessoas. E eu quero ser feliz. Então, essa foi a forma que eu me identifiquei de, quando eu sentir esses vazios, eu ter essas pessoa (grifos nossos).

Nesse trecho, Sara Alana ilustra os sentimentos que a mobilizam enquanto uma liderança comunitária, enfatizando a importância de não se sentir sozinha na luta ao ter com ela outras pessoas engajadas no coletivo no qual ela é uma das membras fundadoras. A partir desse trecho, pode-se inferir que a luta social dessa liderança vai para além da reivindicação por melhorias na comunidade. Seu engajamento vai ao encontro de anseio da existência: o direito de existir, um modo de ser feliz.

Sara Alana é uma mulher branca, com 31 anos, que trabalha como servidora pública do Estado de Minas Gerais. Ela é uma mulher lésbica e, na época da entrevista, relatou que havia

terminado um relacionamento longo e que estava optando por ficar sozinha: “Eu terminei o meu relacionamento tem dois anos [...] e eu acho que eu estou contemplando um pouquinho mais a solidude, sabe?”

Ela é engajada em dois coletivos sociais de Ribeirão das Neves e é filiada ao PT no município. Se descreve como uma "militante" e destaca sua atuação na sociedade civil organizada e como está ligada à sua cidade, conforme trecho a seguir.

A luta política na minha vida, desde que eu comecei a participar de processo de solidariedade, a parte da igreja assim, desde os 15 anos, eu sempre assumi muito compromisso coletivo, muito mesmo. Então, isso sempre me pautou assim. Se eu for para mudar algum dia, vai ser por conta da militância, sabe? Eu tenho assim um pouco de... E, hoje, como a minha militância é aqui, é territorial, é... eu tenho esse compromisso com organizações, com o coletivo, eu não me vejo saindo daqui.

É uma jovem dinâmica e comprometida com as causas sociais e políticas da sua região. Tem habilidade para mobilizar as pessoas e envolvê-las em ações sociais. Nascida em Venda Nova, Belo Horizonte, em 1991, ela tem raízes populares e familiares tradicionais na cidade. Seus familiares paternos e maternos sempre moraram no bairro de Areias, localizado na região de Justinópolis, em Ribeirão das Neves. Ela vem de uma família de origem popular e tem fortes laços com sua cidade natal.

Filha de pais aposentados, ativos na igreja católica e filiados ao PT do município. Sua mãe possui graduação na UFMG e atuou como professora na rede pública por muitos anos, enquanto seu pai tem ensino médio completo e trabalhou como comerciante por mais de quarenta anos. A atuação de sua família na igreja e sua adesão à Teoria da Libertação são fatores fundamentais no seu engajamento político. A influência da religião e os valores familiares, associado à sua formação acadêmica, são fundamentais para sua militância e engajamento na sociedade civil organizada.

E a gente foi criado nesse contexto. Então, eu comecei, fiz catequese, fiz tudo lá, e depois eu fui catequista, fui catequista de perseverança, depois fui referência de juventude na região [...] E eu acho que, somando essas duas coisas, essa coisa um pouco progressista da minha mãe. Mas, também, assim, muito pautado nessa questão da justiça, de todo mundo ter direito e tal[...] participava de greve e tal, mas nada muito orgânico também. [...], mas tem algumas referências nesses dois lugares. Tanto é que a *Cláudia*⁵¹, a minha tia que foi vereadora aqui, ela veio desse lugar da igreja, mas porque vieram jesuítas para cá e ficaram um tempo, então tem essa pegada progressista. E aí eu consegui ter também essas referências de comunidade eclesial de base, por exemplo, de viajar, de participar de encontros de Pastoral de Juventude, de...

⁵¹ Nome fictício.

então, de atuar no âmbito local, reconhecendo a minha realidade (grifos nossos).

Embora represente uma liderança identitária e se declare abertamente feminista, Sara reconhece que sua militância surge dentro da igreja. Seu relato, reforça a importância das instituições católicas para os movimentos sociais no território, principalmente na geração pioneira, mencionada no Item 4.1.3 (Geração pioneira e a segunda onda do Feminismo).

É uma jovem de origem popular que, mesmo diante das dificuldades financeiras, conseguiu acesso à educação de qualidade através de bolsas de estudo. Ela cursou o Ensino Fundamental e Médio com a isenção de mensalidade em escolas particulares de Belo Horizonte. Em 2009, ingressou na primeira turma de uma graduação criada no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, simultaneamente, foi aprovada em um curso superior da Fundação João Pinheiro (FJP).⁵²

Durante a graduação, ela recebeu uma bolsa no valor de um salário-mínimo para ajudar a cobrir despesas, como transporte e alimentação. Sua trajetória acadêmica é marcada pela dedicação, esforço e perseverança, tendo obtido sucesso na carreira acadêmica e profissional

No ensino superior, Sara participou ativamente do movimento estudantil e se filiou ao PT em 2012. Ela concluiu o curso na FJP em 2013 e, em 2015, finalizou a graduação na UFMG, quando começou a trabalhar como servidora do Estado de Minas Gerais. Foi durante essa fase que ela começou a se envolver nas ações políticas da cidade, que ela julga serem as que a fazem se reconhecer enquanto moradora da cidade e a defender o território.

Porque eu estou criando raízes aqui. Eu conheci pessoas incríveis, que me ajudam a desenvolver tanto pessoalmente, tanto profissionalmente. E nas participações mesmo do bairro, o coletivo do bairro, a forma como a gente aborda aqui o feminismo, no bairro... Esses entraves legais, sabe? Que a Mariana... Eu não sei se você conhece Mariana, Bárbara, Aline, Tamires. Então, tipo assim, elas me ajudaram ver o quanto que Neves é lindo, o quanto que morar em Neves é maravilhoso. E eu só senti isso quando eu realmente conheci essas meninas. E hoje eu não tenho nenhuma vontade em sair daqui.

Em 2018, após as eleições de Bolsonaro, ela se uniu a essas jovens que, juntas, organizaram o coletivo Diverso, que se dedica a organizar eventos culturais e atua na defesa dos direitos humanos, do feminismo e dos direitos LGBTQIA+ no território, além de continuar atuando no coletivo de Ecosol. Ela destaca que esses dois movimentos têm objetivos diferentes, o primeiro se concentra na economia solidária, enquanto o segundo se dedica a lutar pelos

⁵² Os nomes das graduações foram ocultados para garantir o sigilo das participantes.

direitos das minorias e pela justiça social. Retornamos ao seu relato apresentado no início deste tópico para ilustrar seu posicionamento.

E aí eu estou construindo laços, hoje, com o *Diverso*⁵³, por exemplo... Porque com o *Coletivo Ribeirão*⁵⁴, eu me sinto... as mulheres fazem o que elas fazem, elas são geniais [...] E eu vou aprendendo várias coisas com elas, tipo várias coisas que elas fazem muito antes de eu pensar que era possível fazer junto, sabe? Então, é uma troca. Mas elas são de outra geração, são mulheres mais velhas e tal. [...] O *Diverso*, por a gente ser jovem e ter vários... Cada um de nós vivenciou o movimento de forma diferente. Tem um amigo que é de torcida organizada, depois começou a participar de célula anarquista, Marcha da Maconha, outro veio de movimento LGBT e de movimento negro, outra veio da cultura, eu vim um pouco do movimento estudantil, mas movimento de igreja também... Então, assim, por ter vindo desses lugares, a gente já está falando de militância de um outro patamar. Então, eu me sinto bem menos sozinha, sabe? Porque eles também sentem esse vazio. Então, já... eu acho que eu dei um up na minha luta (grifos nossos).

Durante a pandemia, trabalhou em diversas frentes, desde no Conselho Municipal das Mulheres de Ribeirão das Neves até nas mobilizações para garantir a utilização dos recursos provenientes da Lei Aldir Blanc para ações emergenciais destinadas ao setor cultural. Quando questionada sobre seus planos para o futuro, ela menciona que gostaria de, progressivamente, conciliar suas questões pessoais e atuação política: “Eu construo as coisas para que a minha militância seja a minha vida pessoal, para que eu seja feliz mesmo, sabe? Eu faço o que eu gosto, o que eu acredito [...] e vou misturando as coisas”. Ela busca equilibrar sua atuação política com a sua vida pessoal e bem-estar.

5.8. As mulheres lideranças como empreendedoras morais

Conforme mencionado anteriormente, o envolvimento político das mulheres na luta popular pode ser compreendido com base no que Howard Becker (2008) chamou de “cruzada moral”, sendo as lideranças “empreendedoras morais”.

Desse modo, a cruzada moral das lideranças comunitárias representa um processo de mobilização prática e discursiva que visa desmontar e enfrentar outra cruzada moral que foi bem-sucedida e que, no caso, é representada pela ideologia de gênero patriarcal – essa que limita a participação feminina, estrutura uma sociedade desigual e que trava a consolidação da democracia. Em outras palavras, é uma luta que não se limita a questões de gênero. É uma

⁵³ Nome fictício.

⁵⁴ Nome fictício.

mobilização em torno da estrutura básica de vida para quem reside em Neves, uma vez que se trata de uma cidade que agrega diversos tipos de pessoas excluídas, como expressa Núbia Alice:

Neves não tem orçamento. Neves é uma cidade pobre [...] quando a gente vê Ribeirão das Neves, quando a gente vive Ribeirão das Neves, até em comparação com qualquer lugar de Belo Horizonte, mesmo que seja dentro da favela essa galera de lá, eles acessam um posto de saúde que ninguém, nem quem mora no Centro de Justinópolis, acessa. Entendeu? O centro de saúde de dentro da favela em Belo Horizonte é diferente do centro de saúde daqui. Sabe? De qualquer um, das melhores regiões às piores. Então, isso me faz pensar que, tipo assim, realmente Ribeirão das Neves, de forma geral, é uma grande periferia. Sabe? E aí, quando a gente vê os dados também... Aí eu comecei a estudar, pensar mais na cidade, eu acho... – isso aí é uma coisa para pensar mesmo, assim –, acho que 75% da população que se autodeclara negra e tal, eu acho que Neves deve ser a cidade mais negra, tirando as do bairro, sabe? Salvador, que se autodeclara negro. E aí muita gente que veio do Norte e Nordeste, muita gente... Então, assim, é uma sombra de várias pessoas, excluídas de vários processos, inclusive de BH também, mas de vários lugares, que se reúnem aqui (NÚBIA ALICE, 2021).

A motivação de participar de uma cruzada moral reflete uma convicção nos valores defendidos, mesmo sob o risco de ser considerada uma/um “desviante/desviante”, como no caso das participantes da pesquisa que relatam ser rotuladas como “loucas” pela família e pela comunidade à vista das atitudes que tomam para alcançar seus objetivos na luta coletiva, como é o caso da Maria Aparecida, ao relatar um acontecimento no qual precisou se arriscar para tentar conversar com autoridades do Estado e pedir benefícios para Neves em uma época em que a cidade não tinha nem postos de saúde ou escolas para atender a população

As observações realizadas permitem concluir que, na pesquisa, as participantes não se tornam feministas ou lideranças de forma intencional. Talvez isso ocorra em um primeiro contato contextual e situacional, mas o que as fazem permanecer na luta é a convicção naquilo que defendem (cruzada moral).

Por isso, ignoram os rótulos negativos provenientes dos setores conservadores e preconceituosos, pois o seu envolvimento na esfera política e comunitária, além de produzir uma consciência crítica em suas vidas, representa o que Yumi Santos (2019) chama de “mobilidade social localizada”. Ao falar da carreira biográfica de uma artesã do norte de Minas, a autora visa demonstrar que a militância representa uma forma de mobilidade que não está engessada na ideia de mudar de lugar ou de alterar o status econômico, e sim em uma mobilidade por meio da sua própria vida em interação com pessoas de dentro e de fora, ou seja, uma:

mobilidade sem jamais ter saído de seu entorno se deu em um processo de “construção de si” (Dubar, 2012) que, muito além de ser definida pela formação escolar, inserção empregatícia e formação de família moderna nuclear, passa por uma formação atravessada por acontecimentos que envolveram interações e experiências com atores sociais autóctonos e estrangeiros [...] o que foi determinante na inflexão de sua carreira biográfica. (SANTOS, 2019, p. 798).

Em resumo, o engajamento dessas mulheres é duplo, pois, além de trabalhar em suas atividades diárias, elas também se dedicam a lutar por questões de gênero relacionadas ao território e, muitas vezes, essas lideranças estão presentes em mais de um movimento ou articulação no território.

5.9. Engajamento e o território: A luta das mulheres neveses

Neves não tem orçamento. Neves é uma cidade pobre. [...] É uma demanda reprimida. **Ow**, o lixo da região metropolitana... E aí é assim que eles tratam o lixo físico, o lixo humano, o lixo ambiente... tudo. Velho, não tem regra na região metropolitana. Belo Horizonte faz um Plano Diretor lindo, super aplaudido, super construído, super... até mesmo pela galera progressista, a galera nova que vem do PSOL, os movimentos populares: “Ah, que lindo o Plano Diretor de BH”, mas, assim, ele é completamente alheio às demandas da região metropolitana. E agora Belo Horizonte não pode ter construção mais, para onde que essas construções vão? Onde que vai verticalizar? Sabe? Onde não tem regra, onde não tem legislação ambiental, onde não tem movimento popular muito consolidado. E aí Neves se ferra nesse processo (SARA ALANA, 2021).

A favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo [...] nós, os pobres. Somos os trastes velhos (CAROLINA DE JESUS, 2014, P. 107/195)

Para usar uma frase de Carolina de Jesus, podemos considerar que Ribeirão das Neves é tratada como uma espécie de “quarto de despejo” de Belo Horizonte em que os movimento de mulheres da cidade precisam conciliar lutas para garantir um acesso, mesmo que mínimo, aos poucos (e insuficientes) equipamentos públicos existentes no território. As mulheres estão à frente do movimento que busca barrar a construção de novas penitenciárias e levantam a bandeira de reivindicação para que a penitenciária mais antiga da cidade seja transformada em um espaço educativo e cultural.

Elas estiveram na linha de frente, em 2013, nas manifestações por melhores condições do transporte público, como relata Ana Elis “Não sei se você viu o movimento de parar a 040? [...] Aquilo foi armação minha [...]. organizamos um grupo de trinta e cinco associações que tinha em Neves e fomos para a 040. Paramos a 040 e ficamos dezessete horas com a 040 parada”

Em 2014, essas lideranças atuaram de forma articulada para mobilizar a sociedade nevenense e evitar a construção do aterro sanitário da RMBH na cidade, reivindicação que ganhou grande adesão da sociedade civil nevenense, como expõem Rita de Cássia na seguinte indagação: “não tinha quem fosse da comunidade e apoiasse isso na cidade, como se não bastassem as prisões, ainda querem empurrar para a cidade o lixo de BH?”.

Esses exemplos de atuação evidenciam um principal elo entre todas as gerações: a luta política das mulheres nevenses é uma luta territorial, uma luta que compreende que “uma cidade é feita para ser vivida, não só habitada” como ilustra a Inaê Mariana, ao falar sobre seu sentimento de pertencimento com Ribeirão das Neves e de suas motivações para atuar nos movimentos sociais.

Tal concepção ilustra que a luta das mulheres nevenses coloca em pauta o “direito à cidade”, definido por Henri Lefebvre como um direito coletivo dos habitantes de uma cidade de se apropriar do espaço urbano e participar ativamente na construção e transformação do espaço que habitam. Logo, o direito à cidade não se limita apenas ao acesso a serviços e infraestrutura urbana, mas também inclui o direito de se expressar livremente em relação ao espaço urbano, uma vez que ele “só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 116-117; grifos do autor).

O processo de se afirmar enquanto feminista entre as mulheres da geração de pioneiras e duas da geração intermediária não foi expresso na entrevista, nem identificado durante o trabalho de campo. Todavia, o caso de condenarem as desigualdades de gênero em diversos momentos dos seus discursos, assim, como o simples fato delas estarem presentes em uma luta política, demonstra como o feminismo se faz presente em suas formas de ser e viver.

Nesse sentido, deve-se compreender que a luta dessas mulheres por maior dignidade para a comunidade não é dissociada das pautas de gênero e raciais. Se considerarmos que todas as participantes da pesquisa atrelam o combate aos estigmas como um processo de se autoafirmar enquanto mulher nevenense e, ao mesmo tempo, transversal (pois passa por diversos tipos de movimentos e frentes de atuação) para combater o maior problema que elas enfrentam: a violência contra a mulher em suas mais diversas dimensões (física, psicológica, política, de gênero, entre outras).

Ao perpassar nos relatos biográficos dessas lideranças, é possível perceber algumas das implicações da participação dessas mulheres na luta social, tanto nos aspectos coletivos quanto nos individuais e que se manifestam em diversos espaços, principalmente nos campos político partidário, feminista e das políticas sociais, como veremos a seguir.

5.9.1. O engajamento nos movimentos como um marcador social

É necessário compreender que o engajamento dessas mulheres, mesmo que não alcance ainda o mesmo patamar de reconhecimento da atuação masculina na esfera pública, pode ser interpretado como um capital social que elas mobilizam constantemente para transitar em espaços políticos e integrar um processo coletivo de autoafirmação. Não é por acaso que um dos maiores exemplos de “Mandatos Coletivos e Compartilhados” parte de uma experiência de mulheres, como é o caso da Gabinetona, em Belo Horizonte;

A Gabinetona é uma experiência de ocupação cidadã da política institucional. Este projeto, sem precedentes na política brasileira, reúne quatro mandatos parlamentares em um mandato coletivo com ações e estratégias compartilhadas. Ao todo, são mais de 90 ativistas, trabalhadoras e pesquisadoras em estreito diálogo e cooperação com cidadãs e movimentos, e em sintonia com as lutas populares (GABINETONA, 2022, s/p).

Outro exemplo dessas mulheres se entregarem em processos coletivos de autoafirmação é a própria criação do coletivo de mulheres nevenses que é uma iniciativa para as mulheres apoiarem as campanhas umas das outras independentes dos partidos e de suas divergências internas, como enfatiza Núbia Alice ao falar sobre a necessidade de ter mulheres na esfera política do município:

quando você vai pra participação parlamentar no município, você percebe uma disparidade muito grande. [...] Eu até falo muito com as meninas lá do coletivo, que a gente não pode se fechar, sabe? Porque eu tenho a consciência de que a gente precisa de mais mulheres nos representando (NÚBIA ALICE, 2021).

Essa consciência e as formas que encontram para traçar estratégias expressam uma perspectiva colaborativa da agência política dessas mulheres que é diferente da masculina (agência individualizante). Ou seja, geralmente, as mulheres fazem políticas considerando a intersecção entre sua agência e a atuação coletiva, enquanto homens, na maioria das vezes, agem de forma autônoma, priorizando, em grande parte dos casos, suas ações individuais.

Por outro lado, ao mencionar a atuação dos homens, um aspecto que merece destaque, principalmente quando olhamos as trajetórias das lideranças Núbia Alice, Inaê Mariana e Ângela Carmen, é a influência paterna. Cabe ressaltar que as três são mulheres negras e provenientes de contextos de militância nos quais seus genitores sempre adotaram uma postura combativa em relação ao racismo, tanto pela influência da formação que receberam na esfera religiosa, como é exemplo do pai da Inaê, quanto na partidária, que é o caso do pai de Núbia Alice e de Ângela Carmen.

Uma vez que são lideranças políticas formadas em movimentos populares, os pais dessas lideranças, assim, como elas, carregam na militância um marcador social que influencia a vida do núcleo familiar. E, nesse caso específico, esse marcador ajuda a fazer um contraponto à mistificação da ideia de que as mulheres negras são mães solas e que os homens negros são pais ausentes

Visto que os marcadores sociais da diferença podem ser utilizados para “designar como as diferenças são socialmente instituídas e podem conter implicações em termos de hierarquia, assimetria, discriminação e desigualdades” (ALMEIDA et al. 2018, p.19), podemos pensar em considerar o status de liderança em um movimento ou grupo como um marcador social, por tensionar uma distinção entre atuação de homens e mulheres em um território. Além disso, a condição de liderança permite acesso a questões que muitas vezes não chegam a sujeitos que não ocupam esses lugares.

Não se trata de hierarquizar características e sim de compreender como essas assimetrias se constituem e influenciam o acesso a políticas públicas. Logo, quando o envolvimento político é considerado como uma marca na vida dessas mulheres, ele se encaixa nas diversas possibilidades de aceção do conceito, como é possível notar na sistematização teórica das diversas definições dadas ao referido conceito, enumeradas pelo antropólogo Luís Felipe Hirano:

definições revelam que os marcadores sociais da diferença 1) são categorias articuladas a sistemas classificatórios, construídas socialmente, contextualmente e de forma contrastiva; 2) não são entendidos “como atributo inerente a humanos e não-humanos, mas como efeito da operação de complexos sistemas de conhecimento e de relações sociais” (Almeida et al., 2018, p. 15); 3) os marcadores, embora irreduzíveis uns aos outros, são pensados na íntima conexão entre si; 4) eles mobilizam pessoas, coletividades e direitos; 5) em sua articulação, eles “não apenas se superpõem ou se reforçam, mas operam com frequência de modos tensos, ambíguos e contraditórios”; Almeida et al., 2018, p. 15); 6) diferenças construídas socialmente “não acarretam necessariamente desvantagens ou desníveis de prestígio, poder e riqueza” (Almeida et al., 2018, p. 16), mas são

recorrentemente “marcadas por desigualdades no plano das representações sociais, que dão respaldo a posições e relações de assimetria, exclusão e iniquidade” (Almeida et al., 2018, p. 16); e 7) os marcadores sociais da diferença implicam uma pragmática (HIRANO, 2019, p. 48).

A compreensão de que essas diversas definições de marcadores sociais da diferenças refletem, em alguma medida, os processos que implicam para as mulheres “se tornar uma liderança comunitária”, demandam reconhecimento da influência dos movimentos de mulheres que Sônia Alvarez (2014) chama de *sidestreaming* do feminismo, delimitado pela autora como um “fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas” (ALVAREZ, 2014, p.17).

Embora não seja possível afirmar que a atuação dessas mulheres seja estruturada diretamente pelo feminismo, é inegável a presença de ideais feministas nas estruturas sociais e discursivas nas carreiras dessas lideranças, bem como sua abrangência espacial, como apontam Matos e Alvarez, ao afirmarem: “Os feminismos contemporâneos se expressam em um amplo leque de espaços políticos, culturais, econômicos e sociais que se estendem muito além das organizações e redes autodefinidas como feministas e de mulheres” (ALVAREZ & MATOS, 2018. p. 87).

A atuação dessas mulheres não pode ser afirmada como diretamente estruturada pelo feminismo, mas é inegável a presença de ideais feministas em suas estruturas sociais e discursivas e que se manifestam pela presença de ideias dos feminismos contemporâneos, que se expressam em uma ampla gama de espaços políticos, culturais, econômicos e sociais que vão além das organizações e redes autodefinidas como feministas e de mulheres.

A atuação dessas lideranças posiciona a Pedagogia da Sororidade como um processo educativo informal e contínuo de combate a diversas formas de opressão. Seus engajamentos ilustram como elas aprendem com as experiências de outras mulheres e ressignificam, entre diferentes gerações, com sua luta contra as desigualdades sociais e por justiça social. Portanto, a Pedagogia da Sororidade é estruturada na participação popular de mulheres.

CONCLUSÃO

Vim dos movimentos sociais.
E acho que toda mulher negra [...] constrói política a partir do cotidiano.

Andreia de Jesus

As frases que compõem a epígrafe são um trecho da entrevista concedida pela deputada estadual Andreia de Jesus em 3 de agosto de 2021. Em virtude de sua agenda parlamentar, ela cedeu 30 minutos do seu tempo para responder algumas das perguntas preparadas. Nossa conversa aconteceu na presença de uma de suas assessoras e foi realizada de forma online, por meio do *Google Meet*. Essa foi a última entrevista que realizei para a tese e posso dizer que, em algumas ocasiões, quase desisti de fazê-la. Não por falta de interesse da minha parte, e sim pelas dificuldades que encontrei para conseguir agendá-la. Passei mais de um ano e meio aguardando retorno das minhas solicitações junto à sua assessoria, até que, após uma conversa com uma das minhas interlocutoras de pesquisa, ela me colocou em contato direto com a deputada.

A seguir, narro a história de Andreia de Jesus, uma vez que sua trajetória permite ilustrar elementos importantes que pretendo apresentar nestas Considerações finais da tese.

Andréia de Jesus, mulher negra e mãe solo, nasceu em 28 de junho de 1978, em Venda Nova, distrito de Belo Horizonte. Proveniente de uma família humilde, a mãe trabalhava como empregada doméstica e o pai como pedreiro. Aos 12 anos, assim como a genitora, começou a trabalhar fora de casa. Exerceu as funções de diarista, balconista, doméstica, entre outras. Na medida do possível, conciliava o serviço com seus estudos. Casou-se aos 19 anos e foi morar com o esposo em Ribeirão das Neves, em decorrência da especulação imobiliária na capital mineira. Após aproximadamente sete anos de casamento, nasceu seu primeiro e único filho.

Trabalhou como empregada doméstica até 2007, pois, estimulada pela patroa, ela se inscreveu em um concurso e obteve aprovação. Em 2008, foi nomeada como servidora pública da Prefeitura de Ribeirão das Neves na função de educadora infantil em uma escola da rede municipal. Nesse período, devido a seu engajamento nas pastorais e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) da Igreja Católica, junto de algumas lideranças da cidade, fundou um cursinho pré-vestibular comunitário, no qual exerceu a função de coordenadora por três anos. Essa

experiência foi um marco em sua trajetória ao proporcionar seu contato direto com diversas entidades e lideranças de diferentes partes da RMBH: “a partir do pré-vestibular comunitário, eu conheci outros grupos, e aí estudantes da PUC⁵⁵, da UFMG⁵⁶, que foi me levando para outros espaços, que é esse espaço mais organizado, de política mais organizada” (ANDREIA, 2021).

Em 2013, Andreia ingressou no curso de Direito no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH) por meio de políticas afirmativas no âmbito do Programa Universidade para Todos (Prouni). Foi a primeira pessoa da sua família a frequentar uma instituição de Ensino Superior como discente. Na faculdade, além de enfrentar episódios de racismo no cotidiano (cf. KILOMBA, 2019), ela volta a vivenciar o estigma de ser moradora de Ribeirão das Neves, conforme narra:

Então, o meu professor de Direito Penal, toda vez que ele ia dar exemplos de criminalidade, de falta de lei, ou de cidades que eles acham que não tinha planejamento, ele sempre mencionava Neves. E aí eu não sei, eu ficava ali naquela angústia. Falei: “Gente, será que ele sabe que eu sou de Neves? (...) E aí, um dia, eu disse: “Olha, eu fico profundamente incomodada quando o senhor dá exemplo sempre falando mal de Neves. E eu moro lá. (...) Aí ele continuou; que aí foi pior. Que ele falou assim: “Você é parente de preso ou você nasceu lá?”. Então, assim, essas críticas passavam no cotidiano o tempo todo. E dentro da universidade, que é um espaço, você acha, de intelectuais, que a coisa vai melhorar, era pior. O professor sempre dava exemplo ou de um presídio de Neves, ou da forma como as pessoas viviam em Neves; que dormia no ônibus, a cara pregada no ônibus parecendo lagartixa. Nossa, esse tipo de exemplo (...) sempre desqualifica as pessoas daqui. *E não de dizer que a cidade, de fato, merece gestores que tenham um planejamento para a cidade, investimento do governo do estado. Não é as pessoas aqui que são malditas, né? Como se tivesse uma nuvem escura e que as pessoas aqui fossem uma chaga para o resto da Região Metropolitana.* Então, era o lixo, era o presídio... sempre tinha piadinhas. Então, eu sofri muito. E emprego. Que era a primeira coisa que eu fazia; como eu tinha muito parente em Belo Horizonte, várias vezes eu usei endereços de parente para acessar equipamentos de saúde, como saúde especializada e, também, emprego. Muitas vezes, eu usava o endereço de Belo Horizonte para conseguir emprego (ANDREIA, 2021; grifos nossos).

A palavra “chaga” carrega um significado perverso para as pessoas que residem em Ribeirão das Neves. Remete a situações de constrangimento vivenciadas em algum momento de suas vidas, conforme foi abordado no primeiro Capítulo, além dos casos apresentados no trecho há pouco citado. Andreia menciona que houve outros momentos em que se sentiu discriminada e humilhada por ser moradora da cidade. Ademais, a distância entre sua casa e a faculdade era um grande obstáculo para frequentar as aulas. As questões observadas por ela em

⁵⁵ Ela está se referindo à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

⁵⁶ Universidade Federal de Minas Gerais

sua própria vivência enquanto usuária do transporte público da RMBH motivaram-na a abordar em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a temática da mobilidade urbana como um direito fundamental. Ela conta alguns dos problemas enfrentados em seu deslocamento:

Mas tem coisas que me marcaram muito. Primeiro, é o assédio dentro do ônibus. Isso precisa ser dito, o quanto as mulheres sofrem, cotidianamente, com assédio dentro do transporte público. E não é uma viagem que acaba com 20 minutos, né? São viagens longas. E aí ônibus sempre muito cheio. Então, o desafio para você preservar o seu corpo nesse espaço é muito grande. Mas, em diversas situações, como carregar salsicha no ônibus e a salsicha chegar estragada em casa. Porque é horas no ônibus, horas esperando. Então, assim, há um *apartheid* social (...) Porque, além da passagem muito cara, horas no ponto do ônibus, você fica horas ali no sol, aí tudo que você compra estragava, chegava aqui já estragado (ANDREIA, 2021).

A permanência na Graduação foi desafiadora. Além de todas as dificuldades mencionadas, Andreia precisou encarar um processo de divórcio que a colocou diante do desafio de experienciar a maternidade solo. Todavia, é no espaço acadêmico que conhece as Brigadas Populares, uma organização política com trabalho voltado para a defesa social e jurídica nas ocupações urbanas e que promove um debate sobre o direito à cidade. Sua entrada na referida organização é crucial para sua atuação como advogada popular, resultando na ampliação territorial do seu engajamento enquanto militante. Andreia começa a ser reconhecida como uma liderança não apenas em Ribeirão das Neves, mas na RMBH, principalmente em Belo Horizonte. É nesse contexto que ela passa a se envolver diretamente na luta partidária, tornando-se integrante do coletivo Muitas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e a trabalhar como assessora parlamentar:

Aí, na faculdade, eu conheci a organização que eu faço parte hoje, que é as Brigadas Populares. Uma organização política que atua e acompanha as ocupações urbanas e o debate sobre direito à cidade, abolicionismo penal (...). E aí é nesse ambiente que a gente... que eu cheguei no Gabinete. A Bela Gonçalves foi vereadora, foi candidata, em 2016, a vereador, nesse coletivo chamado Muitas. E a partir do coletivo é que eu fui trabalhar no mandato da Cida e da Áurea (ANDREIA, 2021).

Ela já atuava há dois anos no mandato coletivo “Gabinetona” na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) quando ocorreu uma eventualidade que impactou sua trajetória individual e coletiva: o assassinato de uma liderança política do PSOL, Marielle Franco⁵⁷. Pela barbaridade do crime e suspeita de que sua execução havia sido encomendada por grupos

⁵⁷ Em março de 2018, Marielle Franco, mulher negra, vereadora carioca e filiada ao PSOL, e Anderson Silva, um homem que trabalhava como seu motorista, foram brutalmente assassinados na Lapa, bairro localizado na região central do Rio de Janeiro.

criminosos paramilitares (milícias)⁵⁸, o caso ganhou repercussões nacional e internacional, motivando diversas manifestações e campanhas na internet.

Em virtude de 2018 ser um ano eleitoral, a comoção em torno da morte de Marielle e Anderson impulsionou o crescimento e a adesão de candidaturas de mulheres negras. Diversos setores da esquerda brasileira e dos movimentos feministas e negro passam a apoiar essas candidaturas, inclusive com essa aderência ganhando uma dimensão importante por meio das mídias digitais. *Hashtags* como #MariellePresente, #NãoFoiAssalto e #MarielleVive passam a ocupar o primeiro lugar nos *trending topics* do Twitter no mundo. Os próprios usuários das redes sociais chamam esse fenômeno de “efeito Marielle”.

Essas candidatas eram, em sua maioria, filiadas ao PSOL e pertencentes a movimentos populares e tinham como plataforma de campanha a defesa da memória e do legado de Marielle. É nesse contexto de resistência política que Andreia de Jesus entra na disputa eleitoral. Candidata-se pela primeira vez a um cargo no Legislativo estadual pela coligação Frente Minas Socialista (PSOL/PCB), apresenta uma campanha com poucos recursos financeiros e estruturais, consegue ser eleita e faz história, tornando-se a primeira deputada estadual negra de Minas Gerais:

Então, eu me elegi como a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Assembleia. Então, a morte da Marielle, em 2018, no mesmo ano em que eu me candidatei, teve impacto nisso. Então, *é uma resposta histórica*, que começa com o Movimento Negro, nos anos 80, toda a construção que as mulheres fizeram... E aí pega o Movimento Feminista da América Latina por disputa... para o garantir às mulheres espaço de autonomia, de fala, espaço político... Então, isso veio no momento em que respondeu pela morte de Marielle Franco. Então, eu já me construí como sujeito político e estava numa cena política no momento certo para ocupar a política com uma pauta que é muito mais ampla que o meu corpo e de que a própria cidade de Ribeirão das Neves, que é a defesa das mulheres negras como sujeito político (ANDREIA, 2021; grifo nosso).

Logo, sua vitória eleitoral está relacionada diretamente aos desdobramentos do “efeito Marielle” no cenário político, que teve como uma de suas consequências o aumento de mulheres eleitas no Brasil, inclusive mulheres negras, como apontam os pesquisadores Cristiano Rodrigues e Mariana Abreu: “Um dos motes dos movimentos de mulheres no período pós-

⁵⁸ Em março de 2023, completam-se cinco anos do assassinato de Marielle e Anderson. Nesse período, as investigações pouco avançaram e seguem sem prazo para conclusão. Informações preliminares apontam indícios do envolvimento de milicianos no crime. Para mais informações sobre a apuração do crime, recomenda-se a leitura da reportagem de Bette Lucchese, Márcia Brasil e Cláudia Loureiro (G1 Rio/TV Globo). Disponível em: <<https://abrir.link/2OIGI>>. Acesso em: 14 out. 2022.

eleitoral foi ‘Marielle virou semente’, referindo-se ao fato de figuras associadas a Marielle Franco (...) terem sido eleitas para diversas esferas” (2019, p. 2).

Desde que entrou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a deputada enfrentou diversos episódios de racismo institucional e passou a ser intimidada de forma anônima constantemente. Foram tantas ameaças de morte recebidas pela deputada que foi necessário reforçar sua segurança pessoal e familiar. Em 2021, passou a contar com a escolta constante da Polícia Militar. Isso sem mencionar as inúmeras agressões racistas e misóginas direcionadas a ela por meio das redes sociais. Sobre a relação entre o racismo e os ataques a que precisou resistir ao longo do seu mandato, Andreia faz a seguinte leitura:

Então, sobre os ataques, com certeza tem toda relação. Não é um ataque a um parlamentar, é um ataque a um sujeito que eles não estão acostumados a lidar com ele. E, muito pior que isso, eles não querem a presença do meu corpo nesse espaço. Então, não naturaliza o corpo negro de cabeça erguida; é sempre de cabeça baixa, mão para trás, “não responda, não fala, não reaja”... Então, é uma herança escravocrata que a gente está enfrentando, nesse momento. Tem forças muito negativas querendo mandar a gente de volta para a senzala. E estar, hoje, na Assembleia Legislativa, é um corpo, também, denunciando quanto que aquela é racista. Porque um território onde você não reconhece pessoas iguais a você, num espaço de decisão, num espaço de poder, é um espaço racista. Então, estar lá, todo o tempo, é denunciar isso. E o ataque, ele veio quando eu defendi uma outra mulher negra, periférica, favelada, que também foi silenciada. E o ataque à Marielle, e o ataque que a Kathlen Romeu sofreu e eu estar ali denunciando isso, é também colocar esses algozes como os grandes responsáveis por isso. Então, nós estamos enfrentando mudanças de paradigmas, e o meu corpo estando lá... São essas mudanças que ameaçam. As pessoas sempre viram os negros como ameaça. E nós, de fato, quando a gente ocupa um lugar onde a gente é minoria, a gente é uma ameaça. Porque a gente está denunciando o quanto esse espaço é racista. E, para falar de política, é isso. Assim, a violência política de que, hoje, já não encontra argumento para tirar a gente desse espaço, é sempre ataque ao corpo. E atacaram o corpo de Marielle, atacaram o meu corpo, atacaram a Kathlen⁵⁹, e atacaram a juventude negra... Porque a nossa política é feita com o corpo. Né? Muito menos tese, muito menos... O nosso corpo é político. Então, esses ataques são uma tentativa de silenciar, de apagar e de retirar desse espaço (ANDREIA, 2021).

Nessa parte de seu depoimento, Andreia aponta aspectos da atmosfera racista que permeiam o universo político, evidenciando que não é atacada somente por ser parlamentar, mas por ser uma mulher preta e periférica em um espaço que sempre foi hostil com mulheres e pessoas negras. Seu caso é um exemplo emblemático de um fenômeno apontado pela ONU

⁵⁹ Kathlen uma jovem negra de 24 anos. Morta em julho de 2021, durante uma operação policial realizada na comunidade em que residia na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ela estava grávida de 14 semanas quando foi atingida por um tiro de fuzil no tórax. A família acusa a Polícia Militar pelo disparo. Até hoje, as investigações sobre o caso não foram concluídas.

Mulheres como “violência política contra mulheres em contextos eleitorais” (VCME). Segundo dados do Observatório de Política da Mulher, “A recorrência e o crescimento dos casos de violência política contra as mulheres expõem uma grave fissura na democracia brasileira” (FERREIRA, RODRIGUES & CUNHA, 2021, p. 33).

A violência política torna-se mais presente e perversa quando são cruzados os dados de gênero e raça, como aponta uma pesquisa realizada pelo Instituto Marielle Franco em 2021: entre as 142 candidatas negras entrevistadas, 98,5% apontam terem sofrido pelo menos um tipo de violência política. A pesquisa sinaliza uma escalada nas agressões contra mulheres negras em decorrência dos “casos de violência política de gênero e raça que ocorrem em casas legislativas, bem como que podem ocorrer a partir das eleições de 2022 com o aumento da polarização política e do acirramento da disputa eleitoral em anos de eleições presidenciais” (PINTO, DECOOTHÉ & LIMA, 2021, p. 85).

No ano de 2022, Andreia resolve pedir sua desfiliação do PSOL para se filiar ao Partido dos Trabalhadores (PT). A mudança de sigla ocorreu em abril de 2022, seis meses antes do pleito eleitoral, e foi motivada pela procura de uma maior visibilidade em torno de questões que ela representa enquanto mulher negra, segundo suas próprias palavras: “Busco representatividade nos grupos, nos coletivos. Quero olhar ao meu redor e ver minhas semelhantes. Sim, no PT, estão inúmeras delas que pavimentaram minha trajetória”⁶⁰. Em outubro do mesmo ano, ela foi reeleita pela coligação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV), com 51.120 votos.

É importante salientar que as eleições de 2022 para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais resultaram em quatro aspectos relevantes e favoráveis para o mandato de Andreia. Primeiro, ela não está mais sozinha. Foram eleitas mais três deputadas negras, sendo que duas delas são do seu Partido, Macaé Evaristo e Leninha. Segundo, houve uma ampliação significativa na representatividade de gênero na Assembleia de Minas: o número de deputadas estaduais eleitas bateu um recorde, passando de 6 (legislatura 2019-2022) para 15 (2023-2026) parlamentares. Terceiro, o PT elegeu a maior bancada legislativa estadual e ocupa o cargo de vice-presidência da mesa diretora da Assembleia. Quarto, seu candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleito em uma das campanhas presidenciais mais acirradas da história brasileira. Inclusive, Lula foi o candidato mais votado para a Presidência da República em Ribeirão das Neves (MG) no 1º e no 2º turno. No dia 22 de outubro de 2022,

⁶⁰ Trecho de uma declaração da deputada Andreia de Jesus que foi noticiada no jornal Estado de Minas. Disponível em: <<https://abrir.link/Wjx1Ic>>. Acesso em: 13 out. 2022.

Lula realizou um ato eleitoral na cidade, uma caminhada na região de Justinópolis e foi aclamado pelo povo nevensense. Pude observar, que a maioria das participantes da pesquisa inclusive, a Deputada Andreia teve um lugar de destaque (fotos no Anexo IV). Portanto, O projeto do governo federal atual é sintonizado com as pautas da deputada, o que é muito diferente do contexto marcado pela gestão do governo Bolsonaro.

Pode-se afirmar que, nas eleições de 2022, mesmo diante da reeleição do governador Zema, gestão da qual Andreia é oposição, ela saiu fortalecida e com grandes vitórias. Isso não implica necessariamente a redução de episódios de violência política, mas representa um fortalecimento de seu mandato e abre possibilidades eleitorais para o futuro. É possível constatar que as sementes de Marielle continuam dando frutos. Apesar da influência do “efeito Marielle” no crescimento de mulheres negras no cenário político, ele não foi o único responsável por essas conquistas.

Esse crescimento é resultante da articulação de alguns fatores, que incluem o próprio engajamento dessas mulheres negras no trabalho de base e as mobilizações dos movimentos sociais populares. Como se pode observar, tem, há algum tempo, a articulação de intelectuais e lideranças negras para disputar e ocupar lugares nos espaços de poder, em especial nas esferas acadêmica e política-representativa. Trata-se de um plano de mobilidade coletiva do movimento negro que se encontra em curso desde que o Quilombo de Palmares foi fundado no Brasil, em 1575. Isso é expresso de forma contundente por Andreia ao falar sobre seu lugar como deputada negra:

Porque, quando eu encontro com as minhas pares, a emoção com que elas reconhecem que a gente está abrindo caminho na foice, para outras que virão, também é muito gratificante. Eu estou aprendendo muito e, às vezes, acho que um corpo só é pouco para tamanha tarefa, *que é aprender a ler para ensinar os camaradas*. Estou num lugar onde a forma de falar, de vestir e de transformar a demanda social em política pública exige um aprendizado que a maioria de nós negros e negras periféricos não acessamos. Mesmo eu, formada em Direito, com habilidade, com leitura de leis, regras, normas, o que a gente experimenta ali é sempre um aborto. Um aborto forçado, na tentativa de a gente não estar lá. Então, é muito desafiador (ANDREIA, 2021; grifos nossos).

Ao mencionar a sentença “aprender a ler para ensinar meus camaradas”, fazendo referência à música “Messemba”⁶¹ (letra que apresenta expressões de diferentes grupos étnico-

⁶¹ A canção “Yáyá Masemba” é uma obra musical criada por dois artistas baianos, o poeta Capinam e o músico e professor Roberto Mendes. Essa bela composição foi trazida à vida pela talentosa cantora Maria Bethânia, que a incluiu no seu álbum “Brasileirinho”, lançado em 2003. Segundo Eliza Ferreira (2017), a palavra “masemba” é o plural da palavra “semba”, que, por sua vez, significa “um giro em torno do umbigo” e faz referência a diversas danças de matriz africana. Já “yayá” é uma palavra utilizada para designar mãe em iorubá.

linguísticos da África e exalta o conhecimento do povo afro-brasileiro), Andreia demarca um uma posição, a partir da qual busca reafirmar seu compromisso político e empoderamento com sua ancestralidade afro-brasileira. Logo, a consciência feminista e racial, somada ao engajamento nas pautas sociais das camadas populares, posiciona a carreira política de Andreia em uma perspectiva interseccional. Isso evidencia o fortalecimento e a expansão do Feminismo Negro, que vem crescendo, em especial, nos contextos brasileiro e norte-americano:

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época de seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos. Ainda estamos diante do desafio de apreender as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade e capacidades se entrelaçam – e como superamos essas categorias para entender as inter-relações entre ideias e processos que parecem ser isolados e dissociados (DAVIS, 2018, p. 22).

Conforme argumenta Angela Davis (2018), os desafios e as possibilidades para/de fortalecimento do movimento feminista negro residem em sua insistência em articular uma luta interseccional. Nesse contexto, frases como “Marielle virou semente” e “Marielle vive” simbolizam a reivindicação dos movimentos (negro e feminista) pela incorporação de marcadores sociais da diferença como gênero, raça e classe na pavimentação do cenário político. Em outras palavras, a ocupação de espaços de poder por mulheres negras e de classes populares é fundamental para o fortalecimento da democracia e a redução das desigualdades sociais.

O histórico crescimento de parlamentares negras nas esferas de poder no contexto brasileiro, ainda que tímido, é uma vitória do Feminismo Negro. Tanto a eleição da deputada Andreia de Jesus quanto o aumento de mulheres negras que passaram a pleitear o protagonismo nas campanhas políticas podem ser interpretados como amostras dessas conquistas. Inclusive, o processo de crescimento de candidaturas femininas oriundas de movimentos populares foi demonstrado nesta tese. Algumas das biografias apresentam exatamente a trajetória de lideranças negras comunitárias na disputa eleitoral.

As semelhanças da trajetória de Andreia, que é uma liderança da geração intermediária, diante das lideranças dessa e de outras gerações (pioneiras e identitárias) que foram retratadas nesta tese são muitas. Entre elas, pode-se listar:

- (i) A importância do envolvimento no movimento social como uma forma de mobilidade social enquanto liderança comunitária;
- (ii) As barreiras que as mulheres, em especial as mulheres negras, enfrentam no mundo do trabalho e que são colocadas desde sua infância e marcadas pela exploração do trabalho infanto-juvenil doméstico fora de suas residências; (iii) o impacto das políticas públicas de acesso ao Ensino Superior na formações política e profissional;
- (iii) A luta pelo reconhecimento enquanto liderança em um campo político partidário.

Contudo, a diferença entre Andreia e as demais participantes da pesquisa consiste no fato de ela ter obtido êxito em sua luta política partidária, ao passo que as demais lideranças nevensenses vivenciam altos e baixos em sua luta diária. Mas isso não torna a vida de Andreia menos desafiadora. Como já foi mencionado, ela enfrenta diversos processos de violências de cunho misógino e de racista na Assembleia e passou a sofrer violência política intensamente em seu cotidiano, fenômeno que demonstra suas piores dimensões quando sua vítima é uma mulher negra empoderada.

A escolha da biografia de Andreia de Jesus para fechar estas Considerações finais tem, como pano de fundo, partir da busca por semelhanças, entre ela e as demais interlocutoras, para apresentar uma síntese da resposta de pesquisa. Embora, ela, diferentemente das demais, não tenha sua atuação restrita somente à cidade e, neste momento, ocupe um espaço no Legislativo estadual, a sua trajetória, assim como a das outras, começa no engajamento comunitário nevenense.

A partir dessa semelhança, é possível retornar à questão de pesquisa, apresentada na Introdução. Nela, buscava-se compreender como o estigma do território afeta a vida das mulheres lideranças comunitárias de Ribeirão das Neves. Deve-se compartilhar que, no decorrer do trabalho de campo, houve angústia na delimitação do problema de pesquisa. Em função das mulheres pouco falarem sobre as situações de estigma durante a entrevista, gerou-se a impressão de que a pergunta não fazia sentido para elas. Em uma primeira leitura sobre essa ocorrência, deduziu-se que, por se tratarem de lideranças, elas já estariam empoderadas o suficiente para simplesmente ignorar o estigma da cidade e que não seriam afetadas como as outras pessoas da cidade.

Todavia, ao avançar na análise do material coletado, principalmente nos registros do caderno de campo, foi-se entendendo que essa percepção sobre a questão de pesquisa era equivocada. Ela não era algo incoerente, pelo contrário. Ao revisar os escritos sobre as observações em campo, em especial os que registravam os momentos de observação em eventos públicos, tanto presenciais (rodas de conversa, audiências, cursos), quanto online (*lives*, rodas de conversa e debates nos comentários de publicações das redes sociais), pôde-se perceber que a questão era bastante oportuna, pois permite obter uma resposta com uma dupla dimensão.

Na primeira dimensão, o estigma marca um processo de exclusão que afeta a autoestima dessas mulheres. Com isso, não se faz referência à autoestima em relação ao corpo, mas aquela referente ao sentimento de dignidade. Isso porque, quando alguém desmerece a cidade de Ribeirão das Neves, ataca, em um plano simbólico, uma conquista concreta e muito importante para essas mulheres, seu território, sua moradia. É a realização do sonho da casa própria das pessoas de classe popular que é atacado quando Ribeirão das Neves é estigmatizada. Nesse contexto, são as mulheres que vão encarar o problema. Diferentemente dos homens, que pensam em sair da cidade. Para elas, mudar não é uma possibilidade, mas lutar sim. Essa percepção vai ao encontro da fala de uma das interlocutoras:

E aí, quando você fala das mulheres e dos homens, eu acho assim que as mulher, talvez por essa questão, o compromisso com a família, o compromisso com a comunidade – e isso tem muito a ver com o conservadorismo católico, cristão, evangélico agora também; com uma questão religiosa – é muito grande. Então, as mulheres não desistem disso. Elas não abrem mão desse laço. Os homens não têm essa responsabilidade, sabe? Os homens solteiros, mano, vazam. Né? Não tem filho... Os casados também, que as mulheres criam os filhos sozinhas, vazam. Não têm esses laços comunitários estabelecidos de igreja, de associação comunitária, de não sei o quê, então não tem por que ficar aqui, né? Tipo, nesse sentido: “Ah, eu odeio esse lugar, na primeira oportunidade eu vou sair.” As mulheres, eu acho que elas criam essa responsabilidade, sabe? Elas se desenvolvem mesmo. Por conta da família, a primeira coisa: “Eu não vou abandonar os meus filhos, eu não tenho para onde ir, eu vou ficar aqui, então eu preciso lutar por esse lugar”, mas também por essa responsabilidade. Neves é um lugar de solidariedade, assim, gigante, sabe? De as pessoas compartilharem: “Ah, não, eu ganhei uma cesta, estou passando fome, mas eu vou dividir essa cesta com fulano, até a gente tentar conseguir outra cesta”. Sabe? (SARA ALANA, 2021).

Sara Alana reflete nesta fala sobre o engajamento comunitário, enquanto um compromisso coletivo ser acentuado em uma perspectiva de gênero. Isso explica a presença majoritária das mulheres no protagonismo local, o que implica um trabalho de cuidado comunitário. Por isso, é possível notar uma diferença entre homens e mulheres que residem no

território: enquanto elas ocupam lugares de participação social visando melhorias, os homens exprimem o desejo de sair da comunidade.

Na segunda dimensão e diante das observações em campo, junto de outros exemplos empíricos, deduz-se que as lideranças pertencentes a um grupo social que passa por um processo de estigmatização tendem a lidar de forma diferente com o estigma, embora elas sejam atingidas na mesma proporção que as demais. Acabam utilizando problemas decorrentes do estigma como um elemento discursivo mobilizador, buscando ressignificar e anular os efeitos do estigma. Não é por acaso que uma das redes composta de diversos movimentos e organizações da cidade é intitulada “Rede Nós Amamos Neves”. Algo similar ocorre quando o movimento negro busca ressignificar a estética do cabelo afro. Trata-se de um movimento de positivar aquilo que é visto ou associado ao negativo, de uma contraposição discursiva. Ou seja, trata-se de apresentar uma narrativa que contrapõe aquela que é adotada nos discursos estigmatizantes.

Isso ocorre porque o movimento social realiza um trabalho de letramento que é iniciado com suas lideranças. É um processo de empoderá-las para que os efeitos do estigma sejam um elemento de revolta, e não de vergonha ou constrangimento. Por isso, após esse processo de empoderamento, as pessoas engajadas em movimentos sociais passam a entender e enfrentar o estigma de forma diferente. Porém, é sua posição simbólica enquanto liderança que, na maioria das vezes, proporciona essa mudança de concepção, pois essas pessoas deixam de ver o estigma por uma ótica individual e passam a encará-lo como problema coletivo.

Esses são os elementos de suas vivências no cotidiano que, articulados com os processos formativos de educação popular, permitem essa tomada de consciência. Pôde-se observar que as interlocutoras da pesquisa, enquanto pessoas engajadas em ações comunitárias, ocupam um lugar no qual adquirem o conhecimento extraído de suas experiências e que as proporcionam uma bagagem educativa. Elas aprendem e ensinam formas de combater o estigma, passando a vivenciar o processo em uma perspectiva ressignificada, dado que, na maioria das vezes, seu próprio envolvimento comunitário parte de sua indignação e descontentamento com os efeitos do processo de estigmatização. Seu engajamento pauta-se direta ou indiretamente pela problematização desse fenômeno.

A estigmatização do território de Ribeirão das Neves é uma problemática concreta, e diversos relatos e dados apresentados nesta tese comprovam esse fenômeno. Porém, as mulheres, em especial as lideranças, tendem a encarar e vivenciar esse problema de forma peculiar.

Em Ribeirão das Neves, ao mesmo tempo que elas emergem como uma resistência, sua atuação comunitária ressignifica suas vidas e permite o trânsito em diferentes instituições, a ampliação de suas rede de contato e a aquisição de diferentes saberes. Por isso, é possível analisar o envolvimento delas com um movimento social enquanto um dispositivo de acesso a diferentes capitais sociais, que, por sua vez, impactam tanto no processo subjetivo – no qual elas se percebem e se constroem enquanto militantes e empreendedoras morais (cf. BECKER, 2008) –, quanto no engajamento em agendas políticas nas esferas pública governamental e não governamental.

Neste contexto, emerge a Pedagogia da Sororidade. Ela se fundamenta e se faz no exercício do cuidado cotidiano, que se estrutura por meio de um trabalho que é extremamente invisibilizado e desvalorizado no sistema capitalista-patriarcal atual e que tem provocado reações agressivas de promotores do pensamento conservador e, até mesmo, fascista. Isso tem fortalecido o bolsonarismo, justamente por ser protagonizado e realizado por mulheres.

Ousa-se dizer que as práticas que atravessam essa pedagogia são ferramentas para pensar ações e protocolos que de fato reduzam as desigualdades sociais em suas mais diversas dimensões, em particular as desigualdades de gênero, raça e classe.

Ao se pautar em um senso comunitário e valorizar ações em uma perspectiva coletiva, a Pedagogia da Sororidade contrapõe-se radicalmente aos princípios neoliberais, forjados no mito da meritocracia e no enaltecimento do individualismo. Nesse sentido, pode-se citar a rivalidade entre os sujeitos como um projeto neoliberal, uma vez que, quando mulheres competem com outras mulheres, elas estão aderindo à valores individualistas e renunciando à coletividade.

Quando se pensa o Feminismo como um projeto de sociedade que se defronta com o Capitalismo (cf. FRASER, 2009; DAVIS, 2016), faz muito sentido pensar a competitividade entre as mulheres como uma ferramenta a serviço do pensamento liberal e que abafa processos de reparação histórica a favor das mulheres, das pessoas negras e da promoção efetiva da justiça social.

Ao buscarem se fortalecer e apoiar as campanhas umas das outras na disputa eleitoral, como fez o Coletivo de Mulheres Nevenses, elas quebram essa ideia de competitividade. O próprio fato de mulheres serem a maioria no movimento de economia solidária é outro exemplo que ilustra um contraponto a essa lógica neoliberal.

Não é por acaso que o neoliberalismo sequestrou termos políticos que são instrumentos discursivos do movimento de mulheres, como “empoderamento” e “autonomia”. Ao distorcer

os significados coletivos e os aspectos colaborativos criados pelo movimento para essas palavras, seu uso passa a ser operacionalizado para reforçar narrativas meritocráticas e individualistas.

Em vista do que foi apresentado, o presente trabalho reflete uma dimensão local (micro) a partir da experiência das lideranças de Ribeirão das Neves de um fenômeno do Sul global (macro): a resistência das mulheres de classes populares, em especial mulheres negras, diante de um sistema de opressão multifacetado e patrocinado pelo sistema capitalista e patriarcal.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. A gestão do social e o mercado da cidadania. In: CABANES, R., RIZEK, C., TELLES, V. d., & GEORGES, I. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo. 2011. p.297-316.
- AGAMBEM ET A. *Sopa de Wuhan*. 1a ed. [s.l.] ASPO, 2020.
- ALMEIDA, H.; SIMÕES, J.; MOUTINHO, L.; SCHWARCZ, L. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo et al. (Org.). *Marcadores Sociais da Diferença: Gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome; Gamma, 2018. p. 9-30.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019. (Feminismos plurais).
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu* (Unicamp). Campinas, v. 43, p. 13–56, dez. 2014.
- ALVAREZ, E. S. A "globalização" dos feminismos Latino-Americanos: Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: Alvarez, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p.383-426.
- AVRITZER, L. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.
- BABBIE, E. *The practice of social research*. 10th edition. Belmont, CA. Wadsworth/Thompson Learning, 2004.
- BECKER, H. *Método de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Huditec, 1993.
- BECKER, H. S. *Segredos e Truques da Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BECKER, H. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar. 2012.
- BECKER, H; S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.
- BERTAUX, D. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Acta Sociológica*, v. 1, n. 56, p. 61, 18 out. 2011.
- BERTAUX, D. *Les récits de vie: perspective ethnosociologique*. 3. ed. Paris: Nathan Université, 2010.
- BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2020. (Feminismos plurais).
- BEZERRA, L. M. P. DE S. *Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: Lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC.

Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16654>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

BEZERRA, L. M. P. DE S. Sentidos da Pobreza e do viver em territórios estigmatizados: Versos de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-CE. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 5. 2011, *Anais* [...] São Luís: UFMA, 2011. p.1-12. Disponível em: < <https://abrir.link/ZoVze>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BIRMAN, Apresentação. In: CUNHA, N. V., & FELTRAN, G. S. (Org.). *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Lamparina. 2013. p.7-9.

BOURDIEU, P. Compreender. In:_____. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 693-732.

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In:_____. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 159-175.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel,1989.

BOURDIEU, P. O senso prático. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2011.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus editora, 1996.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Covilhã: LusoSofia.Press, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://shre.ink/ctXS>>. Acesso em: 1 jan. 2021.

BRITO, G. T. G. *O lugar e a identidade quilombola: uma abordagem sobre o processo histórico da Irmandade do Rosário, em Ribeirão das Neves (MG)*. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

BRITO, M. M. A. Introdução à amostragem. In: SESC; CEBRAP (Org.). *Métodos em pesquisa em Ciências Sociais - Bloco quantitativo*. São Paulo: SESC; CEBRAP, 2016, p. 32-51.

CABANES, R. GEORGES, I. Conclusão. In: CABANES, R., RIZEK, C., TELLES, V. d., & GEORGES, I. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo. 2011. p.297-316

CABANES, R.; RIZEK, C.; TELLES, V.; GEORGES, I. *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CAMPOS, P. R. *O município de Ribeirão da Neves um “bairro popular” em um centro metropolitano*. 2009. Dissertação (Mestrado em arquitetura) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/RAAO-7YKFL6>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. (2018). O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. Brasília: *Anuário Antropológico*, v 31, n. 1, p. 9–30. 04 jun. 2007.

CARNEIRO, S “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: *Racismos Contemporâneos*, Rio de Janeiro: Takano Editores. 2003.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, S.; SANTOS, T.; COSTA, A. *Mulher negra. Política governamental e a mulher*. São Paulo: Nobel, 1985.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado* (UnB), Brasília. v31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA. H. B. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-312.

COSTA, S. G. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar* (UFSC). Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, 2009.

COSTA. A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista gênero* (UFF). Niterói, v. 5, n. 2, 2005.

CUNHA, N. V., & FELTRAN, G. S. *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. FAPERJ: Lamparina. 2013

DAGNINO, E. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. Boitempo Editorial, 2016.

DEL PRIORE, M. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 1997.

DEL PRIORE, M. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. São Paulo: Planeta, 2020.

DESCARRIES, F. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. *Textos de História* (UnB). Brasília, v. 8, n. 1/2, p. 9-44, 2000.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, v. 19, p. 13–30, abr. 1998.

ELIAS, N. *A Sociedade Dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FACIOLI, L.R.; GOMES, S. S. R. O ativismo feminista online no Brasil: aportes para uma agenda em construção. *Civitas-Revista de Ciências Sociais* (PUCRS). Porto Alegre, v. 22, p.1-11. 2022.

FALCÃO; A.L.T.; AMARAL, T. L. O.; SILVA, V. Z. Gestão das águas na Ocupação Urbana Tomás Balduino: levantamento das práticas socioespaciais *In: GUIDYON, A. (Org.). Ribeirão das Neves: pesquisa cultura e novos tempos*. São Paulo: Estúdio Aspas, 2021. p. 85-104.

FAVRET-SAADA J. “Ser afetado”. São Paulo: *Cadernos de Campo*, v. 13, n. 13, p. 155-161, 30 mar. 2005.

FELTRAN, G. DE S. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia* (USP), São Paulo. v. 53, p. 1-46, 2010.

FERREIRA, D. C.; RODRIGUES, C. O.; CUNHA, S. M. S. (Org.). Observatório eleitoral – Relatório. 2. *Violência política contra a mulher – Relatório 2020-2021*. Brasília: Transparência Eleitoral Brasil, 2021. 159p, Disponível em: <<https://doi.org/10.29327/551520>>. Acesso em: 13 out. 2022.

FONSECA. C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade* (USP), São Paulo. v.14, n.2, p.50-59, mai./ago. 2005.

FONTES, V. Prefácio na tragédia da pandemia. *In: BRAVO, M. I. S; MATTOS, M. C.; FREIRE, S. M. (Org.). Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 11-19.

FOOTE-WHYTE, W. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*. Natal, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo* (USP). São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações-Revista de Ciências Sociais, Revista de Psicologia*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

GABINETONA: *In: Memória Gabinetona* [Site]. 2022. Disponível em: <<https://memoria.gabinetona.org>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GALDEANO. A. P. A gestão social da violência: de como ativistas de direitos humanos, líderes de associações de bairro e evangélicos se mobilizam. *In: CUNHA, N. V., & FELTRAN, G. S.*

(Org.). *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Lamparina. 2013. p.7-9.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEORGES, I. Entre discriminação e o reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo. In: CABANES, R., RIZEK, C., TELLES, V. d., & GEORGES, I. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo. 2011. p.297-316.

GEORGES, I; SANTOS, Y. G. A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo. In: CUNHA, N. V., & FELTRAN, G. S. (Org.). *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Lamparina. 2013. p.159-177.

GEORGES, I; SANTOS, Y. G. *As novas políticas sociais brasileiras na saúde na assistência: produção local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço; 2016.

GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. Petrópolis; 2009.

GOFFMAN, E. *Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GOMES, N. L. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: LIMA, M.; RIOS, F. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

GRADA, K. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

GUIDYON, A. (Org.). *Ribeirão das Neves: pesquisa cultura e novos tempos*. São Paulo: Estúdio Aspas, 2021. p. 149-163.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HERZOG, H. On Home Turf: Interview Location and Its Social Meaning. *Qualitative Sociology*, v. 28, n. 1, p. 25–47, mar. 2005.

HINE, C. *Virtual ethnography*. London; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2000.

HIRANO, L. F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, L. F. K.; ACUÑA, M.; MACHADO, B. F. (Org.). *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 27-54.

HIRATA, D. V. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://abrir.link/L9BsD>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

HOOKS, B. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

IBGE. *Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

INGOLD, T. Antropologia não é etnografia. In: _____. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

JENSON, J. Políticas Públicas e Investimento Social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres? *Estudos de Sociologia (Unesp)*. Araraquara, v. 17, n. 32, p.87-106, 2012.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et. al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

LAGARDE, M. La soledad y la desolación. *Consciencia y Diálogo*, v. 3, n. 3, p. 198-200, 2012.

LE VEN M. M; AUGUSTO, R. C. Afeto e política: por uma Neves da gente. In: GUIDYON, A. (Org.). *Ribeirão das Neves: pesquisa cultura e novos tempos*. São Paulo: Estúdio Aspas, 2021. p. 149-163.

LE VEN M. M; AUGUSTO, R. C.(Org.). *Memórias vivas de 1968: a prisão dos padres franceses e do diácono brasileiro em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2017.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, M. P.; SILVA, L. A. M. Circulação e fronteiras do Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contexto de “pacificação”. In: CUNHA, N. V., & FELTRAN, G. S. (Org.). *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Lamparina. 2013. p.190-218.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: *UnB*, 2002. (Série Antropologia nº 322).

LORDE, A. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MAGALHÃES, J. C. As entidades sociais e o surgimento de uma gestão concorrencial do engajamento cívico. In: CABANES, R., RIZEK, C., TELLES, V. d., & GEORGES, I. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo. 2011. p.257-278.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (ANPOCS), São Paulo. v. 17, n. 49, p.1-34, jun. 2002.

MAGNANI, J. G. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MAGNANI, J. G. O velho e bom caderno de campo. *Revista Sexta-Feira (USP)*, São Paulo. v. 1, n. 1, p. 8-12, 1997.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. 1. Ed. São Paulo: Abril Cultural. 1978.

MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. *REIS - Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, s/v. n. 62, pp. 145-168, 1993.

MANNHEIM, K. Sociologia. In: FORACCHI, M. M. (Org.). *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais).

MATOS, M.; ALVAREZ, E. S. As CNPMs e a configuração do campo feminista: sidestreaming e mainstreaming através do “feminismo estatal participativo. In: MATOS, M.; ALVAREZ, E. S. (Org.). *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres*. Vol 2. Porto Alegre: Zouk, 2018.

MATOS, M. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: *38º. Encontro Anual da ANPOCS*, 2014, Caxambu. *Anais Ed. 38. encontro ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2014. v. 1. p. 01-28.

MATOS, M. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: Denise Paiva. (Org.). *Mulheres, Poder e Política: a experiência do Brasil e do Canadá*. 1 ed. Goiânia: Editora da Universidade de Goiás, 2011, v. 01, p. 22-54

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista de Sociologia e Política (UFPR)*. Curitiba. v. 18, n. 36, p. 67–92, jun. 2010.

MATOS, M. Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010. *Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política*, v. 2, p. 31-59, 2010b.

MELO, W.; VIEIRA, S. C. A exaltação polissêmica do conceito de território: uma nova abordagem no efêmero período das políticas brasileiras de desenvolvimento territorial. Pelotas: *NORUS (Novos Rumos Sociológicos)*. v. 6, n. 10, p. 73-98, ago./dez. 2018.

MENEZES, M.; RAMOS, T. B. Da periferia a partir da intervenção de uma certa ideia de insegurança: o caso do bairro de Chelas em Lisboa. In: CUNHA, N. V., & FELTRAN, G. S. (Org.). *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Lamparina. 2013. p.146-158.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINAS GERAIS, *Programa Fica Vivo!* Secretaria de Segurança do Estado, 2003. Disponível em: <https://abrir.link/RwXfg>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MOLYNEUX, M. *Change and continuity in social protection in Latin America*. Ginebra: Unrisd, 2007.

MOLYNEUX, M. Mothers at the service of the new poverty agenda: progress/oportunidades, Mexico's conditional transfer programme. *Social Policy & Administration*, v. 40, n. 4, p. 425-449, 2006.

NASCIMENTO, B. *Uma história feita por mãos negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

NISBET, R. A. A sociologia como uma forma de arte. *Plural -Revista de Ciências Sociais (USP)*, São Paulo. v. 7, n. 1, p. 111–130, 2000.

NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, A. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Editora Veraz e Unitrabalho, 2003. Disponível em: < <https://abrir.link/VhCpu> >. Acesso em: 10 abr. 2022.

OLIVEIRA, F. Privatização do Público, Destituição da Fala e Anulação da Política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. (Org.). *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

ONU MULHERES. Prevenir a violência contra as mulheres nas eleições: Um guia Programático. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Brasília: 2020. Disponível em: < <https://abrir.link/nrBLp>>. Acesso em: 14 out. 2022.

ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle; LAMPHRE, Louise. (Orgs.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.95-120.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377–391, dez. 2014.

PEIXOTO, G. Assembleia de Minas: Andréia de Jesus sai do PSOL e vai para o PT. Estado de Minas. Belo Horizonte, 01 de abr. de 2022. Seção Política. Disponível em: <<https://abrir.link/Wjx1Ic>>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.

PEREIRA, E. C. *Complexo penal De Ribeirão Das Neves/MG: primeira experiência brasileira de parceria público-privada no sistema prisional*. 2019. Dissertação (Mestrado em direito). Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14484>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

PEREIRA; J. A. *A participação de mulheres na economia solidária como uma estratégia de enfrentamento às violências de gênero na região serrana de Santa Catarina*. 2021. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo. Disponível em: < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9816>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PINTO, C. R. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PINTO, F.; DECOTHÉ, M.; LIMA, B. Pesquisa Violência Política de Gênero e Raça no Brasil - 2021: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas. *Instituto Marielle Franco*: Rio de Janeiro, Brasília: 2021. Disponível em: <<https://www.violenciapolitica.org/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

PINTO, F. E. Cartas de Sesmaria. In: MOTTA, M.; GUIMARÃES, E. *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011. p. 29-36.

PLANT, S. A Mulher Digital. *O feminismo e as novas tecnologias*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

QUILOMBO N.S DO ROSÁRIO. *Postagem de Indignação Quilombo N. S. do Rosário*. Ribeirão das Neves, 27 out 2022. Instagram: @quilombo_justinopolis. Disponível em:<<https://www.instagram.com/p/CkMsn17M1bo/>>. Acesso em: 28 out. 2022.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática: 1993.

RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar - Brasil: 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra,1985.

RAGO, L.M. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

REZENDE, O. Prefácio. In: LE VEN M. M; AUGUSTO, R. C. (Org.). *Memórias vivas de 1968: a prisão dos padres franceses e do diácono brasileiro em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2017. p. 15-19.

RIBEIRÃO DAS NEVES (MG). Decreto nº16/2009, de 19 de fevereiro de 2009. *Diário Oficial do Município*. Disponível em: < <https://abrir.link/BtFY7>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RIBEIRÃO DAS NEVES (MG). Projeto de Lei nº 049-C/2019, 2009. *Câmara Municipal de Ribeirão das Neves*. 2019.

RIBEIRO D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, U. C. Participação Política E As Relações De Gênero: O caso do Orçamento Participativo de Belo Horizonte. 2015. Rede Orçamento Participativo no Brasil. *Rede Orçamento Participativo no Brasil*. SOCIOECO.ORG. Disponível em: < <https://bityli.com/ZWMx9>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

RIZEK, C. S. Políticas Sociais e Políticas de Cultura: territórios e privatizações cruzadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*. v. 15, n. 2, p. 199-199, 2013.

RIZEK, S. R. Intervenções urbanas recentes na cidade de São Paulo: processos, agentes, resultados In: CABANES, R., RIZEK, C., TELLES, V. d., & GEORGES, I. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo. 2011. p. 339-158.

ROCHA, C. H.; VITOI, C. A. A. Presídios brasileiros e parceria público-privada: o caso de Ribeirão das Neves/MG e a atratividade econômico-financeira ao privado. *Práticas de Administração Pública*. v. 5, n. 2, p. 2-19. 02 fev. 2022 [2021].

RODRIGUES, C.; DE ABREU, M. S. “MARIELLE VIROU SEMENTE”: A eleição de Áurea Carolina e Talíria Petrone como resistência às violências sofridas por corpos de mulheres negras. In: COMPOLÍTICA – Política e Comunicação Pós-Eleições no Brasil”, 8, 2019, Brasília. Anais [...]. Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/7FLt9>. Acesso em: 8 de dez. 2023.

ROSAS, N. *Cultura evangélica e “dominação” do Brasil: música, mídia e gênero no caso do Diante do Trono*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais - PPGS/UFMG. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://abrir.link/cIAZQ>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALGADO, A. S.; ELIZIO, T. Ensaio sobre Ribeirão das Neves e as políticas públicas In: GUIDYON, A. (Org.). *Ribeirão das Neves: pesquisa cultura e novos tempos*. São Paulo: Estúdio Aspas, 2021. p. 127-148.

SALGADO, A. N. O processo de ocupação territorial da cidade de Ribeirão das Neves (RMBH) – Notas sobre o impacto socioambiental. In. V Simpósio do Instituto De Ciências Sociais - Meio Ambiente e Direito à Vida: 5, 2016, *Portal de eventos acadêmicos PUC Minas*, s/p. Disponível em: <<https://abrir.link/4C0D2>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

SANTOS, M. R. S.; MUSSE, R.; CATANI, A. M. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. *Revista Eletrônica de Educação (UFSCar)*. São Carlos, v.14, p. 1-19, jan./dez. 2020.

SANTOS, Y. G. DOS. Uma mobilidade social localizada: a carreira biográfica de uma artesã do sertão mineiro. *Contemporânea – Revista de Sociologia (UFSCar)*. São Carlos, v. 9, n. 3, p. 771–802, 2019.

SANTOS, Y.G. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu (Unicamp)*. Campinas, v. 27, p. 401-426, dez 2006.

SANTOS, Y. G. Interrupções e recomeços: aspectos da trajetória das mulheres chefes de família monoparental de cidade Tiradentes. In: CABANES, R., RIZEK, C., TELLES, V. d., & GEORGES, I. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo. 2011. p.417-435.

SANTOS, Y. G. Interrupções e recomeços: aspectos das trajetórias das mulheres chefes de família monoparental de cidade Tiradentes. In: CABANES, R., RIZEK, C., TELLES, V. d., & GEORGES, I. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo. 2011. p. 417-436.

SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH* (UFBA), Salvador. v. 24, n. 61, p. 51-61, jan./abr. 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade* (UFRGS). Porto Alegre, V. 2, n. 20, p. 71–99, 1995.

SILVA, O. H. R.; STEPHAN, I. I. C. O Plano Diretor de Ribeirão Das Neves - MG: análise de uma cidade fora do plano. *GC - Revista Nacional de Gerencialmente de Cidades*. V. 3, n. 16, pp. 69-85. 2015.

SOUSA, E. A. *Alternativas públicas não estatais para provisão de habitação Popular: o caso do “bairro metropolitano”, em Ribeirão das Neves*. 2002. Dissertação (Mestrado Em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Gestão Das Cidades. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, Belo Horizonte, 2002.

SOUZA, J. A. *Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) CEDEPLAR, 2008: Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

TONY CRIATIVA. *Olhares Marginais*. Direção e Produção: Tiago Toth. Edição: Felipe Marcondes. Ribeirão das Neves: Tony Criativa, 2021. 1 vídeo (61 min). Disponível em: <<https://youtu.be/shrteMrabPk>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

TRAT, J. Movimentos sociais. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 149-153.

TRONTO, J. C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR A. M.; BORDO S.R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203. (Gênero; 1).

VALLEJO, L. R. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. Niterói: *Geographia*, v. 4, n. 8, p. 57-78, 21 set. 2002.

VEE, B. *Poesia de Status*. Ribeirão das Neves, 2020-2022. Instagram: @poesia.destatus. Disponível em: <<https://www.instagram.com/poesia.destatus/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

VELHO, G. *O Desafio da Cidade—Novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VIEIRA, A. K. “Fechar uma prisão, abrir uma escola”: o movimento pela transformação de uma penitenciária em universidade. 2022. Artigo (Especialização em Direito Humanos na América Latina) - Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História – ILAACH, Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <<https://abrir.link/mRQ23>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

VIEIRA, S. L. A arte, a identidade e as outras potencialidades da população negra de Ribeirão das Neves In: GUIDYON, A. (Org.). *Ribeirão das Neves: pesquisa cultura e novos tempos*. São Paulo: Estúdio Aspas, 2021. p. 55-61.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado* (UnB). Brasília, v. 25, n. 2, p. 205–224, ago. 2010.

WELLER, W. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias* (UFRGS). Porto Alegre, n. 13, p. 260–300, jun. 2005.

ZALUAR, A. *A máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GLOSSÁRIO DE EXPRESSÕES ÊMICAS

Barracão: Pequena construção localizada nos fundos de um terreno.

Batistério: Forma como a certidão de nascimento era chamada antigamente.

Bicho solto: No contexto, a interlocutora, utiliza a expressão para fazer referência ao fato de não querer ser vinculada a uma gestão de governo.

Casa autoconstruída: Casa que a proprietária (o) faz a construção da própria casa. Na maioria das vezes, vai fazendo a construção aos poucos, com ajuda da rede familiar e amigos.

Cê: O mesmo que você.

Centro: Região Sede.

Conferências: São grupos locais vinculados a Igreja Católica. Geralmente possuem um caráter permanente (se reúnem com frequência) e buscam homenagear uma Santa ou um Santo específico. Esses grupos são responsáveis pela organização de reuniões e eventos religiosos, além de desenvolverem um trabalho assistencialista junto as pastorais da igreja e a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP).

Congadeira: Adepta ou participantes de um Congado.

Corre: Resolver uma situação ou buscar atender uma necessidade.

Ene coisas: Equivalente a vários motivos.

Esquerdista: Pessoa que tem orgulho em ser e defender as bandeiras e partidos de esquerda.

Fama da cidade: Essa expressão é utilizada para falar sobre o estigma da cidade. Não carrega um conotação positiva.

Famílias tradicionais: No território a expressão “famílias tradicionais é utilizada para identificar famílias que residem na região central, não são necessariamente famílias ricas nem as mais antigas (pois o quilombo seria família mais antiga da cidade).

Formiguinha: Trabalhadora/trabalhador de campanha eleitoral, responsável pelo trabalho de base.

Julgo: No contexto, a interlocutora, utiliza julgo como equivalente as determinações da Igreja.

Linha de frente: Forma de identificar a liderança responsável por grupo ou um ação.

Lulista: Pessoa que nutre grande admiração pelo Presidente Lula

Mano: Diferente do contexto paulista. Em Neves, o uso da expressão “mano” aparece como um vício de linguagem, equivalente a “tipo assim”.

Nesguinha: Pequeno pedaço de tecido.

Nevense: Aquela ou aquele que nasceu em Ribeirão das Neves. Todavia, é utilizado para designar aquela ou aquele que possui orgulho em residir na cidade.

Neves: Uma forma muito recorrente para se referir a cidade.

Outra pegada: Equivalente a “outra forma” ou “de outra maneira.

Ow: Uma onomatopeia utilizada para chamar atenção.

Parlamentar: Segundo as interlocutoras, é aquele que ocupa um cargo político legislativo que faz muitos discursos e promessas, todavia, quase não elabora projetos ou realiza ações no território.

Reinado: Para se referir ao quilombo de modo geral e a guarda de Reinado do Quilombo.

Ribeirão: Uma das formas, menos recorrente, para se referir a cidade.

Rixa: Neste contexto, rixa não faz referência a uma luta fisicamente violenta e sim a um relação de hostilidade entre determinados sujeitos ou grupos.

Socialista: No contexto, a interlocutora utiliza a expressão para enfatizar seu posicionamento político de esquerda.

Up: Palavra da língua inglesa que significa "para cima", todavia no contexto da pesquisa, é utilizada para se referir algo que é motivador.

Vermelhinho e Verdinho: É a forma utilizada pelas pessoas residentes em Ribeirão das Neves para diferenciar os veículos que fazem o itinerário interno da cidade (Ônibus com pintura verde - verdinhos) dos veículos que fazem o transporte para Belo Horizonte (Ônibus com pintura vermelha - vermelhinhos).

APÊNDICE A - Roteiro de Comandos

```
clear
set more off
//CRIANDO O LOG DA ROTINA DE COMANDO
log using "/Users/simone/Documents/ANALISE/STATA_ARQUIVOS/NEVES.log", text

// criação de banco de dados exercício
infix
v0001 1-2 v0002 3-7 v0011 8-20 v0300 21-28 v0010 29-44 v1004 51-52 ///
v1006 53 v0502 54-55 v0504 56-57 v0601 58 v6036 62-64 v0606 68 ///
v6400 158 v0637 190 v0640 194 v6527 263-269 v6528 270-278 ///
v0657 319 v0662 351 v6633 357-358 v6121 396-398 ///
using /
Users/simone/Documents/ANALISE/DADOS/2010_CENSO/MG/Pessoas/Amostra_Pessoas_
31.txt
//Salvando o banco de dados da amostra para o Estado de Minas Gerais - 31
save "/Users/simone/Documents/ANALISE/STATA_ARQUIVOS/SIMONE_TESTE1.dta",
repla
```

APÊNDICE B - Sucessão de comandos

```

// para abrir o banco de dados salvo
use "/Users/simone/Documents/ANALISE/STATA_ARQUIVOS/SIMONE_TESTE1.dta",
replace

//conhecendo a variável sexo
(categórica)describe v0601
codebo
ok
v0601
summar
ize
v0601
inspect
v0601
//conhecendo a variável
salário (numérica)describe
v6527
codebo
ok
v6527
summar
ize
v6527
inspect
v6527

*****
*****

* ETAPA 1
*Dar nomes para variáveis

//para banco de dados inicial:
label variable v0001 "UNIDADE DA
FEDERACAO"label variable v0002
"CODIGO DO MUNICIPIO" label
variable v0011 "AREA DE
PONDERAÇÃO" label variable v0300
"CONTROLE"
label variable v0010 "PESO AMOSTRAL INT"
label variable v1004 "CODIGO DA REGIAO METROPOLITANA"
label variable v1006 "SITUACAO DO
DOMICILIO"label variable v0601
"SEXO"

```


label variable v0606 "COR OU RAÇA"
 label variable v6400 "NIVEL DE
 INSTRUÇÃO" label variable v0637
 "VIVE COM CONJUGE" label
 variable v0640 "ESTADO CIVIL"
 label variable v6527 "REND TOTAL JUL2010 EM REAIS"
 label variable v6528 "REND TOTAL JUL2010 EM SM x100000"
 label variable v0657 "TEM REND BOLSA FAMILIA OU PETI JUL2010"
 label variable v6121 "RELIGIAO"
 label variable v0662 "TEMPO DESLOCAMENTO TRABALHO"

* DEFINICAO DE LABELS
 * ETAPA 2

*CRIACAO DE ROTULOS PARA AS CATEGORIAS:

//para variáveis binarias: sim e não

//Serve para ser usado em diferentes categorias. Fica de standby

* Para o código de região metropolitana o dado foi encontrado em:

*<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31%2D47d>

7%2D4485%2Dab65%2Dab0cee9cf8fe&ID=445129&Web=88cc5f44%2D8cfe%2D4964%2D8ff4%2D376

b5ebb3bef

label define metropol 0 "SEM RM/RIDE" ///

1 "MANAUS - AM" 2 "BELÉM - PA" 3 "MACAPA - AP" 4 "SÃO LUÍS - MA" 5

"SUDOESTEMARANHENSE - MA" ///

6 "CARIRI - CE" 7 "FORTALEZA - CE" 8 "NATAL - RN" 9 "CAMPINA GRANDE - PB" 10 "JOAOPESSOA - PB" ///

11 "RECIFE - PE" 12 "AGRESTE - AL" 13 "MACEIÓ - AL" 14 "ARACAJU - SE" 15 "SALVADOR -

BA" ///

16 "BELO HORIZONTE - MG" 17 "VALE DO AÇO - MG" 18 "VITÓRIA - ES" 19 "RIO DE JANEIRO -

RJ" ///

20 "SÃO PAULO - SP" 21 "BAIXADA SANTISTA - SP" 22 "CAMPINAS - SP" 23

"CURITIBA - PR" ///

24 "LONDRINA - PR" 25 "MARINGÁ - PR" 26 "FLORIANÓPOLIS - SC" ///

27 "VALE DO ITAJAÍ - SC" 28 "NORTE/NORDESTE CATARINENSE - SC" 29 "FOZ DO RIO ITAJAÍ

- SC" ///

30 "CARBONIFERA - SC" 31 "TUBARAO - SC" 32 "LAGES - SC" 33 "CHAPECO - SC" 34 "PORTOALEGRE - RS" ///

35 "VALE DO RIO CUIABA - MT" 36 "GOIÂNIA - GO" 37 "Agglomeração Urbana do Nordeste - RioGrande do Sul" ///

38 39 40 "RIDE DO DF E ENTORNO - DF/GO/MG" 41 "RIDE

TERESINA - PI/MA" ///42 "RIDE POLO PETROLINA E JUAZEIRO -

PE/BA", replace

label define parente 1 "Responsavel" 2 "Conjuge sexo diferente" 3 "Conjuge
mesmo sexo" ///

4 "Filho/a do resp&conjuge" 5 "Filho/a do responsável" 6 "Enteado" 7

"Genro ou Nora" ///

8 "Pai,Mae,pad/mad" 9 "Sogro(a)" 10 "Neto(a)" 11 "Bisneto(a)" 12 "Irmã(o)" 13 "Avô ou
Avó," ///

14 "Outro parente" 15 "Agregado(a)" 16 "Convivente" 17 "Pensionista" 18 "Empregado(a)
Doméstico(a)" ///19 "Parente Empregado Doméstico(a)" 20 "Individual em Dom.

Coletivo", replace

label define parentesco 1 "Responsavel" 2 "Conjuge" 3
"parentesco 1º grau" ///4 "parentesco 2º grau e+" 5 "Sem

parentesco", replace

label define sexo 1 "Homem" 2 "Mulher", replace

label define raca5 1 "Branca" 2 "Preta" 3 "Amarela" 4 "Parda" 5 "Indigena", replace

label define instr 1 "S/instrução/fund.incompl." 2 "Fund.compl./médio incompl." 3 "Médio
compl esup.incompl." 4 "Superior compl.", replace

label define civil 1 "Casado(a)" 2 "Separado(a) judicialmente" 3 "Divorciado(a)" 4

"Viúvo(a)" 5 "Solteiro(a)", replace

label define conjuge 1 "Sim" 2 "Nao,já viveu antes" 3 "Não,nunca viveu"

label define domic 1 "Urbana" 2 "Rural", replace

label define bin 1 "Sim" 2 "Não", replace label define byte 0 "Sim" 1 "Não", replace

label define byteINV 0 "Nao" 1 "Sim", replace

label define renda40 0 "SEM RENDA" 1 "Renda até 1SM" 2 "Renda maior 1SM até 3SM"
3 "Renda maiorde 3SM ", replace

label define relig5 0 "Sem religiao" 1 "Cristã CONIC" 2 "Cristã NEO" 3 "Espirita/Afro-
Bras" 4 "Oriental/Outras", replace

label define deslocamento 1 "Até 05 minutos" 2 "De 06 minutos até meia hora"

///

3 "Mais de meia hora até uma hora" 4 "Mais de uma hora até duas
horas" ///

5 "Mais de duas horas"

*ETAPA 3

* Verificando tabelas antes de atribuir labels: tab[var]

* conferindo:tab[var]

tab v1006

tab v0601

tab v0606

tab v1006

tab v0637

tab v0640

tab v0662

* ETAPA 4

*Atribuindo rótulos para as variáveis já existentesl

label values v0001 federacao

label values v1006 domic

label values v1004 metropol

label values v0502 parente

label values v0601 sexo

label values v0606 raca5

label values v6400 instr

label values v0637 conjuge

label values v0640 civil

label values v0657 byteINVI

label values v6121 relig5

label values v0662 deslocamento

* VARIÁVEIS QUE PRECISAM DE CASAS DECIMAIS

*Para que a variável de peso amostral tenha 13 casas decimaisgenerate v0010dec =

v0010/10000000000000 if v0010>0 format %16.13f v0010dec

label variable v0010dec "PESO AMOSTRAL"

*Para que a variável de salários em salários mínimos tenha 5

casas decimaisgenerate v6528dec = v6528/100000 if

v6528>=0

format %9.5f v6528dec

label variable v6528dec "RENDIMENTO TOTAL JULHO 2010 EM SM"

//verificando variável

inspect v0010

inspect v6528

//para as variáveis criadas em razão das casas decimaislabel variable

v0010dec "PESO AMOSTRAL"

label variable v6528dec "RENDIMENTO TOTAL JULHO 2010 EM SM"

* CRIANDO VARIÁVEL TERRITORIO RIBEIRAO NEVES

*

```
// [vneves]
//observando a
variavel de origem
inspect v0002
gen vneves=.
browse v0002 vneves
```

```
replace vneves= v0002 if v0002==54606
```

*mostra a tabela criada tab vneves

*mostrando os valores missingtab vneves, m

```
*****
*****
```

```
// Entendendo tabelas
tab v0606 v0601
tab v0606 v0601 , nofreq row // percentual da
linha tab v0606 v0601 , nofreq col // percentual
da colunatab v0606 v0601 , nofreq row col
tab v0606 v0601 , row col
tab v0606 v0601 , col
```

```
// Para Ribeirão das Neves (v0002==54606)
tab v0606 v0601 if v0002==54606
tab v0606 v0601 if v0002==54606, nofreq row
tab v0606 v0601 if v0002==54606, nofreq col
tab v0606 v0601 if v0002==54606, nofreq row col
tab v0606 v0601 if v0002==54606, row col
tab v0606 v0601 if v0002==54606, col
```

```
*****
*****
```

//CRIANDO VARIÁVEL RELIGIAO 5 CATEGORIAS

// por critério empírico Agrupadas as Igrejas do CONIC como cristãs TRAD

// CONIC - CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTAS:

// Católica - Metodista - Presbiteriana - Anglicana

// demais denominações cristãs neopentecostais juntas

// religiões ocidentais que acreditam em reencarnação agrupadas

```
//observando a variavel de origemcodebook v6121
gen v6121cat5=.
browse v6036 v6121 v6121cat5
```

```
recast byte v6121cat5 //para ocupar menor espaço de memoria format %24.0g v6121cat5
//para ter o numero de caracteres na tabela
```

```
replace v6121cat5=0 if (v6121<10)
```

```

replace v6121cat5=1 if (v6121>=10 & v6121<240 | v6121>=270 & v6121<300)
replace v6121cat5=2 if (v6121>=300 & v6121<=530 | v6121>=240 & v6121<270)
replace v6121cat5=3 if (v6121>=590 & v6121<650)
replace v6121cat5=4 if (v6121>=700 & v6121<900)
browse v6036 v6121 v6121cat5
tab v6121cat5, m
tab v6121cat5

```

```

label variable v6121cat5 "RELIGIAO CAT_5"
label define relig5 0 "Sem religiao" 1 "Cristã CONIC" 2 "Cristã NEO" 3 "Espirita/Afro-
Bras" 4 "Oriental/Outras", replace

```

```

*atribuindo o label para a variavel v6121cat5
label values v6121cat5 relig5

```

```

browse v6036 v6121 v6121cat5
tab v6121cat5, m
tab v6121cat5
// Para Ribeirão das Neves:
tab v6121cat5 if v0002==54606

```

```

// Para Região Metropolitana de BH:
tab v6121cat5 if v1004==16

```

```

// Religião Região Metropolitana de BH:
tab v6121cat5 v0601 if v1004==16
tab v6121cat5 v0601 if v1004==16, nofreq col

```

```

*****
*****

```

*RENDIMENTO

```

//aqui está incluído o valor de pensões e auxílios
//observando a variável de origem
codebook v6528dec //variável com unidades decimais ajustada
inspect v6528dec
describe v6528dec
summarize v6528dec
histogram v6528dec
graph box v6528dec
graph box v6528dec, nooutsides
// até 90% da populacao recebe até 3 S.M.

```

```

*Criando categorias de renda familiar TOTAL JUL/2010 em SM categóricagen v6528cat5=.

```

```

browse v6528dec v6528cat5

```

```

* Criando categorias desde idosos c/ R$0.0 de renda
// opção mais adequada pois 90% pop. recebe até 3 S.M.
// CATEGORIA 4 = A 10SM E +

```

```
// População economicamente ativa e aposentados e pensionistas:
// idade -> v6036 > 15 anos
```

```
replace v6528cat5=0 if (v6528dec>=0.00000 & v6528dec<0.1 & v6036>=15)
replace v6528cat5=1 if (v6528dec>=0.1 & v6528dec<=1 & v6036>=15)
replace v6528cat5=2 if (v6528dec>1 & v6528dec<=3 & v6036>=15)
replace v6528cat5=3 if (v6528dec>3 & v6528dec<=10 & v6036>=15)
replace v6528cat5=4 if (v6528dec>10 & v6036>=15)
```

```
*mostra a tabela criadatab v6528cat5
*mostrando os valores missingtab
v6528cat5, m
```

```
codebook v6528cat5
inspect v6528cat5
describe v6528cat5
summarize v6528cat5
graph box v6528cat5
histogram v6528cat5
```

```
*atribuindo o label para a variavel v6528cat5
label variable v6528cat5 "RENDA TOTAL SM IDOSO CATEGORICA"
label define renda50 0 "SEM RENDA" 1 "Renda até 1SM" 2 "Renda entre 1SM até
3SM" 3 "Renda entre3SM até 10SM" ///
4 "renda maior que
10SM", replacelabel
values v6528cat5
renda50
```

```
// Para Ribeirão das Neves:
tab v0601 v6528cat5 if v0002==54606
// Para Região Metropolitana de BH:
tab v0601 v6528cat5 if v1004==16
```

```
*****
*****
*****
*****
```

```
// Para Ribeirão das Neves e só mulheres:
// raça e renda
tab v0606 v6528cat5 if (v0002==54606 & v0601==2)
tab v0606 v6528cat5 if (v0002==54606 &
v0601==2), nofreq col tab v0606 v6528cat5 if
(v0002==54606 & v0601==2), nofreq row
```

```
// Para Região Metropolitana de BH e só mulheres:
// raça e renda
tab v0606 v6528cat5 if (v1004==16 & v0601==2)
tab v0606 v6528cat5 if (v1004==16 &
```

v0601==2), nofreq col tab v0606 v6528cat5 if
(v1004==16 & v0601==2), nofreq row

*****log close

APÊNDICE C - Tabelas

TABELA 1 - SEXO							
Mulheres de Ribeirão das Neves				Mulheres da RMBH			
	Freq.	Percent	Cum.		Freq.	Percent	Cum.
Mulher	14,608	100.00	100.00	Mulher	208,985	100.00	100.00
Total	14,608	100.00		Total	208,985	100.00	

TABELA 2 - SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO							
Mulheres de Ribeirão das Neves				Mulheres da RMBH			
	Freq.	Percent	Cum.		Freq.	Percent	Cum.
Urbana	14,495	99.23	99.23	Urbana	199,093	95.27	95.27
Rural	113	0.77	100.00	Rural	9,892	4.73	100.00
Total	14,608	100.00		Total	208,985	100.00	

TABELA 3 – ESTADO CIVIL							
Mulheres de Ribeirão das Neves – RN				Mulheres da RMBH			
	Freq.	Percent	Cum.		Freq.	Percent	Cum.
Casado(a)	4,341	35.31	35.31	Casado(a)	65,573	36.14	36.14
Separado(a)	258	2.10	37.41	Separado(a)	4,065	2.24	38.38
Divorciado(a)	451	3.67	41.08	Divorciado(a)	7,717	4.25	42.63
Viúvo(a)	774	6.30	47.38	viúvo(a)	14,479	7.98	50.61
Solteiro(a)	6,469	52.62	100.00	Solteiro(a)	89,610	49.39	100.00
Total	12,293	100.00		Total	181,444	100.00	

TABELA 4 – VIVE COM O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO							
Mulheres de Ribeirão das Neves				Mulheres da RMBH			
	Freq.	Percent	Cum.		Freq.	Percent	Cum.
Sim	5,814	47.30	47.30	Sim	81,566	44.95	44.95
Não, viveu antes	2,229	18.13	65.43	Não, viveu antes	34,452	18.99	63.94
Não, nunca viveu	4,250	34.57	100.00	Não, nunca viveu	65,426	36.06	100.00
Total	12,293	100.00		Total	181,444	100.00	

TABELA 5 - RELIGIÃO							
Mulheres de Ribeirão das Neves				Mulheres da RMBH			
	Freq.	Percent	Cum.		Freq.	Percent	Cum.
Sem religião	1,187	8.14	8.14	Sem religiao	11,092	5.31	5.31
Cristã CONIC	7,127	48.89	57.03	Cristã CONIC	127,837	61.23	66.54
Cristã NEO	5,754	39.47	96.50	Cristã NEO	61,274	29.35	95.89
Espirita/Afro-Bras	161	1.10	97.61	Espirita/Afro-Bras	5,256	2.52	98.41
Oriental/Outras	349	2.39	100.00	Oriental/Outras	3,323	1.59	100.00

TABELA 6 – TEMPO DE DESCOLACAMENTO PARA O TRABALHO							
	Mulheres RN			Mulheres da RMBH			
	Freq.	Percent	Cum.	Freq.	Percent	Cum.	
Até 5 minutos	214	4.74	4.74	5,388	8.35	8.35	
De 6 min. até meia hora	920	20.36	25.10	27,024	41.88	50.23	
Mais de meia hora até 1 hora	1,337	29.59	54.69	19,886	30.82	81.05	
Mais de 1 hora até 2 horas	1,767	39.11	93.80	11,076	17.17	98.22	
Mais de 2 horas.	280	6.20	100.00	1,148	1.78	100.00	
Total	4,518	100.00		64,522	100.00		

TABELA 7- EDUCAÇÃO						
Nível de Instrução	Mulheres RN			Mulheres da RMBH		
	Freq.	Percent	Cum.	Freq.	Percent	Cum.
Sem instrução e fundamental completo	9,288	63.58	63.58	110,889	53.06	53.06
Fund. completo e médio incompleto	2,265	15.51	79.09	31,740	15.19	68.25
Médio Completo e superior incompleto	2,636	18.04	97.13	47,052	22.51	90.76
Superior Completo	291	1.99	99.12	17,741	8.49	99.25
Não determinado	128	0.88	100.00	1,563	0.75	100.00
Total	14,608	100.00		208,985	100.00	

TABELA 8 - PROGRAMAS SOCIAIS						
	Mulheres de Ribeirão das Neves			Mulheres da RMBH		
	Freq.	Percent	Cum.	Freq.	Percent	Cum.
Não	11,132	90.56	90.56	170,434	93.93	93.93
Sim	1,147	9.33	99.89	10,856	5.98	99.92
Ignorado	14	0.11	100.00	154	0.08	100.00
Total	12,293	100.00		181,444	100.00	







TABELA 9 – COR OU RAÇA							
Mulheres de Ribeirão das Neves				Mulheres da RMBH			
	Freq.	Percent	Cum.		Freq.	Percent	Cum.
Branca	3,919	26.83	26.83	Branca	80,262	38.41	38.41
Preta	1,872	12.81	39.64	Preta	20,918	10.01	48.41
Amarela	283	1.94	41.58	Amarela	2,770	1.33	49.74
Parda	8,492	58.13	99.71	Parda	104,727	50.11	99.85
Indígena	42	0.29	100.00	Indígena	303	0.14	100.00
Total	14,608	100.00		Total	208,985	100.00	

APÊNDICE D - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidada (o) a participar como voluntária (o) da pesquisa de Doutorado: “Mulheres do Veneza: ações e resistências de moradores de um território estigmatizado”, coordenada pela pesquisadora **Profa. Dra. Yumi Santos** e sua orientanda de doutorado, **Simone Mestre**, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Nosso **OBJETIVO** é compreender como é a realidade das mulheres da região do Veneza e como o estigma social em torno da imagem de Ribeirão das Neves afeta a vida das moradoras.

COMO FAREMOS ISSO?

<p>1º Passo Entender a pesquisa</p>		<p><i>Vamos ter uma conversa breve e será explicado para você quais são os objetivos da pesquisa e todos os detalhes sobre a realização da entrevista.</i></p>
<p>2º passo Realização</p>		<p><i>Faremos o agendamento para entrevista conforme sua disponibilidade, podemos marcar a data, horário e local de sua preferência. A duração aproximada da entrevista e de no mínimo 60 minutos e no máximo 120 minutos.</i></p>
<p>3º Passo Autorização</p>		<p><i>Este termo foi impresso em duas vias, você fará a leitura deste termo e se estiver de acordo deverá preencher e assinar a DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO, uma via ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável.</i></p>
<p>5º passo Gravação</p>		<p><i>A entrevista será gravada, a pesquisadora irá mostrar o equipamento que será utilizado na gravação e ele será ligado após sua permissão.</i></p>
<p>6º passo Entrevista</p>		<p><i>A pesquisadora fará algumas perguntas sobre como é sua vida e sobre sua comunidade, você não é obrigado a responder se não se sentir à vontade.</i></p>
<p>7º Passo Teor da entrevista</p>		<p><i>As questões do debate estão relacionadas com as seguintes temáticas:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <i>1) Vida cotidiana em Ribeirão das Neves.</i> <i>2) Acesso aos serviços públicos na região.</i>

IMPORTANTE!**Riscos**

Você poderá se sentir desconfortável ou constrangido para responder alguma pergunta ou sentir que a informação é muito pessoal ou confidencial. Caso isso aconteça não é necessário responder à pergunta.

**Benefícios**

Ao participar da entrevista você terá oportunidade para compartilhar e trocar informações sobre sua realidade e poderá utilizar os resultados da pesquisa para compreender sua comunidade, além de contribuir para a construção do conhecimento científico.

**Voluntário**

A sua participação é totalmente voluntária. Não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nenhum valor será pago para sua participação. Caso haja algum custo de transporte ou alimentação este será ressarcido.

**sigilo**

As informações de identificação pessoal coletadas e as gravações serão mantidas de forma totalmente confidencial e serão armazenadas pela pesquisadora responsável em local seguro pelo período máximo de 10 anos, após o qual serão destruídas. Os resultados da pesquisa serão utilizados em trabalhos científicos publicados ou apresentados oralmente em eventos acadêmicos mantendo o seu sigilo.

**Liberdade**

Você será esclarecida(o) sobre esta pesquisa em qualquer aspecto que desejar e você é livre para recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer momento.

**Contato**

Sinta-se à vontade para esclarecer quaisquer dúvidas antes de decidir sobre sua participação. Para mais informações, você poderá entrar em contato conosco pelo telefone (31) 997881372 ou através do e-mail simoneoliveiramestre@gmail.com

APÊNDICE E - Declaração de Consentimento Participação em Pesquisa

Eu, _____ portador(a) do documento de identidade nº. _____ SSP: _____ fui informada(o) dos objetivos da pesquisa de Doutorado: “Mulheres do Veneza: ações e resistências de moradores de um território estigmatizado”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas sobre a minha participação na entrevista. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Em caso de dúvidas poderei entrar em contato com a pesquisadora responsável Profa. Dra. Yumi Santos pelo telefone: (31) 3409-5031 e pelo e-mail yumigarciasantos@gmail.com; com a pesquisadora Simone Mestre (orientanda) pelo telefone (31) 99788-16372 e pelo e-mail simoneoliveiramestre@gmail.com; e no Departamento de Sociologia da UFMG, onde está sediada a pesquisa, no endereço: Av. Antônio Carlos, 6627 - FAFICH/DSO, Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

Em caso de dúvidas a respeito dos aspectos éticos da pesquisa, poderei contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, situado na Av. Antônio Carlos, 6627 / Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Telefone: (31) 3409-4592.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que tive a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas antes da realização da entrevista, bem como tive oportunidade de discutir o conteúdo do Termo de Consentimento e concordar. Declaro ainda que assinei duas vias originais deste termo e afirmo ter recebido uma via original dele e tenho conhecimento que a outra via original será arquivada pela pesquisadora responsável.

_____, _____. de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Observação: Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos e em conformidade com a Resolução 466/12 – Item II.23 (Conselho Nacional de Saúde).

Rubrica da pesquisadora: _____

Rubrica da (o) participante: _____

APÊNDICE F - Roteiro de entrevista

Título da Pesquisa: “mulheres do Veneza”: ações e resistências de moradores de um território estigmatizado

Pesquisadoras: Yumi Garcia dos Santos (Orientadora) e Simone Mestre (Doutoranda)

Duração da entrevista (estimativa): no mínimo 60 minutos e no máximo 120 minutos.

Observação sobre o roteiro:

As perguntas estão enumeradas, em negrito e itálico.

Os *probes*⁶² estão entre parênteses abaixo das perguntas.

1) *Identificação geral.*

(Idade, gênero, estado civil, filhos, escolaridade, naturalidade, origens, religião, raça)

2) *Há quanto tempo vive no território do Veneza?*

(O que levou você ou sua família a morar no bairro/cidade?)

3) *Seus parentes moram em Ribeirão das Neves ou em cidades vizinhas?*

(Qual é a distância? Grau de parentesco? Vocês são próximos/possuem afinidades?)

4) *Qual é origem da sua família e como é a relação entre vocês?*

(Mãe, pai, irmãos, esposo, esposa e outros parentes próximos/com afinidade)

5) *Frequenta alguma igreja do seu bairro?*

(Qual congregação? Desde quando? Qual é a frequência?)

6) *Onde estuda ou estudou na maior parte da sua vida?*

(Quanto tempo? Em instituição pública ou privada? Descreva a experiência)

7) *Você trabalha?*

(Onde, cargo, função, tempo de serviço, serviços anteriores)

8) *Como se desloca para o trabalho ou para estudar?*

(Meio de transporte, tempo de deslocamento, custos, recebe auxílio transporte - Qual?)

9) *Recebe algum benefício social?*

(Bolsa família, aposentadora, bolsa de estudos, entre outros)

10) *Acessa algum serviço público no bairro ou em Ribeirão das Neves?*

(Finalidade, tratamento recebido, condições estruturais, frequência ou periodicidade)

Serviço público = Órgãos do governo, exemplo: CRAS, posto de saúde, CAPS entre outros.

11) *Precisa/precisou sair da cidade para conseguir algum tipo de atendimento público?*

(Em qual ocasião? Que tipo de atendimento precisava? Onde foi atendido)

12) *Como é ser moradora do Veneza?*

⁶² Trata-se de uma questão adicional padronizada para incentivar as participantes a fornecerem mais detalhes nas respostas ou responder com maior nitidez quando for necessário.

(Aponte aspectos positivos e negativos)

13) *Você já sofreu alguma situação de preconceito?*

(Qual/quais? Quando? Como você reagiu?)

14) *Já foi ou se sentiu discriminada por morar em Ribeirão das Neves?*

(Como foi? Descreva a situação ou situações)

15) *Você pretende morar em outro lugar?*

(Por qual motivo? Para onde pretende ir?)

16) *Presenciou ou ouviu alguém se referindo à cidade como “Ribeirão das Trevas”?*

(Como foi? Como você se sentiu? Em qual sentido/humorado, pejorativo ou desrespeitoso?)

17) *Vivenciou algum tipo ou situação de violência em Ribeirão das Neves?*

(Que tipo: física, psicológica, verbal/Quantas vezes? Como foi? Houve providências?)

18) *Na comunidade, participa de alguma atividade coletiva?*

(Qual? Quem realiza? Como é? Como é sua participação?)

Atividade coletiva = torneios esportivos, atividade física, grupo de oração entre outras.

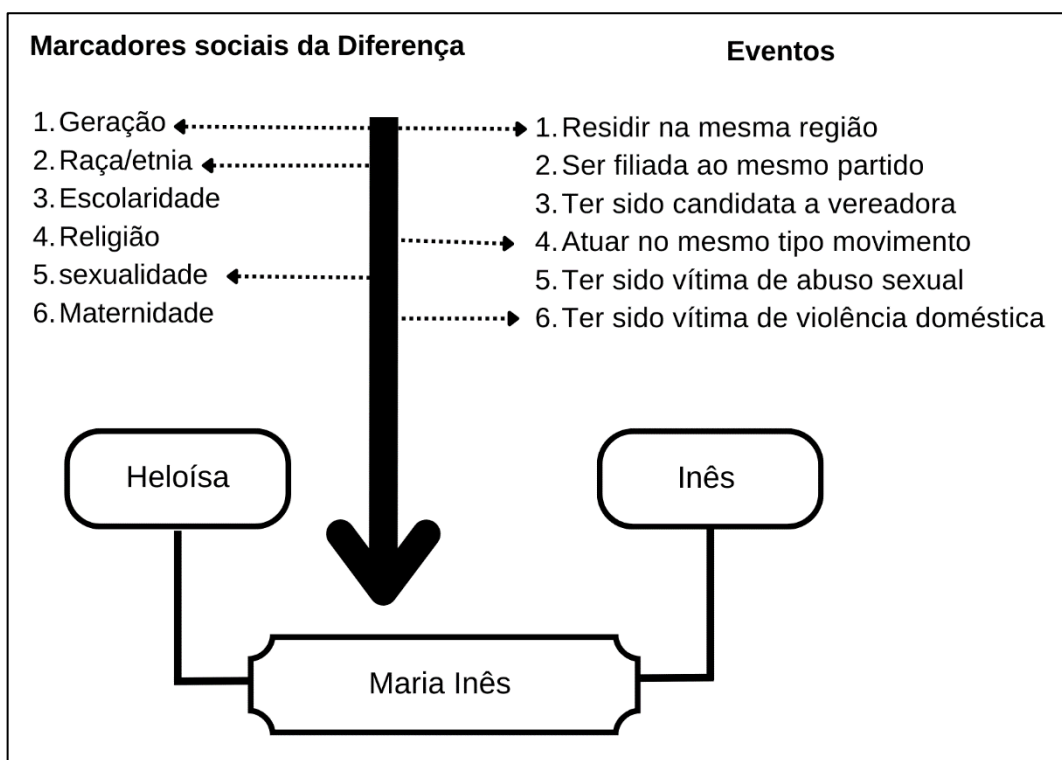
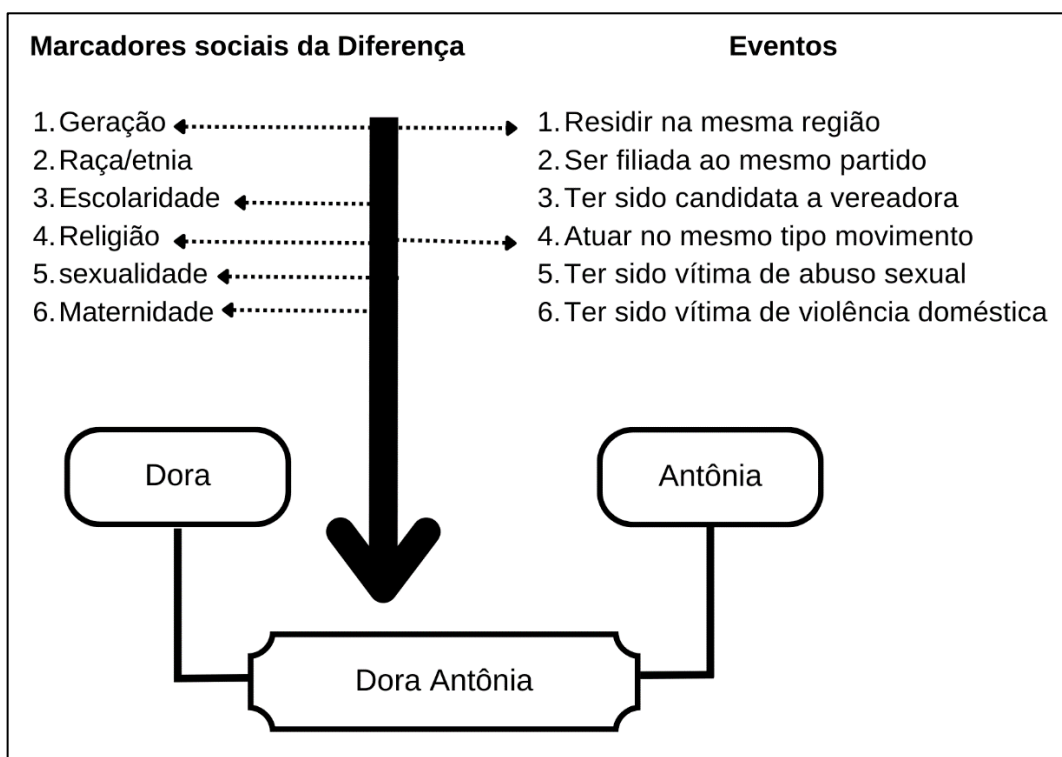
19) *Conhece ou participa de alguma ONG que atua na sua comunidade?*

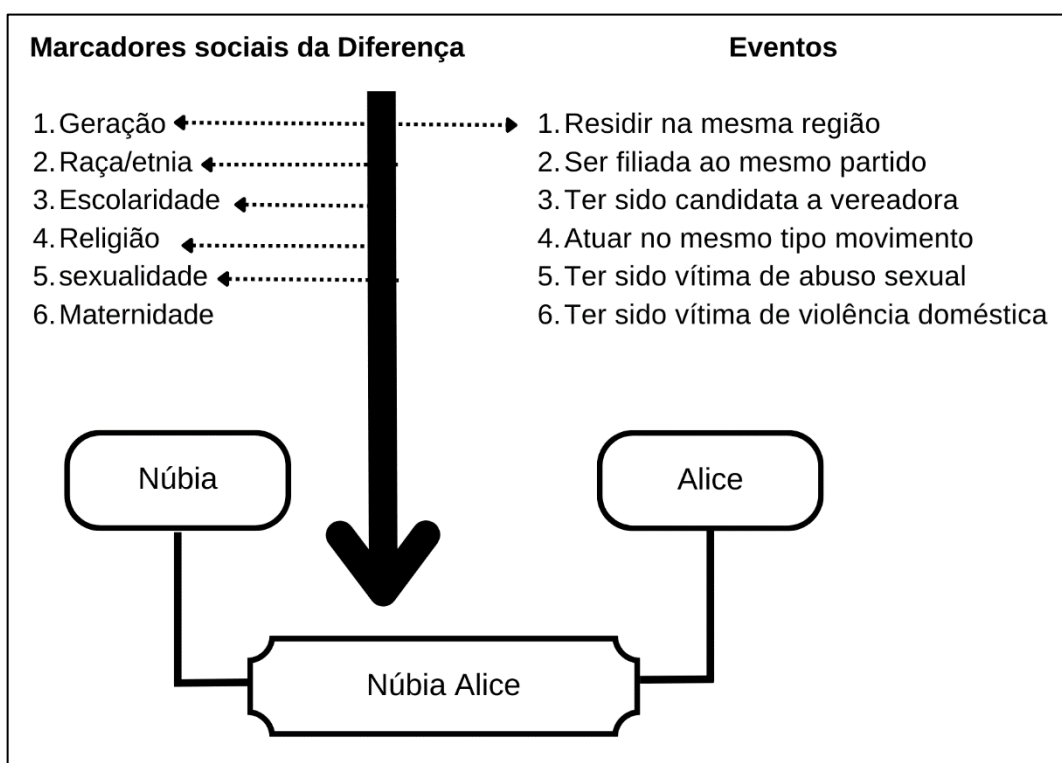
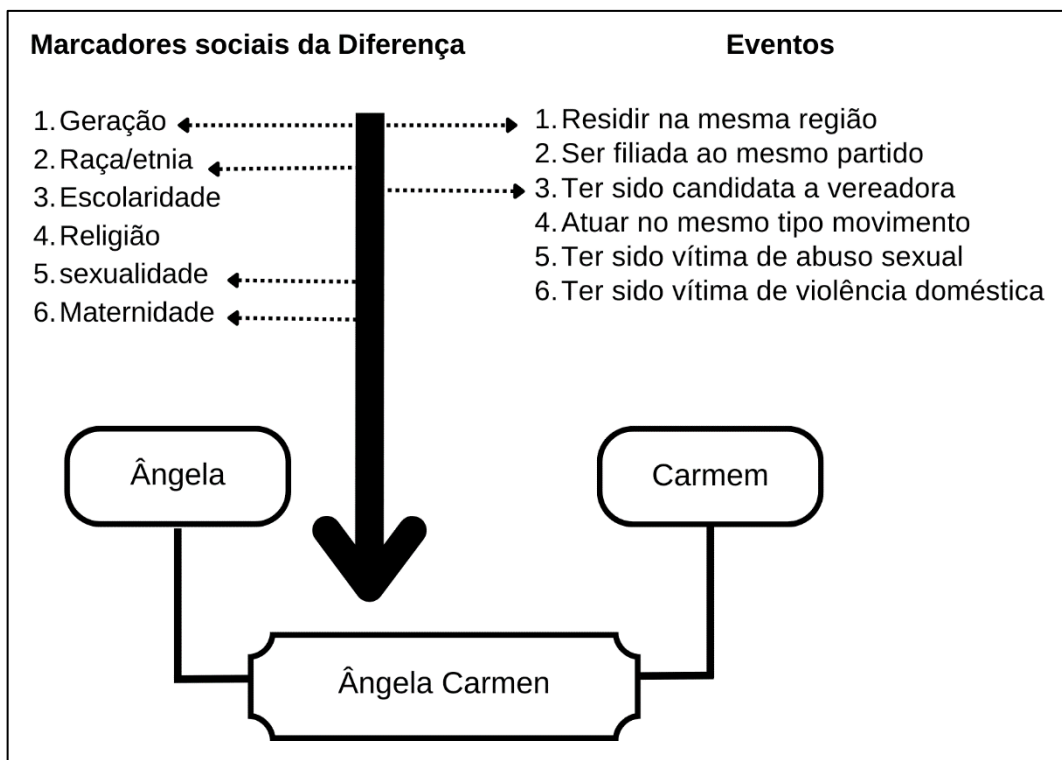
(Nome, atuação, trabalhos desenvolvidos, proposta, função)

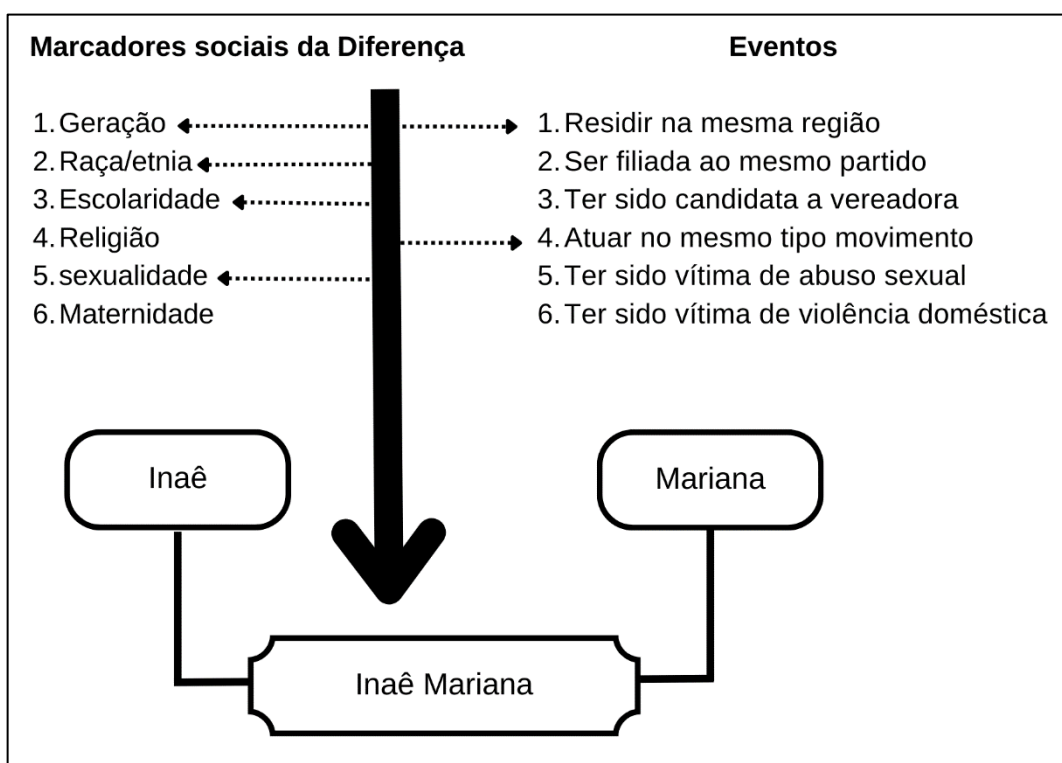
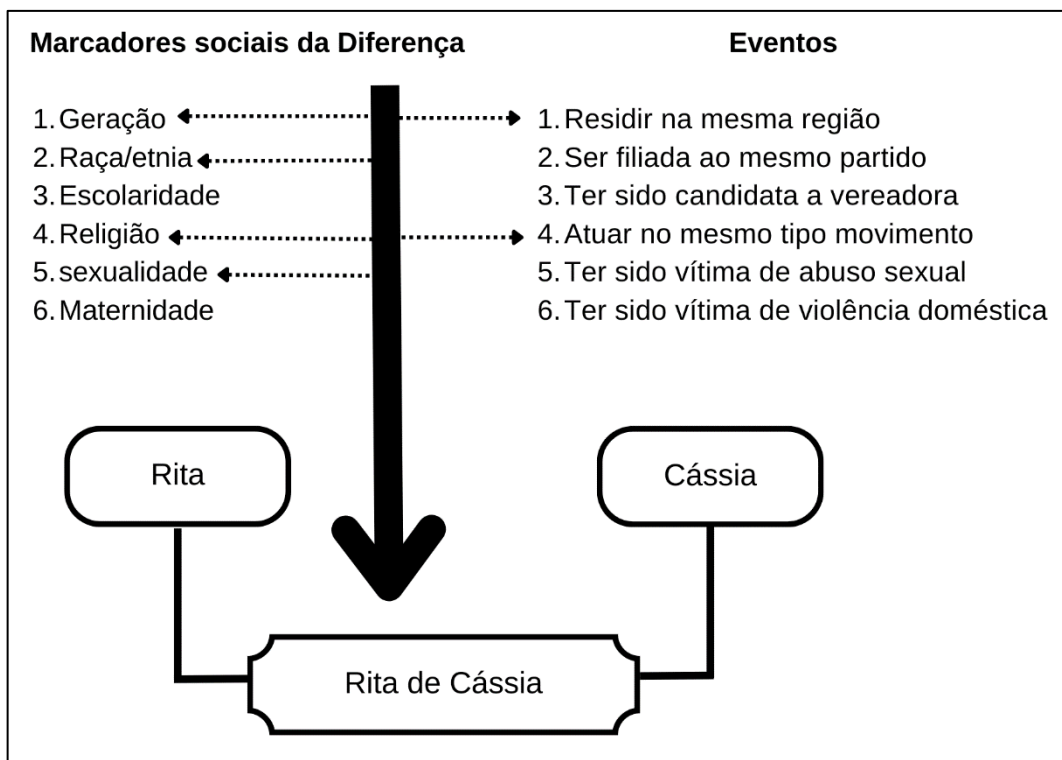
ONG = Organizações não governamentais, exemplo: Associações, fundações etc.

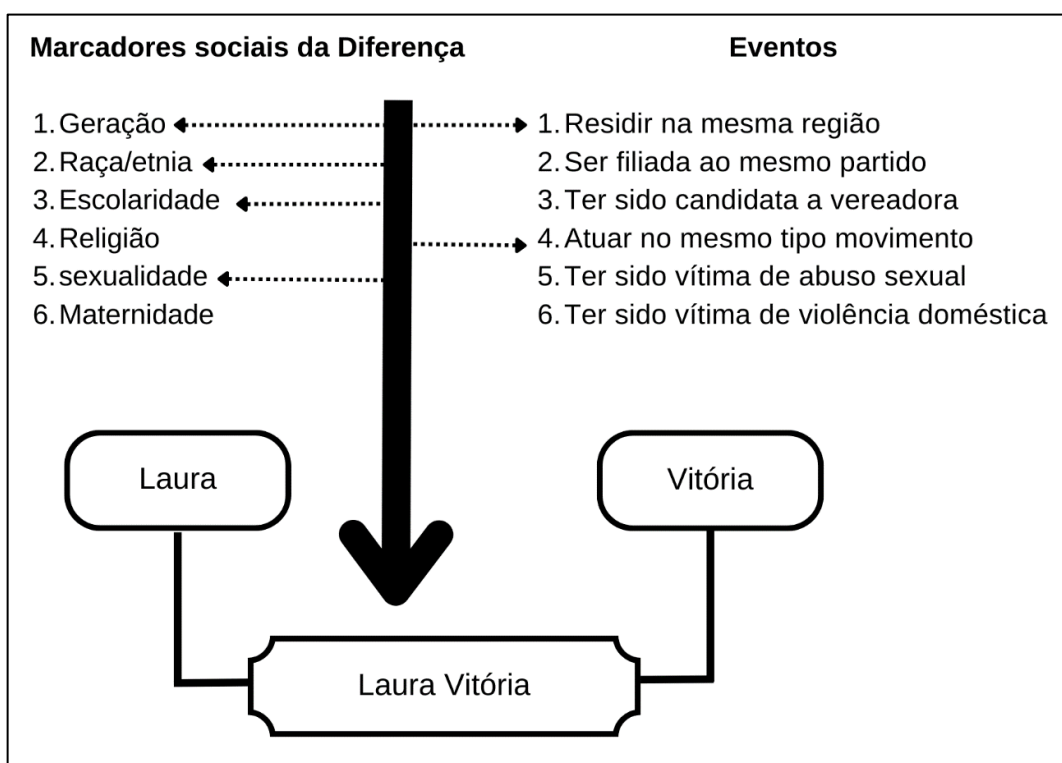
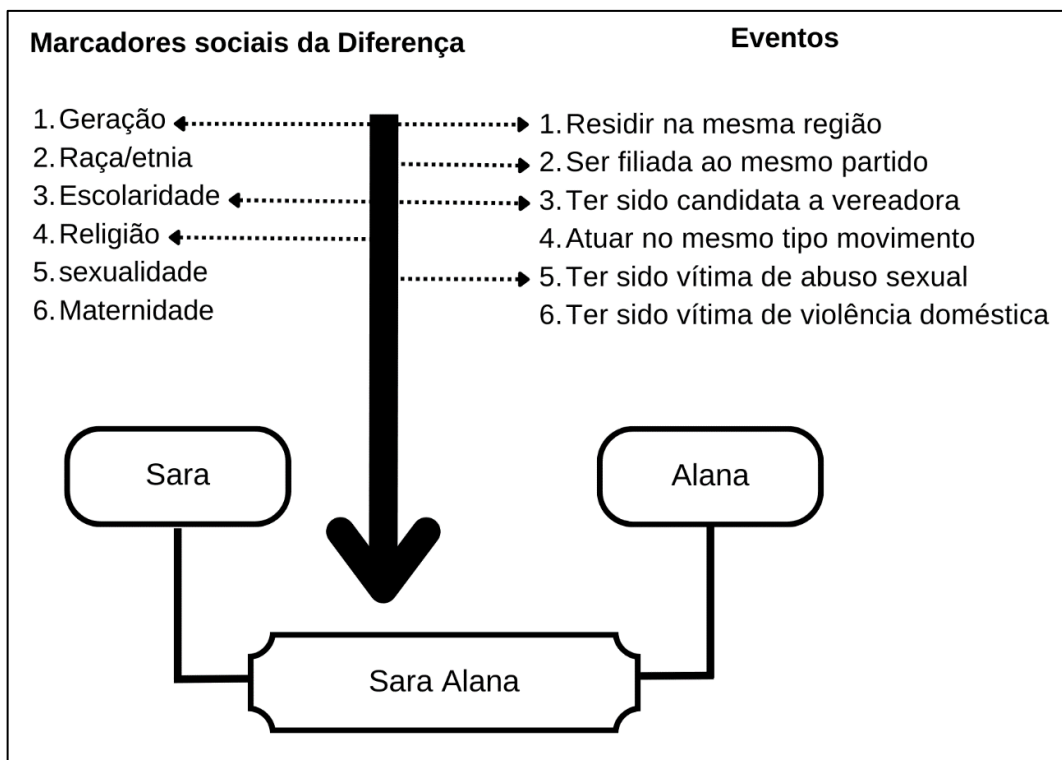
20) *Você se considera uma liderança para as mulheres ou para comunidade em geral?* (Por quê? Você exerce algum tipo de influência ou autoridade na comunidade? Qual?)

APÊNDICE G – Ilustrações das combinações biográficas









ANEXO I - Materiais informativos coletados em campo

PARA QUE: QUAIS SÃO AS PROPOSTAS?

- Criação de instituição pública de educação superior e escola técnica;
- Criação de um museu de história e memória da cidade e da PJMA;
- Criação de um espaço de cultura e arte;
- Criação de um parque urbano, ecológico e agrícola da Fazenda Mato Grosso;

O QUE JÁ FOI FEITO?

- 2007: Primeira mobilização contra construção do Presídio Inspetor José Martinho Drummond;
- 2008: Criação da "Rede Nós Amamos Neves";
- 2010 e 2011: I e II Encontro dos Movimentos Populares da Cidade;
- 2009 a 2014: Abaixo assinados, processos na defensoria pública e MPMG, passeatas, manifestações e audiência pública contra o CPPP;
- 2018: Aprovação da mudança do nome da praça para Praça Dazinho e aprovação do projeto "Praça Dazinho: Valorização do patrimônio cultural, ambiental e direito à cidade", impedido de ser implantado por alegação de ser uma área de segurança;
- 2022: Audiência Pública aprovada a ser realizada no dia 12 de julho;

COMO: QUAIS OS DESAFIOS ATUAIS?

- Esvaziamento da unidade sem impactar a lotação de outras unidades;
- Transferência de apenados sem distanciá-los de suas famílias;
- Transferência de funcionários sem afastá-los do seu local de residência;
- Construção de um projeto educativo e cultural, que atenda as necessidades e desejos dos jovens, estudantes e trabalhadores da cidade.

DESATIVA PJMA!



Pela transformação da Penitenciária José Maria Alkimin (PJMA) em Ribeirão das Neves em uma instituição pública de educação e cultura

Apoio: Associação da Diversidade, Casa dos Livros, CEPI Neves, Culthis UFMG, Cursinho Popular Michel le Ven, Coletivo Semifusa, Coletivo Balaio, Desencarcera MG, GAFPPPL, Instituto DH, Movimento Farol Neves, Ocupa Curumim, Paróquia Nossa Senhora das Neves, Poesia de Status, UBM Neves.

Siga a página nas redes sociais (Instagram e Facebook): @desativapjma

POR QUE TRANSFORMAR UM PRESÍDIO EM ESCOLA?

1) Para ressignificar a cidade de Ribeirão das Neves

Transformar a Penitenciária José Maria Alckmin (PJMA) em universidade irá contribuir para a construção de um sentimento de pertencimento e identidade entre seus cidadãos, superando o estigma de "cidade presídio".

2) Para impulsionar o desenvolvimento social e econômico

A substituição do presídio por uma instituição pública de educação trará impactos econômicos e sociais positivos para a cidade, que se caracteriza como uma região de baixos índices de desenvolvimento humano.

3) Para reduzir as desigualdades regionais

Ribeirão das Neves está em desvantagem nas desigualdades do contexto da região metropolitana, com carências econômicas e sociais diversas, necessitando investimentos para superar sua precariedade estrutural.

4) Para cumprir a promessa de contrapartida do governo estadual

A transformação da PJMA em universidade foi promessa de contrapartida do governo após aprovação da construção do Complexo Prisional de Parceria Público Privada (PPP), com 3 mil novas vagas.

5) Para ampliar as opções de formação dos jovens na cidade

Uma universidade na cidade ampliaria as opções de formação dos jovens, sem necessitarem do deslocamento para outros municípios.

6) Houve uma grande mudança no perfil dos apenados

A PJMA foi criada como uma Colônia Agrícola e hoje o perfil da população prisional mudou, predominando uma população de área urbana das periferias das grandes cidades.

7) Para aumentar o sentimento de segurança da população

A localização do presídio no centro da cidade gera medo da ocorrência de rebeliões e violências na comunidade em seu entorno.

8) Para preservá-la como um espaço de memória da ditadura

Durante a ditadura, a Colônia Penal Magalhães Pinto, anexada à PJMA, recebeu presos políticos, constando no relatório da Comissão da Verdade como local de repressão e tortura e há uma recomendação nacional para que esses lugares se transformem em espaços de memória

9) As condições estruturais do presídio estão precárias

Com mais de 80 anos e escassa manutenção e reforma, o presídio encontra-se em péssimas condições de preservação e funcionamento, acumulando goteiras, insalubridade, redes de esgotos entupidas, infestações de ratos, baratas e escorpiões, além de denúncias de violações de direitos humanos.

10) O complexo arquitetônico da PJMA tem tombamento municipal

O Decreto 16/2009, aprovado pelo Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural de Ribeirão das Neves, reconheceu o valor urbanístico, arquitetônico e histórico do prédio, que contém o primeiro teatro e cinema da cidade, transformando-o em patrimônio e bem cultural e público.

11) Pela garantia do direito humano à cidade

Por muitos anos os anseios da população nevensense têm sido desrespeitados. A construção da cidade é realizada sem participação coletiva, com decisões arbitrárias impostas por parte dos governantes.

12) Por uma sociedade com mais educação

Lutamos pela desativação da PJMA por meio de um processo de ampla escuta da comunidade e de autoridades políticas para a construção de projetos alternativos que envolvam a preservação do meio ambiente, mais educação e mais cultura para todos e todas.

13) Por uma sociedade com menos prisões

O movimento pela desativação da PJMA se insere em uma luta maior pela construção de uma sociedade mais livre, justa e igualitária e está alinhado às recomendações da ONU, que propõe medidas de desencarceramento para a redução da superpopulação prisional no Brasil.

PLATAFORMA DESENCARCERA

Acesse www.desencarcera.com e denuncie violações de direitos nas unidades prisionais e socioeducativas de Minas Gerais de forma anônima.



No site [desencarcera](http://desencarcera.com) você também encontra a "Cartilha da pessoa presa", que traz explica os direitos das pessoas em privação de liberdade e seus familiares, tem telefones e sites úteis e outras informações importantes!



Zap do Desencarcera (31)99404-2267

O "zap do desencarcera" presta assessoria jurídica gratuita no âmbito da execução penal em Minas Gerais. Se precisar, entre em contato!



A Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, o "grupo de amigos", surgiu em 2007 a partir da articulação de familiares de presos, sobreviventes do cárcere e outros militantes antiprisionais. O Grupo, junto a outros movimentos sociais anticarcere de Minas Gerais como a Assessoria Popular Maria Felipa, Labtrab, Culthis articulou em 2019 a Frente pelo Desencarceramento no estado, a Desencarcera Minas Gerais, que compõe a articulação da Agenda Nacional pelo Desencarceramento.

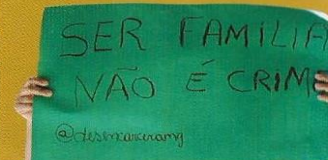


A campanha "Flores no Cárcere" arrecada materiais de higiene e limpeza para pessoas em privação de liberdade, conheça no instagram [@floresnocarcere](https://www.instagram.com/floresnocarcere)



Durante a pandemia do COVID-19, a Desencarcera Minas Gerais está fazendo a arrecadação e distribuição de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade social.

Organize-se na sua cidade e região na luta pela vida e liberdade!





NÃO ESTAMOS SOZINHAS! A LUTA POR UM MUNDO SEM GRADES ESTÁ POR TODOS OS CANTOS DO PAÍS!

"O encarceramento em massa é resultado direto do racismo que está na base de fundação do nosso país e que justifica toda forma de violência e negação de direitos humanos contra a população pobre, negra e indígena. Nosso programa se sustenta no abolicionismo penal, ou seja, nossa convicção que o sistema de justiça criminal é incapaz de produzir segurança pública e impedir conflitos sociais, pois foi pensado para ser instrumento de controle pelo meio da violência e do medo de pessoas pobres e negras." - Priscilla Serra, Desencarcera Amazonas



"O sistema prisional, a indústria da segurança pública ganha dinheiro com a indústria de armas, de construção e comandando o que eles dizem que é guerra às drogas, mas que não mata substância, mata corpos pretos. Não é a substância que tá matando meu povo, são mortos porque não podem ocupar um espaço que é eugenista, hipócrita e de uma 'guerra às drogas'. Meu esposo pegou 9 anos e 6 meses por 0,096cg de droga, substância não é pior do que o que fazem com as nossas vidas." - Eveline Duarte, Desencarcera Distrito Federal



"Estamos organizadas, tomando os nossos espaços, porque ainda que os nossos estejam encarcerados, no calabouço do Estado, sofrendo torturas e opressão do Estado, continuaremos dizendo que ser família não é crime. Nós não vamos admitir de forma nenhuma que nos caíem! Não vamos ser coniventes com as torturas que estão fazendo com os nossos, queremos que as prisões acabem!" - Elaine Paixão, Desencarcera Bahia



"As pessoas privadas de liberdade estão privadas de liberdade, não estão privadas de direitos. É importante a fiscalização, um olhar para dentro do sistema, importante a sociedade conhecer o sistema prisional. Então os Mecanismos [de Prevenção e Combate à Tortura] são criados com essa atribuição de fiscalização dos espaços de privação de liberdade. [No Mecanismo do Rio de Janeiro] a gente sempre fez questão de ouvir as pessoas privadas de liberdade. A única diferença entre eu e eles, é que eles estão presos e eu estou solta!" - Patrícia Oliveira, Desencarcera Rio de Janeiro



ROXI, CAGARA?

Evite entrar em contradição ou conflito. Na dúvida, fique calado. Por lei, você tem o direito de ficar calado e não é obrigado a produzir provas contra si.



O B.O. será feito na DOPCAD. Logo, o que você falar com a PM entrará como depoimento deles e não como confissão sua ou verdade dos fatos.

Flagrante e condução para DOPCAD - Divisão especializada em orientação de proteção à criança e ao adolescente (em BH, fica no CIA).

Importante que sua mãe ou uma pessoa adulta seja avisada.

Os pais ou um adulto indicado pelo adolescente deve ser acionado! Art 107 ECA.

No Dopcad é feito o auto de apreensão em flagrante ou termo circunstanciado, se verificada a prática do ato infracional, mediante violência ou grave ameaça a pessoa. Art. 173 ECA.

Arguição ou remissão instintiva - significa que o processo foi encerrado, não terá mais audiência. Mas pode ser aplicado nesse momento alguma medida socioeducativa ou protetiva.

Distribuição para Vara Infracional

Aguardar audiência de apresentação em liberdade, para diligências complementares - O processo seguirá com investigação policial; Podendo ser agendada nova audiência. Até lá o adolescente tem o direito de aguardar em liberdade.

Audiência Preliminar: pode ocorrer apenas com a presença do promotor, em BH, no CIA. Ela acontece com a presença do juiz e do defensor ou advogado.

Representação

Aplicação de internação provisória

Aplicação de Medida Socioeducativa ou Protetiva

Agenda Nacional pelo Desencarceramento, com o coletivo ligado a Agenda Nacional pelo socioeducativo. O Destiterna jovens no sistema de liberdade de abolição das prisões e da regidos do Brasil na luta pela outros milhares de todas as prisões de liberdade. Destiterna em 2013 é um movimento social que reúne entidades, Desencarceramento, criada Agenda Nacional pelo



www.desencarceramento.org.br

fb.com/desencarabr

fb.com/gufelma

@desencarabr1

@desencarabr2

@desencarabr3

@desencarabr4

@desencarabr5

@desencarabr6

@desencarabr7

@desencarabr8

@desencarabr9

@desencarabr0



O Desinterna Minas Gerais iniciou sua articulação em 2020, quando um grupo de pessoas da Desencarcera Minas Gerais elaborou o manifesto "Juventude viva e livre!" contra o aumento de 3.160 vagas de internação e implantação da cogestão, que é uma forma de privatização, de unidades de internação. Na época, alguns fóruns e conselhos,

monopolizados por membros do Ministério Público ou Poder Executivo apoiaram essas medidas encarceradoras. O Desinterna Minas Gerais surge então, ligado à frente pelo Desencarceramento de Minas Gerais, como um contraponto à política de privação de liberdade de jovens!

Sistema seletivo e racista

Em Minas Gerais 11% da população em geral é preta e 49% parda



Entre os jovens privados de liberdade no sistema socioeducativo, 24% são pretos e 58% pardos!



Jovens são usados de cobaia para gerar lucro a empresários através da cogestão

A cogestão é uma forma de privatização do sistema socioeducativo e Minas Gerais foi o primeiro estado brasileiro a implantar esse sistema. Só em 2020, foram 10 unidades de internação de Minas que passaram para a cogestão. Passar essas unidades para a gestão privada implica no aprofundamento da já péssima situação do sistema socioeducativo mineiro, enquanto gera lucro para grandes empresas. A implementação de parcerias público-privadas e APACs para jovens, são apenas embrulhos para esconder a lógica perversa da internação.

Ao invés de proteção, mais violação

O tráfico de drogas é considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) uma das piores formas de trabalho infantil, no Brasil, essas jovens, ao invés de serem protegidos, são punidos. Em Minas, 20% dos jovens em cumprimento de internação e semiliberdade receberam tais medidas por acusação de envolvimento com o tráfico. Quanto ao uso problemático de drogas, existe, no Brasil, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que oferece cuidado em liberdade a jovens em sofrimento mental e abuso de drogas. No entanto muitas vezes o atendimento a esses jovens ainda é feito via aprisionamento, em manicômios, comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos, que são locais de privação de liberdade e direitos.

94% dos jovens que cumprem internação ou semiliberdade tem idade superior a 14 anos, ou seja, deveria estar no ensino médio ou superior, mas só 16% concluiu o ensino fundamental

As políticas públicas executadas pelo Estado e organizações privadas, como os programas "Fica vivo", "Desembola na Ideia" e "Se liga", direcionadas aos jovens criminalizados, deveriam ser substituídas por programas idealizados, elaborados e executados por esses jovens e pelas comunidades diretamente atingidas pela violência estatal.

JUVENTUDE
**VIVA
E LIVRE!**

Violação de direito no acesso à saúde

Os atendimentos de saúde a jovens privados de liberdade devem acontecer nos serviços de saúde dos territórios da cidade, como ocorre para qualquer adolescente. Receber atendimento, fora das unidades socioeducativas, é um direito a ser garantido, e é, também, uma forma de proteção contra as violências que acontecem no sistema socioeducativo. Além disso, quando adolescentes circulam pela cidade e conhecem espaços e têm acesso a direitos negados, podem estabelecer novos laços e exercer sua cidadania. E Minas Gerais, no entanto, esse direito é negado e eles são atendidos dentro das unidades, como no prisional.

Onde denunciar violações de direitos nas unidades de internação e semiliberdade



Em 2021 a Plataborma Desencarcera passou a receber também denúncias relacionadas às unidades socioeducativas de internação e semiliberdade de Minas Gerais, além das denúncias relativas ao sistema prisional.

Acesse www.desencarcera.com e denuncie, não é necessário identificação do autor da denúncia e nem da vítima da violação de direitos, apenas a unidade do ocorrido.

PLATABORMA DESENCARCERA!

FAÇA SUA DENÚNCIA!

1 Presídio Professor Jacy de Assis

2 Presídio Antônio Dutra Ladeira

3 Presídio de São Joaquim de Minas II

3170 236 38

<p>10 Interlocução constante com os serviços, ações e trabalhadoras da saúde, educação, cultura, psicologia, direito e serviço social, visando incluí-los e conscientizá-los nas discussões referentes às crianças e adolescentes.</p> <p>Por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho consideram que o trabalho de jovens no tráfico de drogas é uma das piores formas de exploração do trabalho. Grande parte do judiciário, no entanto, insiste na criminalização dos adolescentes.</p>	<p>9 Encaminhamento de denúncias de violações de direitos ocorridas em espaços de privação de liberdade aos órgãos competentes.</p> <p>É muito importante se informar sobre os órgãos competentes para receber denúncias de violações ocorridas no sistema socioeducativo, como a Defensoria Pública, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares de Crianças e Adolescentes, etc.</p>	<p>8 A luta por desinternação é fundada no antirracismo, feminismo, anticapitalismo, antiproibicionismo, luta antimanicomial, LGBTQI+ e demais lutas por garantias de direitos.</p> <p>As políticas de criminalização de jovens são estruturadas a partir de diferentes formas de discriminação que existem na sociedade em geral. Sendo assim, a luta pela desinternação é também uma luta contra todas as formas de marginalização social, em prol da liberdade e do bem viver.</p>	<p>7 Protagonismo e participação social dos jovens na construção de políticas públicas a eles direcionadas. As pessoas diretamente atingidas pelas medidas socioeducativas são os próprios jovens que sofrem com a criminalização, a maioria negros e moradores de periferia.</p> <p>Esses mesmos jovens são excluídos dos espaços de debates sobre as políticas a eles direcionadas.</p>	<p>6 Fortalecimento de espaços de controle social independentes, que não sirvam para legitimação de ações arbitrárias, seja do executivo ou judiciário.</p> <p>Espaços de controle social do socioeducativo não podem ser conduzidos por pessoas que compõem o poder judiciário e executivo, pois devem ser organizações independentes que questionam e denunciam as políticas estatais.</p>
--	--	--	--	---

<p>1 Nenhuma vaga a mais e abolição de todas as formas de privação de liberdade para jovens, em unidades de internação e semiliberdade do sistema socioeducativo e comunidades terapêuticas.</p> <p>Todas as formas de privação de liberdade de jovens são violentas e prejudiciais, seja pela criminalização, pelo sofrimento mental ou uso de drogas. A criação de mais vagas de internação também não resolve o problema do sistema. Ao invés de mais vagas, desinternação!</p> <p>Nossa luta é antirracional, antimanicomial e antiproibicionista</p>	<p>2 Fim dos abusos, torturas e violações de direitos perpetrados nos espaços de privação de liberdade para jovens.</p> <p>Tortura é qualquer de abuso físico ou psicológico contra a pessoa internada, como castigos físicos, trabalho forçado, ameaças, xingamentos, uso de algemas, detenção em cela escura, isolamento do jovem, restrição ao direito de visita e comunicação com familiares, medicação indevida ou negação do acesso à saúde.</p>	<p>3 Fim das privatizações no sistema socioeducativo. Trocar vidas de jovens por dinheiro apenas reforça a lógica do aprisionamento. Jovens não são mercadoria!</p> <p>A privatização fomenta a corrupção, a precarização do serviço e piora o atendimento. Adolescentes privados de liberdade nessas unidades ficam ainda mais expostos a abusos e violações. Pessoas contratadas e não concursadas temem a demissão, o que dificulta as denúncias e questionamentos nas unidades.</p> <p>Não se pode lucrar com o encarceramento!</p>	<p>4 Garantia do acesso dos jovens privados de liberdade à saúde integral, dignidade, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, privacidade, assistência social, dentro outros direitos, conforme legislação vigente, como a Constituição federal, no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e no SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).</p> <p>Todos os jovens, privados de liberdade ou não, devem ter acesso integral a seus direitos. Aqueles que vão para centros de internação, são justamente os que não tiveram acesso aos seus direitos básicos em liberdade.</p>	<p>5 Fortalecimento e fomento à organização de familiares de jovens privados de liberdade em organizações autônomas e independentes do poder público.</p> <p>Os familiares estão no dia a dia dos centros socioeducativos, por meio das visitas e conversas com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa, sendo fundamentais na fiscalização das condições das unidades e nas denúncias de violações de direitos e abusos.</p>
--	---	---	--	--

ANEXO II - Modelo Ficha biográfica

Atenção: Ficha adaptada conforme o modelo elaborado pela Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos e que foi apresentado e debatido na disciplina de “Abordagens biográficas em Sociologia” ofertada no primeiro semestre de 2019 no PPGS/UFMG.

Ficha biográfica (sequência cronológica, tempo individual e tempo histórico)

Entrevistada(o):

Cidade:

Profissão:

Regional:

Movimento

Data entrevista:

1. Sequência

Ano	Idade	Evento biográfico (individual e familiar)	Evento conjuntural médio/macro (local/nacional)

2. Atores (*actants*, pessoas que agiram na trajetória, relações pessoais, de interdependência)

3. Argumentos (proposições argumentativas), subjetividades (para se chegar na análise interpretativa)

ANEXO III - Parecer Substanciado nº 3.529.558 - COEP/UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Mulheres do Veneza: ações e resistências de moradores de um território estigmatizado.

Pesquisador: Yumi Garcia dos Santos

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 15728819.6.0000.5149

Instituição Proponente: PRO REITORIA DE PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.568.729

Apresentação do Projeto:

Conforme sinalizado anteriormente, o projeto prevê um estudo etnográfico sobre moradoras que atuam como lideranças comunitárias na região

do Veneza, localizada no município de Ribeirão das Neves (Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH), buscando refletir sociologicamente sobre as ações, impactos e resistências de mulheres que vivem em um território estigmatizado. A intenção é refletir antropológicamente sobre as ações e resistências de mulheres que vivem em um território estigmatizado.

Metodologicamente, está ancorado nos estudos etnográficos e será realizada com um grupo de Mulheres lideranças residentes na região do Veneza (Ribeirão das Neves). Não será descartado a possibilidade de observar e entrevistar outras pessoas que se apresentem como um oportunidade para compreensão da questão-problema da pesquisa. O número de participantes e de entrevistas será definido conforme os desdobramentos do campo.

Serão coletados através das seguintes técnicas de investigação:

- Observação participante (análise dos dados do caderno de campo e do registro fotográfico);
- Entrevista em profundidade (Identificar símbolos e categorias através da apreciação das transcrições das entrevistas realizadas);

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 3.568.729

- Grupos focais (Tratamento e apreciação das informações obtidas em grupo, buscando identificar as percepções dos participantes sobre as questões da pesquisa);
- Pesquisa documental (levantamento e confecção de fichas de leitura de livros, decretos, relatórios e outros documentos relacionados ao tema da pesquisa);

Elaboração de gráficos com as principais informações sobre o grupo estudado (Análise e tratamento dos dados quantitativos do CENSO 2010/2020/IBGE através Stata Software).

- Pesquisa documental e informações do CENSO 2010/2020

Objetivo da Pesquisa:

- Compreender como as mulheres da região do Veneza (Ribeirão das Neves - MG) se percebem e se constroem enquanto moradoras de um território localizado em "locus" estigmatizado.
- Identificar quais são os impactos do processo de estigmatização do território sobre as identidades e experiências das moradoras, buscando entender se esse processo se transmuda em ações e relações de resistência.
- Verificar quais são os marcadores sociais existentes nas relações e práticas sociais sentidas dessas mulheres com/no território.
- Compreender como as relações de cuidado e agência integram e estão configuradas nas redes sociais dessas mulheres.
- Caracterizar as divergências e convergências entre as categoriasêmica e acadêmica de território

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sobre os riscos os/as proponentes afirmam que:

- Cansaço ou aborrecimento diante das perguntas das entrevistas em profundidade.
- Desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio das entrevistas em profundidade.
- Cansaço ou aborrecimento com a forma de condução dos grupos focais.
- Constrangimento ao expor sua opinião durante a realização dos grupos focais.
- Se sentir ofendido com uma forma de falar de algum participante do grupo focal ou do pesquisador.
- Alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em Função de reflexões provocadas pelas respostas da entrevista e na interação no grupo focal.

Os benefícios da pesquisa são:

- Oportunidade para desabafar e externalizar sobre angústias, sentimentos, dores, angústia e

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 3.568.729

medos.

- Elaborar sentimentos e opiniões sobre a realidade na qual está inserida.
- Interação dinâmica com outras mulheres através da participação no grupo focal.
- Espaço para compartilhar opiniões, refletir e debater os problemas da comunidade e do cotidiano.
- Acesso aos resultados da pesquisa através da devolutiva "in loco" da pesquisadora que irá entregar para cada participante uma cópia impressa da Tese.
- Utilizar os resultados da pesquisa para negociação e mobilização de melhorias para sua comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A discussão sobre ações e resistências de moradores de um território estigmatizado é um tema presente na sociedade, o que contribui para a relevância social do projeto. O projeto reforça a importância da ampliação de conhecimento sobre o assunto e os resultados poderão contribuir para orientar a produção de novos estudos sobre o tema, além de propiciar espaços de compartilhamento de ideias, sentimentos e desafios diante da problemática investigada, contribuindo para a comunidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora atendeu as considerações apontadas, mantendo o TCLE em forma de carta convite, explicitando as etapas da pesquisa e os riscos e os benefícios de maneira clara.

Numerou as páginas do TCLE, destinou espaço para rubrica, sinalizou que os termos estão disponibilizados em duas vias, acrescentou informações sobre a realização do grupo focal e da entrevista.

Anexou informações sobre os roteiros que serão utilizados para coleta dos dados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 3.568.729

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1358882.pdf	29/08/2019 20:45:46		Aceito
Outros	Carta_Resposta_para_CONEP.pdf	29/08/2019 20:45:16	Yumi Garcia dos Santos	Aceito
Outros	Roteiro_Grupo_Focal.pdf	29/08/2019 20:44:39	Yumi Garcia dos Santos	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	29/08/2019 20:44:20	Yumi Garcia dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	29/08/2019 20:43:57	Yumi Garcia dos Santos	Aceito
Parecer Anterior	Parecer_Consubstanciado.pdf	06/06/2019 13:48:37	Yumi Garcia dos Santos	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	06/06/2019 13:48:21	Yumi Garcia dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	06/06/2019 13:48:03	Yumi Garcia dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	06/06/2019 13:46:25	Yumi Garcia dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	06/06/2019 13:40:40	Yumi Garcia dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 3.568.729

Não

BELO HORIZONTE, 11 de Setembro de 2019

Assinado por:
Eliane Cristina de Freitas Rocha
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

ANEXO IV – Fotos

Registro do ato de Campanha eleitoral do Presidente Lula em Ribeirão da Neves, produzido e divulgado pela Assessoria da Dep. Andreia de Jesus e no grupo de WhatsApp do Coletivo de Mulheres Nevenses. Data: 22/10/2022;







